

ANAIIS

e-ISSN 2596-2892

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

e-ISSN 2596-2892

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
CONIC - 21 ANOS**

**NATAL/RN
2021**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (21: 2021: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: Conic - 21 anos, Natal (RN), 28 a 30 de outubro de 2021. – Natal: UNI-RN, 2021.

2 v. (I, 217 f.; II, 191 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos.
I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof^o. Daladier Pessoa Cunha Lima
Vice-Reitora - Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira
Assessoria de Comunicação - Zilene dos Santos Costa
Marketing - José Marcelo da Silva Rodrigues
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus - Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica - Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios - Prof. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração -
Prof^a. Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Prof^a. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito - Prof^a. Úrsula Bezerra e Silva Lira
Coordenação do Curso de Engenharia Civil - Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Serviço Social - Prof^a. Adriana Coura Feitosa Lopes
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores
Prof. Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Coordenação do Curso de Educação Física - Prof^a. Sônia Cristina Ferreira Maia
Coordenação do Curso de Enfermagem - Prof^a. Juliana Raquel Silva Souza
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição - Prof^a. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia - Prof^a. Adriana Coura Feitosa Lopes
Comissão Própria de Avaliação – Prof. Werner Farkatt Tabosa
Educação e Gestão Ambiental: UNI-RN Sustentável - Mariana M. de Araújo Nunes
Estudos Transdisciplinares - Prof^a. Wannise de Santana Lima
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária - Prof^a. Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Programa de Monitoria – Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

ÁREA ADMINISTRATIVA

Assessor Contábil Financeiro – Prof. Édson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade - Mário Henrique C. de Sá Leitão
Setor de Compras, Material e Patrimônio - Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO CIÊNCIA DO XXI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Alúcio Alberto Dantas - Coordenação Geral
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria

COMITÊ DO XXI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas
Alcir Veras da Silva
Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Alúcio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Angela Maria Guerra Fonseca
Bruna Gecyete de Lima Silva
Camila Furukava
Carina Leite de Araújo Oliveira
Catarina da Silva Souza
Dickson Pessoa de Lima
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Eduardo Henrique Cunha de Farias
Fábio Sérgio da Costa Perreira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando Roberto Brandão da Silva
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
José Marcelo da Silva Rodrigues
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Juliana Raquel Silva Souza
Larissa Inês da Costa
Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Mário Henrique C. de Sá Leitão
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Úrsula Bezerra e Silva Lira
Vânia de Vasconcelos Gico
Wannise de Santana Lima
Wantoilton Albuquerque
Werner Farkatt Tabosa
Zilene dos Santos Costa

PROFESSORES ORIENTADORES DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	ORIENTADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Adriano Macêdo dos Santos Everlane Ferreira Moura</i>	
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>Anderson Albino Ferreira André Felipe Moura Alves Giovani Hudson Silva Pacheco Huda Andrade Silva de Lima</i>	<i>Sandra Albino Ribeiro Miss Lene Pereira da Silva Suerda Campos da Costa Yuri Simonini Souza</i>
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	<i>Everlane Ferreira Moura Joana Darc de Medeiros</i>	<i>Roberto José Vieira de Sousa Lima Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>
DIREITO	<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes Adriana G. Medeiros de Macedo Dantas Ana Maria de Araújo Ananias Ana Mônica Medeiros Ferreira Anderson Leonardo de Oliveira Brito Cristiane Clébia Barbosa Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira João Batista Machado Barbosa Marcelo Maurício da Silva Marco Aurélio de Medeiros Jordão Matusalem Jobson Bezerra Dantas Petruclia da Costa Paiva Souto Rasland Costa de Luna Freire Rosangela Maria R. M.Mitchell de Moraes Sandresson de Menezes Lopes Walber Cunha Lima</i>	<i>Andréa de Andrade Fernandes Cristiane Clébia Barbosa Emmanuelli Karina de Brito G.Moura Soares Humberto Lima de Lucena Filho Luiz Eduardo Marinho Costa Marcelo de Barros Dantas Ursula Bezerra e Silva Lira</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Anderson Albino Ferreira Carlos Gomes de Moura Leaivlam Rodrigues de Lima Sebastião Gomes de Andrade Neto</i>	<i>Aldo da Fonseca Tinoco Filho Fábio Sérgio da Costa Pereira Tomás Barros Vasconcelos</i>

Sumário

A IMPORTANCIA DO RECONHECIMENTO DENTRO DO AMBIENTE LABORAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO INDIVÍDUO	21
A TRANSEXUALIDADE E AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO NO AMBIENTE LABORAL: UMA VISÃO GERAL DESSE CENÁRIO	22
LIDERANÇA EM MULTINACIONAIS: COMO AS TRÊS EMPRESAS MAIS RICAS DO MUNDO DE 2021 LIDERAM SUAS EQUIPES.	23
SATISFAÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO NA POLPA DE FRUTAS VIDEIRA	24
SÍNDROME DE BURNOUT: JORNADA DE TRABALHO EXACERBADA E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	25
APRESENTAÇÃO PUBLICITÁRIA DO PARQUE URBANO RAIOS DO AMANHECER	27
AS AVENTURAS DE CAIO EM SUA CIDADE NATAL: CRIAÇÃO DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	28
ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COM FOCO NO DIREITO À ACESSIBILIDADE	29
AVALIAÇÃO DA ACÚSTICA DE UMA INTERVENÇÃO EM UMA EDIFICAÇÃO HISTÓRICA: ANTIGO SPORT CLUB DE NATAL NO BAIRRO DA RIBEIRA NATAL/RN.	30
BIOFILIA E BIOMIMÉTICA: ANTEPROJETO DO HOTEL ORVALHO DO MAR LOCALIZADO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RN	31
COMO OS EMAUS SE ENCONTRAM DURANTE A PANDEMIA.	32
CONJUNTO CIDADE DO SOL: PROPOSTA DE MASTER PLAN EM PONTA NEGRA, NATAL/ RN	33
MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E RETORNO DA ATIVIDADE DISCENTE Á SOCIEDADE DURANTE A PANDEMIA	34
OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DAS COOPERATIVAS DE RECICLÁVEIS, NA CIDADE DE NATAL-RN.	35
PARQUE DUNAS DE PAJUÇARA	36

Sumário

PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: ANÁLISE DO FILME UP - ALTAS AVENTURAS	37
SPORT CLUB DE NATAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE RESTAURO.	38
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES CONTÁBEIS E FINANCEIROS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE NATAL/RN NOS ANOS DE 2018 E 2019	40
APLICABILIDADE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ANÁLISE DA DESPESA COM PESSOAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2017 A 2019	41
ENFOQUE SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEUS ASPECTOS	42
IMPACTOS DA COVID-19 NA SOCIEDADE	43
IMPACTOS DA COVID-19 NA SOCIEDADE	44
O AUMENTO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS.	45
ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES MILITARES: A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA VÍTIMA EM EVIDENCIAR O FATO.	47
15 ANOS DE LEI MARIA DA PENHA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	48
DIREITO DE VIZINHANÇA: QUAIS AS RESPONSABILIDADES POSSUO ENQUANTO VIZINHO?	49
(IM)POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE TAXA CONDOMINIAL PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO FLAMBOYANTS	50
A (IM)POSSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO	51
A ALIENAÇÃO PARENTAL CONTRA O IDOSO E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM ANALOGIA A LEI 12.318/10.	52
A ARBITRAGEM E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS	53

Sumário

A CONTRAPRODUCENCIA DA FISHING EXPEDITION EM FACE AO GARANTISMO PENAL	54
A CORRIDA DA CANNABIS: CONCEITO, SURGIMENTO E JURISPRUDÊNCIA.	55
A CRIAÇÃO DE UM TRIBUNAL DE JULGAMENTO ANTECIPADO NA INTERNET: O CANCELAMENTO COMO A PENA CONVENCIONADA	56
A CRISE MIGRATÓRIA ATUAL E A ASCENÇÃO DOS MOVIMENTOS NEONACIONALISTAS: UMA ANÁLISE SOCIO-JURÍDICA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL	57
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UM CONTEXTO JURÍDICO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO	58
A FALÁCIA DA INTERNALIZAÇÃO DO IDEAL AMERICANO DE “GUERRA ÀS DROGAS” NO ÂMBITO BRASILEIRO	59
A FRAGILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AFETIVA DURANTE A QUARENTENA DO CORONAVÍRUS	60
A ILEGALIDADE DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E O IMPACTO NA REGIÃO DA PALESTINA: À NEGATIVA AOS DIREITOS HUMANOS E A VIOLAÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	61
A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO COMBATE AO CONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	62
A INFLUÊNCIA DIGITAL E A RESPONSABILIDADE CÍVIL MÉDICA EM CIRURGIAS PLÁSTICAS	63
A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 9.263/1996 À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	64
A LEGALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA NO BRASIL: RESISTÊNCIAS E LEIS	65
A LEI 13.811/19: ANÁLISE DOS IMPACTOS SOB O ART. 1520 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	66
A LUZ DO CASO ELIZE MATSUNAGA: UMA CRIMINOSA GANANCIOSA OU UMA VÍTIMA DE ABUSOS PSICOLÓGICOS?! E A SUA PUNIBILIDADE JUSTA OU ESTEREOTIPADA?!	67
A MISTANÁSIA SOFRIDA PELOS TRANSEXUAIS DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	68

Sumário

A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA PANDEMIA: ANÁLISE ACERCA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO	69
A NECESSIDADE DE TIPIFICAR O CYBERSTALKING EM CONJUNTO COM A LEI MARIA DA PENHA	70
A PENSÃO POR MORTE EM CASOS DE CONCUBINATO: CRITÉRIOS UTILIZADOS NO JULGAMENTO DO STF.	71
A POSSIBILIDADE DE PENHORA DE SALÁRIO: ANÁLISE SOB À LUZ JURISPRUDENCIAL DO STJ.	72
A PRIMEIRA INFÂNCIA DENTRO DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE SOB A ÓTICA DAS CRIANÇAS ENCARCERADAS.	73
A PUNIBILIDADE DOS AUTORES DE CRIMES DE TRÂNSITO: UMA ANÁLISE DAS SANÇÕES PENAIS NO COMBATE AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO.	74
A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A (IN)EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	75
A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO HEBRAICO E O PRINCÍPIO DA PENA DE TALIÃO: UMA ANÁLISE DA LIMITAÇÃO DA NORMA EM FACE DA RELIGIÃO	76
A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA MÃE POR OMISSÃO EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL ENQUANTO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.	77
A SUB-REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA ESTE FENÔMENO FRENTE AO PIONEIRISMO DO ESTADO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER.	78
A SUCESSÃO LEGÍTIMA E A PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS: UMA ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO DO INSTITUTO DA LEGÍTIMA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	79
A TENDÊNCIA JURISPRUDENCIAL DO INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL COM HERDEIRO INCAPAZ E A URGENTE DEMANDA DOS ÓRFÃOS DA COVID 19	80
A TEORIA DA JUSTIÇA DE J. RAWLS E A ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA DIFERENÇA NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NO BRASIL.	81
A TUTELA JURÍDICA DO TRABALHO DA MULHER: PROTEÇÃO X SUPRESSÃO	82
A VIDA, DIREITO FUNDAMENTAL E SUA RELATIVIZAÇÃO COM O ABORTO	83

Sumário

ABORTO DE FETO ANENCÉFALO	84
AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	85
ADOÇÃO AVOENGA: PRIMAZIA DO AFETO SOB A REALIDADE	86
AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS A LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.	87
AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS A LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.	88
ANÁLISE ACERCA DA HIPOTECA REVERSA, CONFORME O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52/18 E DO PROJETO DE LEI 3096/19 DA C MARA DOS DEPUTADOS	89
ANÁLISE CRÍTICO-FEMINISTA DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA SEARA POLÍTICA COMO REFLEXO DA APLICAÇÃO MISÓGINA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	90
ANÁLISE DO CONFLITO APARENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ADMISSIBILIDADE DE PROVA ILÍCITA PRO REO COM BASE NA TEORIA DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY	91
ANÁLISE ECONÔMICA DAS CANDIDATURAS LARANJAS DE MULHERES NO PROCESSO ELEITORAL: ENTRE A IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA E O DIREITO FUNDAMENTAL A ELEIÇÕES LIVRES DE FRAUDES	92
AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS JOGOS À CONCILIAÇÃO TRABALHISTA	93
AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DIANTE DA PROTEÇÃO JURÍDICA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.	94
ATIVISMO JUDICIAL: ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DIANTE DA “OMISSÃO” DO LEGISLADOR.	95
ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO NO ATUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	96
AUXÍLIO DOENÇA PARA AERONAUTAS GESTANTES: ANÁLISE DA AÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS FRENTE À DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO E SEUS DEMAIS DESAFIOS.	97
AUXÍLIO DOENÇA PARA AERONAUTAS GESTANTES: ANÁLISE DA AÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS FRENTE À DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO E SEUS DEMAIS DESAFIOS.	98

Sumário

CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE, INCOMUNICABILIDADE E IMPENHORABILIDADE NAS DOAÇÕES: REVOGAÇÃO POR VIA EXTRAJUDICIAL.	99
COMO O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR PODE MAXIMIZAR A PERSPECTIVA DO DIREITO PREVENTIVO NA MENTALIDADE DE FUTUROS PROFISSIONAIS NA MEDIDA EM QUE FOMENTA O EMPREENDEDORISMO JOVEM	100
COMPLIANCE E O ASSÉDIO MORAL SOFRIDO PELA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO	101
CONDOMÍNIO IRREGULAR: ESTUDO DE CASO DO CONDOMÍNIO FLAMBOYANT	102
CONFRONTO ENTRE O DIREITO À IMAGEM E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O CASO DA ENFERMEIRA DOADORA DE LEITE HUMANO OFENDIDA POR DANILO GENTILI.	103
DA PROTEÇÃO AOS VÍNCULOS FAMILIARES: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE GUARDA COMPARTILHADA QUANDO OS EX-CÔNJUGES RESIDEM EM PAÍSES DIFERENTES	104
DANO EXISTENCIAL PRESUMIDO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE O TRT21 E O TST NOS CASOS DE JORNADA EXAUSTIVA DOS RODOVIÁRIOS	105
DESIGN THINKING APLICADO AO PROCESSO ESTRUTURAL	106
DIREITO DE IMAGEM E DIREITO DE ARENA NOS CONTRATOS DE JOGADORES PROFISSIONAIS DO FUTEBOL BRASILEIRO	107
DIREITO PENAL E A ERA DIGITAL	108
DIREITO PENAL E TRABALHISTA: AS RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS DO DIREITO HEBRAICO NA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	109
DIREITOS DE VIZINHANÇA	110
DISNEY CULTURAL EXCHANGE PROGRAM – DUBIEDADES CONTRATUAIS NA EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA COMO REALIZAÇÃO DE UM SONHO	111
EDUCAÇÃO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NA VISÃO DOS DIREITOS HUMANOS	112
EFEITOS JURÍDICOS DECORRENTES DO VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA ESFERA DO E-COMMERCE	113

Sumário

EGOÍSMO E JUSTIÇA NA DOUTRINA DO DIREITO DE ARTHUR SCHOPENHAUER	114
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, CONDUTA ILÍCITA DO EMBARGANTE E PREJUÍZO AO EMBARGADO	115
ENCARCERADAS: A REALIDADE DAS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	116
EQUIDADE NAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: O TRAJETO LEGISLATIVO DAS LICENÇAS MATERNIDADE E PATERNIDADE NO BRASIL	117
ESTUPRO DE VULNERÁVEL ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO CRITÉRIO OBJETIVO DA NORMA PENAL	118
EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA VERSUS DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	119
FAKE NEWS E SUAS REPERCUSSÕES ELEITORAIS	120
FAKE NEWS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL	121
FRANCISCO DE VITÓRIA E FRANCISCO SUÁREZ, A ALTERNATIVA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ PARA O PROBLEMA DA ORIGEM DO “ESTADO”	122
GUARDA COMPARTILHADA: O EXERCÍCIO RESGUARDA OS DIREITOS DOS FILHOS DE FORMA QUE SERIA A VIA PARA MINIMIZAR AS PRÁTICAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL?	123
IMUNIDADES PARLAMENTARES: LIMITES NECESSÁRIOS EM UMA DEMOCRÁCIA PARTICIPATIVA	124
INFLUENCIADORES MIRINS À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O DIREITO AO ESQUECIMENTO	125
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO	126
INTERPRETAÇÃO ACERCA DA RESCISÃO POR FATO DO PRÍNCIPE (ARTIGO 486, CLT) EM TEMPOS DE PANDEMIA	127
JOVENS DO NOSSO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR E O CASEMI NAZARÉ.	128

Sumário

JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DAS AÇÕES JUDICIAIS NA ORTOPÉDIA DO RN	129
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.	130
LEI Nº 14.200/2021 E A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE INDUSTRIAL E O DIREITO À SAÚDE.	131
LGPD – A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DIANTE DO VICIO DE CONSENTIMENTO E O USO ABUSIVO DOS DADOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO.	132
MISTANÁSIA E OS RETRATOS DA PANDEMIA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA LUTA PELA VIDA	133
NOVOS TEMPOS, NOVOS DIREITOS - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR FORÇA MAIOR	134
O ABANDONO DIGITAL DE INCAPAZ, AS IMPLICAÇÕES QUE DELE DECORREM E A EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO AO TEMA	135
O CIENTIFICISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DIREITO	136
O COMPANHEIRO COMO UM HERDEIRO NECESSÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DO ART. 1.845 CC	137
O CONTRATO DE NAMORO, SUA VALIDADE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	138
O DILEMA DO NEGOCIADOR COMO OBSTÁCULO À MEDIAÇÃO DESENVOLVIDA NO CASO SAMARCO	139
O DISCURSO (IN)CONSTITUCIONAL DA INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO COMO OBJETO DA DIALÉTICA: ESTUDO DO DEVER SER SOB O SER	140
O PAPEL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO ACESSO À JUSTIÇA	141
O RACISMO INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS PELA BUSCA DE IGUALDADE NO ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE SAÚDE	142
O RECONHECIMENTO JURÍDICO DO POLIAMOR, ENQUANTO ENTIDADE FAMILIAR, À LUZ DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.	143

Sumário

O ROBÔ “MATUSA”: EXTRAÇÃO DE DADOS RELEVANTES DO PROCESSO PARA, ATRAVÉS DA MACHINE LEARNING, AUXILIAR A ATIVIDADE ADVOCATÍCIA	144
ÓRFÃOS DA PANDEMIA: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	145
ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA	146
OS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PERSPECTIVA DOS AUTORES DA VIOLÊNCIA.	147
OS ASPECTOS JURÍDICOS DA APOSENTADORIA ESPECIAL	148
OS DESAFIOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS ANTE O COVID-19: BREVE ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL	149
OS E-SPORTS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO ATUAL E O ATRASO LEGISLATIVO PÁTRIO	150
OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO	151
OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO	152
OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO	153
OS LIMITES JURÍDICOS DA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL VIGENTE REFERENTE AO LIMITE DA LIBERDADE DE IMPRENSA	154
OS NOVOS MÉTODOS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O ACESSO DO DIREITO À TODOS NO BRASIL.	155
PANORAMA DO TRABALHO INFANTIL BRASILEIRO	156
PESSOA JURÍDICA COMO BENEFICIÁRIA DE USUCAPIÃO	157
POLÍTICAS CRIMINAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MILÍCIAS	158

Sumário

POLÍTICAS CRIMINAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MILÍCIAS: MÁFIA BRASILEIRA UM DOS MAIORES RISCO A SEGURANÇA PÚBLICA.	159
PROCESSO ELETRÔNICO	160
QUEM DEVE SUPORTAR O ÔNUS PREVIDENCIÁRIO EM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO TARDIO POR VIA JUDICIAL?	161
RACISMO INSTITUCIONAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE EM DEFESA DAS VÍTIMAS DE CRIMES RACIAIS.	162
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS FACE AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: O DIREITO EM PERSPECTIVA SOB O VIÉS DE MEDIDAS ESTRUTURANTES	163
RELAÇÃO DAS TEORIAS DO NASCITURO, COM O CASO RAFINHA BASTOS.	164
REPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS FACE AO ABUSO DE DIREITO	165
RESPONSABILIDADE CIVIL NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: ASPECTOS BIOÉTICOS E JURÍDICOS	166
RESPONSABILIDADE CIVIL NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: ASPECTOS BIOÉTICOS E JURÍDICOS	167
RESSOCIALIZAR MAIS, PUNIR MENOS: APAC RN COMO MODELO ALTERNATIVO DE EFICÁCIA PARA O FIM DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL.	168
RESTRIÇÃO DA CIRCULAÇÃO DE PESSOAS QUE RECUSARAM A VACINA NO BRASIL. QUAIS OS LIMITES DO ESTADO?	169
SOB O VÉU DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, A PALAVRA COMO ARMA NO "HATE SPEECH": ENSAIO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	170
TELETRABALHO: APLICABILIDADE DO DANO EXISTENCIAL FRENTE À INOBSERVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO	171
TELETRABALHO: ESCRAVIDÃO MODERNA E SEUS DANOS AO EMPREGADO	172
TRIBUTAÇÃO DE BENS NA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	173

Sumário

UMA ANÁLISE ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ERRO MÉDICO E SUAS RAMIFICAÇÕES NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	174
UMA ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO	175
UMA REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE, DEVIDO MERCANTILIZAÇÃO DA MEDICINA, TRATANDO-SE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO EM TRATAMENTOS E CIRURGIAS ESTÉTICAS REPARADORAS.	176
VAZAMENTO DE IMAGENS ÍNTIMAS NO SÉCULO XXI: AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS QUANTO A EXPOSIÇÃO DE MULHERES AS MARGENS DO DIREITO DA PERSONALIDADE	177
VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATRELADA À PORNOGRAFIA DE VINGANÇA	178
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA – A FALSA SENSACÃO DE SEGURANÇA NOS LARES BRASILEIROS	179
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL	180
“DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS” : UMA ANÁLISE ACERCA DA (NÃO) PRESENÇA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO DENTRO DAS FAVELAS BRASILEIRAS	181
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE PNEUS NA COMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO VISANDO A SUSTENTABILIDADE	183
CONSTRUÇÕES DE CASAS EM STEEL FRAMING: VANTAGENS E DESVANTAGENS	184
A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO NO AMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	185
ANÁLISE DE COBERTURAS EM AÇO E MADEIRA: VANTAGENS E DESVANTAGENS DO USO NA ENGENHARIA CIVIL	186
ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO NAS DEPENDÊNCIAS DO UNI-RN	187
ANÁLISE DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA: LÂMPADAS INCANDESCENTES E FLUORESCENTES VS LED	188
ANÁLISE ESTRUTURAL DE PONTE ESTAIADA EM NATAL/RN:PONTE NEWTON NAVARRO	189

Sumário

APLICAÇÃO DA TOPOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	190
APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS NAS PÁS EÓLICAS	191
APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS POLIMÉRICOS REFORÇADOS COM FIBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	192
APLICAÇÃO DE PET VISANDO O AUMENTO DE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE CONCRETO APLICADO EM PAVIMENTAÇÃO	193
CARACTERÍSTICAS PATOLÓGICAS DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS SUBMETIDAS AO RECALQUE	194
COMO A FALTA DE CHUVAS AFETA NAS CONTAS DE ENERGIA NO BRASIL	195
COMPARATIVO ENTRE LAJES DE CONCRETO ARMADO E SUAS VANTAGENS EM UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	196
CRISE HÍDRICA E A DEPENDÊNCIA DAS HIDRELÉTRICAS PARA A GERAÇÃO ENERGÉTICA BRASILEIRA	197
DANOS NAS ESTRUTURAS DE MADEIRA OCASIONADOS POR CUPINS	198
ELEMENTOS DE CONTRAVENTAMENTO EM ESTRUTURAS DE MADEIRA E AÇO: TIPOS E FUNCIONAMENTO	199
ESTUDO DE CASO - PROJETO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE COBERTURA EM MADEIRA	200
ESTUDO DE CASO - PROJETO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE COBERTURA EM MADEIRA	201
ESTUDO DE CASO: COMPARATIVO DE CUSTOS ENTRE ESTRUTURAS DE AÇO E CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO MULTIFAMILIAR	202
GESTÃO DE EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	203
IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	204

Sumário

INFLUÊNCIA DO POLIETILENO TEREFTALATO (PET) NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DA ARGAMASSA	205
MELHORIA DE SOLO SILTOSO COM ADIÇÃO DE BRITA GRANÍTICA VISANDO O EMPREGO DE UM REVESTIMENTO PRIMÁRIO EM UMA ESTRADA VICINAL DE UM PARQUE EÓLICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	206
NORMAS REGULAMENTADORAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	207
O MECANISMO DE DETERIORIZAÇÃO DO CONCRETO: CARBONATAÇÃO	208
PATOLOGIAS DECORRENTE DE VERGAS E CONTRAVERGAS	209
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DESPREPARO DOS GESTORES PUBLICOS	210
PONTES ESTAIADAS: VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS TABULEIROS DE CONCRETO, AÇO E MISTO AÇO CONCRETO.	211
SEGURANÇA E SAÚDE TRABALHADOR	212
USO DE PET PARA CONFECCÃO DE ARGAMASSA SUSTENTÁVEL	213
USO DE TELHA CERÂMICA E SUAS PROPRIEDADES	214
APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS NAS PÁS EÓLICAS	215
CIDADES SENSÍVEIS A ÁGUA: DESENHO URBANO ASSOCIADO AO CICLO HIDROLÓGICO NA PRODUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS	217

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANAIIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A IMPORTANCIA DO RECONHECIMENTO DENTRO DO AMBIENTE LABORAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO INDIVÍDUO

Autor(es):

Erasmu Ferreira de Souza Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo apresentar as pessoas que vivenciam diariamente do relacionamento interpessoal, o que seria a sociedade num todo, a importância do reconhecimento dentro da esfera de trabalho. Cabe a cada pessoa ter o conhecimento de seus objetivos o "eu-eu" e que acima de seus objetivos tem o "eu-pessoa" que se refere ao ambiente em que ela se encontra, entender as limitações e diferenças de pessoa para pessoa e que no final do dia fará a diferença para o melhor desenvolvimento não só organizacional mas interpessoal.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva, de acordo com Gil (2008) as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou uma experiência. Além de descritiva, configura-se como exploratória, que segundo o referido autor trata-se de um método para proporcionar maior familiaridade com o assunto. Sendo um tipo de pesquisa muito específica quase sempre assume forma de estudo de caso. De acordo com a abordagem, a pesquisa se trata de caráter qualitativa, por procurar entender o indivíduo na situação na qual se encontra. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

(Resultados) Ao estudar os resultados encontrados, por meio de questionário que envolve as temáticas do artigo, aplicadas a pessoas de diferentes áreas de trabalho, e analisando os resultados. É possível observar que por vezes o reconhecimento passa despercebido e que de certa forma afeta nas relações das pessoas daqueles ambientes de trabalho.

(Conclusão) Por fim, o estudo realizado pretende-se dar resposta a problemática sugerida, entender e responder os objetivos propostos e na conclusão, juntamente com o auxílio das respostas dos participantes, buscou-se entender o dia a dia de cada indivíduo.

Palavras-Chave: Reconhecimento no trabalho. Relações interpessoais. Gestão de pessoas.

A TRANSEXUALIDADE E AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO NO AMBIENTE LABORAL: UMA VISÃO GERAL DESSE CENÁRIO

Autor(es):

Lidayane Bento da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A orientação sexual dos candidatos ainda é um fator decisivo para a contratação nas empresas. Com isto, os transgêneros enfrentam diversas dificuldades para inserir-se no ambiente laboral, apesar de se ter alguns direcionamentos na Constituição de 1988, para que as empresas respeitem a livre orientação sexual, a identidade de gênero e a igualdade de direitos, ainda assim as empresas continuam resistentes à contratação dessa comunidade devido ao preconceito e ao desconhecimento de práticas que devem ser adotadas, como também aos registros desses funcionários na empresa. Sem oportunidade de trabalho formal e sem qualificações para ingresso ao ambiente laboral, 90% da população trans recorre à prostituição por falta de espaço e em busca de sobrevivência, conforme dados de estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

(Metodologia) A abordagem metodológica configura-se em caráter bibliográfico em caráter exploratório, a coleta de dados foi realizada através de um questionário virtual na plataforma do google forms, visando explorar a problemática sugerida.

(Resultados) Ao longo desta pesquisa pode-se perceber o quão ainda é preciso manter as discussões sobre implementação da população transgêneras no mercado de trabalho, ao decorrer deste estudo foi observado o aumento da vulnerabilidade da população trans, devido à exclusão social. Um dos contribuintes para o aumento da transfobia vivida no Brasil, está ligado ao cristianismo, que é a religião predominante no país, onde está enraizada a visão de anormalidade ao que diverge do conceito de masculino e feminino estabelecido socialmente. Utilizando da religião como justificativas para atos homofóbicos e transfóbicos, por achar abominável a existência do "diferente".

(Conclusão) Por fim, na conclusão ao analisar as respostas dos respondentes, concluiu-se que as possíveis soluções que visam diminuir tais impactos são, a implementação de políticas de inclusão e conscientização social que protejam verdadeiramente a população transgênera de assédios e preconceitos fiscalizando e penalizando ações discriminatórias, como também o respeito ao nome social escolhido pelos transgêneros, introduzir programas de conscientização sobre a diversidade nas escolas e empresas, através de tais ações os preconceitos e violência nas escolas e ambiente laboral tendem a diminuir tornando o ambiente diverso e inclusivo.

Palavras-Chave: Ambiente Laboral. Transexualidade. Inclusão. Diversidade.

LIDERANÇA EM MULTINACIONAIS: COMO AS TRÊS EMPRESAS MAIS RICAS DO MUNDO DE 2021 LIDERAM SUAS EQUIPES.

Autor(es):

Carlos Eduardo Rocha de Paiva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Debora Nogueira Pinto Florencio: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liderança é primordial para organizar o ambiente de trabalho com a finalidade dos funcionários atingirem os objetivos organizacionais com mais facilidade com a participação da figura do líder. As capacidades do indivíduo em influenciar positivamente as circunstâncias e as pessoas contribuem para que sejam produzidos e alcançados resultados desejáveis pela organização. Nesse contexto, essa pesquisa possui como componente de trabalho a relação de liderança com as multinacionais Amazon, Apple e Google. Visando mostrar a capacidade de resultados positivos promovida pelo desenvolvimento de Líderes, o presente artigo busca apresentar as alternativas que essas empresas podem adotar seus estilos de liderança em seu corpo organizacional, não como um modelo a ser seguido, mas para ser baseado comparativamente com as Teorias de Liderança propostas pelo Comportamento Organizacional. Para isso, foram levados em consideração as Teorias de liderança e os estilos de liderança, sendo estes: Autocrática, Liberal, Democrática e Coaching.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa exploratória baseando-se em livros escritos por renomados autores da área do Comportamento Organizacional em conjunto com artigos de profissionais da área de liderança, visando observar as características de Liderança utilizados pelas maiores empresas do mundo em 2021. Foram identificados os conceitos de Liderança, suas teorias e modelos e feita uma comparação das diferenças conceituais entre gestor e líder. As empresas Amazon, Apple e Google, foram selecionadas por serem as três mais valiosas do mundo no ano de 2021, através da fonte de insight focada no consumidor ? a Kantar BrandZ Global. Essas empresas se caracterizam por serem empresas de expansão internacional, o que garante sua consolidação e o fato de serem referências no mundo.

(Resultados) Como resultado tem-se que a liderança pode influenciar, motivar e capacitar às pessoas para que contribuam para a eficácia e o sucesso das organizações que pertencem. As empresas estudadas possuem fortemente características do estilo de liderança democrático, no qual possui foco tanto no líder como na equipe, fazendo com que o líder inclua os seus liderados nas decisões e fazendo com que participem ativamente da construção de soluções e resultados. Essas empresas pensam no bem-estar coletivo, em desenvolver seus profissionais e oferecer oportunidades de crescimento, priorizando a qualidade de vida no trabalho, fazendo uma boa gestão do clima e contribuindo ativamente para que a equipe seja reconhecida e valorizada por seu empenho e dedicação à empresa.

(Conclusão) Dessa forma, conclui-se a importância do trabalho, à medida que o processo de liderança é primordial para o desenvolvimento e sucesso das empresas e que as teorias de liderança vêm sendo adaptadas com a importância dos funcionários como parte do processo, para o processo de expansão e crescimento das empresas.

Palavras-Chave: Liderança; Empresas Multinacionais; Teorias de Liderança

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO NA POLPA DE FRUTAS VIDEIRA

Autor(es):

João Guilherme Pereira Barreto: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A afirmação "a melhor propaganda é feita por clientes satisfeitos" do ilustre Philip Kotler, evoca a importância que as organizações devem dar em não apenas fazer vendas pela venda, mas atingir a satisfação do cliente. Este artigo tem por finalidade sondar os níveis de satisfação dos consumidores da empresa Polpa de frutas Videira no que diz respeito ao atendimento, produto e logística. A mundialmente conhecida empresa automobilística Honda na tentativa de demonstrar seu comprometimento com seus clientes anunciou: "um dos motivos pelos quais nossos clientes estão sempre satisfeitos é que nós nunca estamos?". Dessa forma, tal anúncio evidencia a relevância da constante busca pela satisfação do consumidor. Aliado a isso, a pesquisa de satisfação ganha seu lugar de destaque, visto que, é uma ferramenta capaz de descobrir como aumentar as vendas, através do atendimento aos desejos e necessidades de seu público-alvo. Diante do contexto exposto, este trabalho visa responder a seguinte pergunta: Como os resultados dos níveis de satisfação dos clientes de uma empresa a impactam?

(Metodologia) A metodologia utilizada na realização deste trabalho foi um estudo exploratório, de caráter quali-quantitativo, voltado aos clientes da empresa Polpa de Frutas Videira. Foi adotado o método quali-quantitativo para avaliar os pontos da empresa à luz das teorias obtidas, bem como o discurso por meio da aplicação de um questionário com os clientes e pela observação de como a empresa se relaciona com seus consumidores, além de uma entrevista semiestruturada realizada com o proprietário da empresa considerando os resultados obtidos por meio do questionário.

(Resultados) Em relação ao objetivo geral, viu-se que há uma influência dos níveis de satisfação sobre a empresa de forma perceptiva, onde por meio desses níveis é possível ter um feedback para um melhor planejamento da empresa, os dados positivos também proporcionam uma motivação aos gestores e colaboradores em entregar um serviço cada vez melhor. Os objetivos específicos sobre os diferentes perfis dos clientes da empresa foram esclarecidos, onde viu-se que há uma grande variedade de clientes em relação ao tempo que consomem os produtos da empresa, da faixa etária dos consumidores e, também, uma maior predominância do público feminino. A problemática foi desenvolvida de acordo com o questionamento de como os resultados dos níveis de satisfação dos clientes de uma empresa a impactam, e ao desenvolver da pesquisa viu-se que a empresa é influenciada e dedicada à satisfação dos seus clientes diariamente e que as tomadas de decisão consideram aspectos motivacionais.

(Conclusão) Os conteúdos sobre os resultados deste trabalho levam a acreditar que as empresas são diretamente afetadas de diferentes formas, a depender de aspectos motivacionais daqueles que gozam dos produtos e serviços oferecidos pela empresa, onde por meio dessa satisfação é possível fidelizar os clientes e atrair novos. Apesar dos bons resultados obtidos na pesquisa de satisfação, recomenda-se à empresa um maior investimento em marketing, pois a organização possui um produto de boa qualidade percebida, no entanto, há com pouca visibilidade no mercado, impedindo seu crescimento. Sugere-se também medidas que solucionem ou minimizem os impactos causados pela indisponibilidade dos produtos, seja com produtos substitutos ou um maior investimento em estrutura de estocagem na empresa, visto que, na pesquisa se mostrou ser este o índice de maior insatisfação.

Palavras-Chave: Satisfação do cliente; Ferramentas de gerenciamento; Polpa de frutas.

SÍNDROME DE BURNOUT: JORNADA DE TRABALHO EXACERBADA E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):

Renata Maria da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Caroline da Silva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da Síndrome de Burnout: Jornada de trabalho exacerbada e possíveis consequências. Desse modo, sabe-se que a problemática em questão ainda é pouco abordada no meio social, o que exige uma maior atenção a esse mal que assola tantos trabalhadores. Segundo o médico psiquiatra Vitor Cavenachi, a Síndrome de Burnout, também conhecida por Síndrome do Esgotamento Profissional, é um quadro psicológico e comportamental resultante de um esgotamento mental ou exaustão emocional atrelado ao ambiente de trabalho. Nessa perspectiva, é notável que se trata de uma questão de saúde pública, pois à medida que o trabalhador perde a motivação no local de trabalho, ele também acaba deixando de enxergar sentido em outras áreas da vida.

(Metodologia) A metodologia inserida foi do tipo descritivo-exploratório, uma vez que foi exigido investigar, analisar e comparar o alvo estudado. Foi usado um questionário em anonimato empregado por meio da internet para a coleta e análise dos dados sobre a pesquisa realizada. Foram obtidas 162 respostas, onde foram abordados sobre o que é a Síndrome de Burnout, as possíveis consequências da doença, o esgotamento no âmbito de trabalho, fatores contribuintes para o desenvolvimento da síndrome e a hipótese de demissão em decorrência da exaustão no local.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, foi apresentado um percentual de 56,3% de pessoas que tem o conhecimento sobre a síndrome, 13,3% que não sabem o que é e 30,4% disse que existe a possibilidade de saberem. Houve também um levantamento feito em relação ao conhecimento das pessoas sobre os sintomas relacionados a doença, onde 70% conheciam sobre os sintomas e 30% não tinha a devida noção. Em relação ao sentimento expresso diante dos problemas em questão, obtivemos um percentual onde 47,5% já se sentiram esgotados com o trabalho, 21,6% não obteve esse sentimento e 30,9% descreveram que tiveram em algum momento da vida. Na pesquisa, houve um percentual de 78,3% de pessoas que relataram em algum momento na vida terem pensado em pedir demissão em decorrência da exaustão do emprego e outros 21,7% que não cogitaram a possibilidade.

(Conclusão) Neste trabalho, conclui-se que, a maioria dos entrevistados sabe do que se trata a Síndrome de Burnout e quais as suas possíveis consequências em decorrência do enfrentamento da doença. Ademais, também pode ser observado, com base nos dados, que quase a metade já sentiu esgotamento no ambiente de trabalho e quase 80% pensou na possibilidade de pedir demissão, devido à jornada extrema. Logo, foram alcançados os objetivos apontados, os quais foram focados em compreender do que se trata a Síndrome do Esgotamento Profissional, as possíveis consequências dessa doença e a forma como a mesma pode afetar expressivamente a vida da vítima. Por último, este estudo foi de grande importância para o entendimento e análise da temática trabalhada, em virtude de confirmar que a síndrome é uma questão de saúde pública.

Palavras-Chave: Síndrome de Burnout; Esgotamento Profissional; Esgotamento; Trabalho; Exaustão emocional.

GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

ANAIIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

APRESENTAÇÃO PUBLICITÁRIA DO PARQUE URBANO RAIOS DO AMANHECER

Autor(es):

Maria de Fátima Paiva de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Bezerra Onofre: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Evellyn de Brito Guerra Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O Parque Urbano Raios do Amanhecer e o Corredor Ecológico Caminho do Sol integram o Conjunto Habitacional Cidade do Sol, proposta de intervenção para o bairro de Ponta Negra, Natal (RN). Eles derivam da necessidade encontrada da criação de um espaço público verde em meio ao intenso fluxo da vida urbana da região, e da viabilidade de interligação entre a Zona de Proteção Ambiental 5 (ZPA-5) de Natal com a Unidade de Conservação IV, Subzona II (UCA IV SZ II) de Parnamirim. A criação das propostas foi realizada a partir de pesquisas de referências nacionais e internacionais de parques urbanos e corredores ecológicos, a fim de embasar seus programas de necessidades e suas diversas possibilidades de formas e usos. Os estudos realizados para a análise dos moradores da região ? e possíveis principais usuários da intervenção ? também contribuiu para o estabelecimento de um perfil da população, que embasou o público-alvo da proposta. Para reduzir a recusa pela população, objetivou-se desenvolver uma relação de pertencimento desta para com a intervenção. Desta forma, o programa de necessidades do Parque, apresentado no vídeo, foi pensado para atender às características locais, além de promover um novo espaço seguro para lazer, práticas esportivas, contemplação e realização de atividades culturais.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicia com a apresentação do Parque, e segue para um tour partindo da entrada principal. Por meio da explicação do conceito por trás dos caminhos e de cada área, o tour é conduzido para o setor cultural, área de contemplação e área familiar. O setor administrativo é apresentado com destaque, e então o espectador é apresentado para as áreas esportivas do Raios do Amanhecer. Finalizando o vídeo, a entrada secundária é apresentada.

(Efeitos esperados) Com as propostas introduzidas por meio de vídeo, busca-se tornar a intervenção mais convidativa aos seus usuários, além de gerar a aceitação dos moradores da região em relação à proposição de intervenção.

AS AVENTURAS DE CAIO EM SUA CIDADE NATAL: CRIAÇÃO DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Autor(es):

José Zenildo Dias Campos Filho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Bezerra Onofre: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luíza Marques Soares Suassuna: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Vitor Gomes Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Educação Patrimonial de uma comunidade é fundamental para que esta compreenda a sua história e a valorize, especialmente se este conhecimento for ensinado desde a infância e juventude, nos anos de formação escolar. Atualmente, a gama na qualidade e diversidade de materiais de apoio é diversa, incluindo livros didáticos, vídeos, músicas, entre outros.

(Metodologia) Com base em bibliografia pertinente e em pesquisas sobre patrimônios culturais marcantes da capital potiguar, feitas na Fundação José Augusto ? Órgão responsável pelo incentivo e documentação das atividades culturais do estado - foi selecionado um exemplar para confeccionar o protótipo. Nesse sentido, o Forte dos Reis Magos foi escolhido para encabeçar uma série de publicações sobre estas obras arquitetônicas por ser o patrimônio mais antigo da cidade. Ademais, estudos de educação patrimonial foram realizados para o conhecimento da linguagem e conteúdos adequados à cartilha. Para elaboração da cartilha, foram realizadas pesquisas para coleta de dados sobre o contexto histórico do patrimônio da cidade de Natal, além de estudos sobre a importância da inserção deste conhecimento durante a fase escolar. Também contribuíram para o processo evolutivo da cartilha as obras A Cartilha do Patrimônio, de Carlos Henrique Rangel (2016) e O que é patrimônio histórico, de Carlos A. Lamos (2000).

(Resultados) O resultado obtido foi uma cartilha sucinta, voltada para faixa etária de 12 anos, abordando a história do Forte dos Reis Magos de forma lúdica e que busca estimular o leitor a aprofundar seus conhecimentos de outras formas atrativas, incluindo um QR code com sugestões de sites para informações ao fim da publicação.

(Conclusão) A criação da cartilha a partir das pesquisas realizadas revela que é possível estimular a educação patrimonial de modo recreativo, por gerar comunicação mais acessível à faixa etária que está voltada. Assim, percebe-se a potencialidade de popularização da história da cidade, uma vez que facilita o acesso a informações sobre essas construções, além de ser inteligível para o entendimento da nova geração.

Palavras-Chave: Cartilha; Educação Patrimonial; Natal; Rio Grande do Norte.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COM FOCO NO DIREITO À ACESSIBILIDADE

Autor(es):

Maria Lethícia de Vasconcelos Brambila: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Estima-se que a pandemia da COVID-19 acentuou o déficit habitacional brasileiro expondo a urgência de discutir assuntos sobre assistência técnica em habitação de interesse social ? ATHIS, uma vez que, segundo uma pesquisa da Fundação João Pinheiro - FJP (2019), somente no ano de 2019 havia uma carência de 5,876 milhões de moradias no Brasil classificadas em (1) habitação precária ? quando não possui infraestrutura mínima como banheiro, paredes ou teto, (2) coabitação ? quando há mais de um núcleo familiar compartilhando o mesmo espaço, e o (3) ônus excessivo de aluguel em regiões centrais urbanas que afastam as famílias dos grandes centros das cidades, sendo as regiões norte e nordeste brasileiro as principais concentradoras desse déficit. Somado a isso, há o distanciamento de políticas habitacionais que incluam as pessoas com deficiência ? PCD, já que, segundo o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em um censo realizado em 2010, cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que totaliza um número de 46 milhões, sendo desta, uma fração moradora de conjuntos habitacionais sociais, onde a acessibilidade no meio urbano e habitacional são praticamente inexistente, levando os PCD à exclusão de atividades cotidianas.

(Metodologia) A partir de uma parceria feita entre o projeto Mãe Luiza Acessível, que tem o objetivo realizar reformas em casas de famílias em vulnerabilidade socioeconômica composta por um ou mais familiar com deficiências físicas ou mentais, e o Coletivo Poty, foi realizado o estudo de uma habitação nessas condições, seguindo as seguintes etapas: (01) Visita técnica - reconhecimento dos ambientes da edificação, levantamento de medidas e informações sobre a residência e moradores. (02) Reuniões com os responsáveis do projeto - discussões e possibilidades para realizar as ampliações. (03) Início da elaboração do projeto ? documentação do levantamento no Software Revit Autodesk. (04) Fotografias da habitação - criação de acervo sobre os conflitos encontrados (rachaduras, inexistência de caixa d'água, inexistência de estrutura, defeitos na alvenaria, fiação danificada e exposta à intemperes...). (05) Revisão do projeto juntamente ao Projeto "MLA". (06) Utilização do projeto em um documento que concorreu ao edital de melhorias habitacionais em ATHIS 2021 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAURN.

(Resultados) A habitação exposta neste trabalho apresenta características que demonstram riscos aos moradores, além de não possuir acessibilidade, aberturas mínimas para ventilação e iluminação, insuficiência de cômodos que abriguem todos os moradores de forma confortável, e a inexistência de estrutura na construção. Mediante o exposto, buscou-se compreender as vivências da família e sua relação com a moradia, para melhor compreender as necessidades.

(Conclusão) Nessa situação, a extensão universitária e as ações sociais desenvolvidas pela sociedade civil organizada representam avanço na promoção dos direitos básicos e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Para além disso, tais ações exprimem um contato único proporcionado pela aproximação da prática profissional e trocas de saberes. Dessa forma, o projeto Mãe Luiza Acessível, concorrente do edital de ATHIS/2021 promovido pelo CAURN, demonstrou aos discentes do curso de arquitetura e urbanismo outras possibilidades de atuações e o exercício da prática projetual.

Palavras-Chave: Direito à acessibilidade, Pessoas com deficiência, ATHIS, Extensão Universitária, Arquitetura e Urbanismo.

AVALIAÇÃO DA ACÚSTICA DE UMA INTERVENÇÃO EM UMA EDIFICAÇÃO HISTÓRICA: ANTIGO SPORT CLUB DE NATAL NO BAIRRO DA RIBEIRA NATAL/RN.

Autor(es):

Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conforto acústico é o estudo dos níveis de ruídos que podem ter interferência direta e indireta, tendo a capacidade das superfícies em criar barreiras, impedindo que o ruído passe de um ambiente para outro. Visando conseguir um ambiente isolado acusticamente, as ondas sonoras deverão ser refletidas novamente ou totalmente absorvidas pelas superfícies do material, sem que nenhum som seja emitido do outro lado. Em uma edificação é importante proporcionar conforto e bem-estar aos usuários. Diante da avaliação da acústica, o edifício a ser analisado é o Sport Club de Natal localizado na Rua Chile, no bairro da Ribeira, na capital do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) A metodologia foi do tipo, método dedutivo de estudo de caso, tendo em vista que testa informações já existentes em uma situação específica. E a metodologia do tipo bibliográfica, através dos conceitos da obra ?Bê-a-Bá Da Acústica Arquitetônica? de Léa Cristina Lucas de Souza (2012). O estudo do tempo de reverberação foi por meio do programa Reverb 2010.

(Resultados) Visando o isolamento acústico foi utilizado nas paredes a lã de PET, que é um material reciclado, a sua fabricação e uso contribuem para a redução dos impactos ambientais resultados pelas embalagens plásticas (matéria prima principal do produto). Utilizou-se janelas duplas, composta de duas camadas de vidro com espessuras variando de entre 6 e 10 mm. Nas entradas da fachada lateral esquerda e na sala de belas artes, na qual é uma barreira à passagem do som de um ambiente para outro, foi proposto portas acústicas, evitando a entrada de nível sonoro que possa interferir nas atividades exercidas no local. Visando o condicionamento acústico, foi realizado o estudo do tempo de reverberação por meio do programa Reverb 2010. Esse fenômeno é o tempo que o nível de pressão sonora leva para diminuir em 60 dB, após uma fonte de som ser abruptamente desligada. No pavimento térreo e no superior, foram aplicados tijolos cerâmicos nas superfícies, no porcelanato, no forro e nas paredes. De acordo com o estudo realizado, o tempo corrido tanto do térreo como do pavimento superior está abaixo do tempo ótimo, dessa forma, as escolhas das superfícies foram eficientes.

(Conclusão) Em conformidade com que foi apresentado, conclui-se que referente ao estudo de Conforto Acústico na proposta arquitetônica de restauro no Sport Club de Natal, as soluções desenvolvidas foram integradas com o projeto. Diante disso, visando o isolamento acústico foi proposto a utilização de lã de PET, janelas duplas e portas acústicas. Visto que, na análise quantitativa foi perceptível bastante paralelismo e paredes com ângulos retos. Nesse sentido, os materiais empregados como os mobiliários estofados e o tijolo aparente, serão contribuintes para melhorar a absorção e difusão das ondas sonoras, respectivamente. Após a implantação dessas soluções, considera-se a edificação como confortável acusticamente.

Palavras-Chave: Conforto Acústico. Isolamento Acústico. Condicionamento Acústico.

BIOFILIA E BIOMIMÉTICA: ANTEPROJETO DO HOTEL ORVALHO DO MAR LOCALIZADO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RN

Autor(es):

Victor Gabriel Dantas de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Yara Maria Fernandes Leite : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento urbano desordenado e desigual nos centros urbanos das cidades brasileiras tem gerado diversos conflitos no que diz respeito a construção de áreas densas e com cada vez menos em contato direto com a natureza. Devido ao processo de urbanização acelerado, as cidades acabam por formar espaços urbanos não resilientes e não sustentáveis que buscam a melhoria na qualidade de vida da população e sua relação com os recursos naturais. Assim, em consequência ao aumento do processo de urbanização acelerado, campos de estudos têm motivado a realização de soluções que possam atender a relação entre o homem e a natureza, destacando-se a biofilia, a arquitetura biofílica e o design biofílico. Em vista disso, uma das possibilidades de contato do sujeito com a natureza é o deslocamento dos centros urbanos em espaços verdes que influenciam a capacidade humana de forma positiva, ou seja, lugares que possibilitam o reconhecimento do contato direto com a natureza desencadeando reações humanas favoráveis.

(Metodologia) Diante da escolha do município e, conseqüentemente, do terreno, realizou-se estudos no que diz respeito às prescrições urbanísticas e arquitetônicas da região tal como o plano diretor, o código de obras e a área de delimitação urbana (linha preamar), como também o levantamento de dados a respeito da fundamentação teórica que serviu como alicerce para a elaboração de um empreendimento hoteleiro eco turístico. Além disso, procedeu-se pesquisas por fundamentações direcionadas com o conceito do projeto arquitetônico, a relação entre o homem e a natureza, enfatizando a biofilia, a arquitetura biofílica e o design biofílico baseado em pressupostos teóricos de Flora Bittencourt Detanico et al. (2019), o ecólogo Edward Osborne Wilson (1984 apud CHIAPETTA, s.d.) e Jana Kr?má?ová (2009).

(Resultados) Os resultados deram-se a partir do entendimento da problemática e com base em estudos de referências, tornando possível desenvolver um programa de necessidades com o intuito de direcionar a criação do empreendimento hoteleiro.

(Conclusão) Dessa forma, por meio dos estudos e do levantamento de dados no que diz respeito a fundamentação teórica os mesmos serviram como alicerce para a elaboração do projeto de intervenção do Hotel Orvalho do Mar, conclui-se a grande importância da aplicação desse empreendimento na região local. Além disso, a relevância de trazer fundamentações que tenham relação entre o homem e a natureza, enfatizando a biofilia, a arquitetura biofílica e o design biofílico na arquitetura.

Palavras-Chave: biofilia, arquitetura biofílica, design biofílico, qualidade de vida, crescimento urbano desordenado.

COMO OS EMAUS SE ENCONTRAM DURANTE A PANDEMIA.

Autor(es):

*Roberta Andrade de Oliveira Teixeira : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Izadriana Borges Martins: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O atual momento de pandemia dificultou muitos projetos e planos para vários grupos de projetos de extensões universitários espalhados pelo país, como é o caso dos vários Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU). Trata-se de espaço que realizam projetos sociais ou pesquisas, as quais provocariam mudanças significativas para os diversos lugares do país que estão em situações de baixa qualidade.

(Metodologia) A utilização da captação dos resultados dos Escritórios Modelos tornou possível obter informações como a iniciativa de contato com as comunidades parte dos professores ou da própria comunidade; os desafios de realizarem as ações em andamento ou finalizando, entre outros. Além disso buscou-se informações acerca da quantidade e da forma de realização das reuniões desses EMAUs, os quais se reúnem em sua maioria de forma remota, assim como a metodologia utilizada de atuação: participativa ou flexível, a partir dos pedidos e problemas apresentados. Pode-se perceber a importância deles na comunidade, fazendo intervenções necessárias para as regiões e apresentando melhorias para os moradores. Pela dificuldade com a pandemia, essas ações são difíceis de serem realizadas, mas possíveis por meio de encontros online e idas marcadas presencialmente, seguindo as obrigações para se ter segurança na saúde de cada indivíduo presente.

(Resultados) Em suma, observa-se na análise feita a sua grande importância que, mesmo em meio a uma pandemia, buscam fazer melhorias e se mostrando pontuais no que pretendem executar. Igualmente, nesse momento muitos projetos tiveram que ser adiados por causa da quarentena, mas novos projetos surgiram, pensando sempre no bem comum de todos a serem impactados de forma positiva pelos projetos.

(Conclusão) Mesmo com a situação atual, os EMAUs não pararam de pensar e achar soluções por eles propostas, o qual demonstra determinação e foco para o cumprimento dos projetos e objetivos direcionados para o corpo social, localizados dentro de suas áreas de atuação e aprofundarem em outros assuntos, tendo palestras internas para os seus membros, além de se atualizarem em diversos assuntos em questão para o retorno presencial total de suas atividades.

Palavras-Chave: EMAUs, Pandemia, Comunidade e Projeto.

CONJUNTO CIDADE DO SOL: PROPOSTA DE MASTER PLAN EM PONTA NEGRA, NATAL/ RN

Autor(es):

Maria de Fátima Paiva de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Bezerra Onofre: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Evellyn de Brito Guerra Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os municípios de Natal e Parnamirim ? no Rio Grande do Norte ? destacam-se pela integração da mancha urbana, sobretudo nas áreas limítrofes entre bairros de Ponta Negra e Nova Parnamirim, respectivamente. Essa fração do território é impulsionada pela intensa dinâmica imobiliária que se iniciou nas margens da Avenida Ayrton Senna ? principal conexão entre bairros ?, por ocupações do tipo condomínios residenciais, instituições de ensino básico e superior, supermercados e diversos serviços e comércios. Em sua extensão, a avenida apresenta características de subcentro em contínua expansão. Entretanto, há vazios urbanos em seu entorno imediato, dentre as quais as normativas urbanísticas flexibilizam a produção imobiliária local por edifícios verticais, condomínios fechados de lotes e casas.

(Metodologia) Para elaboração, realizou-se visita de campo ? no primeiro semestre de 2020 ? para identificar a morfologia urbana do entorno imediato da gleba (com raio aproximado de 500m) e dados sobre contextualização histórica do bairro, cuja relevância no turismo litorâneo inspirou o nome do Conjunto. Contribuíram para o processo crítico da proposta as obras Cidade para Pessoas, de Jan Gehl (2015), Reinvente seu bairro, de Candido Malta (2010) e Pequeno Manual do Projeto Sustentável, de Françoise-Hélène Jourda (2013).

(Resultados) O Conjunto margeia-se diretamente pela Ayrton Senna e interliga-se com Zona de Proteção Ambiental 05 ? ZPA-05, reconhecida por Lagoinha -, promovendo ao seu usuário contato direto com massa vegetada, contrastando com os intensos fluxos do meio urbano em que está inserida. Ademais, encontra-se próxima às Unidades de Conservação Ambiental de Parnamirim. Ao projetar, planejamos inicialmente os dimensionamentos de lotes, recuos e limites de gabarito passíveis para percolação dos ventos. Em seguida, adaptou-se a proposta pela análise das prescrições urbanísticas para ZPA-05. Assim, novos recuos e gabaritos foram estabelecidos, e se reconfigurou os lotes para formato retangular, reduzindo a extensão de área para implantação de infraestrutura urbana e, conseqüentemente, custos para execução. Além disso, possibilitou quantitativo maior de terrenos. Na terceira etapa, estudamos sobre Áreas Especiais de Interesse Social, analisando a Comunidade de Lagoinha ? situada no entorno da gleba ?, cuja remoção para o conjunto se tornou um dos principais pontos do loteamento. Objetivando preservar o sentimento de pertencimento e vizinhança presente na Lagoinha, decidimos manter a população em casas unifamiliares, em terrenos o mais próximo possível das áreas atualmente ocupadas, com acessos e arruamentos que atendessem à infraestrutura presente na área; propomos, também, espaços de convivência para fortalecer essa identidade. Com esta prioridade, definimos na quarta etapa um programa de necessidades para promover qualidade de vida aos usuários do loteamento, com espaços verdes públicos, espaço comercial aberto em complexo de uso misto, parque urbano, vias pedonais, paradas de ônibus e corredor ecológico. Estes itens buscam fomentar a apropriação do lugar pelo usuário, facilitando acesso e permanência. Assim, modificamos o sistema viário da área de intervenção, propiciando fluidez e reduzindo sobrecarga do tráfego existente; priorizamos a mobilidade urbana, adicionando via pedonal, ciclofaixa e paradas de ônibus. Enfim, priorizamos o uso misto ? edifícios residenciais com comércios/serviços ?, especialmente na área da remoção de Lagoinha, possibilitando à comunidade realizar atividades laborais em suas residências, com imóveis que permitam que seus moradores criem anexos comerciais em suas casas e ambientes para locação, gerando renda extra com o comércio e serviço local.

(Conclusão) O exercício contribuiu para compreensão da produção imobiliária, dos atores produtores do espaço urbano e de normativas urbanísticas, de maneira a planejar a elaboração de master plan em áreas com diferentes configurações urbana-ambiental e público-alvo.

Palavras-Chave: Desenho Urbano; Conjunto habitacional; Comunidade de Lagoinha; Zona de Proteção Ambiental

MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E RETORNO DA ATIVIDADE DISCENTE À SOCIEDADE DURANTE A PANDEMIA

Autor(es):

Isabelle Teodósio Marques: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Fernanda Souza Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ensino superior brasileiro é baseado em três pilares fundamentais: o ensino, pesquisa e extensão. A este último, atribui-se importância no ensino-aprendizagem do discente, visto que essa experiência é o primeiro contato com a prática e vivência profissional. Com isso, outro exercício da extensão é assegurar a promoção do desenvolvimento social e estimular atividades que enfoquem a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e sustentabilidade. Portanto, é notável a relevância da extensão para a comunidade acadêmica e externa, associando em destaque, a atuação das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, já que, de acordo com uma pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR - e o Instituto Data Folha (2015), mais de 85% dos brasileiros constroem suas casas sem o auxílio de um profissional. Tal pesquisa expõe a necessidade urgente da academia, enquanto catalizador de transformação social, voltar-se suas ações para as problemáticas da população brasileira.

(Metodologia) O presente artigo tem caráter descritivo-exploratório. Para isso foi utilizada a bibliografia pertinente e as diretrizes do Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo ? POEMA, além do questionário aplicado por meio de formulários eletrônicos e vídeo conferência com o propósito de coletar informações de práticas extensionistas em universidades do nordeste brasileiro. As temáticas abordadas na entrevista são referentes ao recorte temporal após o início da pandemia da COVID-19 com enfoque nos questionamentos sobre o reconhecimento da IES em relação às ações, ano de fundação, cursos envolvidos, áreas de atuação, organização interna, metodologia utilizada, oferta de demandas e raio de atuação.

(Resultados) No total, foram documentadas oito respostas, dessas, cinco afirmaram não haver ação semelhante à um EMAU e três compartilharam as experiências pelo questionário proposto. Os dados analisados denotam que a maioria das vivências possui somente membros do curso de arquitetura e urbanismo, computando apenas uma experiência que possui a contribuição de um discente de geografia e uma outra que envolve outros cursos em atividades pontuais. A gestão horizontal e divisão por grupos de trabalho ? GTs, foi mencionada por todos os EMAUs, havendo predomínio de metodologias participativas em conjunto das diretrizes do POEMA, que orienta os discentes em relação ao escopo dos escritórios. Já as demandas são catalisadas por professores ou alunos que têm contatos com organizações políticas e movimentos sociais e conhecimento da realidade atuando em um raio médio de 40 km. De modo geral, as atividades não estão acontecendo no momento devido a reclusão em detrimento da pandemia e atualmente estão proporcionando capacitações e articulações virtuais.

(Conclusão) Apesar das experiências e realidades serem distintas, o debate da importância da extensão universitária em arquitetura e urbanismo é atual e indissociável da discussão da melhoria das condições de vida após a pandemia de COVID-19 pelo fato de que o assunto se trata de saúde pública em virtude da fácil e rápida propagação da doença acontecer, principalmente, em ambientes sem ventilação natural com altos índices de aglomeração entre pessoas. Nesse sentido, ao interpretar as respostas dos EMAUs, é possível comparar que as práticas experimentam realidades atípicas durante esse período, precisando suspender totalmente as atividades de campo e voltando-se às demandas virtuais. Portanto, embora tenha sido possível quantificar o panorama geral da extensão universitária em arquitetura e urbanismo atual, a pesquisa não é conclusiva uma vez que ainda está sendo feita a coleta, análise e interpretação de novos dados.

Palavras-Chave: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Extensão Universitária. COVID-19. Arquitetura e Urbanismo.

OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DAS COOPERATIVAS DE RECICLÁVEIS, NA CIDADE DE NATAL-RN.

Autor(es):

Paulo Rubens Nunes de Araujo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) No ano de 2004, houve a desativação do antigo depósito de lixo de Natal ? capital do Rio Grande do Norte ?, situado no bairro de Guarapes, conhecido popularmente por ?lixão de Cidade Nova?. Havendo, assim, a transferência do destino dos resíduos sólidos gerados pelos moradores para o aterro sanitário da Região Metropolitana de Natal ? RMN, localizado no município de Ceará-Mirim. Com a desativação do ?lixão de Cidade Nova?, parte dos catadores de lixo que complementavam a renda familiar através da coleta de materiais recicláveis, de forma precária e ausente de segurança no trabalho, reuniram-se para constituírem cooperativas, tendo como finalidade a criação de vagas de trabalho para os que antes tiravam a renda diretamente dos resíduos do lixão (BISPO, 2013). As cooperativas se instalaram no local do antigo lixão, com a colaboração do governo municipal, que disponibilizou galpões e caminhões. Por incentivo do poder público, as antigas associações se fundiram em duas cooperativas, Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/RN - COOPCICLA - e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal/RN - COOCAMAR. Ambas, estão atualmente em atividade e são responsáveis por toda coleta de resíduos da RMN (BISPO, 2013).

(Metodologia) Para atingir tais objetivos, houve a realização de entrevistas com Edvanilson Henrique, presidente da COOPCICLA, e Raquel Silveira, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora acerca dos movimentos sociais na produção das políticas públicas e da sua relação com o estado e na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da RMN, especificamente com as cooperativas COOPCICLA e COOCAMAR. Tais entrevistas ocorreram em junho de 2021, com o intuito de levantar dados para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo referente à elaboração de um projeto de um centro de ensino destinado a conscientização do uso de resíduos sólidos.

(Resultados) De acordo com Raquel Silveira, as cooperativas têm relações de sobrevivência entre os membros, direcionadas para uma economia solidária, de construção de laços e de sociabilidade, ponto relevante para a maioria dos cooperados. Entretanto, há a discriminação do trabalho dos cooperados pela sociedade e esta visão é refletida nas cooperativas de Natal. Atualmente, a COOCAMAR e a COOPCICLA estão instaladas na zona oeste e as coletas ocorrem, predominantemente, nas zonas sul e leste. Ademais, ressalta que a educação de reciclagem e de resíduos sólidos para a sociedade é uma forma de combater a discriminação em relação de como a sociedade enxerga as pessoas que trabalham neste meio, pois é uma forma de desvincular o catador, a imagem do seu objeto de trabalho. Outro ponto muito importante é a forma que cidade é impactada pelo sistema de coleta seletiva. Segundo Edvanilson Henrique, as áreas onde possuem maior coleta, se encontram na zona sul e leste, áreas mais nobres da cidade, evidenciando que problemas estruturais na sociedade, como a desigualdade, influencia na coleta de recicláveis.

(Conclusão) Por fim, as cooperativas de reciclagem são exemplos que favorecem para a inclusão socioeconômica e a redução de impactos socioambientais, por contribuir para a reutilização, o consumo e o destino dos resíduos sólidos das cidades e possibilitar outros meios de renda para os catadores.

Palavras-Chave: Palavra-chave: Cooperativas; Resíduos sólidos; Catadores; Recicláveis; Coleta.

PARQUE DUNAS DE PAJUÇARA

Autor(es):

Maria Carolina Martins do Rego: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Anna Beatriz Medeiros Fernandes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O parque fica localizado em Natal / RN, no bairro de Pajuçara, Zona administrativa Norte da cidade. Está inserido na ZPA 9, uma Zona de Proteção Ambiental ainda não regularizada. Sendo assim, demonstrar a qualidade que o bairro obtém para seu próprio desenvolvimento e atração de turistas e moradores locais, trazendo a oportunidade de conhecer a flora e fauna da região e demonstrar que se torna possível a utilização de aparelhos públicos e atividades ao ar livre nos dias atuais

(Metodologia) Por meio de estudos realizados com instrumentos como o Plano Diretor de Natal e estudos de referência global, nacional e regional. Realizando a análise desses documentos em paralelo se tornou possível a discussão dos instrumentos que poderia ser posto em prática de forma de atividade e de contemplação no ambiente disponibilizado para nós.

(Resultados) O resultado deste trabalho foi a elaboração de um parque levando em consideração os aspectos estudados sobre o bairro, e a zona de preservação ambiental em questão

(Conclusão) Concluímos que o projeto proposto pela dupla é uma ideia viável levando em consideração os estudos feitos sobre o bairro e a Zona de Preservação ambiental abordados, visto que o proposto pela dupla foi trazer vivacidade para as áreas pouco exploradas e com grande potencial na cidade do Natal e mais especificamente na Zona Norte onde o seu potencial encontra-se escondido. Sendo assim, demonstrando as possibilidades de atividades que podem ser posta em prática no local.

Palavras-Chave: Pajuçara, Parque, Fauna, Flora

PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: ANÁLISE DO FILME UP - ALTAS AVENTURAS

Autor(es):

Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) No ano de 2009, houve o lançamento no Brasil da animação "Up - Altas Aventuras" para retratar os desafios de Carl Fredricksen, que reside numa moradia histórica de significativo valor sentimental e patrimonial arquitetônico. A residência compõe um conjunto de patrimônio edificado histórico de mais de meio século que foi sendo demolido e substituído por edifícios verticais contemporâneos. Carl tornou-se o único residente a não comercializar a sua moradia, por ter vivenciado parte da sua vida na área com a sua falecida esposa. Considerado uma ameaça pública e forçado a ser internado. Para evitar a internação, Carl prende milhares de balões coloridos à sua casa e levanta voo. A animação demonstra as transformações da localidade por investimentos imobiliários, de renovação urbana, de apropriação por estoque de novas moradias e de mudanças de camadas sociais, retratando, de certo modo, o processo de gentrificação.

(Metodologia) Utilizou-se, para a análise da animação, o método-exploratório para compressão conceitual do termo gentrificação debatido no decorrer do curso de Arquitetura e Urbanismo, com base na obra "De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização" dos centros urbanos, de Catherine de Bidou-Zachariassen (2006); no artigo "RE: atrás de, depois de?", das autoras Lélia Mendes Vasconcellos e Maria Cristina F. Mello (2009).

(Resultados) Na análise, percebe-se que a intenção do promotor imobiliário é a retirada do residente Carl para a demolição da casa, com o interesse de ampliar as edificações contemporâneas desconsiderando a memória afetiva construída na residência pelo personagem. Dessa forma, classifica-se como Renovação Urbana, e, conseqüentemente, resultaria em um processo de gentrificação. Assim, com o para a solução, ou minoração, do processo de gentrificação, a primeira proposta de intervenção que permita a permanência da residência é a Reabilitação Urbana. Esse método, requalifica a cidade existente por meio de intervenções destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, as condições físicas do patrimônio construído, e manter a identidade e as características das diversas áreas da cidade. A segunda proposta é a de revitalização, utilizando projetos arquitetônicos para novos empreendimentos dando usos reformulados para prédios antigos com o envolvimento da população para as questões de políticas públicas, concedendo voz ativa para todos os usuários das zonas urbanas, e a integração do programa de gestão compartilhada. A terceira solução é o uso de legislações urbanísticas que devem ser propostas diretrizes a rigor do controle da ocupação para as próximas intervenções nessa área.

(Conclusão) Os principais objetivos deste trabalho foram cumpridos com êxito, em especial o de análise da problemática e sugerir propostas de intervenções referentes ao exposto na animação. Entendemos sobre o tema em outra perspectiva fora da área da Arquitetura e Urbanismo. Essa pesquisa foi de grande importância para o aprofundamento desse tema atual e nos permitiu compreender que a crítica da Renovação Urbana se coloca no plano social, desfazendo os laços dos habitantes da área "renovada", quando são removidos para outros lugares. Dessa forma, se assemelha ao filme pelo descaso com o morador existente, sendo o propósito do empresário a vinda de novos usuários com condições superiores, contribuindo no efeito de gentrificação na localidade.

Palavras-Chave: Animação. Gentrificação. Reabilitação. Renovação. Revitalização.

SPORT CLUB DE NATAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE RESTAURO.

Autor(es):

Arthur Romano Liberato Freire Moreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Sport Club do Natal foi a segunda associação de esportes aquáticos, fundada em 25 de novembro de 1915, na antiga Rua do Comércio, atualmente Rua Chile. Além disso, promovia competições na cidade junto com o Centro Náutico do Potengy. Cabe destacar que na última década do século XIX, os esportes aquáticos foram de extrema importância para atividades de lazer e bem-estar no bairro da Ribeira, na capital do Rio Grande do Norte. O edifício se encontra nas margens do Rio Potengy e foi essencial para a valorização dessa categoria de esporte na época, pois ainda hoje existe o Centro Náutico do Potengy. O edifício, selecionado para a intervenção de revitalização, se insere em um contexto de que a maioria dos edifícios da região encontram-se em situação de abandono e, nesse sentido, é notável o impacto positivo da intervenção para fomentar a vitalidade do local.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi do tipo documental, uma vez que foi necessário investigar, comparar e analisar o objeto de estudo. Utilizou-se a dissertação de Maria Marinho (2008) para aprofundar a história e o contexto do edifício. Empregou-se o Plano de Reabilitação da Ribeira (2008), destacando o estímulo e a consolidação da cultura de reabilitação urbana e da recuperação do acervo edilício, para servir como diretriz ao incentivo à Rua Chile como pólo gastronômico e aplicar esta estratégia com o Sport Club de Natal.

(Resultados) No levantamento arquitetônico, houve limitações, como visto na análise arquitetônica, devido ao desabamento da estrutura interna; assim considerou-se livre o espaço interno. Ademais, por ser edifício geminado, apenas o levantamento da fachada frontal foi realizado. No diagnóstico, foi constatado a degradação em alguns pontos como: os desgastes das esquadrias, a pintura desgastada por consequência às condições climáticas, crosta negra, vegetação com limo e enraizada, pichações, os vidros quebrados e a perda do reboco em alguns trechos. As possíveis causas se devem à falta de manutenção adequada, vandalismo, variações climáticas e a degradação natural. Na definição do programa de necessidades, a proposta foi feita para cada pavimento. Nesse sentido, conta com bar e bistrô no térreo e um coworking e uma sala de belas artes no pavimento superior, priorizando a funcionalidade em equilíbrio com a estética. Nessa concepção, no pavimento térreo, o zoneamento dos ambientes foi planejado para delimitar as áreas exclusivas para funcionários (cozinha e banheiros) separadas com a parte pública. No pavimento superior, houve a repetição dessas áreas com um acréscimo de um escritório no lado direito.

(Conclusão) Em conformidade com o que foi explanado, referente ao estudo do anteprojeto de restauro do Sport Club de Natal, as informações coletadas auxiliaram para o desenvolvimento, como a elaboração da proposta de intervenção da edificação. Nessa perspectiva, analisou-se os aspectos históricos do edifício, o levantamento arquitetônico, as condicionantes ambientais, as diretrizes projetuais e os estudos de referências que foram de suma importância para as escolhas dos usos e para o desenvolvimento do projeto.

Palavras-Chave: Restauro. Ribeira. Sport Club de Natal.

GRADUAÇÃO EM CONTÁBEIS

ANAIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES CONTÁBEIS E FINANCEIROS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE NATAL/RN NOS ANOS DE 2018 E 2019

Autor(es):

Maria Gabriella do Nascimento Reis: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem por objetivo analisar os principais indicadores contábeis e financeiro da empresa Ri Happy Brinquedos nos anos de 2018 e 2019 e através dos seus resultados poderem acompanhar a sua saúde financeira, empresa esta que é considerada uma das maiores empresas de brinquedos no Estado do Rio Grande do Norte. Na análise dos principais indicadores contábeis e financeiros existe uma grande importância das demonstrações financeiras, no qual identifica os pontos fracos e fortes de uma empresa, medi sua capacidade de gerar lucro e também interpreta a situação econômico-financeira. Estão envolvidas as atividades na análise financeira que são: coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir.

(Metodologia) Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, no qual busca levantar dados necessários para o entendimento dos índices para análise e tomadas de decisões. Sendo assim, a pesquisa qualitativa descritiva realizada neste trabalho busca interpretar e comparar os dados encontrados nos relatórios contábeis da empresa em estudo, analisando-os, de modo que possam ser compreendidos. Contudo, o principal objetivo foi descrever as características de um fato, classificando assim como pesquisa descritiva.

(Resultados) Os resultados encontrados determinam que relacionados aos Indicadores de Liquidez (Margem Líquida; Liquidez Imediata; Liquidez Corrente; Liquidez Seca; Liquidez Geral) mensuram a capacidade de saldar suas dívidas tanto no curto como no longo prazo, pôde-se analisar que a empresa não conseguiu cumprir todos os seus compromissos financeiros dentro do prazo previsto, fazendo com que possa a vir correr riscos futuros. Os índices que compõem o endividamento (composição de endividamento e endividamento geral) pode-se observar que a empresa possui um CE bastante alto. Relacionados aos índices de rentabilidade (giro do ativo; margem bruta; margem líquida; margem operacional; ROA; ROE) os resultados foram em partes favoráveis, sendo assim terá que ficar acompanhando o desenvolvimento da empresa. A análise das informações contábeis e financeiras é o ponto inicial para a comparação e interpretação dos demonstrativos financeiros,

(Conclusão) Estas informações servirão para os gestores analisarem e fazerem projeções futuras o objetivo proposto foi alcançado e problema da pesquisa respondido, pois foi possível verificar os índices e seus resultados no período analisado da Ri Happy Brinquedos. Na perspectiva de pesquisa futura sugere-se realizar uma pesquisa mais aprofundada nas análises da empresa, para assim poder identificar as análises e o que possibilitem maior valor de mercado junto com toda equipe financeira responsável.

Palavras-Chave: Indicadores contábeis e financeiros. Ri Happy Brinquedos. Saúde financeira.

APLICABILIDADE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ANÁLISE DA DESPESA COM PESSOAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2017 A 2019

Autor(es):

Crislani Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece como principal objetivo impor normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Propondo uma maior transparência às contas do Governo através do estabelecimento de limites a serem observados para as principais variáveis fiscais. Desta forma, fixa limites para alguns tipos de despesas, como de pessoal, para dívida pública, e determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Diante do exposto, surge a seguinte problemática: Qual o comportamento dos Tribunais de Contas dos Estados Brasileiros no período de 2017 a 2019, quanto às exigências e limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere aos gastos com pessoal?

(Metodologia) Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada caracteriza-se como descritiva, pois discorre sobre a aplicabilidade da LRF quanto à limitação da despesa com pessoal nos Tribunais de Contas dos Estados Brasileiros, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, e para dar suporte e fundamentação teórica a essa pesquisa, foi realizada também uma pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada por meio do Relatório de Gestão Fiscal das 26 Cortes de Contas dos Estados dos anos de 2017 a 2019, disponibilizados em seus respectivos portais de transparência.

(Resultados) O estudo mostrou considerável variação dos percentuais de despesa líquida com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida nos anos analisados. No caso de Tocantins, no ano de 2017 percebe-se o resultado acima do Limite Máximo, e em 2018 estando dentro do Limite Máximo estabelecido, sem ultrapassá-lo de fato, tendo finalmente valores dentro de todos os limites no ano de 2019. No ano de 2018 e 2019 verifica-se mais uma vez o descumprimento do Limite Máximo por parte da Corte de Contas de Mato Grosso. Como também no caso do Tribunal de Contas de Roraima, ultrapassando o Limite Máximo apenas em 2017.

(Conclusão) De acordo com os resultados alcançados, referente à Despesa com Pessoal e seus Limites de Alerta, Prudencial e Máximo, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é possível observar que poucos dos Tribunais de Contas no decorrer dos anos analisados ultrapassaram os limites estabelecidos. Nesse sentido, percebe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal porta um papel fundamental para a gestão pública, em vista das melhorias de gestão e a devida transparência dos recursos públicos, porém, alguns dos Tribunais de Contas analisados não atenderam o exigido em anos específicos, cabendo penalidades previstas em lei. Para pesquisas futuras, recomenda-se que sejam feitos estudos de casos que justifiquem e expressem a forma como são utilizados os recursos destinados a Despesa com Pessoal nos âmbitos dos Tribunais de Contas dos Estados e os benefícios que esses dispêndios retornam à população.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Relatório de gestão fiscal. Despesa com pessoal.

ENFOQUE SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEUS ASPECTOS

Autor(es):

Maria Eduardo dos Santos Custodio Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Targino de Farias: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa trata sobre o trabalho infantil, tema com bastante relevância e que é frequentemente deixado de lado pelos grandes canais de mídia e comunicação. Segundo Vilani (2006), desde o advento da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira como um todo, em suas ações e pensamentos, não incorporou o novo paradigma de proteção à criança, mostrando a falta de esclarecimento quanto aos aspectos do trabalho infantil e sobre os direitos da criança e do adolescente.

(Metodologia) A metodologia empregada foi do tipo método descritivo, visto que o trabalho foi predominantemente construído a partir de pesquisas bibliográficas.

(Resultados) Os resultados obtidos partem do entendimento sobre o trabalho infantil, que se manifesta pela imposição de uma rotina de trabalho, sobre a criança ou adolescente, muitas vezes motivada pela necessidade de auxiliar no sustento de si e de seus familiares. O destaque negativo a respeito do assunto é a falta generalizada de informação, diante do achismo de que o trabalho infantil possa ser, de algum modo, algo favorável para a criança. De acordo com Vilani (2006), considera-se uma falácia afirmar que o trabalho do menor substitui o risco de exposição ao crime e aos maus-costumes inerentes aos ambientes urbanos, principalmente. A autora enfatiza que o trabalho infantil é realizado sob condições desfavoráveis e que apresentam riscos à saúde e a segurança do menor, por ser desempenhado, quase sempre, em locais com alto índice de insalubridade, como são os lixões, e com alta propensão a ocorrência de acidentes, como são as pedreiras.

(Conclusão) Por meio desta pesquisa, é notável que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) exerceu papel fundamental no combate ao trabalho infantil. Entretanto, ainda se trata de um problema recorrente e atual, que necessita atenção por parte dos agentes públicos e autoridades, bem como da sociedade como um todo. Santos (2008) comenta o paradoxo que é o Estado Brasileiro, tão diligente na criação e aplicação de campanhas e medidas contra o trabalho infantil, mas também um país que apresenta altíssimos índices de violação do direito do menor. Dito isto, conclui-se que o esforço não pode cessar e que o problema, enquanto não erradicado, jamais deverá ser deixado de lado.

Palavras-Chave: Trabalho infantil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Exploração infantil.

IMPACTOS DA COVID-19 NA SOCIEDADE

Autor(es):

Adriely Nascimento Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Italo Pietro Calixto Nobrega: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não resta dúvida que a PANDEMIA de COVID-19, provocou um desajuste econômico-social no sistema econômico. É notório que ela trouxe impactos nas vidas das pessoas a nível global. Tendo como causa, o vírus SARS-COV-2, rapidamente tornou-se um dos grandes desafios do nosso século. Iniciado na china no final de 2019, a pandemia se propagou por vários países dos cinco continentes, de acordo com a OMS (organização mundial da saúde); No Brasil, o registro do primeiro caso ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo. A COVID-19, uma doença infectocontagiosa, e que tem o coronavírus como causador da síndrome respiratória aguda grave, e responsável pela atual PANDEMIA. E não é a primeira vez que coronavírus circulam entre nós, pois o ano de 1960 foi identificado os primeiros coronavírus, sendo difundido e conhecido nos anos de 2002 e 2003 por causar uma síndrome respiratória aguda grave no ser humano.

(Metodologia) Como metodologia, foi levada em conta a revisão narrativa de periódicos científicos indexados na base de dados, durante o período de janeiro a abril de 2020. Foram levados em consideração os aspectos relacionados à doença, utilizando-se a estratégia de busca em manuais de artigos relacionados aos estudos, ora apresentado.

(Resultados) Na análise do trabalho, foram evidenciados vários resultados, entre os quais podemos citá-los: a origem do SARS-COV-2, causador da COVID-19, é incerta, tendo sido especulado, que a sua origem ocorreu em um mercado de frutos do mar, na China. ; a rápida propagação do vírus pode estar associada à forma de transmissão e capacidade de sobrevivência no ambiente externo; os pacientes hospitalizados, na sua grande maioria, apresentam uma idade sexagenária; existência de imunossupressão e comorbidades como hipertensão e diabetes. Foi detectado também, que embora a sua transmissão direta seja reconhecida como um dos principais mecanismos de disseminação destacou a transmissão indireta, pela superfície contaminada, para a sua propagação.

(Conclusão) Por fim, é preciso que a propagação rápida do vírus, requer medidas urgentes para a preservação da população. Medidas estas, com embasamento científico, para que possam promover e garantir o fortalecimento de ações para a disseminação do vírus. Salientamos, que as amostras científicas citadas, neste trabalho, não correspondem aos questionamentos formulados, mas, abrem um leque de perspectivas para a sua melhor compreensão do problema ora estudado.

Palavras-Chave: PANDEMIA; COVID-19; SARS-CoV-2

IMPACTOS DA COVID-19 NA SOCIEDADE

Autor(es):

Adriely Nascimento Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Italo Pietro Calixto Nobrega: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não resta dúvida que a PANDEMIA de COVID-19, provocou um desajuste econômico-social no sistema econômico. É notório que ela trouxe impactos nas vidas das pessoas a nível global. Tendo como causa, o vírus SARS-COV-2, rapidamente tornou-se um dos grandes desafios do nosso século. Iniciado na china no final de 2019, a pandemia se propagou por vários países dos cinco continentes, de acordo com a OMS (organização mundial da saúde); No Brasil, o registro do primeiro caso ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo. A COVID-19, uma doença infectocontagiosa, e que tem o coronavírus como causador da síndrome respiratória aguda grave, e responsável pela atual PANDEMIA. E não é a primeira vez que coronavírus circulam entre nós, pois o ano de 1960 foi identificado os primeiros coronavírus, sendo difundido e conhecido nos anos de 2002 e 2003 por causar uma síndrome respiratória aguda grave no ser humano.

(Metodologia) Como metodologia, foi levada em conta a revisão narrativa de periódicos científicos indexados na base de dados, durante o período de janeiro a abril de 2020. Foram levados em consideração os aspectos relacionados à doença, utilizando-se a estratégia de busca em manuais de artigos relacionados aos estudos, ora apresentado.

(Resultados) Na análise do trabalho, foram evidenciados vários resultados, entre os quais podemos citá-los: a origem do SARS-COV-2, causador da COVID-19, é incerta, tendo sido especulado, que a sua origem ocorreu em um mercado de frutos do mar, na China. ; a rápida propagação do vírus pode estar associada à forma de transmissão e capacidade de sobrevivência no ambiente externo; os pacientes hospitalizados, na sua grande maioria, apresentam uma idade sexagenária; existência de imunossupressão e comorbidades como hipertensão e diabetes. Foi detectado também, que embora a sua transmissão direta seja reconhecida como um dos principais mecanismos de disseminação destacou a transmissão indireta, pela superfície contaminada, para a sua propagação.

(Conclusão) Por fim, é preciso que a propagação rápida do vírus, requer medidas urgentes para a preservação da população. Medidas estas, com embasamento científico, para que possam promover e garantir o fortalecimento de ações para a disseminação do vírus. Salientamos, que as amostras científicas citadas, neste trabalho, não correspondem aos questionamentos formulados, mas, abrem um leque de perspectivas para a sua melhor compreensão do problema ora estudado.

Palavras-Chave: PANDEMIA; COVID-19; SARS-CoV-2

O AUMENTO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS.

Autor(es):

Laysla Anyelle da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho trata-se de um levantamento de dados científicos sobre o aumento do preço da cesta básica brasileira durante a pandemia e as suas consequências. Foi percebido que o aumento do preço dos alimentos, interfere na economia e afeta os consumidores, principalmente os que tem menor poder aquisitivo de compra, os que são classificados de classe baixa. A pandemia provocou o aumento de consumo e uma maior demanda por esses produtos, sendo assim, os fatores econômicos e efeitos da pandemia ocasionaram a alta de alguns produtos que fazem parte da cesta básica brasileira.

(Metodologia) . A metodologia utilizada se deu a partir da análise de documentos com pesquisas exploratórias e leituras. Foi realizada pesquisa bibliográfica do objeto de estudo com intuito de identificar os alimentos que tiveram o aumento de preço e suas possíveis causas, além das consequências provocadas diante dessa problemática.

(Resultados) A partir dos resultados obtidos foi possível identificar que há variação de preço de alguns produtos durante o mesmo mês, e que não há constância, pois os preços têm alta e baixa e que cada supermercado tem um método diferente de dar o valor ao produto. Fatores como a exportação e a baixa oferta no mercado interno estão ligados ao aumento de preço, além disso, com o avanço da pandemia, o valor da cesta básica tem-se elevado em virtude do aumento da demanda de alimentos, como também o aumento do dólar em relação ao real. Contudo, dentre os fatores que levam o aumento da cesta básica, percebe-se que a inflação tem grande influência para o consumidor, visto que a inflação diminui o consumo por conta da alta no preço dos alimentos. Os que mais tem impactos são os consumidores da população de classe baixa que tem um poder aquisitivo, de comprar, menor.

(Conclusão) O presente trabalho conclui que durante a pandemia o preço da cesta básica teve aumento significativo, e que o fatores econômicos influenciam nesse aumento. Todavia a população de classe baixa é a que mais sofre com as consequências desse aumento, por dispor de um poder de compra menor e ter limitações de produtos que fazem parte de primeira necessidade.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Cesta básica. Aumento de preço. Consumo. Pandemia.

GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANAIIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES MILITARES: A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA VÍTIMA EM EVIDENCIAR O FATO.

Autor(es):

Lorena de Lima Angelo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O assédio moral é uma violência que se mostra como um grave fenômeno social, que comumente é ignorado ou escondido pela insegurança e vergonha. As Unidades Militares tem como base a hierarquia e a disciplina Militar, ou seja, uma estrutura vertical que oportuna o aparecimento do assédio moral. As características anteriormente mencionadas, se realizadas em simultâneo com outras virtudes, como o respeito, certamente trará êxito em qualquer relação de trabalho. Nesse sentido, a problemática dessa pesquisa se preocupa em responder como o assédio moral pode ser reconhecido no ambiente de trabalho militar e quais as dificuldades encontradas pela vítima em evidenciar o acontecimento do fato. A fundamentação se dá pois na Brigada Militar ou em ambientes similares sofrem com o mesmo inconveniente em questão, e são sujeitados a passar por situações de humilhação e tratamento degradante, sofrem perseguição e são penalizados por coisas insignificantes, por quem detém o maior poder hierárquico que faz uso da autoridade para cometer esses atos.

(Metodologia) Foi preferido o método de abordagem dedutivo que objetiva explicar o objeto das alegações em busca da síntese crítica para acrescer a Ciência do Direito, em conjunto com procedimento histórico e pesquisas bibliográficas para analisar fontes, como Decreto Lei nº 6.227, de 24 de Janeiro de 1944, Decreto Lei nº 2.848, de Dezembro de 1940, Decreto Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e por fim o Jurisprudência dos Tribunais Militares.

(Resultados) Foi observado que o tratamento dos superiores para com os seus subordinados, na maioria das vezes é realizado de maneira completamente desrespeitosa, pois há uma grande procura pelo poder e isso faz com que muitos pratiquem diversas injustiças e arbitrariedades. Ainda, o Código Penal não há uma lei específica que tipifique essa conduta, embora trâmite, há mais de uma década na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que vise criminalizar esse tipo de violência. Logo, o assediador só poderá ser ouvidos penalmente caso ocorra essa tipificação. A valoração do trabalho é um dos princípios presentes no artigo 1º da Constituição Federal de 1988 e dessa forma, sendo visto como um valor essencial, desse modo, quando ocorre o assédio moral o princípio da dignidade da pessoa humana e da valoração do trabalho (art.1º, incisos III e IV, da CF/88) estão sendo violados.

(Conclusão) O assédio moral se confunde com a hierarquia e a disciplina militar que apesar de ser um fenômeno social antigo, se intensificou com a busca pela ascensão no ambiente de trabalho, a busca pelo poder e pelo respeito dentro da Brigada Militar. Dessa forma, os militares estão completamente sujeitos, mais que os outros trabalhadores, a sofrer esse tipo de violação.

Palavras-Chave: Assédio moral. Ambiente Militar. Hierarquia. Disciplina. Violência.

15 ANOS DE LEI MARIA DA PENHA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Autor(es):

Lorena de Araújo Rocha da Nóbrega Dantas: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência é um fenômeno complexo, multicausal e de difícil definição, e tem sido aclamada como um dos maiores problemas de ordem política e social em todo o mundo. Nessa perspectiva, em 2006, é criada no Brasil a Lei n. 11.340, de 07 de agosto, também conhecida como Lei "Maria da Penha" (LMP). Esta representa uma conquista no campo dos Direitos Humanos e do Movimento Feminista e de Mulheres, ao criar mecanismos (políticas públicas) para impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as providências jurisdicionais previstas em lei, as medidas de proteção de urgência (MPUs) se sobressaem por proteger a vítima de agressão no tocante a sua integridade física e psicológica, bem como quanto aos seus direitos patrimoniais, e assegurar que a mulher possa seguir a sua vida cotidiana sem que seja incomodada pelo agressor. Tais ações garantem que os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, independentemente de classe, orientação sexual, raça, religião, cultura, escolaridade e idade sejam praticados em sua integralidade.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada por meio da Análise Documental. A coleta dos dados foi feita em fontes primárias (corpo da LMP e legislações correlatas, disponíveis on-line) e ocorreu no mês de setembro. Os dados foram sumarizados em categorias, de acordo com as seções da LPM, destacando as disposições gerais, os aditivos feitos ao longo do tempo e as implicações disso para as medidas protetivas. O referido estudo está em fase de análise dos resultados. Nesse sentido, apresenta-se aqui os resultados parciais.

(Resultados) A pesquisa identificou seis modificações no Capítulo II das MPUs, no período de 2018 a 2020. Este capítulo é composto por sete artigos, Artigo nº 18 ao Artigo nº 24-A, distribuídos em IV seções. Ressaltam-se: I) a suspensão da posse da arma de fogo do agressor em qualquer ambiente (residência, local de trabalho, estabelecimento, empresas, etc), o que possibilita que o objeto do crime possa ser periciado e posteriormente utilizado como prova no processo; II) o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, bem como o III) acompanhamento psicossocial através de atendimentos individuais e/ou em grupos de apoio; e IV) a introdução de um novo crime, quando há o descumprimento de MPUs, com penas de detenção de três meses a dois anos.

(Conclusão) Este trabalho procura sumarizar e refletir sobre as modificações que ocorreram nas MPUs, desde a criação da LMP até os dias atuais, através de Análise Documental de fontes primárias. Os resultados parciais permitem observar que as alterações foram incorporadas com objetivo de resguardar a integridade física e psicológica da vítima de violência doméstica, uma vez que obrigam o suposto agressor a não apresentar condutas que coloquem a suposta vítima em situações de risco.

Palavras-Chave: Violência contra a Mulher. Violência de Gênero. Lei Maria da Penha.

DIREITO DE VIZINHANÇA: QUAIS AS RESPONSABILIDADES POSSUO ENQUANTO VIZINHO?

Autor(es):

Beatriz Cunha de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Izabel Andrade Lima Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A ideia central do vídeo é trazer de forma dinâmica e descomplicada o que o Código Civil trata de Direito de Vizinhança, posto do Art. 1.277 até o Art. 1.313 desse dispositivo legal. Ou seja, é pretendido mostrar os direitos e deveres que nós temos em relação daqueles que moram adjacentes a nós, de forma que o direito se torne uma ferramenta acessível na resolução de conflitos entre vizinhos.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro do vídeo é trazer uma filmagem leve e divertida. O vídeo começa como se fosse um jornal televisivo entrando em mais um bloco de notícias. Sendo que, ao invés de se apresentar as notícias do bloco, a âncora do jornal, abre espaço para um quadro no jornal que pretende tirar as dúvidas frequentes dos telespectadores, sendo a dúvida da semana ?Quais as Responsabilidades Possuo Enquanto Vizinho??. Essas "dúvidas" serão sanadas ao longo do vídeo.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados é trazer mais informação de maneira descomplicada para a sociedade à respeito do tema de Direito de Vizinhança, fazendo com que se compreenda os direitos e deveres que se deve ter com os moradores adjacentes, assim facilitando a resolução de conflitos entre vizinhos.

**(IM)POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE TAXA CONDOMINIAL PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO
FLAMBOYANTS**

Autor(es):

SISELI CARDOSO FERNANDES PANDOLPHI: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Letícia Lordão Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Carlos de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Condomínio Residencial Flamboyats, situado nesta capital, trata-se de condomínio irregular, composto de quarenta e dois blocos, com doze apartamentos cada (totalizando quinhentos e quatro apartamentos), e uma extensa área comum, os proprietários optaram por fazer a administração em separado das áreas comuns de cada bloco, ficando a associação de moradores encarregada de manter as áreas maiores, comuns a todo o residencial, pelo que cobra uma taxa mensal nem sempre adimplida pelos moradores.

(Metodologia) Utilizou-se o método hipotético-dedutivo a partir da premissa de que existe uma realidade fática de condomínio edilício, embora não regularizado, a ensejar a responsabilidade coletiva pelo uso e manutenção de áreas comuns. Para responder à problemática sugerida, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), assim como também do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(Resultados) A partir da análise da Convenção do Condomínio Flamboyants, verificou-se a existência de previsão de cobrança de taxa condominial para manutenção das áreas comuns, embora os proprietários nunca tenham diligenciado a regularização do Condomínio. Destarte, alegam que, consoante o preceito de livre associação insculpido no art. 5º da Constituição Federal, não poderia associação cobrar mensalidade compulsória

(Conclusão) Precedentes do STJ(AC0700373-94.2019.8.07.0020), apontam que o condomínio, ainda que irregular, tem legitimidade para efetuar as cobranças das quotas-partes dos condôminos, os quais não podem se recusar a cumprir os termos da convenção devidamente aprovada, que faz lei entre as partes. Ademais, se o condômino se beneficia pelos serviços prestados pela associação, não pode eximir-se de custear as despesas que os patrocinam, sob pena de enriquecimento sem causa. No mesmo sentido são, aliás, as decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (AC 20140038624 RN) que firmam o entendimento da seguinte maneira - ?Qualificam-se como propter rem as obrigações dos condôminos de contribuir para a conservação da coisa comum e adimplir os impostos alusivos à propriedade, bem como todo os direitos de vizinhança, referenciados no Código Civil. (...). Nota-se que nos exemplos expostos, os condôminos não subscreveram qualquer contrato em que se obriguem a pagar tais débitos. Basicamente, as prestações decorrem da assunção do direito real de propriedade (...)?. Portanto, ainda que se trate de condomínio irregular, administrado por associação de moradores, é devida a cobrança de taxas condominiais, pois mesmo que o apelante não seja associado, tem o dever de ratear as despesas comuns com manutenção, conservação segurança, limpeza, dentre outros serviços que são oferecidos a todos os proprietários dos imóveis.

Palavras-Chave: Condomínio Irregular. Associação de Moradores. Taxas Condominiais.

A (IM)POSSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

Autor(es):

Vinícius Nogueira Adeodato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devemos Salientar que hodiernamente percebemos a existência de muitos empregados hipossuficientes e que muitos deles tem dificuldades para ajuizar reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho, tendo em vista suas situações financeiras. Com tudo existe uma forma para que esses hipossuficientes tenham acesso ao Poder Judiciário, essa forma se dar pelo dever dos órgãos jurisdicionais prestar a Assistência Jurídica Gratuita, isto é, eles recorrem em juízo através de Sindicatos, Advogados ou por meio do Jus Postulandi. Com isso a presente pesquisa vai mostrar que é necessário a instituição da Defensoria Pública na Justiça do Trabalho, tendo em vista ser mais uma opção para os empregados de entrar em juízo e também pelo fato de não existir ainda o órgão da defensoria no Direito do Trabalho.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa com aplicação do método dedutivo, que visa compreender o acesso dos empregados a Justiça do Trabalho e os órgãos jurisdicionais criados ou aqueles órgãos que se pretendem criar para ajudar esses hipossuficientes. Aplicação da pesquisa qualitativa, onde busca investigar por meio da doutrina jurídica, análise de jurisprudência, legislações gerais e específicas, princípios do direito e dados estatísticos, assim como entre outras fontes.

(Resultados) A Justiça do Trabalho vem sendo cada vez mais acionada com reclamações trabalhistas por empregados e empregadores da sua determinada categoria, com tudo há de se dizer que muitos desses jurisdicionados, sofrem em conseguir entrar em juízo, sendo a maioria das vezes passando por obstáculos e barreiras que cada indivíduo tem de combater. Desse modo há órgãos criados para resolver esses problemas, sendo eles: Sindicatos, Advogados e também por meio do Jus Postulandi. Por fim percebemos que deve haver a necessidade de se criar o órgão da Defensoria Pública para ajudar esses indivíduos que não tem condições. Assim percebemos que não existe juridicamente a possibilidade da Defensoria Pública na Justiça do Trabalho, porém este presente artigo vem propor a instituição desse órgão no Direito do Trabalho, tendo em vista os outros meios disponíveis não darem conta de altas demandas, sendo necessário a criação da Defensoria Pública para ajudar os Sindicatos e os próprios necessitados que entram por meio do Jus Postulandi.

(Conclusão) De maneira análoga urge que com essa instituição da Defensoria Pública na Justiça do Trabalho, percebemos que seria de extrema importância tendo em vista ser mais uma opção para os necessitados, em receber ajuda para assegurar seus direitos individuais e coletivos. Com isso há uma grande necessidade da defensoria no Direito do Trabalho, pelo fato que seria mais uma opção para os necessitados. Portanto a presente pesquisa propõe uma alteração à legislação para poder incluir a Defensoria Pública, em nome da defesa dos vulneráveis e para ter acesso à justiça. Desse modo analisamos que ao apresentar os meios de entrada do empregado à Justiça do Trabalho, depreendemos algumas barreiras e carências para os jurisdicionados, por isso esses problemas devem ser resolvidos com a instituição da Defensoria Pública na Justiça do Trabalho, para que o empregado necessitado tenha um caminho mais célere e menos oneroso para a concretização de seus direitos individuais e coletivos.

Palavras-Chave: Defensoria Pública. Assistência Jurídica Gratuita. Hipossuficiência. Justiça do Trabalho. Jus Postulandi. Sindicato.

A ALIENAÇÃO PARENTAL CONTRA O IDOSO E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM ANALOGIA A LEI 12.318/10.

Autor(es):

Mariana Barbosa Oliveira Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção da sociedade pode ser dada a partir da ideia de desenvolvimento do ser humano, tratando cada indivíduo como ser social garantidor de direitos e possuidor de deveres. Nesse entendimento, nasce a responsabilidade Estatal em conceder aos seus cidadãos a concessão de políticas públicas e assistência social, na intenção de gerar um melhor bem estar aos seus membros e como consequência, um maior desenvolvimento enquanto cidadão e sociedade. Assim, aliado a essa perspectiva, há o que se falar sobre o aumento da qualidade de vida que será proporcionado pelas ações públicas estatais, tendo como efeito a possibilidade de usufruir de uma vida mais ativa aos indivíduos que agora se encontram em sua terceira fase, os idosos.

(Metodologia) O presente trabalho contará com o método de abordagem dedutivo, uma vez que por meio de pesquisas e de suas apresentações de resultados que se formara uma premissa maior do que está sendo abordado. Além do mais, é possível dizer que o a técnica de pesquisa do presente trabalho será através de pesquisas de artigos, monografias, pesquisas bibliográficas e documental, uma vez que se fará análise de diferentes visões a respeito do presente tema.

(Resultados) A pesquisa ainda não consta com presença de resultados, uma vez que ainda está em andamento. Contudo, já é possível se ter um entendimento prévio da figura do idoso como membro atuante ativo na sociedade, que possui figuras responsáveis pelo seu amparo, resguardo e inclusão enquanto ser social.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível concluir pelo momento que a sociedade com todas as suas mudanças e com o desfrute de uma melhor qualidade de vida, proporciona aos seus membros uma maior expectativa de vida, concedendo àqueles que estão na terceira fase a oportunidade de serem autônomos e atuantes em sua comunidade, mas necessitando de figuras responsáveis para sua proteção, cuidado e efetivação de direitos.

Palavras-Chave: Direito Civil Brasileiro. Direito de família. Idoso. Responsabilização civil. Alienação parental.

A ARBITRAGEM E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS

Autor(es):

Simone Maria de Oliveira Soares Mello: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
cynthia cavalcanti moura de melo faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O convívio em grupo é algo fundamental para o ser humano, no entanto, a aproximação entre pessoas traz divergências e, conseqüentemente, conflitos. Nos primórdios da humanidade, a resolução dos embates ocorria por meio da força, da astúcia e por imposição da decisão por uma das partes. Com o passar do tempo, os meios de sanar os desentendimentos foram se tornando mais sofisticados e o Estado tomou para si a competência de dirimir os embates. Porém, como Neves aponta: "o Estado não tem, por meio da jurisdição, o monopólio da solução dos conflitos, sendo admitida pelo Direito outras maneiras pelas quais as partes possam buscar uma solução do conflito em que estão envolvidas. São chamadas de equivalentes jurisdicionais ou de formas alternativas de solução de conflitos" (2020, p. 61). Dentre os meios alternativos à via judicial para a pacificação das desavenças, encontra-se a Arbitragem, tema de nossa pesquisa.

(Metodologia) Levantamento bibliográfico acerca do tema em foco.

(Resultados) A escolha pela arbitragem para a solução das desavenças é opcional, facultativa, precisa ser de comum acordo entre as partes envolvidas no embate. Poderá se beneficiar da arbitragem qualquer pessoa natural ou jurídica que concorde em resolver desavenças a partir desse instrumento. O momento da opção pela arbitragem tanto pode ser após o surgimento do desentendimento como antes da existência de algum conflito, por meio de cláusula compromissória. Além da opção pela arbitragem não poder ser imposta, terá que ser de comum acordo entre as partes a escolha do árbitro, aquele que será o responsável pela solução do conflito de interesses. Segundo o art. 13 da Lei de Arbitragem, Lei no 9.307/96, o árbitro pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança dos envolvidos. Esse indivíduo deverá agir com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. Outro ponto que é definido a partir da vontade das partes é o tipo da arbitragem, que pode ser de direito, forma mais comum, ou de equidade, quando o árbitro adota os critérios de justiça que ele mesmo julga conveniente. Ao final da análise do conflito, o procedimento é finalizado com sentença escrita prolatada pelo árbitro. A decisão arbitral tem a característica de ser impositiva, ela define a solução da desavença sem levar em conta o desejo dos envolvidos. Estes não têm poder de decisão e estão vinculados ao que o árbitro definir. A sentença arbitral é reconhecida como um título executivo judicial.

(Conclusão) A Arbitragem é um dos meios alternativos à via judicial para a pacificação de conflitos, em que a decisão é determinada por um árbitro, um terceiro não envolvido no desentendimento. Comparando-se com a via judicial, a ferramenta é célere e pouco dispendiosa, logo de grande valia, uma vez que não sobrecarrega o Judiciário e traz a pacificação de conflitos, algo de suma importância para a harmonização social.

Palavras-Chave: Arbitragem. Equivalente Jurisdicional.

A CONTRAPRODUCENCIA DA FISHING EXPEDITION EM FACE AO GARANTISMO PENAL

Autor(es):

Arnaldo Arsenio de Azevedo Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No processo penal, a prática da "fishing expedition" é recebida a partir de uma investigação criminal especulativa, sem objeto certo ou determinado. Lança-se a rede das medidas especiais de investigação para colher "alguma coisa". Na maioria das vezes, as "redes de pesca", com o intuito de fisgar qualquer prova não determinada, vislumbrando subsidiar alguma denúncia ou acusação, não apenas torna o processo viciado, mas ilegal. Tal prática não é aceita no ordenamento jurídico brasileiro justamente por ferir princípios basilares do processo penal. Logo, aproveitando-se de fragilidades sociais, este ato inconstitucional subverte a lógica das garantias constitucionais, vasculhando a intimidade, vida privada, e sobretudo, violando direitos fundamentais daqueles que são vítimas, para além dos limites legais. Com o uso da tecnologia (processo criminal 4.0), cada vez mais evidências são obtidas por meios indevidos (especialmente em unidades de inteligência e/ou investigações paralelas, todas fora do controle democrático as regras), por meio de investigações "no escuro."

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, que tem como método de abordagem o qualitativo, que possui um foco maior no caráter subjetivo do objeto analisado, permitindo uma análise mais aprofundada deste. Ademais, essa pesquisa parte da hipótese de que a figura da Fishing Expedition traz impactos importantes no garantismo penal. Portanto, almejando chegar a uma conclusão que corrobore com a hipótese levantada, será utilizado o método hipotético-dedutivo.

(Resultados) Após análises de casos que deturpam o Direito Processual Penal, bem como as tentativas - mais que - infrutíferas de instalação de um Garantismo Penal, a pesca probatória é um meio atentatório a qualquer forma do processo. E, lamentavelmente, tornou-se cultura de algumas investigações nacionais em prol do "fim da impunidade"; operações foram do céu ao inferno por meio de nulidades que na tentativa de fazer tudo para fomentar uma acusação, acabaram ou fracassaram.

(Conclusão) A prática em questão é de todas as formas possíveis contrária ao direito processual penal democrático, contudo, a fishing expedition se constata em uma tentativa de volta do meio inquisitório em prol de um "interesse da coletividade", ou pior, "in du bio pro sociatate". Fazer o adverso, exatamente o combatido pelos Códigos que estão "em jogo", em nome da persecução penal se tornou um marco que, infelizmente, ganhou voz numa sociedade refém da violência e omissa quanto aos direitos reais humanos.

Palavras-Chave: Fishing Expedition. Busca genérica. Garantismo Penal. Arraste Probatório.

A CORRIDA DA CANNABIS: CONCEITO, SURGIMENTO E JURISPRUDÊNCIA.

Autor(es):

João Victor Oliveira de Santana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A justificativa para a realização da pesquisa foi a relevância mundial do tema, uma vez que, desde antes de Cristo, já existem relatos do contato do ser humano com a planta Cannabis, tanto quanto à critério medicinal, como quanto ao uso do cânhamo como matéria têxtil. Entretanto, resultante de um "pré-conceito" estrutural em nossa sociedade, a Cannabis é mal vista pelo povo em sua maioria, o que, somado às leis nacionais, atrelados também à fatores como a subjetividade e seletividade, resulta na inflação do sistema carcerário, sendo homens negros, pobres e moradores de periferia a sua grande maioria.

(Metodologia) Quanto à metodologia a ser utilizada na pesquisa, serão utilizados os métodos dedutivo, dialético e hipotético-dedutivo quanto métodos de abordagem. Como métodos de procedimento serão utilizados os métodos comparativo, histórico e estatístico. E, quanto às técnicas de pesquisa, serão utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, assim como a análise de sites e publicações da internet, consonante à uma pesquisa exploratória e descritiva.

(Resultados) Tem sido recorrente no Brasil os médicos receitarem para os seus pacientes o tratamento à base da extração do óleo da planta de Cannabis para fins exclusivamente medicinais ou terapêuticos, em virtude de sua função social na promoção da saúde, bem-estar, dignidade e qualidade de vida de enfermos, conforme consagrado em nossa Constituição Federal. Apesar disso, estamos passando por um processo de judicialização, onde só tem sido possível alcançar o direito de produzir ou de ter acesso ?gratuito? ao medicamento aquele que possuir condições de financiar o acompanhamento e o direcionamento de um advogado.

(Conclusão) Isso não deveria ser assim, mas tem ocorrido devido à participação dos poderes Executivo e Legislativo ter sido quase que inexistente, uma vez que, dada a urgência dos casos em que o uso da Cannabis é prescrito, a intervenção médica é imediata. Enfatiza-se, portanto, que seja reconhecida a necessidade de mudanças na atual Lei de Drogas, sendo necessária maior transparência e previsibilidade no que tange à regulamentação da planta no Brasil, tendo em vista a carência de um texto legal cabível à nossa realidade, trazendo precisão, justiça e eficiência, para assim, dar efetividade à Constituição Federal.

Palavras-Chave: Cannabis. Lei de Drogas. Usuário. Traficante. Sistema Carcerário. Proibicionismo.

A CRIAÇÃO DE UM TRIBUNAL DE JULGAMENTO ANTECIPADO NA INTERNET: O CANCELAMENTO COMO A PENA CONVENCIONADA

Autor(es):

Clarice Mariz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A popularização e massificação do uso das redes sociais impactou indiscutivelmente as relações antrópicas. Os novos padrões de comportamento desenvolvidos no ambiente virtual além de alterarem os relacionamentos interpessoais de maneira substancial, também são objeto de intrigantes paradigmas jurídicos. No ano de 2017 nos Estados Unidos, iniciou-se uma onda de exposição de casos de violência sexual praticados por pessoas famosas, que ficou conhecida como "me too", termo da língua inglesa que significa eu também. Inúmeros homens que em razão de sua posição de privilégio dificilmente seriam penalizados tiveram suas supostas condutas delituosas retiradas do escondimento. Nesse sentido, a onda do "me too" ocorrida nos EUA trouxe benefícios do ponto de vista social e dos direitos das mulheres, pois oportunizou um local de fala para mulheres que haviam sofrido em silêncio. A exposição acarretou indignação coletiva, o que culminou no boicote aos homens denunciados, além de massivos comentários atentatórios a sua imagem, prática que conhecemos como cancelamento. Assim, a prática do "me too" que emergiu nos EUA, passou a também ser praticada no Brasil. Tal costume viabilizou a exposição de situações atentatórias à dignidade vivenciada por inúmeras mulheres e o apoio de outras mulheres. No entanto, a punição convencional ao suposto agressor foi, sem qualquer oportunidade de oitiva de sua oitiva, o cancelamento.

(Metodologia) O método a ser utilizado será o dedutivo, tendo a seguinte problemática como ponto de partida: a exposição de casos de violência sexual envolvendo celebridades na internet representa um avanço sob a perspectiva dos direitos das mulheres, ou retrocesso em relação as premissas constitucionais?

(Resultados) Atinente aos resultados, tem-se que essa pesquisa se encontra inacabada, de modo que ainda não se podem auferir resultados satisfatórios. Todavia, preliminarmente se constatou que a formação do aludido "tribunal da internet" e a convenção do cancelamento como pena aplicada aos condenados neste tribunal inobserva qualquer procedimento prévio e, dada a celeridade em que ocorre a condenação do acusado pela opinião pública, inexistente oportunidade do contraditório e ampla defesa, de modo a ocorrer uma inversão do princípio da presunção de inocência, ocorrendo uma presunção de culpa do acusado. Ademais, se constatou que o cancelamento também impacta na transgressão do direito à imagem, de modo a repercutir em inúmeros aspectos da vida da pessoa cancelada, repercutindo em danos de natureza moral e também material.

(Conclusão) Portanto, é inconteste que o cancelamento virtual nos casos em apreço possui o intento de criação de uma cultura de intolerância à violência sexual e de diminuição dos casos, o que é louvável. Contudo, conforme supramencionado, se percebeu que a prática do cancelamento impacta na transgressão de institutos democráticos como o do devido processo legal, presunção de inocência e contraditório e ampla defesa, que são imprescindíveis para a vitalidade do Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Cancelamento virtual. Denúncia redes sociais. Me too. Violência contra a mulher. Presunção de inocência. Devido Processo Legal. Contraditório.

A CRISE MIGRATÓRIA ATUAL E A ASCENÇÃO DOS MOVIMENTOS NEONACIONALISTAS: UMA ANÁLISE SOCIO-JURÍDICA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Maria Clara Rodrigues Barata: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A situação dos migrantes é marcada por uma história de preocupações e injustiças. No século XXI, apesar da existência de uma maior consciência social, política e jurídica sobre o assunto, a comunidade internacional ainda se mostra bastante relutante em apoiar essa causa. Entre os mais diversos fatores desta relutância, um que se destaca é a ascensão dos movimentos neonacionalistas que vem dificultando a inclusão dessa parcela populacional, por vezes de forma até mesmo desrespeitosa no que se refere a legislações internacionais, como a própria Declaração Universal de Direitos Humanos. Dessa forma, o presente trabalho visa realizar uma análise socio-jurídica à luz do Direito Internacional acerca da relação da crise migratória atual com a a ascensão dos movimentos neonacionalistas

(Metodologia) Será usado método dedutivo ao ser feito uma análise do geral (fatores causadores da crise migratória) para o particular (ascensão dos movimentos neonacionalistas como fator a ser estudado durante a pesquisa), assim como também será utilizado o método comparativo a partir do momento que for feita uma comparação entre o contexto migratório das nações, além da comparação entre as legislações internacionais.

(Resultados) O presente trabalho ainda encontra-se em desenvolvimento, pois será apresentado como futuro Trabalho de Conclusão de Curso. Porém, até o momento, pode-se obter como resultado que a ascensão dos movimentos neonacionalistas vem dificultando indubitavelmente a inclusão da população migrante nos territórios. Não obstante, tal fator vem divergindo de diversas legislações internacionais e, conseqüentemente, dificultando que a situação seja contornada. Dito isto, ainda existe um um significativo caminho na pesquisa a ser percorrido e, conseqüentemente, com isso, o surgimento de novas conclusões e resultados de pesquisa.

(Conclusão) A crise migratória atual é um problema que vem assolando diversos países do globo e proporcionando as pessoas em situação de desamparo uma marginalização social sem precedentes. Diversos são os fatores que acarretam tal situação: desastres ambientais, fome, miséria, governos intransigentes, conflitos internos e entre outros, mas um que merece bastante é a ascensão do sentimento neonacionalista ao redor de todo o globo, o qual vem impedindo um maior engajamento internacional à causa. Dito isto, a comunidade internacional vem se preocupando em contornar tal situação e buscando implementar medidas efetivas que atenuem as problemáticas geradas pelos fatores acarretadores da crise migratória e pela chegada dos imigrantes nas nações de destino.

Palavras-Chave: Crise Migratória. Migrantes. Neonacionalismo. Direito Internacional.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UM CONTEXTO JURÍDICO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO

Autor(es):

Marina Fernandes Fontes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa enquadra-se nas bases teóricas que produzem a união entre a ciência jurídica e a teoria feminista, como forma de proporcionar uma análise do direito através das interseccionalidades em que as mulheres se inserem. Dessa forma, toma por objeto o Direito do Trabalho para abordar a divisão sexual do trabalho, fenômeno social advindo do determinismo cultural que se dá ao sexo, como forma de atribuição de distintos papéis sociais aos gêneros, os quais remetem ao labor. Nesse sentido, em uma exploração que coloca em foco o aprofundamento do tema sob a perspectiva da pandemia da COVID-19, busca-se uma abordagem que traz à baila elementos cronológicos e contemporâneos, com escopo na distância entre o legislado e a prática. Busca-se, conseqüentemente, responder à seguinte problemática: como a divisão sexual do trabalho funciona como elemento que corrobora com a manutenção das desigualdades estruturantes que impõem vulnerabilidade às mulheres?

(Metodologia) Constitui-se em uma pesquisa descritiva, teórica e qualitativa, a qual utilizará dos métodos de procedimento histórico e comparativo, partindo da divisão sexual do trabalho e suas implicações na seara jurídica. A partir do método bibliográfico, as técnicas de pesquisa serão: a pesquisa documental e observação, de forma a obter um olhar crítico acerca do tema.

(Resultados) Tratando-se de um futuro trabalho de conclusão de curso, a partir da aplicação da metodologia de pesquisa, tem-se apenas resultados parciais. Observou-se, assim, que a sociedade molda-se, historicamente, através de hierarquias que produzem desigualdades, sendo o patriarcado determinante para a manutenção de mulheres em espaços sociais vulneráveis. Isso quer dizer que, em uma perspectiva histórica, a cultura do cuidado foi imposta à mulher como forma de comprometer seu tempo e energia, proporcionando seu enclausuramento no espaço privado. Tal configuração social misógina produz a divisão sexual do trabalho e afasta mulheres da independência financeira, único meio de ascensão social e mudança de paradigma. Ademais, no escopo da pandemia da COVID-19, tais desigualdades apenas foram aprofundadas, haja vista que as mulheres foram as que mais sofreram com o desemprego. Nesse sentido, as leis e princípios do direito do trabalho devem ser aplicados em observância às desigualdades e suas intersecções, para, assim, ultrapassar a igualdade formal.

(Conclusão) Mesmo ainda em curso, foi possível aferir, como conclusões preliminares, que para romper a tradição secular patriarcal que traz direitos trabalhistas menos efetivos às mulheres, na medida de sua desigualdade, é necessária a união de forças do Direito do Trabalho negociado e legislado, de modo a cumprir a sua função social: a pacificação de conflitos que envolvem interesses contrapostos. Sendo assim, apesar das constantes flexibilizações, os institutos protecionistas da ciência jurídico-laboral mostraram-se indispensáveis para a resolução da presente problemática, pois estabelecem patamares civilizatórios mínimos. Assim, os institutos do Direito do Trabalho merecem uma aplicação que se dê no escopo da equidade, haja vista que as obreiras, como minoria representativa, devem receber tratamento proporcional à sua desigualdade, para, assim, atingir-se uma igualdade material plena.

Palavras-Chave: Divisão sexual do trabalho; Direito do Trabalho; COVID-19; Gênero; Pandemia.

A FALÁCIA DA INTERNALIZAÇÃO DO IDEAL AMERICANO DE ?GUERRA ÀS DROGAS? NO ÂMBITO BRASILEIRO

Autor(es):

Anna Karolina da Silva Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As drogas sempre estiveram presentes na vida em sociedade, e sempre estarão. No entanto, o modo como o Estado se organizará diante dessas substâncias pode variar, adotando uma posição intervencionista, passando a controlá-las, ou não. Em meados de 1970 nos Estados Unidos, o ideal de Guerra às Drogas foi disseminado, atingindo, através do fenômeno da globalização, inúmeros países, dentre eles, o Brasil. No entanto, inúmeras problemáticas possuem relação umbilical com a adoção desta linha de pensamento, quais sejam: a superlotação de presídios, o racismo estrutural, omissão legislativa penal quanto ao tema, entre outros. Deste modo, é alarmante discutirmos sobre como nos posicionamos diante das substâncias ilícitas e como a saúde pública - bem que se visa tutelar - é afetada diante disso. Ainda, analisar se investir contra o narcotráfico é combatê-lo de modo eficiente.

(Metodologia) Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo. Quanto aos métodos de procedimento, serão utilizados os métodos: histórico, a fim de analisar a mudança comportamental da sociedade em relação às substâncias ilícitas; estatístico, explorando dados relevantes quanto à superlotação de presídios, a tutela da saúde pública e a relação entre o investimento contra o narcotráfico e a quantidade de mortes violentas; e funcionalista, buscando analisar aspectos sociais e propor soluções para as problemáticas apresentadas. Ademais, será utilizada como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica, tendo como fontes livros, teses, pesquisas e meios audiovisuais.

(Resultados) Considerando tratar-se de pesquisa em andamento, os resultados são parciais. Houve o entendimento de que a criminalização como único meio para se resguardar a saúde pública, é uma perspectiva que não demonstra eficácia em âmbito nacional. Ainda, pode-se comprovar, através de dados que, quanto mais se investe contra o narcotráfico, mais acabamos por incentivá-lo, uma vez que a atividade se torna mais arriscada e conseqüentemente, lucrativa. Por fim, se mostrou nítida a relação entre o racismo estrutural e a prisão em flagrante convertida em preventiva de forma desnecessária, acarretando uma superlotação carcerária com sobre-representação da população negra.

(Conclusão) Levando em consideração os aspectos analisados durante a pesquisa, pode-se afirmar que, a criminalização das drogas no âmbito brasileiro não surte efeitos positivos no que tange à resguardar a saúde pública. Ainda, há a intensa prisão de usuários como traficantes de drogas, aumentando a quantidade de indivíduos associados às organizações criminosas. Por fim, pode-se concluir que o tema constitui uma pauta urgente, a qual ainda é tratada como um tabu em nossa sociedade, associada em sua maioria à ignorância e preconceito.

Palavras-Chave: CHAVES: DIREITO PENAL DO INIMIGO. GUERRA ÀS DROGAS. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA.

A FRAGILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AFETIVA DURANTE A QUARENTENA DO CORONAVÍRUS

Autor(es):

Arthur Ferreira Pinto de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A assistência afetiva, permeando o núcleo familiar brasileiro, sempre foi um tópico dinâmico e rico tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no Direito Civil da Família. Tendo a teoria do afeto sempre permeando o centro dos debates tratando-se da assistência afetiva e necessitando de uma solidificação na jurisdição, há a nova necessidade de explorar a assistência afetiva dentro da realidade da quarentena, em tempos de pandemia da COVID-19, e as dificuldades que ela impõe aos genitores e seus filhos. Quais serão os desdobramentos no ordenamento jurídico após o período de quarentena?

(Metodologia) Está sendo utilizada uma abordagem metodológica descritiva, qualitativa e focada em bases bibliográficas. A escolha desses meios de abordagem se deu pela natureza do objeto de pesquisa: o melhor entendimento da relação assistencial entre membros intrafamiliares dentro do contexto da quarentena advinda do Coronavírus, focando mais nos laços afetivos entre as partes. Por isso, serão traçados comparativos entre trabalhos histórico-jurídicos de fontes autorais que tratam da teoria do afeto, baseado em John Bowlby e Bretherton, até em trabalhos os quais possuam uma ótica voltada para o ordenamento jurídico, além do Artigo 277 da Constituição Federal de 1988, em parceria com a Lei n. 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e com decisões jurídicas na vara de Direito Civil da Família que abordem esse assunto e como elas têm lidado com os novos desafios que a quarentena tem trazido dentro desses casos. O trabalho busca uma abordagem descritiva, qualitativa e bibliográfica para entender o mais precisamente possível as diferenças nessa relação afetiva intrafamiliar e as suas reverberações no ordenamento jurídico do Direito Civil de Família.

(Resultados) Por se tratar de um trabalho de pesquisa sobre um assunto que ainda está se desenvolvendo, este trabalho apenas possui resultados preliminares. Todavia, é ao menos evidente que, por se tratar de um assunto sensível, bem elaborado pelo estudo histórico da temática, a relação entre afetiva entre membros familiares é debilitada substancialmente com as restrições impostas pelo protocolo de segurança da COVID-19. Já existindo, inclusive, vários casos abordando as dificuldades enfrentadas durante o período de quarentena do Coronavírus, desde disputas de guardas de pais em relação aos filhos, a busca em reaver filhos os quais foram a adoção de forme equivocada e até mesmo pedido de Habeas Corpus coletivo em favor de presos os quais são os únicos responsáveis por crianças menores de 12 (doze) anos durante nesse período, o quais serão analisados mais profundamente nesse trabalho.

(Conclusão) As conclusões, mesmo sendo preliminares, apontam a evidente fragilização da assistência afetiva intrafamiliar, embora a delimitação dos desdobramentos jurídicos ainda não possam ser definidas. É bastante claro que o entendimento do afeto e como ele é priorizado como princípio intrínseco no Direito Civil de Família, principalmente nas dinâmicas familiares, sob a ótica da jurisprudência, serão alterados consideravelmente em consequência dos novos desafios da quarentena.

Palavras-Chave: Coronavírus. Assistência Afetiva. Direito Civil Família. Afeto.

A ILEGALIDADE DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E O IMPACTO NA REGIÃO DA PALESTINA: À NEGATIVA AOS DIREITOS HUMANOS E A VIOLAÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Autor(es):

sabrina louize felix de araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com os princípios fundamentais do Direito Internacional, o conflito existente entre o Estado de Israel e a Palestina só deverá ser olhado e analisado sob uma única ótica. Trata-se de um conflito entre colonizadores e colonizados. Há de um lado, um povo originário e pertencente ao seu local e de outro, invasores estrangeiros que se deslocaram para uma terra habitada e restaurada por um povo com culturas, religiões e relações sociais, que constituía e ainda hoje, resistindo aos diversos atentados contra sua gente, constitui uma nação. Diante disso, o Direito Internacional e toda sua base jurídica, necessita estabelecer o que ocorre no conflito entre os dois Estados, para que se estabeleça que os direitos humanos básicos do povo palestino estão em risco desde a primeira vitória do colonialismo. Com efeito disso, pode-se citar a ilegalidade da criação do Estado de Israel, visto que o Plano de Partilha da Palestina aprovado pela Organização das Nações Unidas em 1947, dirigida pelas nações imperialistas e o sionismo internacional e com apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, dividindo a nação palestina em "Estado judeu" e "Estado árabe" sem a devida pesquisa e aprovação dos povos originários e dos países ao seu redor, demonstra a clara ilegitimidade do Estado de Israel e o desrespeito face aos povos que ali habitavam, trazendo reflexos e impactos até o presente dia no cotidiano, rotina e vida dos diversos povos que resistem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nessa linha de raciocínio, acerca da Guerra da Palestina, a criação do Estado de Israel violou os direitos fundamentais do povo árabe palestino concedidos através de tratados internacionais, como a Carta das Nações Unidas e o Pacto da Sociedade das Nações, entretanto, a origem do sionismo na Palestina data desde Theodor Herzl, considerado como um dos fundadores do movimento, servindo de base para a construção do Estado de Israel, assim, há de se entender o sionismo e seu conteúdo racista e conservador que predomina na região de Israel e o seu papel na origem do conflito atual, além de entender a posição do governo de Israel contra os povos palestinos. Recorrendo à doutrina especializada, iremos verificar o papel do sionismo e do imperialismo na guerra entre os dois Estados e como se deu o golpe de Estado que criou o Estado de Israel pautada nessas duas análises, visando entender o impacto na região da Palestina, a negativa dos direitos humanos básicos, a conceituação acerca do Direito Internacional Humanitário e o seu papel na questão da limpeza étnica na região da Cisjordânia e na Faixa de Gaza praticada pelo Estado de Israel, além dos crimes de guerra acobertados pelos Estados do Ocidente, realizando comentários à legislação internacional que trata sobre os direitos fundamentais e os princípios internacionais que regem Estados soberanos.

(Metodologia) Método de abordagem: Indutivo Método de procedimento: Histórico Tipo de pesquisa: Bibliográfica

(Resultados) Não há resultados visto que o trabalho segue em construção.

(Conclusão) Não há conclusão acerca do tema visto que o trabalho segue em construção.

Palavras-Chave: Estado de Israel; Palestina; Direitos Humanos; Direito Internacional Humanitário

A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO COMBATE AO CONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Felipe Câmara Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, nosso poder judiciário é apontado como ineficiente e extremamente moroso, seja por conta do alto número de processos ajuizados que ainda aguardam julgamentos ou pela enorme burocracia durante os ritos processuais. É certo que não só os acadêmicos e profissionais do meio jurídico tem noção desse congestionamento, como também já é do entendimento popular essa questão. Desse modo, apresentam-se certos institutos da autocomposição, a mediação e conciliação, como formas eficientes de combater essa questão e trazer uma solução adequada para os conflitos sem que haja envolvimento do Estado. Nesse sentido, o Código de Processo Civil de 2015 buscou incentivar a autonomia da vontade privada com utilização de meios extraprocessuais para solucionar o conflito, a fim de permitir que as partes possam chegar na solução da melhor forma possível, ao invés de submeter a lide à tutela jurídica.

(Metodologia) O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória que tem como fim proporcionar maior familiaridade com a problemática abordada e realizar um estudo do caso. **MÉTODO DE ABORDAGEM** O método de abordagem será o dedutivo, tendo em vista que será analisado o cenário atual das relações jurídicas processuais e o impacto da mediação e conciliação nelas. Neste sentido, partirá de uma análise geral acerca das negociações judiciais e extrajudiciais após o CPC/2015, juntamente com o número de conflitos que deixaram de pedir a tutela jurisdicional e a qualidade das soluções negociadas, para enfim chegar a um raciocínio particular. **MÉTODOS DE PROCEDIMENTO** Quanto aos métodos de procedimento serão utilizados os histórico, comparativo e estatístico, de forma que serão analisadas as relações jurídicas e sociais entre a sociedade e o poder judiciário, além de realizar um estudo quanto a evolução dos institutos da autocomposição, do Código de Processo Civil de 1973 até o atual, e dessa forma produzir um balanço estatístico quanto os resultados das inovações trazidas ao longo do tempo. Além desses, a pesquisa também recorrerá ao método descritivo, visto que será necessário realizar uma devida explicação acerca dos institutos da mediação e conciliação mencionados neste trabalho, a fim de observar suas funções em uma negociação. Ademais, também será fundamental realizar uma análise descritiva das causas e efeitos da morosidade processual, pois esse entendimento é necessário para compreender como se dá a problemática desta pesquisa. **TÉCNICAS DE PESQUISA** Quanto às técnicas de pesquisa utilizadas, serão as pesquisas bibliográfica e documental, analisando legislações referentes ao direito processual, doutrinas, artigos, dissertações e estudos estatísticos. Além destes, o presente trabalho também irá contar com entrevistas de profissionais do meio, juntamente com indivíduos que já experienciaram a solução de um conflito através dos institutos da mediação e da conciliação estudados. Por fim, esta pesquisa se valerá da observação, devidamente autorizada, de negociações realizadas entre as partes de um processo.

(Resultados) Ainda não foi possível obter resultados, pois a pesquisa não foi concluída

(Conclusão) O presente trabalho ainda encontra-se inconclusivo

Palavras-Chave: Autocomposição; Mediação; Conciliação; Congestionamento; Judiciário; Código de Processo Civil.

A INFLUÊNCIA DIGITAL E A RESPONSABILIDADE CÍVIL MÉDICA EM CIRURGIAS PLÁSTICAS

Autor(es):

Maria Eduarda Lopes Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa acerca do tema "A Influência Digital e a Responsabilidade Civil Médica em Cirurgias Plásticas Estéticas", tem como extrema importância analisar as consequências que as Mídias digitais trazem ao ramo da estética e os problemas que causam aos cirurgiões plásticos devido a obrigação de meio e resultado. Cada ano que se passa é cada vez mais visível, o aumento de influenciadores digitais, os quais são nomeados os indivíduos que geram uma influência a um determinado grupo que "compra" a sua ideologia. Apesar de muitos tentarem desconstruir o corpo "ideal", acabam se submetendo a procedimentos estéticos, assim fazendo seus seguidores/fãs desejando tais procedimentos e procurando especialistas para realizar os mesmos procedimentos estéticos. Entretanto, devido ao seu biotipo, o resultado não fica do jeito esperado.

(Metodologia) A. METODOLOGIA DE ABORDAGEM O método de abordagem que vai ser utilizada nessa pesquisa será utilizada o método indutivo, já que será feita uma análise e observação de casos cirúrgicos que não tiveram seu resultado iguais ou aqueles casos cirúrgicos estéticos que não cumpriram com o seu resultado final. E se utilizará também, do método dialético, já que vamos partir de conceitos para podermos aprofundar mais a pesquisa que está sendo realizada. B. METODOLOGIA DE PROCEDIMENTO O método de procedimento que será abordada nesta pesquisa será o método comparativo, já que vamos fazer uma análise diferenciando o resultados cirúrgicos finais de cada tipo de corpo e em quais casos podem se enquadrar ao Código do Consumidor; método histórico, já que vamos fazer uma linha do tempo sobre a concepção de beleza, que muda de acordo com a época e lugar; e o método experimental, visto que queremos chegar a conclusão que os influenciadores digitais causam nas cirurgias plásticas de estética, visando a responsabilidade civil médica e os casos que são enquadrados dentro do código do Consumidor. C. TÉCNICAS DE PESQUISA No desenvolvimento da pesquisa será usadas as técnicas bibliográficas; qualitativa; quantitativa, já que perdendo fazer entrevistas com cirurgiões plásticos; e o método exploratório.

(Resultados) A problemática é a procura dos procedimentos cirúrgicos estéticos, devido a influência das mídias sociais para alcançar o corpo ou rosto semelhante à de uma determinada pessoa, que são considerados "perfeitos". Entretanto, elas não levam em consideração que cada um tem o seu biotipo, e que isso acaba influenciando muito nos resultados de um procedimento estético, em específico as cirurgias plásticas. Sem esse conhecimento básico muitos acabam abrindo processos contra os cirurgiões plásticos, alegando que não foi realizado adequadamente a obrigação de meio ou de resultado.

(Conclusão) Podemos concluir que apesar das novas personalidades do mundo digital defenderem a aceitação de si, eles se contradizem se submetendo a diversos procedimentos estéticos, e levando os seguidores, a procurarem cirurgiões plásticos para obter aquele corpo, entretanto, assim ao realizarem as cirurgias, os profissionais respeitam as limitações do corpo e da saúde de seus pacientes/clientes.

Palavras-Chave: Mídia digital, Influenciadores digitais, Responsabilidade civil e médica. Cirurgias plásticas estéticas.

A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 9.263/1996 À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Isadora Bezerra Santos Vieira Pires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo de décadas as mulheres vêm conquistando diversos direitos e apesar da luta contínua e da evolução das conquistas femininas em diversas áreas, elas ainda sofrem a interferência do Estado quando diz respeito ao seu planejamento familiar. A Constituição Federal de 1988 expressa o direito do planejamento familiar em seu artigo 226, § 7º, como sendo de livre decisão do casal, cabendo ao Estado apenas propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito. Somente em 12 de janeiro de 1996 foi sancionada a Lei nº 9.263 que regulamenta o planejamento familiar, dispendo também acerca dos métodos contraceptivos e sua livre escolha, mas restringindo o acesso ao método cirúrgico da esterilização voluntária ao impor requisitos para a sua realização, limitando a autonomia dos indivíduos sobre o seu corpo, sua vida e a sua família.

(Metodologia) Será utilizado o método de abordagem dedutivo, partindo da observação dos princípios constitucionais, através do procedimento histórico, analisando a evolução social desde o período de criação da norma em questão até atualmente, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial para a realização deste trabalho.

(Resultados) A pesquisa ainda está em curso e, a princípio, demonstra que o artigo 10º da Lei nº 9.263/1996, ao impor requisitos para a realização da esterilização voluntária, restringe a vontade daqueles que querem optar por não terem filhos e que desejam utilizar a cirurgia de laqueadura tubária como método contraceptivo, não levando em consideração os princípios constitucionais da autonomia privada, da dignidade da pessoa humana e do livre planejamento familiar. Assim, chega-se à conclusão provisória de que o Estado ao impor requisitos para o procedimento estaria intervindo na decisão da mulher em não reproduzir. Essa atuação do Estado vai em encontro com as conquistas de liberdade, devendo a ele promover tão somente a informação e orientação acerca desse procedimento contraceptivo e suas consequências, para que, apenas a pessoa capaz, responsável por suas escolhas, opte por realizar ou não a esterilização voluntária. Nesse sentido, tramita no Supremo Tribunal Federal a ADI 5.911 que questiona a constitucionalidade dos requisitos contidos no art. 10, inciso I e parágrafo 5º, da Lei n. 9.263/96.

(Conclusão) Contudo, salienta-se que o presente trabalho não está concluso, mas é possível observar que o direito de planejamento familiar é livre disposição do casal e está expresso no artigo 226, § 7º da Constituição Federal, que por sua vez é regulamentado pela lei nº 9.263/1996, em que dentre outras disposições, trata de requisitos para a autorização do procedimento cirúrgico de esterilização voluntária, configurando uma interferência na vida privada da mulher e da sua família. A princípio, essa limitação imposta pelo Estado pode configurar um risco aos princípios garantidos pela Constituição Federal, como ao princípio da autonomia privada, da dignidade da pessoa humana e do livre planejamento familiar por não respeitar a decisão de quem opta por não reproduzir. Portanto, essas pessoas, apesar de capazes para tomarem outras decisões irreversíveis no decorrer da vida, são impedidas de realizarem a esterilização voluntária por não preencherem requisitos impostos pelo Estado.

Palavras-Chave: Planejamento Familiar. Esterilização Voluntária. Livre Planejamento Familiar. Autonomia Privada.

A LEGALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA NO BRASIL: RESISTÊNCIAS E LEIS

Autor(es):

Damásio de Lima Paz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): A legalização da eutanásia no Brasil tem enfrentado grandes resistências, não só pela maioria conservadora que detêm a crença em suas divindades, assim como, por parte dos representantes que se dizem representar a coletividade. Essas resistências se juntam à ausência de uma codificação legislativa específica - que deveria se renovar à medida que novas demandas de uma sociedade surgem e exigem um novo olhar - fazendo com que a atuação de julgar do judiciário, extrapole os seus limites e por vez, prejudique a quem deveria beneficiar.

(Metodologia) (Metodologia): De forma a entender e alcançar o objetivo aqui apresentado, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, documental, bem como a fundamentação legal com base na Constituição Federal/88 e o código penal atual, empregando o meio qualitativo com intuito de apresentar uma solução através de uma concepção dedutiva.

(Resultados) (Resultados): Por causa da inafastabilidade de jurisdição, os juristas tiveram que enquadrar a eutanásia como crime comum ou privilegiado, previsto no código penal. Esse enquadramento acontece exatamente por ausência de legislação específica para o tema, devendo ser aplicado o processo por analogia. Essa ausência, por vezes, é justificada pelo discurso de que o país é composto, na sua grande maioria, de cristãos. Discurso que não corrobora com o texto expresso da Constituição Federal de 1988, que garante a laicidade do estado, afastando assim, qualquer exclusão para debate, criação e aplicação de leis fundadas em critérios restritos à religiosidade. Caminhando nesse lado, o código penal, em tese, garante a aplicação da analogia, apenas in bonam partem - para beneficiar o réu - e nunca in malam partem - para prejudicar o réu -. Essa aplicação, defendida pelo próprio judiciário, visa assegurar o princípio da reserva legal, consagrado na Constituição Federal de 1988. Ambos os códigos caminham para um impulso de uma solução mais justa, visando a sua aplicação nos moldes da atualidade, afastando as ausências e resolvendo as diferentes necessidades.

(Conclusão) (Conclusão): A discussão sobre a legalização da eutanásia no Brasil, se faz presente na solução dessa temática. Seja pela imposição de opiniões contrárias de uma maioria que se resguarda na religiosidade, seja pela falta de interesse das casas legislativas, assim como pelo conflito gerado na interpretação das normas vigentes. Com isso, fica aberta a ampliação no vasculhar de soluções para esse tema, que necessita de adequação à evolução social.

Palavras-Chave: Eutanásia. Legalização no Brasil. País laico. Leis.

A LEI 13.811/19: ANÁLISE DOS IMPACTOS SOB O ART. 1520 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Autor(es):

Beatriz Cunha de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A criação e a vigência da Lei n.º 13.811 de de 12 de março de 2019 trouxe consequências positivas para o âmbito civil, com principal enfoque no tocante a idade núbil e a capacidade de contrair o matrimônio. A princípio, a lei traz uma nova redação ao art. 1520 do Código Civil, o novo conteúdo disserta que não será mais permitido, em qualquer hipótese, o casamento de quem não atingiu a idade núbil. Com o avanço social e o advento da Constituição Federal de 1988 e de outros tratados internacionais, essa mudança legislativa aparenta ser indispensável para caminhar na mesma direção da sociedade. Isso em razão de, o direito e as normas em vigor devem estar consoantes com os costumes sociais do momento.

(Metodologia) Através da pesquisa bibliográfica, que utiliza como base livros e artigos científicos, e da pesquisa eletrônica em fontes confiáveis, foram elaborados comparativos no antes da sanção da Lei 13.811/12 e pós a aplicação desta, empregando-se então o método de abordagem dedutivo já que haverá uma análise das mudanças provocadas pela lei no artigo. Para conseguir analisar o assunto de forma objetiva é necessário compreender toda a trajetória das mudanças de visões do legislativo acerca do casamento de menores de dezesseis anos no Brasil, remetendo-nos ao passado para o Código Civil de 1916, e, por isso, os métodos de procedimentos auxiliares adotados foram os métodos histórico e comparativo.

(Resultados) Através da pesquisa bibliográfica, que utiliza como base livros e artigos científicos, e da pesquisa eletrônica em fontes confiáveis, foram elaborados comparativos no antes da sanção da Lei 13.811/12 e pós a aplicação desta, empregando-se então o método de abordagem dedutivo já que haverá uma análise das mudanças provocadas pela lei no artigo. Para conseguir analisar o assunto de forma objetiva é necessário compreender toda a trajetória das mudanças de visões do legislativo acerca do casamento de menores de dezesseis anos no Brasil, remetendo-nos ao passado para o Código Civil de 1916, e, por isso, os métodos de procedimentos auxiliares adotados foram os métodos histórico e comparativo.

(Conclusão) Através da pesquisa bibliográfica, que utiliza como base livros e artigos científicos, e da pesquisa eletrônica em fontes confiáveis, foram elaborados comparativos no antes da sanção da Lei 13.811/12 e pós a aplicação desta, empregando-se então o método de abordagem dedutivo já que haverá uma análise das mudanças provocadas pela lei no artigo. Para conseguir analisar o assunto de forma objetiva é necessário compreender toda a trajetória das mudanças de visões do legislativo acerca do casamento de menores de dezesseis anos no Brasil, remetendo-nos ao passado para o Código Civil de 1916, e, por isso, os métodos de procedimentos auxiliares adotados foram os métodos histórico e comparativo.

Palavras-Chave: Casamento Infantil. Dignidade. Autonomia. Ordenamento Jurídico.

A LUZ DO CASO ELIZE MATSUNAGA: UMA CRIMINOSA GANANCIOSA OU UMA VÍTIMA DE ABUSOS PSICOLÓGICOS?! E A SUA PUNIBILIDADE JUSTA OU ESTEREOTIPADA?!

Autor(es):

Estephanie Silveira Dantas de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem como tema ?A luz do caso Elize Matsunaga: Uma criminosa gananciosa ou uma vítima de abusos psicológicos?! E a sua Punibilidade justa ou estereotipada?!?, o qual será uma análise de um caso concreto, Caso Yoki, o qual aconteceu em 2012; terá uma abordagem mais social, humana e psicológica, com uma interdisciplinaridade entre o Direito Penal e a Psicologia, esta última tratará da violência doméstica e as consequências emocionais que esta situação pode ocasionar nas mulheres que passam por um ciclo, o qual será explicado posteriormente. Este terá como principal objetivo responder algumas perguntas, como por exemplo, ?até que ponto uma mulher vítima de violência psicológica pode ir?. É importante salientar que não há a intenção de romantizar um crime tão bárbaro, como o do caso em questão, entretanto, é preciso analisar todos os lados, para tudo há um motivo, para toda ação há uma motivação, e por isso, não podemos fechar os olhos e nos calarmos diante de situações como esta. A vida é um direito inviolável, nada justificará a retirada dela, isso é uma certeza, e para iniciar a leitura desta análise é preciso ter essas ideais claras, não se trata de uma justificativa, de uma romantização, Elize sofreu psicologicamente neste relacionamento e precisamos falar sobre isso. Não podemos nos calar, por muitos anos as mulheres não tiveram voz, agora temos, precisamos lutar, precisamos expor, pesquisas como essa são necessárias.

(Metodologia) A metodologia aplicada na pesquisa foi um Estudo de Caso, quanto a abordagem qualitativa, a qual estuda fenômenos sociais, comportamentos humanos, em que se estudará um caso em um determinado local, em um determinado lapso temporal, com cultura e costumes influenciando naquela situação. Quanto a natureza da pesquisa será básica. Quanto aos objetos, explicativa e exploratória.

(Resultados) Com relação aos resultados, a pesquisa está em andamento e portanto, ainda não é possível estabelecê-los com tanta precisão. Mas, pelo o estudado até então, pode-se compreender que toda ação há uma reação, conforme Newton, e por isso, um ser humano é capaz de realizar barbaridades, quando há a presença de dados psicológicos em uma relação. É possível concluir que ela vivia em um relacionamento abusivo e com relação a sua pena, foi aplicada da melhor maneira possível.

(Conclusão) Como mencionado anteriormente, a pesquisa está em processo de desenvolvimento, contudo, é possível concluir que o ser humano é capaz de barbaridades quando encontram-se em um estado emocional danificado. Elize desde criança possui relações muito conflitantes com os homens em sua vida, por isso, e por muitas ilusões que a sociedade impõe nas mulheres, ela acreditou que teria encontrado o seu príncipe encantado, e quando ela percebe que na verdade não se passava de apenas uma ilusão, Marcos era o oposto de um príncipe, e suas atitudes levaram à um final terrivelmente traumático.

Palavras-Chave: Relacionamento abusivo. Costumes. Preconceitos sociais. Crime.

A MISTANÁSIA SOFRIDA PELOS TRANSEXUAIS DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Ana Luisa Albuquerque de Lima Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Nas últimas décadas, têm-se alavancado as discussões a respeito dos direitos de grupos em situação de vulnerabilidade social, e dentre eles, a comunidade LGBTQIA+. Dentro desses debates, além dos direitos civis (como casamento e herança, por exemplo) pautas primordiais ainda são levantadas, uma vez que, até hoje, existem inúmeras violações dos patamares mínimos de dignidade básica. Este cenário apenas piora quando passamos a observar esses indivíduos dentro do sistema carcerário do país. Além de estarem inseridos dentro de um grupo de minorias que já possuem seus direitos e garantias fundamentais negligenciados todos os dias, quando acrescidos do encarceramento, há o agravo desta situação de omissão por parte do Estado. Ao serem desumanizadas, os transexuais estão à mercê de todo tipo de violência (seja por parte do Estado ou da sociedade carcerária) o que pode acarretar, fatalmente, na morte desses detentos. Esse tipo de morte precoce é chamado de Mistanásia, onde a recorrente violação da dignidade da pessoa humana, ocasionam a morte prematura destes indivíduos.

(Metodologia) Este trabalho tem como metodologia científica, a pesquisa bibliográfica e documental através de artigos científicos publicados em revistas, análise das legislações vigentes, jurisprudências a respeito da temática, e de dados publicados em órgãos oficiais.

(Resultados) Os altos índices de violações de Direitos Humanos dentro do Sistema Carcerário Brasileiro já se tornaram corriqueiros no dia a dia dos apenados, ainda mais quando tratamos de pessoas transexuais. Diversas violências são cometidas tanto entres os próprios apenados como por parte do Estado, como quando este, falha em proporcionar os direitos básicos para a vida com dignidade. Saúde, condições favoráveis de higiene, alimentação, lazer e descanso além do número excessivamente maior de lotação por cela o que dificulta ainda mais a qualidade de vida. Além dessas mazelas que acometem todos de forma geral, a comunidade transexual, na maioria das vezes não tem sua transexualidade reconhecida, sendo sujeitos a estarem em pavilhões não correspondentes a sua identidade de gênero. Esse tipo de situação acarreta violências por parte dos outros apenados como crimes sexuais. Todas essas violações, violências, marginalização e esquecimento ocasiona na morte prematura destes indivíduos, uma morte miserável a qual ele mesmo não pode evitar estando a mercê de um sistema preconceituoso e omissão.

(Conclusão) É de obrigatoriedade do Estado exercer a equidade, não só para com os cidadãos comuns, mas olhar também para a sociedade carcerária buscando a igualdade para os iguais e a desigualdade para os desiguais, assim proporcionando a justa penalização com base em seus crimes e proporcionando a ressocialização destas pessoas, além de tornar inaceitável a Mistanásia dos indivíduos sob a sua tutela.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Mistanásia, Morte miserável, Transexuais, Sistema Prisional Brasileiro, Encarceramento.

A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA PANDEMIA: ANÁLISE ACERCA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO

Autor(es):

maria tereza pinheiro de sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo foi surpreendido pela epidemia global do Coronavírus que fora declarada dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), imergindo-nos em um contexto pandêmico e assim, incidindo ao Poder Público o desafio de adaptar as aplicações das medidas protetivas de urgência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Além disso, com a implementação de medidas eficazes e necessárias de distanciamento social e quarentena para conter o avanço do vírus, gerou uma convivência forçada da mulher e de seu agressor na mesma ambiência, acentuando ainda mais a vulnerabilidade daquela. Desse modo, o novo paradigma vivido pelas mulheres em situação de violência doméstica e familiar desafiou a aplicação da proteção do Estado à garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) No que tange a metodologia de pesquisa, esta foi embasada em bibliografias, com estudos de artigos científicos, teses e dissertações que incidem o tema da violência doméstica contra a mulher e por óbvio, estudo sobre a legislação atual e vigente pautada na proteção da mulher em situação vulnerável pela violência de gênero.

(Resultados) Até o presente momento da pesquisa, foi observado que o poder público de fato criou diversos mecanismo facilitadores de acesso aos canais de apoio e implementação de medidas protetivas já previstas na Lei Maria da penha (Lei nº 11.340/2006), devido ao distanciamento e a inclusão do home office por diversos setores do âmbito público, o meio digital foi implementado a fim de aproximar mais da mulher da proteção do Estado. Tais medidas são vistas na novel legislação, a Lei nº 14.022/2020 e na legislação ordinária do governo Estadual do RN, Lei ordinária nº 10.726/2020 (Delegacia Virtual).

(Conclusão) É dever do Estado garantir a proteção a quem está sob sua guarda e executar ações que sejam concretas para assegurar direitos constitucionalmente previstos. Tais ações são efetivamente concretizadas com a criação de normas materiais e processuais que viabilizem a aplicação dos ditames básicos previstos. Nesse sentido, o advento da Lei Maria da Penha, a inclusão do parágrafo 8º ao art. 226 da Constituição Federal de 1988, trouxe a necessidade proteção aos direitos humanos das mulheres, ao direito de proteção, à defesa e outros direitos que reduzem a desigualdade social imposta a nós mulheres. Até o momento, é notório a incidência de algumas conclusões, sendo elas: A pandemia limitou o acesso da mulher aos serviços públicos e instituições que são rede de apoio social à mulher já inserida no contexto de vulnerabilidade e que houve adaptações pelo poder público que visa garantir agilidade aos casos de violência doméstica contra a mulher, tendo o legislador criado uma lei excepcional desenvolvendo mecanismos para o combate dessa violência, justamente aplicando os meios digitais como forma facilitadora e de aproximação. Mas em contrapartida, ainda não se vê uma redução considerável na violência doméstica contra a mulher.

Palavras-Chave: Violência Doméstica. Princípio da dignidade da pessoa humana. Pandemia. Lei Maria da Penha.

A NECESSIDADE DE TIPIFICAR O CYBERSTALKING EM CONJUNTO COM A LEI MARIA DA PENHA?

Autor(es):

Leide Nara Alves Veras: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Beatriz Viana Peres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O presente artigo tem como propósito mostrar o crime de perseguição virtual em relação às mulheres, tendo em vista que, há aumento no número de casos nas estatísticas que a violência se dar através da discriminação à condição do gênero feminino. Embora haja legislação sobre isso, ainda se encontra em evidência a prática deste crime e que por muitas vezes o autor permanece em anonimato em meio a sociedade gerando mais vítimas.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O método utilizado foi pesquisa bibliográficas, através de artigos, doutrinas e meios eletrônicos, sendo empregado o tipo de abordagem qualitativa, tendo em vista a avaliação de discurso para averiguar a conexão entre o cyberstalking e a violência contra a mulher.

(Resultados) (RESULTADO) Em 31 de março de 2021 entrou em vigor a Lei 14.132/21, trazendo no corpo de seu texto a necessidade de tipificar a perseguição no ambiente virtual, assim como outros crimes que também são feitos em meio a internet e que também foi preciso da legislação alcançá-los. Sendo assim, o termo stalk em inglês significa "caçar/perseguir" a vítima, enquanto o cyber é através de redes sociais, publicações de boatos, endereço eletrônico entre outros meios pela internet, de modo a violar, restringir a liberdade alheia ou atacando a privacidade ou reputação. A motivação dessa prática pode ser desde uma vingança, inveja, ódio ou violência doméstica, e o código penal trata o Art.147-A, parágrafo 1º que a pena será aumentada de metade se o crime for cometido contra: criança, adolescente, idoso ou mulher por razão da condição de sexo feminino. Deste caso já houve algumas jurisprudências anteriores à lei: CASO 01 - TJ-MG - Homem que mandava ameaças para mulher deve cumprir decisão que o impede de aproximar-se dela. (07.9.2020); CASO 02 - TJ-SP - Juíza concede medidas protetivas à vítima de perseguição por ex-cônjuge em SP ("stalking sintêmico"). 27.4.2020; CASO 03 - TJ-SP - Justiça aplica Lei Maria da Penha em caso de Stalking (02.3.2020). Embora haja medidas alternativas para a proteção às vítimas de cyberstalking dentro do Código Penal Brasileiro, estas constantes se revelam ineficazes e o reconhecimento da perseguição online como uma conduta típica, com suas particularidades de forma a dar assistência às vítimas. E por isso, que se faz preciso de medidas protetivas capazes de assegurar a proteção das vítimas de maneira efetiva para que não viole sua dignidade como pessoa humana, ferindo sua integridade física e psíquica.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que a ocorrência do cyberstalking cresce diariamente, principalmente em relação às mulheres, passando à vítima a sensação de impunidade, seja pelo anonimato dos agressores que se deve ao fato da sociedade não tratar essa problemática como um problema social estrutural ou pela lacuna legislativa sobre essa matéria, pois o nosso código penal que foi promulgado em 1940 está defasado diante os avanços tecnológicos. O Direito penal não pode se manter inerte diante desse crime, pois deve servir como um mecanismo de controle social e por isso a importância de haver inovações na legislação complementando a sua necessidade de punir novas práticas ilícitas, uma vez que esse crime fere o Art. 5º da Constituição Federal que garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança entre outras garantias.

Palavras-Chave: Stalking; cyberstalking; maria da penha; perseguição.

A PENSÃO POR MORTE EM CASOS DE CONCUBINATO: CRITÉRIOS UTILIZADOS NO JULGAMENTO DO STF.

Autor(es):

Thays Batista Azevedo de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concubinato se concretiza em ter uma união estável com alguém que é casado ou já se encontra em outra união estável, é o que popularmente se conhece como "amante". Ocorre que, há casos em que famílias se formam nessas situações e vivem anos sem que saibam da existência umas das outras, ou sejam, vivem de boa-fé, e a jurisprudência divergia nesses casos para o julgamento de casos acerca dos efeitos judiciais causados em consequência dessas uniões paralelas, até que, ao final de 2020 o Supremo Tribunal Federal julgou ilegítima a existência paralela de duas uniões estáveis, em decorrência disso as pessoas passíveis desta condição não recebem mais o benefício da pensão por morte.

(Metodologia) As metodologias utilizadas durante a presente pesquisa foram a pesquisa jurisprudencial e revisão bibliográfica sobre a matéria.

(Resultados) No julgamento do Recurso Extraordinário 1045273, o STF negou provimento, com repercussão geral reconhecida, em que envolvia a divisão da pensão por morte de uma união estável entre um homem e uma mulher, com a qual tinha um filho, e ao mesmo tempo mantinha uma relação homoafetiva durante 12 anos. Dessa forma, passa a ter direito à pensão por morte somente quem se encaixa nos requisitos objetivos pré-definidos, quais sejam: ser cônjuge ou companheiro em união estável, ex-cônjuge com direito à pensão alimentícia, filhos inválidos de qualquer idade ou com até 21 anos, estes preferencialmente, caso não existam pessoas nessas condições passa para a lista de prioridades os pais do falecido, desde que comprovadamente dependentes economicamente, e por último, irmãos com até 21 anos de idade ou inválidos, de qualquer idade.

(Conclusão) Em relação aos critérios utilizados pelo Supremo Tribunal Federal em sua decisão de repercussão geral, apesar de ser um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro, a boa-fé neste caso não foi basilar para decisão, independente do concubino saber ou não da existência da outra união simultânea. Para a suprema corte brasileira, a preexistência de casamento ou união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, p. 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, isto porque o reconhecimento do rateio da pensão ensejaria na caracterização da existência da bigamia, situação jurídica reconhecidamente proibida na legislação pátria.

Palavras-Chave: Direito Previdenciário; Uniões simultâneas; Pensão por morte; Jurisprudência.

A POSSIBILIDADE DE PENHORA DE SALÁRIO: ANÁLISE SOB À LUZ JURISPRUDENCIAL DO STJ.

Autor(es):

Silas Andrade dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O procedimento executivo tem o objetivo de adquirir uma prestação que é devida, estando essa obrigação firmada em um título executivo judicial ou extrajudicial, garantindo assim a concretude do bem vida pleiteada pelo exequente, no entanto tal fase demonstra uma excessiva demora para que haja uma solução, tendo em vista a inefetividade do judiciário em atuar com várias demandas executivas, assim sendo, baseado em dados do justiça e números e a jurisprudência do STJ, busca as hipóteses de penhora de salário para resguardar o direito do exequente

(Metodologia) No método de abordagem, é utilizado o método indutivo, partindo de casos particulares de possibilidade de penhora sobre o salário do executado para chegar a uma premissa de como está o entendimento do STJ sobre o assunto tratado. O método de procedimento, utiliza do método estruturalista, investigando o procedimento executivo através de casos concretos para uma análise mais geral sobre o assunto abordado. As técnicas de pesquisa, irá ser feita por pesquisa bibliográfica e documental.

(Resultados) RESULTADOS: Percebe-se no entendimento do STJ, uma posição muito diversificada, pois as turmas do próprio tribunal decidem de forma divergente da outra, levando uma análise a cada caso, a fim de ter uma posição mais reiterada do tribunal para verificar a possibilidade de penhora de salário.

(Conclusão) É válido ressaltar que o projeto de pesquisa ainda está em andamento para elaboração do trabalho de conclusão de curso. Ante todo o exposto, é perceptível que há entendimento diferenciado para cada turma do STJ, pois algumas entende que é possível penhorar o salário em determinadas ocasiões, sem ser aquelas expressas na lei, entretanto outras turmas decidem em conformidade com a lei, não abrindo nenhuma margem para a possibilidade de penhorar o salário do devedor. Dessa forma, diante de uma excessiva demora, tendo em vista a quantidade de anos para que seja resolvido de forma definitiva o procedimento executivo, pois uma fase de execução ordinariamente tem quantidade maiores de processos, muito embora os processos em fase de conhecimento venham com número bastante maior do que a fase posterior, caracterizando técnicas de blindagem patrimonial que acaba impedindo o andamento do processo.

Palavras-Chave: execução. penhora. conta. salário. processo.

A PRIMEIRA INFÂNCIA DENTRO DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE SOB A ÓTICA DAS CRIANÇAS ENCARCERADAS.

Autor(es):

Sofia Castro Gadelha Simas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Os estabelecimentos prisionais não foram historicamente ou estruturalmente pensados como um ambiente a ser ocupado por recém-nascidos ou crianças, contudo, com o gradual aumento do encarceramento feminino, pôde-se constatar que muitas dessas mulheres estavam grávidas ou com filhos, o que gerou a necessidade de analisar a questão sob uma nova ótica. Dessa forma, ao estudar a questão da primeira infância dentro do cárcere, em específico a situação do infante nascido de mulher privada da sua liberdade, observa-se o que diz o ordenamento jurídico quanto aos direitos da personalidade, em especial aqueles referentes à dignidade, além de outras garantias asseguradas às crianças no intuito do alcance da mesma, expondo as suas deficiências e lacunas. Isto posto, pretende-se responder a seguinte problemática jurídica: têm os infantes, no contexto da maternidade no cárcere, o aparato necessário para uma primeira infância digna?

(Metodologia) A metodologia utilizada para a produção desta pesquisa foi constituída pelo método de abordagem dedutivo, analisando não só os casos concretos, mas também os princípios fundamentais e direitos garantidos legalmente aos infantes e sua eficácia na realidade fática atual. Ademais, fazendo uso dos métodos de procedimento estatístico, funcionalista e tipológico, com o propósito de, respectivamente, examinar os dados existentes quanto ao número de crianças vivendo em situação de cárcere, fazer uma análise sob uma perspectiva social e ponderar quais melhorias poderiam ser feitas no sistema prisional para um melhor alcance aos direitos da personalidade das crianças. E, por fim, empregando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

(Resultados) Partindo principalmente da Constituição Federal, e de outras legislações analisadas, em relação às crianças, é possível constatar, em seus textos, o asseguramento absoluto das garantias fundamentais e da prioritária proteção destes infantes, assim como o dever do Estado, sociedade e família de, conjuntamente, proporcionarem tais prerrogativas. Entretanto, ao analisarmos a aplicação destes preceitos, é nítido o privilégio dado pelo governo ao desempenho do seu direito, pelo qual também legitima-se, de punir a progenitora dessas crianças, em detrimento à preservação dos direitos fundamentais de ambas, não somente ao não proporcionar os mesmos, mas também por, muitas vezes, não respeitar a possibilidade de prisão domiciliar da mãe. Dessa forma, dentro do ambiente prisional, aqueles que deveriam ser a prioridade do Estado tem constantemente os seus direitos mínimos desrespeitados, atingindo diretamente os princípios constitucionais, especialmente o da dignidade humana.

(Conclusão) Diante da pesquisa efetuada, podemos concluir que, apesar de possuímos um aporte legislativo substancial quanto a existência de garantias voltadas à primeira infância no cárcere, há uma profunda falta de efetividade dos instrumentos legais. O ambiente penitenciário, apesar de muitas vezes preferível à criança quando posto à balança juntamente a convivência com sua figura materna, cada vez mais, vem demonstrando ser palco de total abandono dos direitos mínimos, não só das crianças, mas de sua população como um todo, não possuindo estrutura alguma para garantir tudo aquilo que é necessário para um desenvolvimento inicial considerado digno. Sendo assim, é fundamental que esforços sejam voltados para que haja a aplicação efetiva das normas já existentes, assim como para o investimento em novas políticas públicas no sentido de melhorar o âmbito prisional e de diminuir os efeitos decorrentes da prisão das genitoras na vida dos seus filhos.

Palavras-Chave: Primeira infância. Maternidade. Cárcere. Dignidade.

A PUNIBILIDADE DOS AUTORES DE CRIMES DE TRÂNSITO: UMA ANÁLISE DAS SANÇÕES PENAIS NO COMBATE AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO.

Autor(es):

João Lucas de Sousa Canário: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O trânsito no Brasil é responsável pela maioria absoluta de óbitos por causas externas e estes na sua maioria vinculados à imprudência e imperícia dos condutores. O objetivo desse trabalho foi fazer uma análise da eficácia das punições aplicadas aos infratores de trânsito, sob o olhar da teoria mista da pena, adotada pelo nosso código penal, no combate aos crimes de trânsito. Foram feitas pesquisas com base em dados extraídos da internet de como os condutores estão sendo autuados por suas infrações, além de detectar se realmente as sanções previstas no código de trânsito brasileiro estão sendo eficazes na reeducação daquele infrator. Ainda foi feito um levantamento de como os órgãos estão trabalhando para o combate das infrações de trânsito. Os resultados mostram que 90% dos acidentes são causados por falhas humanas, que podem envolver desde a desatenção dos condutores até o desrespeito à legislação. A junção dos 3 fatores, condutor, fiscalização, e punição é fundamental para a redução das fatalidades no trânsito.

(Metodologia) Será utilizado o Método indutivo, pois pretendo partir de análises particulares para chegar a uma conclusão geral. Os Métodos de procedimento são o estatístico e o funcionalista. E as técnicas de pesquisas são: Pesquisa bibliográfica, Observação, e questionário.

(Resultados) Examinar sob a ótica do direito penal, em relação as sanções penais, onde pretende analisar qual o impacto na reeducação de trânsito que as punições previstas no código de trânsito brasileiro tem em relação aos condutores infratores. Será que realmente eles se tornam mais prudentes no trânsito?

(Conclusão) Pretende-se assim alcançar uma visão mais detalhada acerca dos mecanismos utilizados pelos órgãos de fiscalização de trânsito, assim como explicar algumas falhas encontradas no método de aplicação das sanções penais, se houver. Além de entrevistar os cidadãos e registrar suas considerações acerca do tema, e o que eles acham do modo de agir dos órgãos fiscalizadores do trânsito e também entrevistar especialistas no combate ao crime de trânsito assim como os responsáveis pela fiscalização do tráfego.

Palavras-Chave: Trânsito. Conductor. Infrações. Sanções.

A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A (IN)EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Autor(es):

Guilherme Moro dos Santos Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido aos problemas encontrados dentro das penitenciárias e a violação aos ditames basilares da lei de execução penal, que visa punir e reeducar o transgressor para reinseri-lo na sociedade, a discussão acerca do assunto se mostra de mister relevância nos tempos atuais, pois muitas vezes é manifestado uma ruptura social para com os apenados, concomitantemente a um preconceito velado a respeito de sua duvidosa possibilidade de reabilitação. Analisar à luz do ordenamento jurídico todos os direitos que devem ser resguardados ao apenado, durante seu cumprimento em regime prisional, e também aos egressos, no período em que será assistido pelo Estado para ser ressocializado. Nesse sentido, será trabalhado todo o aspecto histórico da aplicação da pena, sendo analisado o contexto da aplicação das penas no Brasil e a sua evolução humanitária.

(Metodologia) Em relação a metodologia que será utilizada nesta pesquisa, se tratará de uma pesquisa como sendo bibliográfica, pois será analisado documentos, livros e artigos como forma de embasamento teórico. E também será de caráter descritivo e qualitativo, visto que através de um assunto já discutido buscará trazer uma nova visão a respeito do mesmo.

(Resultados) No cenário atual dos presídios brasileiros, se torna dificultoso que se chegue à finalidade desejada pela aplicação da pena, sendo está retribuir o mal causado, prevenir a ocorrência de outros delitos e reeducar o delinquente. O próprio STF, no julgamento da ADPF 347, afirmou que o estado das penitenciárias se encontra em um estado de coisas inconstitucionais, pois violam direitos fundamentais do apenado. Também, no que se refere a aplicabilidade da lei de execução penal, na prática, ela se mostra inócua, pois o poder Estatal não consegue resguardar os ditames legais da lei 7210. Sendo assim, para que seja possível a curto prazo melhorar as condições dos condenados e dos egressos, se faz mister a participação da comunidade, a qual futuramente aquele será inserido. Nesse sentido, importante o papel da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), em que, por meio de participação efetiva, fiscalizam a situação intramuros, para que seja possível ser resguardado aos condenados os direitos assegurados pela LEP. Dessa forma, quando são assegurados os direitos da LEP, sejam eles: material, jurídico, a saúde, religiosidade, trabalho, educação e até menos de salubridade do ambiente em que está ocupando, o índice de reincidência criminal diminui exponencialmente, pois nas penitenciárias comuns o índice de reincidência é de 70%, e nas penitenciárias administradas pela APAC ou utilizadas o método apaqueano, o índice de reincidência criminal é de até três vezes inferior a das prisões convencionais.

(Conclusão) Diante de todo o exposto, foi possível observar que na conjuntura atual e do modo como as instituições penitenciárias são dirigidas, não há que se falar em ressocialização do apenado, porquanto a superlotação, a violação a direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e a negligência a aplicabilidade dos direitos aos condenados e egressos assegurados pela Lei de Execução Penal, acaba por resultar em uma ruptura da finalidade da aplicação da pena, não alcançando a prevenção em sua plenitude.

Palavras-Chave: Ressocialização - Egresso - Lei de Execução Penal - Estado de Coisas Inconstitucionais - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO HEBRAICO E O PRINCÍPIO DA PENA DE TALIAÃO: UMA ANÁLISE DA LIMITAÇÃO DA NORMA EM FACE DA RELIGIÃO

Autor(es):

Carla Patricia Macêdo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Hamanda de Medeiros Padilha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) A forma pela qual o Direito evolui ao longo da história não é linear nem muito menos há desconexão entre as sociedades. Portanto, um mesmo princípio pode estar presente no conjunto normativo de várias culturas, apesar de um possível alto grau de distinção. Quando olhamos para a Antiguidade, um dispositivo jurídico é de grande relevância para o Direito em diferentes povos: a pena de Talião. No concernente ao princípio da pena de Talião, o direito mosaico apresenta distinções significativas quando em comparação ao direito cuneiforme. Por se basear em um direito religioso, muitas vezes têm-se em consideração a supremacia da vontade divina, de forma que a imposição de certas punições não é cabível, ou ainda, que a devida investigação sobre o fato deve ser tomada com o máximo rigor.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na literatura, utilizando a base de dados Google Scholar. A partir desta pesquisa foram obtidos três trabalhos científicos que versavam sobre o tema. Logo, buscou-se traçar comparativos entre o direito hebraico e o Código de Hamurabi de acordo com o que foi encontrado nestes trabalhos, mas não sem antes caracterizar a forma como o princípio da pena de Talião está presente no Pentateuco.

(Resultados) A repetitiva alusão à pena de talião em vários capítulos e versículos do Pentateuco é um fator comprobatório da presença de tal ferramenta normativa na sociedade hebraica e de sua vigência no Direito mosaico, ficando evidente a presença dos fatores constituintes do princípio de talião (retribuição, proporcionalidade e restituição). Portanto, o princípio da pena de talião é nítido no direito hebraico. Entretanto, é válido e necessário ressaltar a devida limitação desta norma em face à religiosidade, que é veemente na legislação desse povo. Tal desmembramento estatutário é comprovado quando se põe em vista previsões e prevenções legislativas, tais como a individualidade de pena e o estabelecimento de cidades refúgio para os indivíduos que, ao serem julgados por homicídio, restasse consolidada a ausência do animus necandi.

(Conclusão) Destarte, resta elucidado acerca da singularidade com a qual o direito hebreu trata o princípio da pena de talião enquanto norma participativa de sua legislação. Com efeito, é perceptível a forma como se dá essa limitação normativa e o motivo que a fortalece: a religião imperativa que abarca princípios basilares hierarquicamente superiores à *lex talionis*.

Palavras-Chave: Direito. Lei de Talião. Religião hebraica

A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA MÃE POR OMISSÃO EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL ENQUANTO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

Autor(es):

Calinne Carla Aguiar Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência doméstica e familiar é uma realidade fática presente em grande parte da sociedade brasileira, decorrente, muitas vezes, do enraizamento cultural de estereótipos e discriminações de gênero criados pelos complexos processos históricos vivenciados no país, em particular, da perpetuação de uma lei simbólica de que o poder cabe ao homem, resultado da chamada sociedade patriarcal. Diante dessa situação, a criação da Lei Maria da Penha foi responsável por consagrar o princípio da proteção integral à mulher em razão da sua vulnerabilidade presumida, sendo este o principal aspecto a ser tratado na presente pesquisa. A investigação realizada buscou averiguar a possibilidade da genitora denunciar o seu agressor enquanto agente que comete o crime de estupro de vulnerável ao passo em que está inserida no ciclo de violência doméstica e familiar. Por fim, somada a tal consideração, a presente temática também aborda a noção histórica de que o dever de cuidado é atribuído, quase que exclusivamente, à mãe, o que acaba, por vezes, influenciando demais nas decisões judiciais.

(Metodologia) Para o fim almejado, a abordagem ocorreu de acordo com uma análise histórico-comparativa, posto que se verificou a perspectiva histórica de reivindicações e luta por igualdade de gênero, bem como a busca por proteções sociais, destacando-se a criação da Lei Maria da Penha, em contraponto a manutenção dos papéis de gênero ainda existentes na sociedade. Desta feita, utilizou-se do método de abordagem indutivo, tendo em vista que o ponto de partida da investigação foi fenômenos particulares e intrínsecos ao tema até a universalidade das questões que circundam a vivência da violência doméstica e familiar, do mesmo modo na responsabilização materna no estupro por omissão.

(Resultados) Acerca dos resultados, observa-se que a Lei Maria da Penha é responsável por evidenciar diversas formas de manifestação de violência contra a mulher, consagrando o princípio da proteção integral, em razão da vulnerabilidade presumida, dando uma maior credibilidade a palavra da vítima. Nesse ínterim, diante da situação de vulnerabilidade e da inserção no chamado ciclo de violência, tais fatores obstam que a mulher, enquanto vítima, denuncie o seu agressor até mesmo em crimes cometidos contra a sua prole, que venha a sofrer estupro de vulnerável.

(Conclusão) Diante do exposto, verifica-se que não é razoável a responsabilização penal materna por omissão nos casos em que sua prole sofre estupro pelo genitor, enquanto a mãe é vítima de violência doméstica e familiar, posto que não se pode exigir que o mais vulnerável formalize a denúncia contra o seu agressor. Além disso, deve-se observar que a vulnerabilidade, que é absolutamente presumida, por si só afasta a presença do requisito capacidade de agir necessário para a configuração do crime por omissão imprópria. Nesse sentido, no escopo de viabilizar a realização da denúncia materna de ambos os crimes sofridos é necessário que contra a garante não incida nenhuma responsabilização penal, até mesmo para o Estado fomentar uma maior credibilidade a palavra da garante e não impulsionar a uma situação contrária a esperada, a saber: a realização da denúncia.

Palavras-Chave: Violência Doméstica e Familiar. Estupro por omissão. Dever de cuidado. Vulnerabilidade presumida.

A SUB-REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA ESTE FENÔMENO FRENTE AO PIONEIRISMO DO ESTADO NA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER.

Autor(es):

maria izabela cardoso de oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Rio Grande do Norte foi um expressivo cenário da insurgência de mulheres no âmbito público, nesse sentido, a pesquisa inicialmente, explora a trajetória da mulher destacando-se os fatos principais que marcaram o seu trabalho social e político na sociedade potiguar, que ecoa, presentemente, na maior participação legislativa feminina do Brasil em 2021, posicionando o estado como um precursor, apesar da expressiva sub-representatividade no país. Entretanto, ainda que seja uma posição positiva, muitos fatores políticos e sociais impedem uma maior ampliação de candidaturas femininas, conduzindo para o centro da problemática: a tripla jornada de trabalho, a dinâmica dos partidos políticos na aplicação da Lei 9.504/97 e a violência política de gênero. Em suma, poderemos examinar a influência dos fatores jurídicos e sociais sobre a sub-representatividade e as incidências deste último na sociedade.

(Metodologia) A fim de compreender o fenômeno apontado, a investigação se deu com base na pesquisa bibliográfica e interpretativa, trazendo uma abordagem tanto quantitativa, com dados concretos e estatísticos sobre os fatores que colaboram para o fato, quanto qualitativa, por meio de percepções e análises da Lei das Eleições (9.504/97) e da Lei de combate à Violência Política contra Mulher (14.192/2021).

(Resultados) Tendo em vista a pesquisa em andamento, os resultados obtidos são parciais e esperados. Foi possível aferir dos referenciais teóricos que a conquista do voto feminino e a insurgência de mulheres em cargos políticos na esfera municipal foi extremamente importante para consolidar um cenário mais propício às mulheres na política, entretanto, a questão deve ser tratada sob o prisma dos interesses da oligarquia da época que ainda reflete fortemente na conjuntura política contemporânea, em que muitas mulheres eleitas no Rio Grande do Norte fazem parte de famílias tradicionais da política. Além disso, a participação feminina carrega a dificuldade de conciliar o âmbito privado-doméstico com o público-político, em que as mulheres se sobrecarregam de responsabilidades com as atividades domésticas e com as articulações e demandas da sociedade.

(Conclusão) Diante do exposto, constata-se, parcialmente, que a concepção de que mulheres na política, em maioria, atendiam aos interesses da perpetuação de poder das famílias tradicionais ainda é um reflexo na dinâmica política contemporânea. Em contrapartida, a Lei 9.594/97 encerrou a prática de subfinanciamento das campanhas femininas e propiciou uma ascensão maior de mulheres à margem da conjuntura política tradicional. É imprescindível mencionar que houve avanços no estímulo à presença feminina nas Casas Legislativas, mas ainda há, de forma significativa, a tentativa de exclusão e silenciamento de mulheres no espaço político com a violência de gênero e com a dinâmica dos partidos políticos que burlam o sistema de cotas com candidaturas laranjas. Em suma, o Brasil passa por um profundo processo de mudança, em que as causas da baixa representatividade são o centro do debate e é necessário discuti-los e solucioná-los, apesar de timidamente avançarmos rumo a posições no parlamento ou em casas legislativas, a representatividade poderia ser mais expressiva.

Palavras-Chave: Sub-representatividade. Rio Grande do Norte. Política.

A SUCESSÃO LEGÍTIMA E A PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS: UMA ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO DO INSTITUTO DA LEGÍTIMA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Autor(es):

Victor Gabriel Silva de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Que o direito possui a função de acompanhar a sociedade e suas necessidades é algo comum e sabido nos dias atuais, no entanto, devido as grandes transformações que ocorrem na sociedade periodicamente, hoje em dia bem mais rápidas devido ao auxílio da rede de internet e comunicações, este trabalho se torna cada vez mais difícil. Com isso em mente, olhando para o direito sucessório e os vulneráveis, vê-se que o direito civil brasileiro olha para tais pessoas com uma visão de igualdade, justamente onde apontará a problemática de tal trabalho, procurando saber quais os efeitos da equidade e da solidariedade no instituto da legítima.

(Metodologia) Método de abordagem: Será utilizado o método dialético, analisando partes da realidade relacionando com a totalidade, realizando o estudo da realidade em movimento. Métodos de procedimento: Método histórico (comparar os dados de hoje com os do passado e acompanhar a evolução do objeto) e o método comparativo (confrontado elementos e casos relacionados ao tema, afim de chegar a uma conclusão sobre a necessidade de revisão). Técnicas de pesquisa: Pesquisa bibliográfica, a pesquisa será feita a partir de matérias, artigos, livros e dados sobre o tema abordado.

(Resultados) Como resultado da pesquisa, pode-se aferir que a sucessão foca seu objetivo exclusivamente nos herdeiros, não importa como eles são e se eram amparados diretamente pelo falecido, ficando muitas vezes, com uma parte da divisão que não suprem suas necessidades devido a sua condição especial, que se ignorado pelos outros sucessores, corre grande risco. Dando poder de voz e vez aos vulneráveis, tanto econômicos como incapazes, trazendo a equidade no ramo do direito sucessório, deixando de lado o excesso de formalização da legislação.

(Conclusão) Com tudo apresentado no trabalho, verifica-se que a reanálise em determinadas partes do código de direito civil e em determinadas jurisprudências que tratam sobre a sucessão legítima pode ser vantajoso e necessário aos vulneráveis economicamente e incapazes. Levando em consideração a situação de cada individuo no momento de realizar a sucessão, não apenas seguindo a mera lei, pensando na igualdade e ferindo assim o direito que o outro deixa de receber, necessitado de mais atenção. Se faz importante chegar em um meio que possibilite a sobrevivência do necessitado sem mais o auxílio que o falecido lhe dava, auxílio esse que não era por luxúria, mas sim por carência, que possivelmente os demais sucessores não precisem, como o vulnerável precisará.

Palavras-Chave: Palavras chaves: Revisão do instituto da Legítima; Equidade e solidariedade no direito sucessório; Proteção aos vulneráveis.

A TENDÊNCIA JURISPRUDENCIAL DO INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL COM HERDEIRO INCAPAZ E A URGENTE DEMANDA DOS ÓRFÃOS DA COVID 19

Autor(es):

Milton Solci Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inevitável necessidade de desjudicialização oriunda da lentidão que pesa sobre os ombros da sociedade por depender, mesmo em casos não controversos, de um judiciário sobrecarregado, ainda dependente de procedimentos burocráticos, carente de magistrados e servidores e com demanda litigiosa crescente, tem imprimido a busca por soluções administrativas no ordenamento jurídico. Barreiras vem sendo rompidas em direção a possibilidade de solução extrajudicial para matérias tradicionalmente acolhidas apenas em âmbito judicial. A pesquisa busca esclarecer se é possível se estender a solução extrajudicial para os casos de inventário com herdeiros incapazes. Foram estudados procedimentos e decisões judiciais com o objetivo de averiguar qual é a tendência jurisprudencial já que há a vedação expressa em lei. O Art. 610 do CPC determina que será judicial o inventário quando houver testamento e interessado incapaz. Essa determinação também esta contida no Art. 206 do CC/2002 que reafirma que será judicial a partilha em caso de algum herdeiro incapaz. Em 2019, contrariando a literalidade da lei, uma decisão emanada da Suprema Corte permitiu o fazimento de inventário extrajudicial mesmo havendo testamento. O provimento 63 do CNJ permitiu o reconhecimento de filiação socioafetiva através da alteração da certidão de nascimento. O procedimento praticamente se iguala em seus efeitos jurídicos ao processo judicial de adoção e conta com a homologação do Ministério Público, como seria salutar em casos extrajudiciais com herdeiros incapazes. Recente decisão judicial, permitiu a confecção de inventário extrajudicial mesmo havendo menores herdeiros. O estacionado projeto de lei 9496/2018, propõe exatamente a possibilidade de se fazer o inventário extrajudicial mesmo havendo herdeiro incapaz. Esse PL demonstra que também reverbera na esfera legislativa, o clamor da sociedade pela simplificação de procedimentos e a evitação do burocrático judiciário. Muito mais que uma tendência, o inventário extrajudicial com incapazes se fez uma necessidade social urgente pelo flagelo causado pela pandemia de Covid 19. Um estudo em âmbito mundial, chancelado pela OMS, publicado na revista científica The Lancet, apontou que entre 01/03/2020 e 30/04/2021, no Brasil, 130.363 crianças tiveram a perda de, pelo menos um, de seus cuidadores (pais, mães e avós). Esse número alarmante de perda de cuidadores, em muitos casos provedores, representa um grande número de famílias que necessitarão de procedimentos sucessórios, até aqui, necessariamente atrelados ao lento inventário judicial, ja que não foram criados mecanismos jurídicos capazes de possibilitar a modalidade extrajudicial para o herdeiro incapaz.

(Metodologia) Método de pesquisa dedutivo com procedimento de pesquisa exploratório estudo bibliográfico jurisprudencial. Análise de normas legais, obras científicas (livros, artigos, informativos e notícias) e decisões judiciais.

(Resultados) Foi possível estabelecer conexão entre o tema proposto e 3(três) situações específicas onde a solução extrajudicial é eficaz para solução mais célere e menos onerosa de problemas que, até pouco tempo atrás, eram solucionados apenas pela via judicial.

(Conclusão) Essa tendência de tornar administrativos os procedimentos onde não há divergência de interesse entre as partes?, tende a ser estendida também ao inventário extrajudicial com herdeiro incapaz. O arcabouço jurídico brasileiro já comporta a possibilidade de incluir os incapazes no rol de herdeiros do inventário extra judicial. Mais do que uma tendência, essa é uma necessidade social oriunda das mortes ocorridas em virtude da Covid 19.

Palavras-Chave: herdeiro Incapaz, desjudicialização, inventário extrajudicial, órfãos da Covid

A TEORIA DA JUSTIÇA DE J. RAWLS E A ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA DIFERENÇA NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NO BRASIL.

Autor(es):

Gabriela Nunes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) São notórias as contribuições que o filósofo John Rawls atribuiu aos debates acerca do dever do Estado em instituir uma base que proporcione a todos os cidadãos um desenvolvimento social igualitário. Rawls, em sua prestigiada obra, Uma Teoria da Justiça, elaborou uma tese capaz de arquitetar uma sociedade onde as possibilidades de progresso pertencessem a todos, não havendo desigualdades geradas pelo sistema e sim, uma divisão hierárquica estabelecida pela meritocracia. Através de suas experiências, o autor pôde analisar que a ambição humana resistiria a utopia de seu protótipo social, então, entre as teses, desenvolveu o Princípio da Diferença.

(Metodologia) O método utilizado nesta pesquisa é hipotético dedutivo, desenvolvendo a hipótese do sistema de Cotas embasar-se no Princípio da Diferença, que define que não há igualdade entre indivíduos, onde há distinção de oportunidades e desenvolvimento, sendo necessária a intervenção do Estado na reparação dos prejuízos. A metodologia consiste no levantamento bibliográfico e análise de dados.

(Resultados) O Princípio da Diferença apresenta a justiça como primazia da equidade social, propondo um arquétipo de instituição que corrigisse a estrutura da sociedade e estabelecesse por direito uma forma de corrigir as desigualdades geradas pelo sistema, extinguindo assim o ciclo de pobreza e as distinções nas oportunidades de educação e trabalho. Assim como no Princípio da Diferença, o sistema de cotas define que a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais? (Aristóteles) e desta forma, estabelecer uma compensação dos danos gerados pela desigualdade à determinadas classes. A Lei nº 12.711, conhecida como Lei das Cotas, altera o ingresso de candidato nos cursos técnicos e superiores nas Instituições Federais e em seus Processos Seletivos, a fim de igualar oportunidades, abrangendo grupos sociais que historicamente não foram assegurados à direitos essenciais, entre eles, estão a população de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, aplicando, de maneira justa, o benefício? aos desfavorecidos, como Rawls idealizou no Princípio da Diferença.

(Conclusão) Portanto, é afirmável que o sistema de Cotas trás equidade aos cidadãos, em ao menos um âmbito entre os diversos direitos fundamentais negados a esses grupos. Sua efetividade é evidenciada nos dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior ? ANDIFES, onde constata-se que nunca houveram tantos graduandos pretos e pardos nestas instituições, mesmo que representassem 54% de toda população brasileira. Desta maneira, é possível observar que o sistema de Cotas, fundamentado no Princípio da Diferença gerou resultados esperados, sustentando a teoria de Rawls da necessidade do Estado em reparar os prejuízos e garantir a todos os cidadãos desenvolvimento, ascensão e direito a dignidade.

Palavras-Chave: Sistema de cotas, Princípio da diferença, desigualdade, justiça.

A TUTELA JURÍDICA DO TRABALHO DA MULHER: PROTEÇÃO X SUPRESSÃO

Autor(es):

Thaisa Alessandra Fernandes do Rosario: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi um dos fatores responsáveis pelo nascimento das primeiras leis trabalhistas, as quais tinham como escopo a proteção da mulher. Com o passar dos anos, inúmeras foram as alterações legislativas nas normas específicas de tutela do labor feminino, de modo que alguns dispositivos foram revogados e outros readequados, diante das transformações sociais e econômicas. Contudo, é de extrema pertinência, ainda, a análise da efetivação do direito fundamental ao trabalho descente às mulheres, na medida em que, muito embora tenha-se a legislação específica, cabe questionar a real aplicação dos instrumentos normativos, bem como da coerência de tais normas com o dia a dia das trabalhadoras, ou seja, verificar qual sentimento real da tutela jurídica da proteção do trabalho da mulher e a afinidade de tal espécie normativa com a rotina laboral.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, vez que o trabalho fora desenvolvido com auxílio de artigos científicos e de portais virtuais que tratam da doutrina jurídica do Brasil, a fim de possibilitar a análise documental do desenvolvimento do direito do trabalho, em específico das normas voltadas à proteção do trabalho da mulher, bem como dos instrumentos normativos vigentes e da doutrina que trata do direito das mulheres no mercado de trabalho.

(Resultados) Muito embora a Carta Magna estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, no art. 7º, ao tratar dos direitos trabalhistas fundamentais, chama-se atenção à proteção do trabalho da mulher, o que constitui, portanto, o dever estatal de tutela do labor feminino. Acerca disso, veja-se que o teor do texto constitucional apresenta não uma diferenciação dos trabalhadores a partir do sexo, mas a necessidade de se coibir tratamentos desiguais e ainda, de se aplicar normas específicas a fim de proteger a mulher no ambiente laboral, especialmente em razão de suas condições específicas no tocante à maternidade, por exemplo. Contudo, ainda que seja certo o intuito protecionista do legislador constituinte, as trabalhadoras enfrentam significativos obstáculos em seus ambientes de trabalho, vez que a proteção presente na Constituição e nas normas infra constitucionais enseja, por vezes, um efeito contrário, resultando na preferência de contratação do sexo masculino.

(Conclusão) A partir da pesquisa desenvolvida, resta-se claro o caráter protecionista das leis que tutelam o trabalho da mulher, seja pela função social principal do direito do trabalho, a proteção ao hipossuficiente, seja pelo apreço do legislador em reconhecer a necessidade de procedimentos jurídicos especiais para as trabalhadoras. Nesse sentido, tal legislação representa peça singular para se atingir uma igualdade laboral entre os sexos, bem como para que seja efetivado o direito fundamental do trabalho para as mulheres.

Palavras-Chave: Mulher. Direito do Trabalho. Proteção.

A VIDA, DIREITO FUNDAMENTAL E SUA RELATIVIZAÇÃO COM O ABORTO

Autor(es):

Luis Paulo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: O artigo busca, partindo de uma abordagem histórico-sistêmica, demonstrar que a vida é bem jurídico fundamental e que é perigosa sua relativização com o direito ao aborto. A sociedade hodierna, frequentemente discute o valor da vida. Inúmeros temas de forte impacto nas pessoas e nas instituições que compõem o tecido social chegam à seara judicial com questões espinhosas. Aborto, eutanásia, pena de morte, pesquisa com células tronco-embrionárias, a questão dos fetos anencéfalos, entre outros assuntos, foram imensamente debatidos no século vinte e assim permanecem até o presente. Em suma, toda temática ligada à vida suscita os mais profundos debates e as diversas instituições da sociedade civil organizada os trazem em suas pautas cotidianas. Diante das inúmeras formas de atentado ao direito à vida, e do frequente embate entre os princípios constitucionais, colocar o direito à vida na pauta das prioridades é exigência ética e moral, e de tal forma inferir o direito ao aborto como perigosa relativização.

(Metodologia) METODOLOGIA: Para a realização do artigo foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental como procedimentos para a consecução da pesquisa necessária. Além de livros, artigos e sites que tratam da temática principiológica, histórica e conceitual, no que tange à vida. Bem como, os fichamentos e resumos que ordenam a estrutura do trabalho. E, assim, atingiu-se o que se propôs nos objetivos. Como método de abordagem o hipotético-dedutivo, pois a partir das premissas que provém do que está sedimentado na Constituição Federal/88, e das hipóteses levantadas pela pesquisa, chega-se a dedução lógica e a uma conclusão. Como método de procedimento o sistêmico-tipológico, pois como a vida é um fenômeno complexo inferimos um modelo que possui ramos por conjunto normativo, construído a partir da Carta Magna, do sistema jurídico pátrio.

(Resultados) RESULTADOS: Após toda investigação pode-se observar que a vida é bem fundamental e que tem sua proteção no topo do ordenamento jurídico. Mesmo assim, as cortes jurídicas, não observam este princípio constitucional de forma ampla, mas o relativizam permitindo sentenças perigosas para toda a sociedade, de modo particular aos mais vulneráveis, ou seja: àqueles que ainda não nasceram, mas que vivem e se desenvolvem na fase intrauterina.

(Conclusão) CONCLUSÃO: O artigo apresentou a vida dentro da ótica constitucionalista, como também, diversos temas de profundo impacto social, ético e jurídico. E, ainda, escalonada relativização que as diversas instâncias do poder judiciário, dão ao direito à vida.

Palavras-Chave: PALAVRAS CHAVES: vida.aborto.direito.constitucional

ABORTO DE FETO ANENCÉFALO

Autor(es):

Maria Helena de Melo Bezerra Brandão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Vigora desde 1940 no Código Penal Brasileiro a criminalização do aborto, que preza pelo direito à vida do nascituro. O nascituro é também detentor do direito à vida, de forma que cabe ao Estado a sua proteção, sem tirar a responsabilidade da genitora de protegê-lo, de forma que, não atente contra a vida do feto, interrompendo a vida que se desenvolve em seu útero. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 (ADPF 54) discutiu a constitucionalidade da criminalização de aborto nos casos de fetos anencéfalos prevista no Código Penal (art. 124, 126 e 128, I e II). Acrescentam-se os riscos que uma gravidez de feto anencéfalo traz para saúde da mulher. Esses fatores tornariam injustificável a "coisificação" da mulher, torná-la um meio, ou seja, tornaria indesculpável a análise da situação do ponto de vista utilitarista. A medicina confirma que inexistem possibilidades de vida fora do útero para fetos sem atividade cerebral ou sem cérebro. Essa discussão traz à tona novamente questões debatidas no julgamento sobre a constitucionalidade de pesquisas com células-tronco embrionárias, tais como: o momento de início da vida; a distinção entre embrião, feto e pessoa humana; e o Estado Laico de Direito.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Foi realizado um debate pela ADPF 54 que trouxe questões discutidas em um julgamento sobre a constitucionalidade de pesquisas com células-tronco embrionárias, com o objetivo de legalizar o aborto em casos de feto anencéfalo e também com o intuito de discutir a preservação à vida da mulher gestante de feto anencéfalo, que é considerada pela medicina como gravidez de risco. O estudo é realizado desde o momento de início da vida, a distinção entre embrião, feto e pessoa humana e o Estado laico de direito.

(Resultados) (RESULTADOS) A decisão foi pela inconstitucionalidade da criminalização, permitindo sua realização, por profissional habilitado, da chamada "antecipação terapêutica do parto" em casos de gravidez de feto anencéfalo previamente diagnosticada. A medicina confirma que inexistem possibilidades de vida fora do útero para fetos sem atividade cerebral ou sem cérebro. Logo, a importância de satisfação do direito à vida de fetos anencéfalos não justifica a restrição à dignidade humana da gestante. Não existindo medidas alternativas para assegurar o direito à vida de fetos anencéfalos, sendo, portanto, a medida necessária.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Integram a mulher: os direitos a liberdade, integridade física e psicológica, saúde, (já que comprovadamente pela medicina, os riscos são maiores na gestação de feto anencéfalo e ainda existem danos psicológicos), relacionados à dignidade humana da gestante, seriam fortemente afetados. Portanto, foi votado a favor da permissão do aborto em casos de fetos anencéfalos, já que a gravidez de fetos anencéfalos expõe a vida das gestantes a riscos.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Aborto de Feto Anencéfalo; Crime; Dignidade Humana da Gestante.

AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINÍPIO DA IGUALDADE

Autor(es):

Ciro Barbosa Ferreira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O território brasileiro foi palco do mais longo processo de escravidão da América. Esse sistema escravagista gerou a maior população negra fora do continente africano. O fim da escravidão no Brasil não foi acompanhado de políticas de inclusão do negro recém-liberto. Isso resultou na exclusão social de uma camada da população, que passou a viver do subemprego e ocupar as encostas dos morros das principais metrópoles, onde surgiram as favelas. As políticas de ação afirmativa surgiram com o intuito de diminuir esse status de desequilíbrio social.

(Metodologia) Como método de abordagem, utilizaremos o método dialético. De acordo com a dialética hegeliana, "as contradições transcendem-se, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução?" (PRODANOV, FREITAS; 2013, p. 31) e o método histórico como método de procedimento que consiste na análise de fatos do passado e suas repercussões nos dias de hoje.

(Resultados) As políticas de ação afirmativa visam equilibrar, através de atividades sistemáticas com intuito compensatório, desigualdades surgidas no passado e que excluíram uma considerável camada da população ao acesso à educação. É um processo de reparação histórica que vai além das políticas de assistência social. Entretanto, isso gera um embate entre os princípios da igualdade formal e da igualdade material. Esse choque de principiológico foi o centro de um embate entre teses favoráveis e contrárias às políticas de ações afirmativas.

(Conclusão) O assunto em pauta é, até os dias atuais, alvo de muitas polêmicas. Entretanto o julgamento pelo STF da APDF 186 serviu para estabelecer a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas, ratificando a sua importância para a sociedade. Um dos desdobramentos dessa decisão foi a aprovação da lei 12.711/2012 que estabeleceu uma política nacional de cotas para negros para o ingresso em instituições federais de ensino superior.

Palavras-Chave: AÇÕES AFIRMATIVAS, DIREITO CONSTITUCIONAL, COTAS RACIAIS

ADOÇÃO AVOENGA: PRIMAZIA DO AFETO SOB A REALIDADE

Autor(es):

Beatriz de Melo Gadelha Meira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa aborda a evolução do instituto da adoção e analisa, especificamente, a possibilidade da adoção avoenga no ordenamento jurídico pátrio. Isso porque, apesar do art. 42, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) expressamente vetar a adoção por ascendentes, entende a jurisprudência que esta deveria ser possível em alguns casos, levando em consideração, primordialmente, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Dessa forma, a modalidade se apresentaria como uma alternativa para reconhecer a filiação socioafetiva já existente entre os adotantes, que seriam os avós, e a criança ou adolescente adotado, sem que fossem desfeitos os laços biológicos.

(Metodologia) A pesquisa pode ser qualificada como aplicada e exploratória, visto que consiste em voltar o estudo científico para a solução de um problema específico - que é a impossibilidade da adoção avoenga trazida pela lei - e tem como objetivo explorar a problemática, tornado-a mais clara, e indo, assim, em busca de soluções para a mesma. Ademais, pode-se dizer que análise temática será baseada na pesquisa bibliográfica e documental, tendo caráter qualitativo e dando-se através da leitura de doutrinas, artigos científicos, análises de especialistas, costumes societários e jurisprudências pátrias atualizadas acerca do tema, a fim de promover a construção teórica do tema proposto.

(Resultados) A partir dessa pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate acerca da aplicabilidade dos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da afetividade nos casos de adoção dos netos pelos avós. Isso porque, segundo decisões trazidas pelo Superior Tribunal de Justiça, estes princípios basilares do Direito das Famílias e do seu atual sistema protecionista são utilizados para justificar a possibilidade desse tipo de adoção ocorrer em casos específicos.

(Conclusão) Espera-se concluir que a vedação do artigo 42, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual se refere à proibição de adoção por ascendentes, não deve ser considerada absoluta e que, tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deve o juiz analisar os casos específicos, interpretando a Lei de uma forma que busque, em todo caso, sempre beneficiar o interesse da criança e do adolescente, e não o melhor interesse do adotando.

Palavras-Chave: Adoção avoenga. Jurisprudência. Melhor interesse da criança e do adolescente. Princípio da afetividade.

AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS A LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

Autor(es):

Jorge bernardo silva fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O agravo de instrumentos, é um recurso que serve para impugnar as decisões interlocutórias de juízo monocrático, através do rol do artigo 1.015 do código de processo civil. A grande questão está em volta da decisão do superior tribunal de justiça, que concerne sobre o rol do artigo 1.015. Versando sobre as constantes dúvidas doutrinárias acerca da taxatividade, se o rol é considerado taxativo ou não. O STJ deu um carácter especial ao recurso sendo reconhecido como uma taxatividade mitigada. Que implica nos casos em que esse recurso é cabível, sendo permitido uma interpretação para averiguar seu cabimento em determinado assunto.

(Metodologia) Trata-se de pesquisas bibliográficas, através de livros e jurisprudência, bem como utilizada os mais variados sites, afim de possibilitar e elucidar o tema. Utilizou-se o método de abordagem o dedutivo, já que se procurou analisa, o agravo de instrumento e seu cabimento nas decisões interlocutórias. Como método de procedimento, utilizou-se o histórico, devido a analisar os códigos de processos civis anteriores.

(Resultados) O agravo de instrumento, atualmente, sendo considerado em seu rol uma taxatividade mitigada se configura de forma a se tornar cabível fora do que é previsto em lei. Os agravos de instrumentos anteriores iam de encontro a matérias de carácter que fossem prejudiciais a ponto de causar lesão grave ou de difícil reparação a quem foi afetado pela decisão interlocutória, o CPC de 2015, deixa previsto os casos, porém o STJ após afirmar taxatividade mitigada, abre margem para outros casos em que o agravo de instrumento é cabível, gerando insegurança jurídica, onde a cada decisão interlocutória, um agravo de instrumento é interposto.

(Conclusão) O agravo de instrumento, tem sua importância recursal, por ser ferramenta para combater as decisões interlocutórias e as alterações trazidas pelo Código de processo civil de 2015 trouxeram dúvidas doutrinárias acerca do tema. Sendo posterior decidido pelo Superior tribunal de justiça uma taxatividade mitigada, sendo aplicado este em diferentes casos fora os previstos em seu rol, que de certa forma tal insegurança por não saber onde pode ser previsto tal recurso, pode acabar gerando insegurança jurídica.

Palavras-Chave: agravo de instrumentos, código de processo civil de 2015, taxatividade mitigada

AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS A LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

Autor(es):

Jorge bernardo silva fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O agravo de instrumentos, é um recurso que serve para impugnar as decisões interlocutórias de juízo monocrático, através do rol do artigo 1.015 do código de processo civil. A grande questão está em volta da decisão do superior tribunal de justiça, que concerne sobre o rol do artigo 1.015. Versando sobre as constantes dúvidas doutrinárias acerca da taxatividade, se o rol é considerado taxativo ou não. O STJ deu um carácter especial ao recurso sendo reconhecido como uma taxatividade mitigada. Que implica nos casos em que esse recurso é cabível, sendo permitido uma interpretação para averiguar seu cabimento em determinado assunto.

(Metodologia) Trata-se de pesquisas bibliográficas, através de livros e jurisprudência, bem como utilizada os mais variados sites, afim de possibilitar e elucidar o tema. Utilizou-se o método de abordagem o dedutivo, já que se procurou analisa, o agravo de instrumento e seu cabimento nas decisões interlocutórias. Como método de procedimento, utilizou-se o histórico, devido a analisar os códigos de processos civis anteriores.

(Resultados) O agravo de instrumento, atualmente, sendo considerado em seu rol uma taxatividade mitigada se configura de forma a se tornar cabível fora do que é previsto em lei. Os agravos de instrumentos anteriores iam de encontro a matérias de carácter que fossem prejudiciais a ponto de causar lesão grave ou de difícil reparação a quem foi afetado pela decisão interlocutória, o CPC de 2015, deixa previsto os casos, porém o STJ após afirmar taxatividade mitigada, abre margem para outros casos em que o agravo de instrumento é cabível, gerando insegurança jurídica, onde a cada decisão interlocutória, um agravo de instrumento é interposto.

(Conclusão) O agravo de instrumento, tem sua importância recursal, por ser ferramenta para combater as decisões interlocutórias e as alterações trazidas pelo Código de processo civil de 2015 trouxeram dúvidas doutrinárias acerca do tema. Sendo posterior decidido pelo Superior tribunal de justiça uma taxatividade mitigada, sendo aplicado este em diferentes casos fora os previstos em seu rol, que de certa forma tal insegurança por não saber onde pode ser previsto tal recurso, pode acabar gerando insegurança jurídica.

Palavras-Chave: agravo de instrumentos, código de processo civil de 2015, taxatividade mitigada

ANÁLISE ACERCA DA HIPOTECA REVERSA, CONFORME O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52/18 E DO PROJETO DE LEI 3096/19 DA C MARA DOS DEPUTADOS

Autor(es):

Guilherme Fortes da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leticia Lordão Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O escopo do artigo será a hipoteca reversa, originária do direito real de garantia, versada como modalidade de crédito, através do empréstimo financeiro. Permite que as pessoas, a partir dos 60 anos, possam celebrar um contrato de venda do seu imóvel para terceiros (instituições financeiras), como caução de empréstimo, mas que resguarde a segurança de permanência e de entrega do referido bem após a sua morte. O ponto forte dessa explanação será sobre a incorporação da hipoteca reversa no ordenamento jurídico brasileiro, em observação ao Projeto de Lei do Senado nº 52/18, de autoria do ex-senador Paulo Bauer (PSDB/SC) e ao Projeto de Lei 3096/19 de autoria, do deputado Vinicius Farah (MDB-RJ).

(Metodologia) O tema será respaldado através de pesquisa em bibliografias de cunho científico ou informativo, na legislação brasileira e em modelos aplicados em outros países, serão também utilizados os recursos híbridos. A pesquisa terá cunho explicativo, através do método dialético.

(Resultados) Para que seja possível implantar esse tipo de contrato, denominado de hipoteca reversa, é preciso incluí-la nos moldes do ordenamento jurídico brasileiro, de forma a tornar seguro para ambas as partes envolvidas nesse modelo de negócio.

(Conclusão) O tema tem ganhado espaço em discussões, visto como potencial complemento de renda para os idosos brasileiros, conforme o Projeto de Lei do Senado nº 52/18, de autoria do ex-senador Paulo Bauer (PSDB/SC) e do Projeto de Lei 3096/19, de autoria do deputado Vinicius Farah (MDB-RJ), em tramitação no Congresso Nacional. São propostas, com possíveis soluções para as dificuldades financeiras pós-aposentadoria para as pessoas idosas, haja vista, que o modelo em pauta já é realidade em outros países, como Estados Unidos, Canadá e em alguns países da Europa. É necessário que essa inovação seja construída de forma sólida em conformidade com o ordenamento jurídico, que sua aplicação não se realize ao bel prazer da visão de lucro das instituições financeiras, que se realize através da assistência pericial, a fim de resultar em justa avaliação do imóvel, frente aos valores a serem pagos em parcelas mensais. É a partir da realização desse negócio jurídico que se promove a abertura de mais uma possibilidade econômica de se fazer cumprir o artigo 2º da lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, que versa a respeito da promoção e conservação das melhores condições de vida aos maiores de 60 anos, assim como garante todo o dispositivo do Estatuto do Idoso.

Palavras-Chave: Hipoteca reversa. Direito real de garantia. Imóvel - garantia crédito para idoso. Projeto de lei.

**ANÁLISE CRÍTICO-FEMINISTA DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA SEARA POLÍTICA COMO REFLEXO DA
APLICAÇÃO MISÓGINA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Autor(es):

Marina Fernandes Fontes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Letícia Batista Alves Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Observado o afastamento das mulheres dos espaços políticos como fruto de uma violência institucional advinda de uma aplicação misógina do ordenamento jurídico brasileiro, compreende-se que apesar de termos um aumento considerável de ocupação dos cargos políticos por mulheres no Brasil ao longo dos últimos anos, não há aumento na discussão das pautas necessária para equidade entre os gêneros, nem, tampouco, conquista da efetividade de direitos. Dessa forma, o Estado se utiliza de seu poder soberano, em analogia aos preceitos da necropolítica, para ditar os privilégios e as vulnerabilidades que abarcarão as pessoas de acordo com os marcadores sociais em que estão inseridas. Por isso, tem a pesquisa a seguinte problemática: qual a relação entre a exclusão das mulheres dos espaços políticos e a baixa efetividade dos seus direitos?

(Metodologia) Através da metodologia bibliográfica, procura-se analisar as seguintes hipóteses iniciais: a construção histórica que resultou na determinação de que à mulher não caberia a tomada de decisões políticas, sendo limitada ao privado e passando a ser um sujeito extremamente vulnerável à violência de gênero institucionalizada; como a necropolítica legitimada pelo Estado é, dolosamente, o principal causador da manutenção das violências de gênero e exclusão das mulheres dos espaços políticos, afrontando diretamente o sistema democrático brasileiro e promovendo desigualdades; e, ainda, que a junção de todos esses fatores geram a perpetuação da realidade social de violação de direitos ao longo dos séculos, vez que impossibilita a expressão e representatividade desses sujeitos, assim, tal violência faz-se tão atual que incorpora-se a cada época com uma nova faceta, de forma qual consegue até causar a ilusão de uma diminuição do sofrimento feminino, quando este encontra-se apenas velado pela nova roupagem do momento corrente.

(Resultados) Como resultados parciais, compreende-se que a partir da premissa que as leis e princípios jurídicos são produzidas pela ótica masculina em detrimento da exclusão de mulheres do espaço político, medidas protetivas contra a violação dos direitos delas serão incompletas, pois não há presença de uma representação suficientemente direta dos sujeitos femininos.

(Conclusão) Diante do exposto, a maior presença de mulheres na seara política viria a contribuir não apenas para uma legislação eficiente no sentido de trazer segurança e igualdade na prática, mas também para que os preceitos jurídicos já existentes sejam interpretados e aplicados de forma a sanar tal problemática, com o objetivo de, em um efeito progressivo, que a necropolítica seja continuamente mitigada, de forma que as mulheres passem a não mais serem limitadas aos papéis ? secundários? impostos a elas, mas para que também possam ser instrumentos de transformação de sua realidade social, participando ativamente da tomada de decisões e tirando os ideais democráticos conquistados com afinco e postos na Constituição Cidadã do plano teórico.

Palavras-Chave: Necropolítica; Feminismo; Violência Institucional; Política.

ANÁLISE DO CONFLITO APARENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ADMISSIBILIDADE DE PROVA ILÍCITA PRO REO COM BASE NA TEORIA DO SOPESAMENTO DE ROBERT ALEXY

Autor(es):

João Vitor Alencar de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A vedação do uso de provas ilícitas é corolário do due process of law, mas, como bem pontua Ada Pellegrini Grinover, a teoria majoritária da inadmissibilidade processual das provas ilícitas, colhidas com violação a normas constitucionais ou legais, vem atenuada por outra tendência, a qual visa corrigir possíveis distorções que a rigidez da exclusão poderia levar em casos de excepcional gravidade. Essa tendência é a possibilidade, sempre em caráter excepcional e em casos extremamente graves, de admissibilidade da prova ilícita, baseando-se no princípio da ponderação entre valores fundamentais. O presente projeto de pesquisa busca oferecer uma reflexão sobre a admissibilidade de prova ilícita em favor do réu, que envolve um conflito aparente de direitos fundamentais. Para isso, será analisado um caso concreto julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ? Habeas Corpus 164.493 ?, objetivando identificar se o resultado do julgamento é proporcional/razoável com base na teoria do sopesamento de Alexy. Nesse julgado, é discutida a constitucionalidade de se utilizar provas obtidas por meios ilícitos.

(Metodologia) Classifica-se esta pesquisa como explicativa, de forma a conectar ideias e explicar as causas e efeitos. Para isso, foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, bem como a análise de revistas e artigos periódicos. Quanto à abordagem, esta se deu de maneira qualitativa, visto que a pesquisa teve como objetivo uma investigação científica, que foi estudar sobre os conflitos aparentes de direitos fundamentais.

(Resultados) A aplicação da teoria do sopesamento ? ou balanceamento ? de princípios busca analisar a legitimidade das restrições a direitos fundamentais, no caso de conflito aparente, para verificar se está sendo respeitada a proporção entre os meios e o fim. Para isso, é necessário considerar os clássicos elementos da proporcionalidade: adequação ? que corresponde à idoneidade do meio para atingir o fim; necessidade ? que está relacionada à imprescindibilidade de sua utilização; e proporcionalidade em sentido estrito ? que analisa se o ato foi utilizado de forma exagerada ou insuficiente. Entrando na análise do caso concreto, estão em conflito os seguintes direitos fundamentais: inadmissibilidade da prova obtida ilicitamente, intimidade, privacidade e liberdade. A utilização de prova ilícita pro reo envolve, de um lado, o direito à liberdade, de maneira a garantir que o réu não seja condenado injustamente. De outro lado, defende-se que uso de prova obtida por meio ilícito viola gravemente os direitos à intimidade e privacidade.

(Conclusão) A finalidade da medida, na utilização da prova ilícita, é a correção de uma injusta acusação do réu, que corre o risco de pagar com sua liberdade pela equivocada apreciação dos fatos na atividade jurisdicional. Ponderando a necessidade, tem-se limitados por tal medida os direitos à intimidade e privacidade, os quais foram violados para se conseguir o objeto de prova. Sendo o único meio de provar a sua inocência, não existe medida alternativa que assegure a liberdade individual, sendo a medida, portanto, necessária. Por fim, avaliando a proporcionalidade em sentido estrito, tem-se que a importância do direito à liberdade do indivíduo deve prevalecer quando, apesar da violação do direito à intimidade do outro, ficar demonstrado que o réu é inocente, indo ao encontro da busca pela verdade real. Seria uma violação ao próprio Direito condenar um indivíduo que provou sua inocência, apesar da ilicitude das provas. Portanto, nesse caso, a decisão do STF poderá coincidir com a aplicação do método de Alexy.

Palavras-Chave: Prova Ilícita. Admissibilidade. Sopesamento. Conflito Aparente de Normas. Robert Alexy

ANÁLISE ECONÔMICA DAS CANDIDATURAS LARANJAS DE MULHERES NO PROCESSO ELEITORAL: ENTRE A IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA E O DIREITO FUNDAMENTAL A ELEIÇÕES LIVRES DE FRAUDES

Autor(es):

Yuri Felipe Lima Damasceno Cortez de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do déficit da representatividade feminina na política brasileira, foi criada a cota de gênero nas eleições proporcionais, onde estabelecia que cada partido ou coligação deve destinar pelo menos 30% (trinta por cento) de suas candidaturas ao gênero feminino, entretanto, mesmo com essa regra o número de candidatas do gênero continua baixíssimo, alcançando pouco mais que o mínimo exigido. Dessa forma, cumpre destacar que apenas a lei não é o suficiente para incentivar a candidatura feminina, longe disso, com a obrigatoriedade do preenchimento de cotas femininas, os partidos e coligações em vez de apoiar e incentivar mais candidatas, passaram a burlar esta regra com candidaturas "laranjas", onde as representantes são registradas como candidatas, mas não participam efetivamente da campanha, não sendo candidatas de fato.

(Metodologia) Foi realizada pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio da análise bibliográfica, documental, jurisprudencial e pesquisa de campo

(Resultados) Constatou-se que para o efetivo crescimento da participação feminina na política, se faz necessário o investimento em programas partidários de incentivo à participação das mulheres além da cota já estipulada por lei, sanando assim o déficit histórico de baixa representatividade feminina na política brasileira.

(Conclusão) O cenário atual demonstra que a presença de mulheres na política tem ganhado nos últimos anos um lugar privilegiado no debate público, mas infelizmente a quantidade de mulheres no Poder Legislativo permanece significativamente menor em relação à de mulheres na sociedade. Embora a Lei Eleitoral não preveja que a reserva do percentual mínimo será ocupada pelo sexo feminino, a prática eleitoral no Brasil, principalmente ao se tratar de eleições municipais, conduz inequivocamente a esta pressuposição. No entanto, a referida "cota de gênero" implica grandes desafios e, dentre eles, a necessidade de garantir que os diretórios partidários em vigência - inclusive os municipais - recebam verbas destinadas à promoção da participação da mulher na política e, de fato, impulsionem campanhas educativas nesse sentido, portanto, faz-se necessário, para o efetivo crescimento da participação feminina na política, que o déficit histórico de baixa representatividade seja sanado com o investimento em programas partidários de incentivo à participação das mulheres.

Palavras-Chave: Cotas intrapartidárias de gênero. Representatividade feminina. Partidos. Coligações. Candidatura. Incentivo.

AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS JOGOS À CONCILIAÇÃO TRABALHISTA

Autor(es):

Maria Júlia Pereira Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa aborda as contribuições da teoria dos jogos à conciliação trabalhista como um mecanismo alternativo de enfrentamento à inflação de demandas judiciais através da análise bilateral da melhor forma de sair do conflito. Isso faz com que ele se resolva de forma definitiva e previne novos desentendimentos por lidar com todas as faces do problema, além de, na busca pelo melhor acordo, com a ajuda dos sindicatos, conferir paridade de armas entre o trabalhador e empregador, cuja superioridade de poder e influência comumente é inegável.

(Metodologia) O método adotado foi o hipotético-dedutivo, com procedimento descritivo e comparativo. Partindo da hipótese de que é possível aplicar a teoria dos jogos à conciliação realizada na Justiça do Trabalho, utilizamos técnicas de pesquisa bibliográfica, a partir de publicações de livros, teses e pesquisas de autores renomados da área e suas contribuições teóricas sobre o tema, e a documental, através de registros primários e secundários.

(Resultados) É possível afirmar que a teoria dos jogos é um ramo matemático que estuda as possibilidades de ações individuais existentes diante de determinado jogo para que todos possam escolher sua melhor estratégia coletivamente. A conciliação trabalhista no âmbito do Direito do Trabalho foi possibilitada pela OIT sendo amplamente respaldada sua aplicação em território nacional. Então, se aplicada à conciliação trabalhista, a teoria dos jogos é um instrumento na busca do melhor pacto, pois incentiva as partes a pensarem na melhor saída para o conflito, o que traz à solução do problema maior razoabilidade, agilidade, resolutividade e eficiência, desafogando assim o poder judiciário, afinal ninguém melhor que as próprias partes para decidirem o melhor deslinde. Visando a paridade de armas entre empregado e empregador na busca pelo melhor acordo, figuras comumente em desigualdade de poder e saber, os sindicatos, entidades cujo objetivo é proteger o interesse dos trabalhadores e garantir o respeito aos seus direitos, se mostram como um perfeito aliado.

(Conclusão) A teoria dos jogos contribui com a eficácia da conciliação trabalhista porque obriga as partes a pensarem de forma coletiva na resolução do problema, o que enseja satisfação e ganhos mútuos, valorização e manutenção das relações. Para alcançar o melhor acordo, é necessário que empregado e empregador estejam em igualdade de condições para negociar. Assim, surge a figura dos sindicatos como forma de assegurar os interesses e direitos dos seus trabalhadores sindicalizados, e não sendo possível chegar a um denominador satisfatório ou se o trabalhador assistido perceber que será melhor o litígio, é facultado a qualquer momento a possibilidade de adotar a via judicial. Infelizmente, ainda existem impasses à aplicação dessa teoria, seja por desconhecimento, seja pela ideia de que uma decisão só será justa se for tomada por um juiz. Então, quanto a isso, é necessário trabalhar pela cultura da paz na sociedade através da educação, incentivando a população a negociar, mostrando todas as benesses existentes, seja econômica, psicológica ou de tempo. Fora isso, devemos citar o despreparo por parte de muitos advogados, os quais não são instruídos para lidar com negociações, sendo um dever das faculdades implementar disciplinas de negociação de conflitos.

Palavras-Chave: Teoria dos Jogos. Conciliação. Direito do Trabalho. Negociação. Sindicatos.

AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DIANTE DA PROTEÇÃO JURÍDICA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Lianne Mendes Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As Indicações Geográficas são sinais distintivos que apontam produtos e serviços em razão de sua origem geográfica, regiões estas cujas particularidades naturais ou culturais são imprescindíveis para a qualidade do produto ou serviço dotado de particularidade, tutelado no Brasil pela lei da propriedade industrial, nº 9.279/96. A partir de seu reconhecimento, os produtos e serviços passam a gozar de atributos diferenciados, como reputação e identidade cultural de um certo espaço geográfico. Desse modo, com o reconhecimento de sua distintividade, desencadeiam-se também uma gama de repercussões, tanto jurídicas quanto no contexto social, cultural e econômico, demonstrando a necessidade essencial de fortalecer o instituto. Isto posto, a presente pesquisa busca elucidar quais os impactos possíveis diante da regulação jurídica das Indicações Geográficas e, sob uma ótica regional, tomar como objeto os casos registrados no estado do Rio Grande do Norte, para uma análise das possíveis repercussões culturais e socioeconômicas geradas pela proteção dos produtos e/ou serviços no cenário norte-rio-grandense, sobretudo nas cidades de Mossoró/RN e Caicó/RN, localidades em que encontram-se os produtos e serviços catalogados.

(Metodologia) Será utilizado o método qualitativo, através de coletas e análise de dados e, pautando-se no estudo de caso, tendo sido escolhidas as Indicações Geográficas, na espécie Indicações de Procedência, registradas no Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, o estudo será conduzido utilizando o método de procedimento estatístico, para demonstração de impactos quantitativos decorrentes da Indicação Geográfica, assim como o funcionalista, a fim de ilustrar a relação social, cultural e econômica no cenário norte-rio-grandense das Indicações Geográficas. Além disso, serão utilizadas como técnicas de pesquisa a bibliográfica, em especial a Lei nº 9.279/96 e a Instrução Normativa INPI nº 95/2018, e pesquisa documental relacionada aos casos concretos estudados.

(Resultados) A partir da análise realizada, aferiu-se que o registro de Indicação Geográfica ainda não impactou de maneira integral os casos de registro no estado do Rio Grande do Norte, encontrando-se ainda em estágio de desenvolvimento. Apesar disso, inevitavelmente, como repercussão positivas, podem ser citadas o aumento do valor agregado do produto ou serviço, estímulo de investimentos na área de produção e preservação das particularidades da produção.

(Conclusão) Diante do exposto, pode-se afirmar que é de grande relevância proteger a propriedade intelectual, nesse caso, em específico, às Indicações Geográficas, por todos os benefícios e avanços que dela decorrem. O fortalecimento do instituto em questão é basilar não só ao ordenamento jurídico, em sua constante evolução diante da sociedade e suas tecnologias, como maneira de reprimir falsas indicações, mas também ao desenvolvimento cultural e econômico de espaços geográficos que cultivam produtos e serviços específicos de suas áreas. Desse modo, para que o instituto em questão alcance seu potencial máximo no estado do Rio Grande do Norte, considerando o presente cenário, de quantidade ínfima de registros quando comparado ao potencial, faz-se crucial sua difusão e acesso à todas as regiões aptas a obter esse registro, seja por seus produtos ou serviços.

Palavras-Chave: Indicações Geográficas. Impactos. Rio Grande do Norte. Proteção jurídica.

ATIVISMO JUDICIAL: ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DIANTE DA OMISSÃO DO LEGISLADOR.

Autor(es):

Beatriz Caroline Cortês de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ativismo judicial é uma tentativa do Poder Judiciário de ter uma participação mais ampla e intensa na concretização de fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros poderes. A atuação de nossa Suprema Corte, ao "legislar" sobre determinada matéria, interfere de forma direta no ordenamento jurídico pátrio e na separação de poderes, tendo em vista que trata-se de função atípica do Poder Judiciário. Para além de uma manifestação do ativismo judicial, deve-se analisar tal atuação do ponto de vista de sua influência na sociedade de maneira geral, tendo em vista que o STF vem assumindo uma projeção política e social nos últimos anos, ao decidir sobre temas polêmicos e centrais para a vida do país. Ainda que tal atuação por parte do Poder Judiciário se dê devido pressão social e visando atender o interesse público, por não haver legislação sobre determinada matéria, que exige atenção do Estado, é inegável a insegurança jurídica causada por tal postura. É importante, portanto, uma análise crítica tanto da omissão do Poder Legislativo, ao não regulamentar matérias de grande relevância social (que é fato gerador da necessidade da ação por parte do Judiciário) como da atuação do Poder Judiciário (projetando-se na esfera de atuação do Legislativo), para que se possa, a partir desta análise, explicar de que maneira a realidade social e a organização do Estado são afetadas.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa bibliográfica e exploratória. Os métodos de abordagem aplicados foram o hipotético-dedutivo e o dialético. Os métodos de procedimento foram o documental e o bibliográfico.

(Resultados) Tal estudo teve como resultado final a compreensão de que, independente da realidade social e do interesse público envolvidos, e mesmo havendo omissão por parte do legislador, é importante considerar as consequências advindas da atuação do Judiciário, buscando garantir a aplicação dos princípios constitucionais, se para isso interferiu na área de atuação de outro Poder do Estado.

(Conclusão) Em alusão a este prisma de abordagens, é conclusivo afirmar que deve-se analisar de maneira crítica tanto a omissão do Poder Legislativo (que é fato gerador da necessidade da ação por parte do Judiciário) como a atuação, atípica, do Poder Judiciário, sem excluir desta análise de que maneira a realidade social e a organização do Estado são afetadas.

Palavras-Chave: Ativismo judicial. Separação dos poderes. Omissão. Consequências. Interesse público.

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO NO ATUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Autor(es):

Moises Gabriel Guedes Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em tempos de eventuais conflitos entre os Poderes do Brasil, entender o exercício de algumas atribuições em específico é essencial antes de cometer equívocos ou deslizes jurídicos e administrativos. Pretende-se não somente expor, como também explicar, numa linguagem simples, os atos legislativos advindos do Poder Executivo cujas competências vêm sendo rotineiramente questionadas.

(Metodologia) Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista o período de ferrenhas ?brigas políticas?, utilizando-se de alguns fatos cotidianos e da própria lei, de modo a sustentar a tese de que o Poder Executivo tem ?carta branca? para determinados atos, principalmente quando lhe são delegados, em prol da sociedade. Importa, também, saber que não são ? cláusulas pétreas? ou ?escritas em pedra?, afinal estão abertas a mais debates como é de total direito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

(Resultados) De antemão, analisa-se as medidas atualmente editadas e/ou em estado de tramitação, isto é, discussão e depreende-se delas um teor de liberdade, tal como a MP (Medida Provisória) nº 1.068, de 06 de setembro de 2021, baseada na tão censurada liberdade de expressão nas Redes Sociais. Segundo o art. 62 da Constituição Federal, não há que se falar em proibição ao Chefe do Executivo para edição de Medidas Provisórias, de modo que estas buscam garantir direitos outrora perdidos ou violados ?debaixo do nariz? do cidadão. O direito de legítima defesa via posse de armas e de resposta proporcional ao agravo via posicionamento em Redes Sociais, nas quais contas e publicações vêm sendo derrubadas sem direito à ampla defesa como vem acontecendo com contas conservadoras, tal como o @paulobilynskyj e @furia_e_tradicao. Atualmente, há mais de 10 Medidas em discussão, sendo 4 recentes e editadas em Setembro para análise legislativa em até 45 dias, sob pena de trancamento de todas as outras deliberações para que nenhum outro assunto possa ser discutido, se não as próprias Medidas. Paralelamente, nota-se a completa ausência de leis delegadas, isto é, leis cuja responsabilidade de edição é passada ao Chefe do Executivo, sendo que a última delegação foi a Lei nº 13 de 27 de Agosto de 1992, ou seja, há 29 anos. Os conflitos entre Poderes geraram tal desconfiança, afinal a delegação da edição de leis é, a priori, um voto de confiança no governante.

(Conclusão) Portanto, diante do contexto político federal atual, percebe-se certa insegurança no tocante à relação entre os Poderes do Brasil, e isso somente demonstra como alguns membros destes mostram-se mais conflituosos ao invés de cooperadores para o bem nacional. O Legislativo, em meio aos atos de inércia e incompetência, mostra certa rebeldia ao lado do Judiciário, que ordena prisões ocultamente arbitrárias e desvia-se das atribuições principais. Por isso, o Executivo tenta avançar com tais Medidas ? que servem de paliativo às máculas nacionais deixadas pelos que o precederam ?, porém convém que os demais Poderes abandonem ressentimentos e ajudem-se mutuamente para, de fato, levar progresso, seja via lei delegada, seja via lei ordinária. Importa ao período atual ajudar o Brasil a crescer enquanto negam-se ideologias em prol da verdade e do que é necessário.

Palavras-Chave: Medidas Provisórias; Poderes do Brasil; Liberdades; Censura; Conservadorismo.

AUXÍLIO DOENÇA PARA AERONAUTAS GESTANTES: ANÁLISE DA AÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS FRENTE À DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO E SEUS DEMAIS DESAFIOS.

Autor(es):

*Guilherme Bulhoes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Pinheiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Levando em consideração o pressuposto de incapacidade de exercício da atividade laboral por mulheres em período de gestação, procura-se analisar e discutir sobre o direito de obtenção do benefício previdenciário de auxílio doença, especificamente voltado para mulheres que trabalham no ramo relacionado a aeronáutica. Discute-se os requisitos para concessão do auxílio, bem como o porque se faz necessário o auxílio doença para as mulheres comissárias de bordo em especial. O presente estudo contempla o caso prático ocorrido entre os anos de 2017 e 2019 o qual envolveu uma decisão que revogava o benefício acordado entre a Autarquia Previdenciária e a Aeronáutica, deixando por consequência milhares de gestantes aeronáuticas desamparadas e ocasionando uma insegurança jurídica sem precedentes no mundo fático.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa explicativa feita através de uma análise das questões relacionadas a previdência social aliado aos direitos das gestantes, , utilizando-se também, de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, trazendo pesquisas, documentos e principalmente o caso prático que mostram a reflexão sobre o direito de todas as gestantes, em especial as gestantes que fazem parte da aeronáutica. Além disso, o método dedutivo vem para analisar as questões partindo do geral para os casos específicos da matéria.

(Resultados) Os direitos previdenciários tornam-se imprescindíveis quando o empregado se encontra em uma situação excepcional como a de uma gravidez, de forma que se deve dar uma atenção especial e particular na hora da concessão dos benefícios inerentes à previdência. No caso em. análise, o benefício respectivo seria o de auxílio doença, haja vista a condição específica de saúde não apenas da gestante mas também do feto, que demanda uma atenção especial e que também ocasiona uma incapacidade laboral de forma temporária por parte da gestante, especificamente no que tange a atividade aeronáutica. O próprio regulamento nacional de aviação recomenda o afastamento imediato das grávidas das suas atividades.

(Conclusão) Portanto, não resta dúvidas quanto à possibilidade de abalos psicológicos durante o período de gestação, o que poderia potencializar ainda mais em decorrência de situações como as em análise, o que poderia comprometer a saúde e bem-estar das mulheres gestantes e consequentemente a do feto em formação, tendo em vista o desequilíbrio hormonal. Com o direito ao auxílio doença devidamente concedido as gestantes da categoria em questão, cessa toda e qualquer preocupação relacionada ao período de ausência no ambiente de trabalho e também as demais inseguranças existentes no mundo do direito previdenciário. Logo, se faz necessário ter efetivada as garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana concomitante com as ofertadas pela lei da previdência social.

Palavras-Chave: Aeronáutica, Gestante; Auxílio-doença; gestação; decisão judicial; SNA.

AUXÍLIO DOENÇA PARA AERONAUTAS GESTANTES: ANÁLISE DA AÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS FRENTE À DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO E SEUS DEMAIS DESAFIOS.

Autor(es):

*Guilherme Bulhoes : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Pinheiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Levando em consideração o pressuposto de incapacidade de exercício da atividade laboral por mulheres em período de gestação, procura-se analisar e discutir sobre o direito de obtenção do benefício previdenciário de auxílio doença, especificamente voltado para mulheres que trabalham no ramo relacionado a aeronáutica. Discute-se os requisitos para concessão do auxílio, bem como o porque se faz necessário o auxílio doença para as mulheres comissárias de bordo em especial. O presente estudo contempla o caso prático ocorrido entre os anos de 2017 e 2019 o qual envolveu uma decisão que revogava o benefício acordado entre a Autarquia Previdenciária e a Aeronáutica, deixando por consequência milhares de gestantes aeronáuticas desamparadas e ocasionando uma insegurança jurídica sem precedentes no mundo fático.

(Metodologia) trata-se de uma pesquisa explicativa feita através de uma análise das questões relacionadas a previdência social aliado aos direitos das gestantes, , utilizando-se também, de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, trazendo pesquisas, documentos e principalmente o caso prático que mostram a reflexão sobre o direito de todas as gestantes, em especial as gestantes que fazem parte da aeronáutica. Além disso, o método dedutivo vem para analisar as questões partindo do geral para os casos específicos da matéria.

(Resultados) Os direitos previdenciários tornam-se imprescindíveis quando o empregado se encontra em uma situação excepcional como a de uma gravidez, de forma que se deve dar uma atenção especial e particular na hora da concessão dos benefícios inerentes à previdência. No caso em. análise, o benefício respectivo seria o de auxílio doença, haja vista a condição específica de saúde não apenas da gestante mas também do feto, que demanda uma atenção especial e que também ocasiona uma incapacidade laboral de forma temporária por parte da gestante, especificamente no que tange a atividade aeronáutica. O próprio regulamento nacional de aviação recomenda o afastamento imediato das grávidas das suas atividades.

(Conclusão) Portanto, não resta dúvidas quanto à possibilidade de abalos psicológicos durante o período de gestação, o que poderia potencializar ainda mais em decorrência de situações como as em análise, o que poderia comprometer a saúde e bem-estar das mulheres gestantes e consequentemente a do feto em formação, tendo em vista o desequilíbrio hormonal. Com o direito ao auxílio doença devidamente concedido as gestantes da categoria em questão, cessa toda e qualquer preocupação relacionada ao período de ausência no ambiente de trabalho e também as demais inseguranças existentes no mundo do direito previdenciário. Logo, se faz necessário ter efetivada as garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana concomitante com as ofertadas pela lei da previdência social.

Palavras-Chave: Aeronáutica, Gestante; Auxílio-doença; gestação; decisão judicial; SNA.

**CLAUSULAS DE INALIENABILIDADE, INCOMUNICABILIDADE E IMPENHORABILIDADE NAS DOAÇÕES:
REVOGAÇÃO POR VIA EXTRAJUDICIAL.**

Autor(es):

Háberbert Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa desenvolvida se trata de um artigo ainda em desenvolvimento sobre as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, também conhecidas como cláusulas restritivas de domínio, mais especificamente trata-se de um estudo sobre a possibilidade e a forma que deve ser feita a revogação das cláusulas impostas sobre bem imóvel através de doação. Em seu primeiro capítulo é apresentado o conceito de propriedade e de doação, assim como as características e as formas da doação, onde será apresentada a doação modal. No segundo capítulo são apresentadas as cláusulas restritivas, os seus conceitos, seus efeitos e as formas de instituição. No terceiro capítulo é delimitada a doação dentro das escrituras públicas, então, são abordados os princípios e regras do direito notarial e registral, explicando o que é um título apto para registro. Por fim, no capítulo quarto é tratada a revogação das cláusulas, citando a revogação por via judicial, mas com foco na revogação por via extrajudicial, com a lavratura de instrumento público que será instrumento para registro no registro de imóveis.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o método dedutivo, porque para o estudo da situação específica da revogação das cláusulas por via extrajudicial, primeiro foram estudados conceitos maiores do direito civil como a propriedade, a doação, o próprio conceito de cláusulas restritivas de domínio, para então abordar a revogação destas, o estudo se deu do macro para o micro. O método de procedimento utilizado foi o comparativo, apresentando conceitos e teorias apresentados por diferentes doutrinadores para compará-los e da sua síntese buscar as respostas necessárias para trazer a conclusão da pesquisa. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa documental e bibliográfica e a análise de conteúdo. Foram utilizadas para a pesquisa doutrinas do direito civil, do direito notarial e registral, artigos publicados em revistas especializadas, julgados acerca do tema, além da análise da legislação atual.

(Resultados) Como dito no início do texto, a pesquisa ainda está em curso, mas até o momento foi possível observar que o conceito de doação modal e a instituição de cláusulas nesse tipo de doação são assuntos que causam muita divergência de opiniões, inclusive gerando contradições nas decisões judiciais que julgam a possibilidade de registro de títulos que cumulam as doações modais e a instituição das cláusulas restritivas, mas que o entendimento atual da jurisprudência é a favor dessa instituição dentro das doações modais. Quanto à revogação das cláusulas, existe uma parte da doutrina que considera a possibilidade somente por via judicial, mas essa é a parcela minoritária.

(Conclusão) Em síntese, a pesquisa busca estudar a revogação das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Até o momento, foi possível confirmar a possibilidade de instituição das cláusulas através das doações (puras e modais), também foi possível confirmar a possibilidade de revogá-las por meio extrajudicial, restando ainda esclarecer de qual forma deve se dar a revogação, qual o tipo de instrumento, quais as partes necessárias para tal, se pode ser feita de forma unilateral pelos instituidores ou se devem estar presentes com a concordância as demais partes, são essas as respostas esperadas ao final da pesquisa.

Palavras-Chave: Direito Notarial; Cláusulas Restritivas; Doação; Revogação; Escritura Pública.

COMO O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR PODE MAXIMIZAR A PERSPECTIVA DO DIREITO PREVENTIVO NA MENTALIDADE DE FUTUROS PROFISSIONAIS NA MEDIDA EM QUE FOMENTA O EMPREENDEDORISMO JOVEM

Autor(es):

Nathalia Cristina Toledo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Movimento Empresa Júnior (MEJ), surgiu na França, no ano de 1967 a partir da iniciativa de universitários que pretendiam aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação e adentrar no mercado competitivo antes mesmo do final do curso. Assim, disseminado pelo mundo, o movimento chegou ao Brasil com a ousada missão de formar, por meio da vivência empresarial, jovens empreendedores comprometidos e capazes de mudar o país. Seguindo essa tendência, é fundada no ano de 2018 a ANIMUS Consultoria Jurídica, Empresa Júnior do curso de direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, composta exclusivamente por estudantes de vários períodos da graduação da instituição e com atuação exclusiva em direito preventivo, desenvolvendo soluções com o intuito de prevenir conflitos, promovendo dessa maneira a experiência empresarial. Nesse panorama, faz-se uma análise do potencial do Movimento Empresa Júnior em maximizar a perspectiva do direito preventivo e fomentar o empreendedorismo dos futuros profissionais do direito.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado será o indutivo e o método de procedimento será o de levantamento de dados, mediante coleta de dados com membros da ANIMUS Consultoria Jurídica. Ainda, as fontes de pesquisa utilizadas serão a documental, a partir da análise de documentos constitutivos da ANIMUS e a bibliográfica, com doutrinas de direito civil e empresarial.

(Resultados) Os resultados esperados incluem a comprovação do impacto significativo do Movimento Empresa Júnior na graduação, por meio do estímulo empreendedor e do desenvolvimento das técnicas de direito preventivo na atuação profissional daqueles que puderam adquirir conhecimento e experiência dentro da ANIMUS Consultoria Jurídica, assim, busca compreender em que aspectos a experiência de ser um empresário júnior na ANIMUS impacta nas decisões e expectativas que estudantes e futuros profissionais do direito tem em implementar na sua atuação profissional os serviços voltados a prevenção de conflitos trabalhados na empresa júnior de direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, ainda, espera dos resultados entender o impacto da experiência empreendedora na projeção de futuro daqueles que passaram pela ANIMUS.

(Conclusão) O Movimento Empresa Júnior tem muito a oferecer a toda a sociedade, mas, diferente do que muitos podem pensar, o produto final do movimento não são os serviços ofertados pelas empresas juniores, mas sim, as pessoas que passam por elas, com uma visão de futuro diferenciada, voltada para o empreendedorismo e para a cooperação. Por fim, conclui-se que a pesquisa ainda está em andamento e não há uma definitiva conclusão dos seus resultados finais.

Palavras-Chave: Movimento Empresa Júnior. Empreendedorismo. Direito Preventivo. Futuros Profissionais.

COMPLIANCE E O ASSÉDIO MORAL SOFRIDO PELA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO

Autor(es):

TAIANY KELLY PAIVA DA SILVA: *Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: *Docente do UNI-RN*

(Introdução) A partir da publicação da Lei nº 12.846 de 2013 - Lei Anticorrupção, popularmente conhecida como Lei da Empresa Limpa, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas em razão de atos cometidos contra a Administração Pública, o termo compliance começou a se popularizar no Brasil. No cenário corporativo, a empresa que está em compliance observa e cumpre rigorosamente a legislação, os normativos, procedimentos e políticas internas. Normalmente, as práticas dos colaboradores são orientadas pelo Código de Ética e de Conduta da empresa. O compliance tem como objetivo mitigar riscos, implementar a ética, sustentar a continuidade do negócio e preservar os valores da empresa. O assédio moral, por exemplo, é um dos atos ilícitos que pode ser combatido com a implantação de um programa de compliance eficaz. Assédio moral é toda e qualquer conduta que expõe pessoas a situações humilhantes e constrangedoras no trabalho e ocorrem de forma repetitiva e prolongada tendo, na maioria das vezes, as mulheres como principais vítimas.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual os assuntos estão sendo estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, o que caracteriza o método de pesquisa bibliográfica em razão da análise documental que tem sido realizada.

(Resultados) A presente pesquisa encontra-se em andamento e seu desfecho se dará quando da entrega do trabalho de conclusão de curso. No entanto, com base na análise documental já realizada, é certo afirmar que as mulheres são as principais vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho. Essa realidade se dá em razão do contexto histórico, da ideia da mulher apenas como ?esposa, mãe e dona de casa? e da cultura machista imposta pela sociedade. Nessa senda, o compliance permite maior segurança jurídica, uma vez que é capaz de identificar e mitigar riscos e práticas de assédio através do engajamento da alta liderança, realização de treinamentos e comunicação a fim de disseminar a cultura ética no ambiente organizacional, criação de um canal de denúncias e condução de investigações internas de maneira eficaz, bem como preservar os valores da empresa, sustentar a continuidade do negócio e melhorar o clima organizacional, promovendo, acima de tudo, o desenvolvimento humano.

(Conclusão) O assédio moral cometido dentro das organizações é um ato ilícito comum que prejudica o clima organizacional, a vida pessoal e profissional dos trabalhadores e gera passivos trabalhistas para a empresa em razão das demandas judiciais. O compliance se preocupa em atender as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Além disso, empenha-se para que haja uma gestão pautada na ética, sustentável e que não elimine os direitos dos trabalhadores, bem como que o ambiente de trabalho seja saudável e que os valores da empresa sejam preservados permitindo a continuidade do negócio, que é, inclusive, um dos princípios do direito do trabalho.

Palavras-Chave: Compliance. Assédio Moral. Mulher. Mercado de Trabalho.

CONDOMÍNIO IRREGULAR: ESTUDO DE CASO DO CONDOMÍNIO FLAMBOYANT

Autor(es):

João Victor de Paula Delafiori Hikiji: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Agenor Francisco dos Santos Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Benevolo Xavier Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carlos de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Roberto Romeiro Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O grupo do PROCOND, projeto de extensão do UNI-RN, foi ao condomínio Flamboyant diversas vezes. Dito isso, verificaram grande dificuldade de os moradores entenderem a vida em condomínio e os documentos (convenção e regimento interno) inerentes a ele, levando o grupo a fazer um minicurso que foi ministrado no dia 21/10/2021 com a intenção de educar os condôminos sobre seus direitos sobre seu condomínio. Como consequência, se depararam com diversas demandas e muito receio, de maioria financeiros, por parte dos moradores do local. No entanto, conforme foi sendo a apresentada a palestra, os condôminos compreenderam que era uma ação meramente educativa e que nada seria imposto a eles, mas sim diversas ideias de melhorias seriam incentivadas. Entretanto, ainda assim, múltiplas demandas foram feitas ao grupo ao final da apresentação, uma que chamou a atenção foi o pedido de devolução de uma quadra esportiva doada, de forma irregular, à prefeitura feita por síndico anterior. Além disso, ao visitar o condomínio o grupo se deparou com diversas irregularidades além das que incomodavam os moradores, por exemplo, comércios ao longo do condomínio sendo que no registro ele teria apenas de finalidade residencial.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi pesquisa de campo, pois como já informado na introdução, o grupo se dirigiu ao condomínio Flamboyant, com quantidade de blocos 42 constituídos de 12 apartamentos, logo, 504 unidades habitacionais, ou seja, bastante extenso para a categoria. E, nele foram realizadas algumas reuniões no local com participação de moradores e presidente do conselho comunitário.

(Resultados) (RESULTADOS) Percebeu-se que a falta de regulamentação dificulta a compreensão de quais áreas são comuns do condomínio e dificulta também a defesa contra as invasões, podendo assim resultar na perda seu terreno. Com isso, em muitas declarações sobre questões do condomínio, era compreensível, o fato de o senso de comunidade existir apenas entre apartamentos de cada bloco, portanto, não existiria uma união entre blocos.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que nossa cidade está se verticalizando e aumentando o número de condomínios, seja de casas ou de apartamentos, e as pessoas não conseguem entender a real dimensão que é viver em um condomínio, porque não sabem seus direitos e seus deveres, não tem consciência da importância da figura do síndico, não sabem que é a assembleia que dá poderes ao síndico, ou seja, não tem consciência do poder de transformação que possuem individualmente e coletivamente.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Condomínio. Irregular. Síndico.

CONFRONTO ENTRE O DIREITO À IMAGEM E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O CASO DA ENFERMEIRA DOADORA DE LEITE HUMANO OFENDIDA POR DANILO GENTILI.

Autor(es):

Alinne França Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Camila Beatriz Cruz de Miranda Roriz da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A popularização das mídias sociais propiciou a ocorrência de uma nova ferramenta de trabalho e a disseminação de informação, a internet. Este universo online tornou-se palco de muitos indivíduos que o utilizam para compartilhar o seu estilo de vida, acessar notícias políticas e até mesmo as famigeradas "focinhas" das figuras públicas. No entanto, a plataforma vem sendo tida como uma "terra sem lei", tendo em vista a falta de limitação do que pode ou não ser publicado e comentado, gerando conflitos entre o direito à liberdade de expressão e à imagem. O assunto supracitado é relevante na atualidade, pois se trata de um confronto direto entre direitos essenciais à dignidade de um indivíduo, sendo indispensável a análise das limitações necessárias para não infringir ambas garantias constitucionais.

(Metodologia) A partir do estudo qualitativo de casos, surgiu o interesse de analisar o caso da enfermeira Michelle, doadora de 417 litros de leite humano, que teve sua imagem associada ao ator de filmes pornográficos Kid Bengala pelo apresentador Danilo Gentili, ocasionando a instauração do processo de número 0013777-90.2013.8.17.0990. Com base na leitura do referido processo, foi estabelecido um estudo dedutivo para apurar a resolução do caso, observando-se em especial a ponderação do conflito entre direitos fundamentais.

(Resultados) Nessa conjuntura, analisando a ação de indenização de danos morais movida pela enfermeira Michelle contra o apresentador Danilo Gentili, após ter sua imagem utilizada sem autorização e de modo indecente, fica evidente a colisão entre o direito à imagem e a liberdade de imprensa. No caso exposto, ao tempo em que a autora alega uma ofensa à sua imagem e honra, de modo a causar consequências devastadoras para ela e sua família, o apresentador alega o mero exercício da sua profissão e liberdade de expressão e imprensa. Diante desta problemática, coube a magistrada ponderar os direitos fundamentais colididos, de modo a garantir a maior efetividade e proteção dos mesmos. Na luz do caso concreto, o direito à imagem e à honra prevaleceu a liberdade de expressão, visto que a decisão do STF - RE nº 646671 Min. Carmem Lúcia, julgado em 21/05/2013, assegura que presente a violação ao direito da personalidade causada pelo abuso no exercício de liberdade de expressão e informação, a reparação de dano correspondente mostra-se imperativa. Por fim, cabe ainda explicitar a lição de Rafael Bielsa acerca do acometimento da reputação e honra do indivíduo, que gera a necessidade de "possibilitar ao prejudicado instrumentos que permitam o restabelecimento da verdade, de sua reputação e de sua honra, por meio do exercício do chamado direito de réplica ou de resposta". (BIELSA, 1952, apud MORAES, 2003). Dessa forma, a juíza, compreendendo a lesão à imagem da enfermeira, determinou, portanto, a título de dano moral a importância de R\$ 200.000,00 para a reparação pleiteada.

(Conclusão) Portanto, envoltos no cenário de um mundo conectado virtualmente, é evidente o conflito entre o direito à liberdade de expressão e a imagem, devido a velocidade instantânea de reprodução de informação e opinião na rede. Com base nesse caso concreto, pode-se observar que a magistrada considerou a fala do apresentador não como um exercício da liberdade de expressão, mas sim como uma ofensa à imagem de Michelle, sendo assim, um abuso desse direito. Logo, é evidente que a magistrada impôs uma linha tênue entre os direitos fundamentais colididos, ponderando-os com intuito de gerar o mínimo de dano.

Palavras-Chave: Mídias sociais; Direitos fundamentais; Intimidade; Direito à imagem; Liberdade de expressão

**DA PROTEÇÃO AOS VÍNCULOS FAMILIARES: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE GUARDA
COMPARTILHADA QUANDO OS EX-CÔNJUGES RESIDEM EM PAÍSES DIFERENTES**

Autor(es):

Giovanni Duarte Maciel de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: No que diz respeito a criança e ao adolescente, a preservação dos laços de parentalidade tem tal importância que o ordenamento jurídico brasileiro não apenas reconhece o direito à convivência familiar constitucionalmente no art. 227 da Constituição Federal e infraconstitucionalmente no Art. 19 da Lei 8.069, mas também estabelece como regra o instituto da guarda compartilhada no Código Civil. Desse modo, usualmente o poder judiciário decide, tratando-se de casos ordinários onde geralmente os ex-cônjuges residem em localidade próxima, pela adoção da guarda compartilhada, visando preservar os laços de parentalidade, assim atendendo ao melhor interesse da criança. Todavia, diante das circunstâncias onde os pais deste encontram-se residindo países diferentes, faz-se presumível que haverá uma disputa entre ambos pela guarda unilateral dos filhos, sendo inclusive costumeiramente decidido pelo poder judiciário adotar tal hipótese. Destarte faz-se necessário averiguar se a adoção da guarda compartilhada não apenas é possível, mas também aconselhável, ou se a pretensão pela guarda unilateral é de fato o entendimento correto a ser adotado diante desse contexto.

(Metodologia) METODOLOGIA: Para a realização da pesquisa, foi utilizado método de abordagem dialético, valendo-se da discussão e provocação para chegar à um resultado satisfatório. Quanto ao método de procedimento, será utilizado o comparativo. Por fim, quanto as técnicas de pesquisa, serão utilizados a pesquisa bibliográfica e documental.

(Resultados) RESULTADOS: A partir da pesquisa realizada, tendo em vista que o presente trabalho não está concluído, vez que seu propósito é ser apresentado como Trabalho de curso, como resultados parciais, é possível perceber que a é plenamente possível a ideia da adoção do instituto da guarda compartilhada, mesmo diante dos casos onde os pais divorciados encontram-se residindo em países diferentes, já havendo posicionamento do próprio STJ nesse sentido inclusive, vide acórdão proferido pela Ministra Nancy Andrighi no REsp 1878041/SP. Conforme STJ (2021) ?não existe qualquer óbice à fixação da guarda compartilhada na hipótese em que os genitores residem em cidades, estados, ou, até mesmo, países diferentes, máxime tendo em vista que, com o avanço tecnológico, é plenamente possível que, à distância, os pais compartilhem a responsabilidade sobre a prole?.

(Conclusão) CONCLUSÃO: Partindo da premissa de que a pesquisa não está conclusa, diante dos resultados parciais, concluiu-se que a adoção da guarda compartilhadas não apenas é possível, mas, de modo geral, recomendável mesmo diante da hipótese em que os ex-cônjuges vivem em países diversos. A partir das alterações realizadas pela Lei 13.058/2014, o Código Civil adotou a guarda compartilhada como regra. Outrossim, há entendimento firmado no sentido de que o mero distanciamento geográfico não é motivo suficiente para abandonar a guarda compartilhada. Ainda, a preservação do convívio familiar na maioria dos casos exterioriza-se mais recomendável, tendo em vista que o bom convívio entre a criança e seus genitores é essencial para seu desenvolvimento saudável. Nada obstante, é preciso analisar o caso concreto para compreender se a preservação dos vínculos familiares de fato atenderá ao melhor interesse da criança.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Guarda compartilhada, Países diferentes, Melhor interesse, Direito à convivência.

DANO EXISTENCIAL PRESUMIDO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE O TRT21 E O TST NOS CASOS DE JORNADA EXAUSTIVA DOS RODOVIÁRIOS

Autor(es):

Rachel Araújo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo aborda a análise do dano existencial relacionado à jornada exaustiva dos motoristas rodoviários em consonância à harmonia entre os entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região sobre a configuração do dano existencial de forma presumida ao se constatar jornada exaustiva. Sendo assim, esse estudo se faz importante porque, com o caos social causado pela greve dos caminhoneiros no Brasil, em meados de 2018, foi possível observar a manifesta fragilidade vivida pelas condições de trabalho de grande parte dos obreiros da categoria dos transportes.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de abordagem dialética, valendo-se do debate entre a necessidade ou não se comprovar a violação ao projeto de vida do indivíduo para se constatar o dano existencial, ou se com a mera sobrejornada é possível configurar tal instituto. Adota-se o método de procedimento histórico, na medida em que se explorou a função tutelar do direito do trabalho para conferir maior proteção à saúde dos obreiros. E em relação às técnicas de pesquisa, tem-se a pesquisa bibliográfica, por meio do uso de artigos científicos, da doutrina especializada em direito do trabalho e das diversas normas em torno do supracitado tema, assim como a pesquisa jurisprudencial, por meio da busca de termos como "dano existencial", "motoristas rodoviários" e "jornada exaustiva" nas plataformas digitais do TST e do TRT21.

(Resultados) O conceito do dano existencial é claro ao afirmar que o bem jurídico a ser tutelado é o projeto de vida do indivíduo, considerando o respeito aos seus direitos fundamentais ao lazer, ao convívio familiar e social. Contudo, quando um empregado se submete a jornadas muito além das legalmente permitidas é muito provável que tenha ocorrido o dano existencial. Ora, se a saúde do ser humano depende, por exemplo, do que ele se alimenta, da efetiva prática de exercícios físicos e do quanto ele descansa, quando essas bases são desordenadas o corpo fatalmente corresponderá. Além disso, observando-se especificamente a categoria profissional dos rodoviários, fica claro identificar os impactos das longas jornadas nas vidas dos trabalhadores, permitindo-se uma análise mais clara do instituto do dano existencial no ordenamento jurídico brasileiro. Ao analisar esse contexto em um processo trabalhista, percebe-se que tanto o TST quanto o TRT21 possuem uma tendência em afirmar que a sobrejornada, por si só, não enseja em dano existencial. Inclusive, a maioria dos doutrinadores possuem o mesmo entendimento.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível perceber que a jurisprudência do TST adota o entendimento majoritário de que o empregado necessita comprovar que o seu projeto de vida foi afetado pelo trabalho, isto é, que ele tenha se afastado do âmbito familiar ou deixado de realizar atividades em seu meio social para ficar à disposição do empregador. Por fim, averiguou-se que há uma tendência em o TRT21 em seguir o entendimento majoritário do TST, apesar de o instituto não ser amplamente debatido, visto que há muita confusão entre os conceitos de dano existencial e dano moral.

Palavras-Chave: Dano existencial. Reparação integral. Sobrejornada. Motoristas rodoviários.

DESIGN THINKING APLICADO AO PROCESSO ESTRUTURAL

Autor(es):

Camillo Emanuel de Albuquerque Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Praticamente qualquer pessoa que ouve a palavra design, logo remete a um desenho, uma marca, ou até mesmo em um objeto. É difícil imaginar outra utilização que o design possa enfrentar e principalmente inovar de maneira assertiva algum problema do nosso cotidiano. Acontece que design é uma poderosa e eficaz ferramenta, amplamente acessível que tem por objetivo solucionar problemas dos mais variados e o design thinking não é exatamente novo, já na Inglaterra em 1841 com a industrialização, já se imaginavam como resolver gargalos através do design. Trazendo ao mundo jurídico, um dos processos mais complicados são aqueles que tem um ponto de partida, mas não se sabe como será o fim, findando em execuções em cascatas que só vão sendo descobertos no decorrer do processo, esse é o Processo Estrutural, aqueles que lidam com vários setores do direito e envolvendo pessoas que a princípio não faziam parte do Processo.

(Metodologia) A metodologia escolhida foi a de leitura comparada aplicada. Definindo todos os pormenores do que compõe cada tema "desing thinking" e processos estruturais" para então aplica-las de modo sistemático. Pesquisas bibliográficas, experimental e ex-post-facto para que se possa chegar a um resultado satisfatório.

(Resultados) O resultado pretendido, é fazer com que os processos estruturais fiquem mais dinâmicos, céleres e compreensível para todos os que fazem ou irão fazer parte, tornando-o mais cristalino. Evidentemente se trata de como fazer essa nova releitura da atividade jurisdicional, tendo como fundamentos a ampliação do leque trazido pelo art. 139 do CPC. Tendo essa oportunidade de trazer para um só processo, matérias de grande complexidade é necessário também uma ferramenta que ajude a reler o processo de forma rápida e dinâmica e que ao mesmo tempo possa se amoldar com as novidades não esperadas que vão surgindo no decorrer do processo. Então é esperado que o Design Thinking descreva um conjunto de atividades a uma ampla variedade de problemas que possam surgir e, principalmente evitar.

(Conclusão) Ainda a ser concluído, A aplicação do design thinking ao processo estrutural não se limita mais em como o processo será trajado, mas qual a melhor forma de desenhar esse processo através de interações, colaboração, imaginação e todos os tipos de tarefas centradas no litígio e no ser humano. Quem sabe resolvendo até problemas menores, deixando de lado o pensamento linear e começando a se ter uma visão do processo como um mapa mental cheio de conexões que pode-se encontrar atalhos a fim de otimizar o devido processo legal e a duração razoável do processo

Palavras-Chave: design thinking, Processo Estrutural, Ferramenta, Processo Civil, Cognição

**DIREITO DE IMAGEM E DIREITO DE ARENA NOS CONTRATOS DE JOGADORES PROFISSIONAIS DO FUTEBOL
BRASILEIRO**

Autor(es):

Julianno Fernandes Paim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Futebol é o esporte mais popular do planeta, e o Brasil, para muitos, é a sua casa. Como em toda modalidade, com o futebol não foi diferente, e só o tempo foi responsável pela evolução do esporte, tanto em aspectos de regra do esporte propriamente dito, bem como em questões jurídicas do contrato que culminaram na profissionalização da modalidade que hoje emprega milhares e milhares de pessoas. O estudo irá expor toda a evolução do Futebol e o direito desportivo, desde seu início lúdico, até sua profissionalização. Passando por alguns marcos regulatórios que acompanham a progressão constitucional do país, a inserção da Lei Zico, atualizando-se com a Lei Pelé e fundamentalmente se consagrando com a Constituição de 88. A partir daí, como escopo principal do trabalho, esmiuçar as nuances do contrato de trabalho especial do jogador profissional, expondo suas peculiaridades que formam um salário, e finalmente a diferenciação de direito de imagem e de arena.

(Metodologia) O método de abordagem será o dedutivo, através de uma pesquisa dogmática-instrumental, com métodos de procedimento comparativo, bem com o estatístico, fazendo uso de algumas técnicas de pesquisa como a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análises e observações de posições doutrinárias bem como de todo o arcabouço paulatino e evolutivo das legislações vigentes desde o início até os tempos atuais.

(Resultados) Mesmo se tratando de dispositivos diferentes, o direito de imagem e o direito de arena fazem parte da relação recíproca de jogador e clube, impactando em retorno monetário aos envolvidos. O direito de imagem poderá ser negociado apenas pelo atleta, em virtude de seu caráter personalíssimo, onde se dispõe de sua exploração econômica nos mais variados âmbitos no que diz respeito a imagem do atleta ou técnico, já o direito de arena pertence ao clube que é detentor do poder de negociar a transmissão do espetáculo esportivo, Ou seja: enquanto o direito de imagem diz respeito ao jogador que participa de campanhas, o direito de arena diz respeito a imagem daquele que efetivamente participa da competição.

(Conclusão) A propósito, vale destacar a valia do assunto aqui exposto, por se tratar do esporte mais popular do mundo indicando a sua relação direta com o direito do trabalho, esmiuçando o contrato especial de trabalho do jogador profissional de Futebol com suas complicações e peculiaridades fazendo a devida relação e diferenciação do direito de imagem e de Arena a fim de particularizar o contrato em todo seu contexto histórico e prático.

Palavras-Chave: Direito Desportivo. Constituição. Direito do Trabalho. Direito de Imagem. Direito de Arena.

DIREITO PENAL E A ERA DIGITAL

Autor(es):

Raimundo Inácio da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo visa propiciar o debate referente aos crimes digitais e o meio virtual em que estamos inseridos. Em uma breve síntese, irá analisar os novos espaços de intervenção criminal por parte do Estado. Posteriormente, a análise será focada em relação as leis que foram aprovadas sobre crimes digitais, demonstrando-as que ainda não serão suficientes para assegurar as relações jurídicas, visto que, o mundo virtual é algo novo e sempre está se renovando, e as leis, assim como o direito ao todo, é necessário que ocorra este acompanhamento para existir uma segurança das relações jurídicas. Devido a isso, também é necessário ensinar aos indivíduos sobre os procedimentos de segurança necessário, visto que, a grande maioria utiliza-se de sistemas operacionais piratas, não utilizam um antivírus, deixando assim, o seu dispositivo vulnerável.

(Metodologia) Em relação ao método de abordagem, o utilizado foi o método dedutivo, que parte de uma premissa geral, em relação a todos os crimes virtuais que são assegurados no Código Penal, para enfim, chegar na finalidade que será demonstrar os crimes que não estão em dispositivos legais. O método de procedimento, será utilizado o método histórico, onde será acompanhado a evolução das leis sobre crimes virtuais, por toda a história do ??mundo virtual??. Às técnicas de pesquisa será bibliográfica e documental.

(Resultados) Percebe-se que em relação aos crimes praticados na internet, existe sim algumas leis que ajudam a diminuir, e auxiliam na proteção dos indivíduos, mas ainda existe uma certa insegurança, pois não são todos os crimes que estão em dispositivos legais. Diante disso, acaba ocorrendo uma legislação por parte dos tribunais, por terem que versar sobre esses crimes, que tem certas lacunas.

(Conclusão) Vale ressaltar que o projeto ainda está em fase de construção para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. Ante todo o exposto, é visível para todos que existe uma certa distância entre a sociedade e o direito, devido a isso, é importante que a legislação brasileira realize uma reestruturação no sentido de se moldar a essa nova realidade mundial, para não mais depender de emendas jurídicas ou jurisprudências, que são realizadas com o intuito de preencher as lacunas, e por último, conscientizar os usuários dos meios virtuais sobre os crimes que eles podem vir a sofrer e também ensinar técnicas de prevenção.

Palavras-Chave: crime digital, internet, globalização, direito penal, direito digital

DIREITO PENAL E TRABALHISTA: AS RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS DO DIREITO HEBRAICO NA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Autor(es):

Brenda Leticia de Almeida Barbalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Igor Ramos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Amanda Paula da Costa Munção: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Christiano Feitosa da Silva Inacio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) A história da civilização hebraica marcou a sociedade ocidental e contribuiu vigorosamente para a sua formação cultural e religiosa. Em sua religião, encontramos as bases e as origens do cristianismo. Outra esfera marcada por essa civilização é a do Direito. O direito hebraico é constituído por um conjunto de preceitos religiosos e se trata então de um Direito intimamente ligado ao sagrado, tendo em vista que a sua primeira fonte foi uma revelação divina. Essa característica religiosa se reflete em muitos pontos do Direito praticado hoje. Serão abordados na pesquisa os aspectos do direito hebraico e esses serão comparados aos aspectos dos direitos praticados na sociedade hodierna. Neste prisma de abordagem, será possível entender até que ponto os princípios do direito brasileiro são norteados pelas vivências que a população hebraica obteve mediante a norma jurídica.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada de acordo com técnicas bibliográficas as quais seguiram, de forma preponderante, o método dedutivo de raciocínio para obter os resultados desejados, ou seja, utilizando-se de algumas ideias e teorias prévias, para se formular uma ideia final. Com isso, a apresentação será um breve estudo a respeito do Pentateuco e dos Dez Mandamentos, comparando as leis hebraicas às normas brasileiras vigentes. Ademais, a pesquisa tomou como base e fonte as escrituras da Bíblia, sobretudo os cinco primeiros livros do Velho Testamento, além de artigos científicos e livros de autores, tal como Paulo Nader e Rodrigo Freitas Palmas.

(Resultados) Tem-se como resultado que existem diversas semelhanças entre o direito hebreu e o direito brasileiro, seja no que diz respeito ao direito trabalhista ou ao direito penal. E assim, por meio do método dedutivo de raciocínio, foi evidenciado que os escritos presentes nos dez mandamentos, apesar de terem sido formulados há aproximadamente 622 a.C., ainda refletem nas normas presentes no direito brasileiro. Dessa maneira, é notável o quanto a sociedade atual foi influenciada e possui inúmeras semelhanças, em relação aos direitos conquistados ao longo das gerações.

(Conclusão) Por meio da pesquisa, vê-se que o resultado desejado foi alcançado, tendo em vista que, a partir do estudo de artigos científicos e livros os quais abordam essa temática, foi possível constatar que o direito da sociedade brasileira hodierna foi influenciado pelo direito hebreu. Alguns dos dez mandamentos, apesar de terem sido escritos aproximadamente em 622 a.C., continuam sendo extremamente atuais para o nosso direito, além de notórios e importantes. Assim sendo, é fundamental destacar a importância do estudo e de pesquisas das primeiras civilizações, para que dessa forma, seja possível conhecer a sociedade moderna por uma perspectiva histórica.

Palavras-Chave: Lei Hebraica. Dez Mandamentos. Pentateuco. Direito Trabalhista. Direito Penal.

DIREITOS DE VIZINHANÇA

Autor(es):

Anna Beatrice Guedes Albuquerque: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

João Lucas de Sousa Canário: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Sophia Galvão Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Allana Laryssa Targino Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Nicolas de Souza Falconi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este vídeo tem como objetivo explicitar uma das matérias do código civil chamada de "direitos de vizinhança". Previstos do art. 1.277 à 1.313 do código anteriormente citado, dispõe sobre algumas limitações ao uso pleno da propriedade. Neste vídeo explicaremos quais são e como funciona tais limitações.

(Proposta do roteiro) Inicialmente o discente Nicolas Falconi faz a abertura do vídeo explicando sobre o "uso anormal da propriedade", esclarecendo seu conceito e alguns outros conceitos que esta dentro do tema, como o de "função social da propriedade". Faz menções sobre o caput do art. 1.277, e demonstrando alguns exemplos que acontecem em facto. Em seguida, complementando a fala de Nicolas, aparece a discente Sophia Galvão, falando de dois tipos de vizinho, "Vizinho por zona" e "vizinho contíguo", elucidando cada um deles, e para que entendamos sobre esses dois tipos, a discente explica o conceito de vizinha, demonstrando que nem sempre o seu vizinho é aquele que mora literalmente ao seu lado. Dando seguimento, surge o discente João Lucas Canário, levantando a questão sobre a regra "dos 3 s", explicando o que é, e quando podemos aplica-la, fazendo um analogia ao artigo 1.277 do código civil. Também fala sobre os casos em que não podemos aplicar essa regra, e como essa regra foi criada. E finalizando, a discente Sophia Galvão, fala um pouco sobre as duas finalidades do direito de vizinhança: a "limitação da propriedade" e "bem comum e paz social".

(Efeitos esperados) O presente vídeo busca descomplicar para a população os direitos de vizinhança, presentes de maneira corriqueira em nosso cotidiano, e buscando conscientizar de quando podemos, ou não, buscar pelos nossos direitos em casos de interferências prejudiciais a nossa segurança, sossego e a saúde, enquanto tivermos habitando um imóvel.

**DISNEY CULTURAL EXCHANGE PROGRAM ? DUBIEDADES CONTRATUAIS NA EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA
COMO REALIZAÇÃO DE UM SONHO**

Autor(es):

Flora Viana da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Disney Cultural Exchange Program atua no Brasil desde o ano de 1997, levando estudantes universitários ao Walt Disney World Resort, em Orlando, nos Estados Unidos da América. Lá, os participantes trabalharão com a limpeza dos parques e restaurantes, manutenção de fantasias e uniformes, venda de artigos, entre outras funções. Para muitos, o programa é uma forma de realizar um intercâmbio de trabalho curto nas férias universitárias, mas para outros, é uma maneira de viver a "magia da Disney", e a empresa se aproveita desse desejo para atrair participantes do mundo todo. A partir de uma linguagem lúdica, é apresentada uma imagem mágica da experiência, contrastando bastante com o que de fato o participante poderá encontrar no dia a dia enquanto cast member, convivendo com pessoas do mundo inteiro, vivendo nas acomodações da empresa e trabalhando expedientes que podem chegar até catorze horas diárias.

(Metodologia) Para a análise da problemática sobre o programa, como ele afeta quem dele participa e se há vínculo empregatício, foram utilizados artigos sobre o programa (Braga; Carrasco & Tomazzoni), a empresa (Silva, Lúcio & Barreto) e o conceito de emotional labor (Reyes; Nyanjom & Wilkings), assim como depoimentos de ex-participantes e o Fair Labor Standards Act of 1938. O material leva a entender como o programa funciona e quais são suas consequências para quem já participou, podendo-se afirmar que a presente pesquisa se classifica como prática e teórica, descritiva, utilizando o método dialético de abordagem, e descritivo de procedimento.

(Resultados) A pesquisa ainda não foi concluída, porém a partir da análise do tema em harmonia com os objetivos supracitados e na metodologia indicada, chegou-se ao entendimento de que o programa cria vínculo empregatício entre o participante e a empresa, apesar de em nenhum momento o empregado assinar contrato de trabalho com a Disney. Além disso, o DCEP é divulgado como uma experiência de vida enquanto na verdade é apenas exploração de mão de obra sob os moldes da lei estadunidense, que para um participante brasileiro acostumado com a legislação trabalhista do Brasil, muitos são os choques, culturais e profissionais.

(Conclusão) Diante do examinado e exposto de forma breve neste trabalho, pode-se concluir que o Disney Cultural Exchange Program é um programa que funciona de forma semelhante a um trabalho temporário, a partir do qual a empresa contrata brasileiros para atender a uma alta demanda de empregados fluentes em português, pois no período das férias escolares do Brasil (novembro a janeiro) há uma grande quantidade de clientes brasileiros no complexo da Disney de Orlando. Ocorre que esse "trabalho temporário" se dá de acordo com as normas estadunidenses, o que faz com que os cast members trabalhem em condições consideradas abusivas pela legislação brasileira, podendo até mesmo resultar em danos à saúde física e emocional do empregado.

Palavras-Chave: Disney Cultural Exchange Program. Intercâmbio de trabalho. Direito do Trabalho.

EDUCAÇÃO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NA VISÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Sara Raquel da Silva Avelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Gosson de Tofoli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Arthur Penha de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Azevedo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução) O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da educação na população carcerária, bem como os desafios que a execução desta atividade apresenta. A educação nas prisões, trazida como uma forma de ressocializar os detentos, tem sido cada vez mais necessária, visando oferecer dignidade, e ? inevitavelmente ? proporcionando ao apenado a oportunidade de rever seus atos, gerando ? com isso ? a expectativa futura de uma recuperação garantida através da educação escolar. A superlotação nas prisões tem sido uma realidade inevitável da qual não podemos nos esquivar. Nessa perspectiva, os direitos humanos têm buscado solucionar esse problema, de maneira mais humanizada, dedicando um olhar e cuidado mais cautelosos com a população carcerária, a qual tem sido rotulada socialmente pela incapacidade de voltar a integrar a sociedade de forma limpa e idônea, sem fazer do crime uma prática reiterada. O projeto de educação trabalha nessa linha, acreditando ser capaz de transformar pessoas, voltando para a sociedade com um pensamento e perspectiva diferentes, apresentando vantagens em diversos segmentos sociais: para a sociedade, surgirá uma ?nova pessoa?; para as prisões, menos um para ocupá-la; e para o ex-detento, o surgimento de novas oportunidades para tornar alguém melhor.

(Metodologia) (Metodologia) Objetivando alcançar o fim ansiado, a pesquisa desenvolvida será de cunho analítico e exploratório, utilizando-se dos métodos dialético-indutivo, partindo da análise de referências bibliográficas (leitura de artigos e documentos variados). Posto que seja analisada a realidade da educação e a escassez de recursos nos sistemas penitenciários brasileiros.

(Resultados) (Resultados) A educação nos sistemas penitenciários do Brasil já uma realidade, a educação escolar ofertada por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos) mesmo que esteja presente é possível observar pontos precários, como a organização de didática e amparo pedagógico. As superlotações das prisões esbarram e impede o andamento do processo, a falta de preparo dos professores em atuar nesses ambientes adversos devido à precariedade do local é um fator determinante. É perceptível a omissão do Estado no aspecto anterior, à educação é um direito fundamental previsto no art. 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ademais é notório que a violação de direitos já se inicia com a superlotação nas unidades prisionais, impedindo ofertar condições dignas de vida a esses indivíduos, um direito previsto na lei de execução penal.

(Conclusão) (Conclusão) Portanto, é válido analisar de acordo com o que foi debatido anteriormente, que a educação como forma de ressocialização da população carcerária é imprescindível, visto que o mundo atual necessita de uma melhor evolução, nesse ponto de vista, todo cidadão merece uma chance e é através de políticas públicas efetivadas que vai ser possível oferecer a população carcerária melhores condições de vida, assim como é prometido e estabelecido nos direitos humanos. Dessa forma, de acordo com os resultados apresentados, é possível que a educação escolar nas prisões seja o meio necessário para transformar a vida de milhões de pessoas e, portanto, seja a oportunidade que falta para detentos iniciarem uma nova vida, oportunidade essa que possivelmente faltou na infância e que hoje pode mudar completamente a vida dessas pessoas.

Palavras-Chave: Sistema prisional. Superlotação. População carcerária. Direitos Humanos. Educação.

EFEITOS JURÍDICOS DECORRENTES DO VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA ESFERA DO E-COMMERCE

Autor(es):

Carolina Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN

(Introdução) O espaço virtual, ao otimizar radicalmente as possibilidades de comunicação entre indivíduos, ensejou na intensificação do fluxo de informações, de modo que essas passaram a avocar posto de protagonismo na sociedade, ao ponto de alterar completamente o padrão em que se estruturam as relações sociais, resultando na chamada sociedade da informação. Foi por meio desse ponto que se chegou à característica da ubiquidade da internet, que se refere a onipresença desse ambiente virtual, penetrado em todas as esferas da atividade humana. Nesse sentido, com as relações de consumo não poderia ser diferente, surgindo, então, o intitulado ?e-commerce?, que se trata das transações comerciais realizadas totalmente online.

(Metodologia) Para o fim almejado, é utilizado o método de abordagem dedutivo, passando de uma análise geral das regulamentações de proteção de dados do Brasil no âmbito privado, para alcançar especificamente as relações de consumo e as devidas responsabilidades, sanções e direitos advindos desse cenário. Além do método já citado, foi aqui empregado o método de revisão bibliográfica, legislativa, análise jurisprudencial, de caso concreto e, por último, direito comparado em relação ao tema.

(Resultados) Dessa forma, procedeu-se uma explanação sobre as complexidades das novas relações sociais diante dos fenômenos de intercomunicação oportunizados pelos processos tecnológicos, que veio a ensejar na intensificação do fluxo de informações, de modo que essas passaram a avocar posto de protagonismo na sociedade, ao ponto de alterar completamente o padrão em que se estruturam as relações sociais, resultando na chamada sociedade da informação. Para tanto, aperfeiçoou-se os estudos acerca de como a capacidade de processamento de informações se intensificou de forma tão demasiada na era digital. Em seguida, passa-se à análise sobre a publicidade direcionada na economia da informação e a vulnerabilidade intrínseca ao consumidor nesse processo, além de abordar e buscar compreender a importância da tutela de dados pessoais pelo direito pátrio. Ainda, passa-se à análise do marco jurisprudencial que identificou a proteção de dados pessoais como um direito fundamental, expondo a relevância da matéria e, nessa perspectiva, discute-se quanto ao papel do consentimento nesse processo. E, por fim, aborda-se a responsabilidade civil dos agentes responsáveis pelo tratamento de dados, bem como os direitos dos seus titulares, para chegar ao estudo específico referente aos consumidores virtuais.

(Conclusão) Contudo, se fará necessário concluir o trabalho cujo ainda se encontra em andamento para finalmente identificar qual será o possível caminho que o direito brasileiro irá trilhar frente a problemática aqui discutida, a partir da vigência da Lei GPD.

Palavras-Chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Comércio digital. Vulnerabilidade de consumidor. Responsabilidade Civil.

EGOÍSMO E JUSTIÇA NA DOUTRINA DO DIREITO DE ARTHUR SCHOPENHAUER

Autor(es):

Arthur Fernandes Lopes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A doutrina do direito de Arthur Schopenhauer começa a ser apresentada em O mundo como Vontade e Representação, no parágrafo de número 62, no qual o autor inicia suas exposições sobre o tema pondo em primeiro plano a vontade e a representação. Neste parágrafo se inicia a exposição do que o autor acredita ser o egoísmo, antropologicamente explicado, movido pela vontade. O egoísmo se dá e dele advém noções como a de direito e justiça originadas no estado de natureza. Dentro de todo esse sistema fica clara e evidente a função do Estado e das leis positivas, assim como aquilo que podemos aproveitar da doutrina schopenhaueriana.

(Metodologia) No contexto mais amplo de uma investigação de caráter crítico-genético sobre fontes bibliográficas que desempenhem o papel de documentar a doutrina de Schopenhauer, mais propriamente "O mundo como vontade de representação" e os "Parerga e Paralipomena", do autor alemão.

(Resultados) A Vontade além da raiz metafísica do mundo, como continua Ramos, é "também a fonte de todos os sofrimentos" (2014, p.10). A vontade é cega, irracional e não possui finalidade alguma. Para Schopenhauer, a vida é um pêndulo que se alterna entre o tédio e a dor. A dor de desejar algo que não possui e o tédio de possuir o que desejava e já desejar algo novo. O homem se mostra assim insaciável, dentro de uma vontade de viver que só é capaz de fazê-lo sofrer e a maneira de combater este sofrimento é pela reflexão, pelo conhecimento e pelas atitudes conscientes. O homem é sempre associado com a violência, com a barbárie, como um animal selvagem, que está sempre disposto a atacar, a devorar e a matar em nome da sua vontade, a qual deve ser domada para que exista um ambiente minimamente habitável. A maldade é algo natural presente na essência dos indivíduos e por isso, mais adiante confirmaremos, podemos imaginar que a injustiça é primitiva e, desde sempre, se faz presente nas relações dos indivíduos. A negação de uma vontade, como trataremos mais adiante, faz com que aquilo que era almejado pelo querer sejam cessados, para que ideias, como por exemplo da justiça, surjam e sejam efetivas dentro de uma sociedade onde exista um pacto para cada indivíduo abrir mão de parte de seu ímpeto egoísta. Do choque das vontades, quando uma se sobrepõe a outra, se dá a injustiça, cabendo ao Estado a difícil missão de reduzir a injustiça fundamentada no direito e nas normas positivas, as quais, antes não eram fundamentadas no Estado de natureza.

(Conclusão) A fundamentação do egoísmo é antropológica e o homem é por isso um animal perigoso que sempre busca satisfazer suas vontades custe o que custar. Sem a instituição Estado e sem as leis positivas, uma convivência em grupo não traria segurança para os cidadãos. As injustiças originadas pelo egoísmo fundamentam, mas não criam, o Direito. A contribuição de Schopenhauer no âmbito do direito é quanto a realidade dos fatos na punição de transgressores, que não se reeducam, mas passam a temer as punições do Estado. A moral para Schopenhauer é imutável.

Palavras-Chave: Direito; Egoísmo; Estado; Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, CONDUTA ILÍCITA DO EMBARGANTE E PREJUÍZO AO EMBARGADO

Autor(es):

João Victor de Paula Delafiori Hikiji: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Benevolo Xavier Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) No âmbito do Direito Processual Civil, o recurso de embargos de declaração tem a função de afastar obscuridade, suprir omissão, eliminar contradição existente e corrigir erros materiais ou de cálculo na decisão embargada. No entanto, é prática comum entre advogados a oposição de embargos de declaração incabíveis, com o intuito protelatório, ou seja, objetivando apenas retardar o trânsito em julgado de decisões e estender o tempo de tramitação do processo, notadamente em razão do efeito interruptivo de tal recurso, previsto no art. 1.026 do Código de Processo Civil (CPC). Em resposta a isso, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm acórdãos afirmando que os embargos de declaração manifestamente incabíveis, mesmo que tempestivos, não interrompem prazo para interposição de recurso em face da decisão embargada, seja pelo embargante, seja pelo embargado.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O trabalho acadêmico baseia-se no tipo de pesquisa qualitativa, buscando, por meio de análises e percepções, encontrar soluções para problemáticas do nosso meio jurídico. Para isso, foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, bem como a análise de decisões do STF e do STJ sobre a matéria.

(Resultados) (RESULTADOS) As decisões do STF e do STJ, ao considerarem manifestamente incabíveis embargos de declaração que objetivem exclusivamente atribuir efeitos infringentes à decisão embargada, sem que, em tese, a matéria discutida configure qualquer das hipóteses de cabimento daquela espécie recursal, afirmam que o recurso em comento não tem o condão de gerar efeito interruptivo do prazo para interposição de recursos em face da decisão embargada, seja pelo embargante que, de má-fé e, muitas das vezes, com intuito protelatório, opôs os aclaratórios incabíveis, seja pelo embargado que, de boa-fé, ao verificar a tempestividade dos embargos de declaração da parte adversa, aguarda o julgamento deste para interpor recurso em face da decisão embargada e acaba surpreendido com a informação de que seu prazo recursal não se encontrava interrompido, sofrendo os precedentes daquelas Cortes Superiores acerca do tema críticas da doutrina especializada.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que as decisões do STF e do STJ sobre a não ocorrência de efeito interruptivo nos embargos de declaração incabíveis são injustas para o embargado, pois este fica sem saber durante longo período (às vezes, meses) se os aclaratórios opostos pelo seu adversário são cabíveis ou meramente protelatórios, podendo assim perder o prazo para recorrer da decisão, já que não interrompido para a parte embargada, ainda que a ilicitude recursal não lhe possa ser atribuída. Dessa forma, torna-se necessária a revisão dos entendimentos de ambos os tribunais citados, de modo que apenas para quem opõe embargos de declaração posteriormente considerados incabíveis, ainda quem tempestivos, não haja interrupção do prazo para interposição de recurso contra a decisão embargada, mas se opere o efeito interruptivo do art. 1.026 do CPC. Com isso, a má-fé do embargante prejudicará somente a ele e a ninguém mais.

Palavras-Chave: Embargos de declaração. Não cabimento. Má-fé. Interrupção. Prazo recursal.

ENCARCERADAS: A REALIDADE DAS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

Anna Heloise Lima da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução): Este trabalho tem por finalidade a realização de uma reflexão sobre a realidade que as presidiárias brasileiras enfrentam. Analisando as peculiaridades femininas como a maternidade, as condições de higiene básica, além das questões de abusos e assédios dentro das instituições. A diferenciação de gênero no sistema penitenciário, com relação as diferenças biológicas e sociais entre mulheres e homens que são ignoradas e não atendidas pelo estado trazem à tona a dura realidade de institucionalização do machismo. Em síntese, por meio deste artigo procura-se compreender o tema, como ocorre e quais mudanças deverão ser implementadas na penitenciária visando assegurar os princípios constitucionais básicos, salientando o princípio da dignidade humana e a melhora nas condições de vida das detentas.

(Metodologia) Metodologia): Dessa maneira, a pesquisa parte por meio do procedimento histórico, entendendo o sistema carcerário brasileiro, ouvindo relatos de mulheres que, infelizmente, já passaram pelo o processo de encarceramento, o documentário A solidão das mulheres na Cadeia Jornal, O Globo será um documento de estudo para o trabalho. Nesse contexto, traremos também à tona a questão dos Direitos humanos, que está sendo violada, e também a questão do Direito à saúde. Assim, utiliza-se o método de pesquisa indutivo, tendo base que partiremos de casos individuais para o coletivo.

(Resultados) (Resultados): Com relação aos resultados da pesquisa, é possível se constatar que o machismo presente na sociedade ainda tem muita influência dentro das instituições públicas, tornando-se um machismo institucionalizado. Nesse sentido, observa-se a violência física e psicológica a qual as mulheres em situação de cárcere são submetidas, seja por parte das outras detentas ou do próprio Estado. É notório que o poder público não atende as necessidades básicas femininas, colocando homens e mulheres no mesmo nível, porém, não de forma positiva, tendo em vista que igualdade não corresponde a equidade. Ademais, os abusos e traumas sofridos por elas dentro do sistema prisional não são pesquisados e constatados por meio de dados pelo Poder estatal, tampouco punidos, dessa maneira a classe é invisibilizada e desumanizada.

(Conclusão) Conclusão): Com base no exposto, é notável a problemática em relação as encarceradas no sistema carcerário brasileiro, sendo diretamente relacionada com machismo que assola a sociedade, também é visto a negligência do Estado sobre o tema exposto, afinal existem inúmeras provas de violência física e psicológica. Dessa forma, nas próximas etapas do nosso trabalho, esperamos encontrar caminho para ajudar nesse processo que é tão cruel, tendo como objetivo que toda mulher que esteja em condição de presa possa ser tratada de forma digna e humana.

Palavras-Chave: Palavras-chave): Machismo. Mulheres. Presídio. Direitos. Sistema Penitenciário Brasileiro.

EQUIDADE NAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: O TRAJETO LEGISLATIVO DAS LICENÇAS MATERNIDADE E PATERNIDADE NO BRASIL

Autor(es):

Liz Vasiljevic Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda as possíveis implicações do tempo concedido à licença paternidade de forma equiparada à licença maternidade nas relações empregatícias; seguindo como precedente o que reza o disposto no artigo 7º inciso XIX da Constituição Federal de 1988 da Constituição Brasileira. Para tanto, foi apresentada uma análise dos estudos realizados por países que modificaram sua interpretação da presença do pai nas relações familiares e equipararam a licença paternidade à maternidade.

(Metodologia) O método de abordagem dialético, foi usado como ponto de partida para a pesquisa e a análise crítica do objeto de estudo, com auxílio do método de procedimento histórico, sendo estudada a sua evolução sob a ótica do tema abordado com suas semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de grupos, sociedades ou povos.

(Resultados) Verificados resultados diversos em outros países e no Brasil na historicidade da evolução da lei, citando assim vários projetos no âmbito legislativo bem como algumas jurisprudências. Tais resultados, projetos e jurisprudências, representam uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, no crescimento profissional e financeiro, segurança nos vínculos empregatícios e estabilidade. E aqui se faz necessário o registro, que ambos os genitores são responsáveis pela concretização do direito fundamental à proteção da infância. Assim os referidos projetos e jurisprudências nos trazem uma perspectiva do que vem acontecendo no Brasil, relacionado à licença paternidade e aos possíveis benefícios trazidos para uma equidade de fato entre homens e mulheres e suas relações empregatícias.

(Conclusão) Portanto, é notório que não deve ser mantida a desproporcionalidade entre o período da licença maternidade - de 120 dias, podendo alcançar 180 dias ? e o período da licença paternidade - de 5 dias e até 20 dias. E conforme projetos citados no referido estudo, que pondera essa extensão até o patamar de igualdade da licença maternidade, vem sendo feito no Brasil, muito embora ainda de forma lenta, tal evolução nos projetos legislativos como também um ganho já na lei vigente recentemente com a alteração de 05 para 20 dias da licença paternidade, o que concede ensejos de mudanças a médio e longo prazo.

Palavras-Chave: Licença Paternidade, Licença Maternidade, Equidade, Direitos Empregatícios, Direitos Constitucionais.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO CRITÉRIO OBJETIVO DA NORMA PENAL

Autor(es):

Helena Christina Brandl: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito reflete as mudanças da sociedade e possui o papel de tutelar as relações sociais, delimitando as obrigações e responsabilidades das partes envolvidas, como pressuposto para a organização social. Entretanto, em casos pontuais observa-se que certas regras contidas no ordenamento jurídico não são a opção mais adequada a ser empregada. Assim, diante da incerteza sobre a justa aplicação de uma norma, o próprio ordenamento jurídico autoriza o julgador a afastar a norma para apoiar-se, por exemplo, em princípios, que exigirão uma análise ampliada do comportamento dos envolvidos, a fim de encontrar a decisão mais acertada ao caso. Nesse sentido, o presente trabalho tomou por base a análise de determinadas decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, acerca da presunção de violência, inserido na figura de vulnerabilidade no crime de estupro de vulnerável previsto no artigo 217-A, CP, introduzido pela Lei 12.015/2009, que apresentaram entendimentos divergentes desde o então vigente art. 224, ?a?, do Código Penal, que admitiram o caráter relativo da presunção de violência, apesar da norma penal determinar de forma objetiva e absoluta a aludida presunção.

(Metodologia) Tratou-se de pesquisa explicativa, de cunho bibliográfico e documental, desenvolvida a partir dos métodos indutivo e qualitativo, baseada no exame de determinados julgados que aportaram em sentido contrário ao entendimento majoritário adotado pelos Tribunais.

(Resultados) Diante disso, o que se verificou com a pesquisa, é que mesmo com a modificação trazida pela Lei 12.015/2009 que buscou dirimir as divergências, estabelecendo um critério objetivo para análise da figura típica do crime de estupro de vulnerável, o debate ainda permanece, por vezes a ensejar o afastamento da norma penal na análise do caso concreto, a fim de não se proferir decisão injusta.

(Conclusão) Verificou-se que o estabelecimento de condições objetivas e taxativas para a fixação do tipo penal visou à proteção da dignidade sexual das crianças e dos adolescentes, a fim de garantir-lhes um crescimento pleno e sadio, visto que estes demandam maiores cuidados devido às possíveis consequências ao seu desenvolvimento não só físico como psíquico, diante de uma tomada de decisão imatura. Entretanto, apesar do dever do magistrado de tutelar o direito dos entes mais desfavorecidos, a sua decisão deverá sempre considerar as situações especiais pois as regras postas no ordenamento jurídico nem sempre não são capazes de regular todos os aspectos da realidade humana em razão da vida ser muito mais ampla e apresentar situações não previstas pelo legislador na ocasião da criação do tipo penal.

Palavras-Chave: Estupro de Vulnerável. Presunção Absoluta. Presunção Relativa. Natureza Objetiva. Consentimento da Vítima.

EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA VERSUS DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Bárbara Silva da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, a eutanásia não é prevista em lei, mas é considerada como crime de homicídio, tipificada no Art. 121 §3 do Código Penal, a qual trata em relação ao autor do crime agir por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, abreviando o sofrimento físico insuportável decorrente de uma doença grave. Sob essa ótica, percebe-se que, legalmente, a eutanásia é considerada crime, porém, viver é um direito e não uma obrigação. Desse modo, a discussão acerca do tema, permeia toda a história humana por tratar de um tema bastante complexo e sensível, bastante discutido entre os filósofos gregos Sócrates e Platão, pois os povos primitivos já praticavam a eutanásia no caso de doenças graves e incuráveis. Acredita-se que o momento é o mais propício para o estudo do impacto causado pela dualidade entre a lei e o direito individual, pois além de existir uma controvérsia, existe uma carência enorme em relação ao tema. Assim, espera-se que o presente estudo possa esclarecer acerca da constituição federal de 1988 e o direito individual através de narrativas do caso concreto vivenciadas por estes, não só do paciente como também da sua família e dos profissionais de saúde.

(Metodologia) A utilização do método de abordagem dedutivo em relação ao ordenamento jurídico foi a base metodológica da presente pesquisa. Foram aplicados, dessa forma, o método histórico, analisando a evolução histórica acerca da eutanásia, o método de pesquisa através de pesquisas bibliográficas. E, por fim, análise de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais. Ao longo do trabalho, será exposto a problemática jurídica com o seguinte questionamento: a eutanásia é um crime ou morte digna? Sendo assim, seguindo essa linha de pensamento, será feita uma explanação acerca do tema de um modo geral e identificar as falhas existentes.

(Resultados) Analisar as disparidades existentes entre o direito à vida e o direito à dignidade da pessoa humana, através da adequação constitucional, para esclarecer qual o direito irá prevalecer, quais posturas deveram ser adotadas nos casos concretos, os prós e contras em relação ao tema e, por fim, traçar um perfil em relação ao suicídio assistido, psicologia e religião.

(Conclusão) A importância jurídica e social da temática, tendo em vista a carência acerca do tema, de fato, existem controvérsias e choque de direitos fundamentais que ainda pendura na atualidade. A presente pesquisa torna-se pontualmente relevante, pelo fato de direcionar até onde vai a autonomia do indivíduo perante a sua vida.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais. Eutanásia. Princípios Fundamentais.

FAKE NEWS E SUAS REPERCUSSÕES ELEITORAIS

Autor(es):

Mariana Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As fake news são histórias falsas que, ao manterem a aparência de notícias jornalísticas, são disseminadas, de maneira indiscriminada e em sua maioria, pelas redes sociais e pelos aplicativos de mensagem. Dessa forma, é igualmente significativo dizer que o mecanismo de funcionamento das redes sociais possibilita que o compartilhamento das notícias e opiniões dos usuários ocorra de forma mais intensa, sem o cuidado e o compromisso do usuário em verificar se determinado fato constitui ou não uma fake news. Não obstante, durante o período eleitoral é cada vez mais difícil combater a proliferação dessas notícias, gerando potenciais danos que podem ser ocasionados pela ampla repercussão de conteúdos ofensivos e capazes de gerar as mais variadas interpretações subjetivas que geram reflexos diretos no processo eleitoral. Contudo, é necessário coibir práticas violentas para garantir a diversidade sem ferir os direitos à informação e à liberdade dos usuários das redes sociais. Assim, o presente trabalho pretende responder a seguinte problemática jurídica: Até que ponto as fake news poderiam influenciar a transparência da campanha eleitoral?

(Metodologia) O método de abordagem utilizado é o dedutivo, no qual leva-se em conta os conceitos gerais sobre as fake news a fim obter uma conclusão para os casos concretos presentes no processo eleitoral. Diante disso, os métodos de procedimento para atingir os objetivos específicos são: o comparativo, que consiste em investigar fatos sobre as fake news e explicá-los segundo suas semelhanças; o tipológico que compara os fatos existentes e constrói um modelo ideal a partir da análise dos aspectos essenciais desse fenômeno; e o histórico que tem como objetivo o estudo da origem e percurso histórico do caso. Além disso, as técnicas de pesquisa utilizadas consistem em bibliográfica, documental e a análise de conteúdo e discurso sobre o tema.

(Resultados) Considerando que o presente trabalho ainda está em andamento, não há um resultado conclusivo acerca do tema abordado, mas, tendo em vista as pesquisas elaboradas é possível entender que a liberdade de expressão de cada indivíduo deve ser ponderada para que não ultrapasse a liberdade de informação da sociedade a fim de gerar reflexos distorcidos da realidade vivida apenas no intuito de obtenção de vantagem para determinado grupo político.

(Conclusão) Portanto, pode-se afirmar que é de grande importância entender até que ponto as fake news podem influenciar na transparência da campanha eleitoral, tendo em vista que toda a população deve ter direito à informação e liberdade de expressão como usuário da rede. A ampla repercussão dos conteúdos voltados para influenciar os eleitores no período eleitoral acaba por gerar variados reflexos nas eleições, considerando-se os maiores responsáveis por induzir os eleitores. Contudo, é importante atentar-se para a veracidade do conteúdo divulgado, a fim de que não acarrete em um desembaraço na população ao ponto de comprometer sua liberdade de informação.

Palavras-Chave: Eleições. Fake News. Repercussões. Informação.

FAKE NEWS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL

Autor(es):

Rafael Teixeira Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Liberdade e democracia são consideradas um binômio indissolúvel. Contudo, em períodos ditatoriais, como no caso do nazismo alemão e do fascismo italiano, os meios de comunicação já foram utilizados para disseminar um clima de ódio e perseguição, ou seja, nem sempre os indivíduos tiveram sua liberdade de pensamento e de expressão assegurada pelo Estado ? foi somente na Idade Contemporânea que os direitos humanos foram positivados, e se tornaram corolário do princípio da dignidade humana. E, mesmo após amplas conquistas constitucionais, vemos gradativamente o pilar democrático da livre circulação de ideias ser ameaçado pela divulgação das notícias falsas, a chamada fake news.

(Metodologia) O presente trabalho orienta-se pelo método de pesquisa dedutivo, assim como faz uso do procedimento de pesquisa exploratório, através de um estudo bibliográfico e jurisprudencial. As técnicas utilizadas são a análise documental, de normas legais e de obras científicas acerca do tema discutido, tais como livros, artigos, informativos e notícias.

(Resultados) Na medida em que as eleições de 2022 se aproximam, a questão assume fulcral importância, pois pode culminar em um aumento na disseminação dos discursos falsos e de ódio contra candidatos, principalmente em mídias sociais digitais. Portanto, o que torna imensurável os desdobramentos do presente trabalho, é que apesar da Constituição Federal de 88, salvaguardar a garantia de direitos fundamentais, entre eles a liberdade de expressão e a privacidade, temos que a disseminação de notícias falsas podem influenciar o resultado de um processo eleitoral, abalando a confiança dos cidadãos no sistema democrático.

(Conclusão) Então, apesar das diferentes velocidades de evolução entre direito e tecnologia, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de ferramentas para coibir e punir a disseminação de notícias falsas. No entanto, de modo que o problema da desinformação não impacte no exercício da cidadania e nas eleições vindouras, a Justiça Eleitoral deve ter papel crucial nesse processo, seja se adequando tecnicamente frente à rápida proliferação de fake news, e buscando parcerias público-privadas para manter o ambiente de higiene informacional nas eleições, sem sacrificar os direitos e garantias fundamentais. Nesse mesmo sentido, o Executivo e Legislativo devem buscar esforços para manter a sinergia contra a manipulação da informação, e à sociedade caberá debater medidas de conscientização pelo uso ético da informação, de modo a reprimir notícias que tenham sido forjadas ou postas em circulação por negligência ou má-fé.

Palavras-Chave: Fake News. Globalização Digital. Processo Eleitoral. Direitos Fundamentais.

FRANCISCO DE VITÓRIA E FRANCISCO SUÁREZ, A ALTERNATIVA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ PARA O PROBLEMA DA ORIGEM DO ESTADO?

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Escola Ibérica da paz foi responsável por desenvolver e aprimorar diversos postulados acerca do direito, com pensadores e doutores que desenvolveram uma verdadeira filosofia para as diversas áreas do conhecimento, claro que sempre vinculados a um pano de fundo Católico. Assim, a tradição que a chamada escolástica tardia desenvolveu serviu de ponte entre o renascimento medieval e a idade moderna. É fato que esses pensadores neoescolásticos, por estarem historicamente na aurora da modernidade, foram grandes filósofos que deram originalidade a ciência do direito em sua época, em especial esses doutores da chamada Escola Ibérica da paz que, apesar de esquecidos pela jus-historiografia brasileira contemporânea, trataram em diversas de suas disputationes escolásticas acerca de temas importantíssimos para o direito moderno, como é o caso da origem do Estado?. Nesse ambiente de debates e controvérsias escolásticas estão situados dois instigantes pensadores: Francisco de Vitória que, partindo de postulados aristotélicos elabora uma teoria orgânica e naturalística? a respeito da origem do poder civil. A criação do Estado não seria dada por um pacto social entre a soberania popular e o regente, mas o poder público teria origem na natureza humana enquanto criada por Deus e enquanto instituída por Ele para a finalidade do bem comum entre os indivíduos; Francisco Suárez, por sua vez, segue por um caminho semelhante ao de Vitória, porém com características próprias. Assim como o primeiro, o Doutor Exímio também dá primazia a natureza humana, isto é, reconhece Deus como criador da natureza e conseqüentemente como causa primeira da origem do poder público, mas é a sociedade humana que exerce, de fato, papel decisivo na escolha da sua forma de governo e na promulgação dessa própria forma.

(Metodologia) O procedimento metodológico se deu por meio de pesquisas bibliográficas com foco nos textos originais dos autores pesquisados, mais especificamente a *Relectio De Potestate Civili?* do Francisco de Vitória e a *Defensio Fidei Catholicae Et Apostolicae?* do Francisco Suárez, além de comentadores e artigos auxiliares que ajudaram a aprofundar a fundamentação.

(Resultados) Analisando-se as duas teorias foi possível notar que tanto Suárez quanto Vitória estão inseridos em um mesmo ambiente intelectual. Vitória concebe uma transição orgânica e contínua entre Deus, natureza humana, agir humano e comunidade política, desse modo o poder público se desenvolve juntamente com a história. Suárez, de outra forma, concebe certo *pacto-social?* entre a comunidade política e o poder público, pois tal autoridade pactual foi conferida por lei natural como justo título para a autodeterminação dos povos.

(Conclusão) Tendo em vista os aspectos apresentados, as duas teorias de origem do poder público, mesmo que tenham no cerne de seu pensamento uma principiologia comum aos dois neoescolásticos, conseguem de forma sublime desenvolver um pensamento original que adianta certos aspectos consideráveis das futuras teorias contratualistas e, ao mesmo tempo, propõem outros caminhos argumentativos que destoam fortemente da ideia de contrato-social. Tais teorias são contribuições originais e genuinamente Ibéricas ao debate acerca da origem do "Estado" e, sem dúvida, uma alternativa as teorias contratualistas que se desenvolveriam, mais tarde, com o advento iluminismo.

Palavras-Chave: Escola Ibérica da Paz. Francisco de Vitória. Francisco Suárez. Poder Público. Escolástica.

GUARDA COMPARTILHADA: O EXERCÍCIO RESGUARDA OS DIREITOS DOS FILHOS DE FORMA QUE SERIA A VIA PARA MINIMIZAR AS PRÁTICAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL?

Autor(es):

Rita de Kassia Alves campos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A família é uma sociedade criada de forma natural por laços sanguíneos, afetivos ou civis e é, segundo a Constituição Federal de 1988, a base da sociedade, sendo o âmbito onde os indivíduos são inseridos intimamente de forma primária e, assim, influenciam no desenvolvimento do caráter e personalidade daqueles que serão incorporados à sociedade. Transparente identificar que o conceito de família adotado em 1916 era vinculado a um sistema patriarcal e hierárquico, onde a autoridade e o direito aos bens encontravam-se exclusivamente nas mãos dos homens, que, na verdade, estavam mais preocupados com a manutenção dos patrimônios constituídos perante a formação conjugal, já que nesse período um sujeito de direito deveria ser dotado de bens. A evolução das famílias é uma clara demonstração do avanço da sociedade perante a instituição familiar, tendo em vista que é um notório reflexo da migração de um cenário patriarcal para um cenário plural e democrático, isto porque a antiga família priorizava a família por ela mesma, não validando a individualidade de cada participante. Dito isso, os genitores não possuem a mera responsabilidade de trazer os filhos ao mundo, mas de garantir que a proteção e o melhor interesse dos mesmos sejam resguardados, não dando brechas para que situações externas estremeçam este direito. Portanto, discute-se que a dissolução de determinadas relações conjugais nem sempre se dá de forma bonançosa e, muitas vezes, colocam em risco a manutenção do efetivo desenvolvimento familiar, dado que em alguns casos o fim da união traz consigo sentimentos de raiva e rancor que geram influência na relação dos filhos com o seu genitor, instaurando, assim, o que denominamos de alienação parental, tratada formalmente na Lei 12.318/2010. Nessa senda, a guarda compartilhada advém da necessidade de preservar a boa convivência das famílias, mesmo após o rompimento, valorando os laços afetivos existentes e assegurando que não se limite tão somente a guarda, mas que haja pluralidade na tomada de decisões referente ao desenvolvimento dos filhos, além de preservar o pleno exercício do direito de convivência.

(Metodologia) Para obter os resultados da problemática, serão usados o método de procedimento bibliográfico e o método de abordagem indutivo para que, ao reunir dados acerca do tema, se constate uma possível verdade geral.

(Resultados) Até o presente momento, foi verificado proventos no que se a refere guarda compartilhada como uma efetiva alternativa nos casos de alienação parental, uma vez que a Lei nº 13.058/2014 dispõe sobre a obrigatoriedade de que seja adotado um regime plural como regra geral, onde os pais atuem em conjunto e mantenham o diálogo para que possam preservar e resguardar o desenvolvimento dos filhos.

(Conclusão) Constata-se, parcialmente, pois o trabalho ainda não se encontra em desenvolvimento, que a guarda compartilhada, quando possível, é um efetivo meio para minimizar os casos de alienação parental, uma vez que as decisões referentes ao desenvolvimento da prole seriam feitas de maneira plural e, assim, resguardariam o interesse daqueles que mais são atingidos nos conflitos familiares.

Palavras-Chave: Alienação. Guarda. Família.

IMUNIDADES PARLAMENTARES: LIMITES NECESSÁRIOS EM UMA DEMOCRÁCIA PARTICIPATIVA

Autor(es):

Dener Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O instituto das imunidades parlamentares a cada dia vem sendo mais discutida no âmbito social e político, resultado dos avanços das tecnologias de informação jornalísticas e das redes sociais, despertando interesses quanto a sua origem, necessidade de sua existência e quais os limites cabíveis para que não ocorram excessos da prerrogativa pelos legitimados a que ela confere. Historicamente existem diversos posicionamentos com relação ao seu nascimento, doutrinadores e historiadores apresentam divergências não apenas quanto ao período, mas também ao local de seu surgimento e quem foi responsável pela sua criação. As Imunidades parlamentares são garantias constitucionais conferida aos deputados e senadores que objetiva garantir a liberdade e independência no exercício de suas funções institucionais. Atualmente essas prerrogativas se encontram presentes na constituição de diversos países, mesmo que em alguns deles esteja presente apenas de forma simbólica. Ao longo da pesquisa será estudado a relação existente entre o direito fundamental à liberdade de expressão e o instituto da Imunidade a partir da análise sistemática dos princípios previstos na Constituição Federal de 1988. e importante esclarecer que em uma sociedade democrática, as garantias parlamentares, de caráter funcional devem existir, para que o ofício seja exercido em sua plenitude, mas é necessário obedecer aos limites para que não ocorra excessos e por conseguinte gere consequências ao parlamentar.

(Metodologia) A metodologia aplicada a pesquisa é a dedutiva que se alcançará através do estudo exploratório de doutrinadores conceituados, análise histórica das imunidades nas constituições além de pesquisas em artigos, livros e sites da internet.

(Resultados) em virtude do trabalho ainda está em desenvolvimento ainda não há resultados

(Conclusão) em virtude do trabalho ainda está em desenvolvimento ainda não há conclusão

Palavras-Chave: Imunidades parlamentares. Limites. Democracia. Consequências. Liberdade de expressão.

INFLUENCIADORES MIRINS À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O DIREITO AO ESQUECIMENTO

Autor(es):

Rebeca Rodrigues Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A tese do artigo consiste na conscientização dos riscos atrelados ao uso das plataformas de comunicação digital, reconhecidas como redes sociais, a exemplo do Instagram, Youtube, TikTok, Facebook, dentre tanto outros, quanto à sua utilização por menores de dezoito anos enquanto no papel de produtores de conteúdo, o que hoje são reconhecidos pelo termo influenciadores mirins, através da reflexão crítica em relação a vulnerabilidade psicossocial dessas crianças e adolescentes, junto a análise do ordenamento jurídico atual para explanar no que consiste a constitucionalidade do direito ao esquecimento à luz do princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

(Metodologia) Faz-se uso do método hipotético-dedutivo por meio de pesquisas aplicadas, sendo estas bibliográficas e documentais, junto a análise legal e jurisprudencial do ordenamento jurídico tanto brasileiro quanto internacional, de forma interdisciplinar e com abordagem qualitativa, a partir da premissa e exemplificação de como o uso irrestrito das redes sociais lesa direitos dos produtores de conteúdo menores de idade.

(Resultados) Os resultados, atualmente provisórios, demonstram os abusos e perigos relacionados ao ciberespaço e sua afetação no desenvolvimento psicossocial dos menores de idade, de maneira potencial ou concreta, apresentados no decorrer do artigo através das pesquisas e reflexões críticas explanadas, além da presença de deficiências na efetivação da legislação atual em proteger os influenciadores mirins. Ainda, é possível a constatação da compatibilidade do direito ao esquecimento com o ordenamento jurídico brasileiro ao ser aplicado à luz do princípio da proteção integral.

(Conclusão) Observância na falha nos âmbitos públicos e privados no fornecimento de um ambiente saudável e estável ao desenvolvimento antropológico dos que são o futuro do País; a carência adequação legal específica protetiva a fim de que permita o amparo e resguardo da situação presente e futura da criança ou adolescente quando prejudicado por ações passadas que repercutiram e repercutem, sem controle e em larga escala, de maneira a lhe cercear o devido convívio social.

Palavras-Chave: Influenciadores digitais. Influenciadores mirins. Proteção da proteção integral da criança e adolescente. Direito ao esquecimento.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO

Autor(es):

Daniel Rafael Aguiar de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Edmilson Fernandes de Amorim Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa nos propõe o estudo e a análise da Inteligência Artificial (IA) dentro do ramo do direito. Ou seja, buscaremos analisar a atuação dessa ferramenta, a IA, que pensam como humanos e que têm condições de atuar como seres humanos nas mais variadas áreas do direito, nos mostrando que a IA pode desempenhar várias atividades e habilidades no apoio ao trabalho dos operadores de direito. A inteligência artificial entra como resposta a questões das ciências jurídicas. Ainda faltam muitas outras, mas por exemplo: o problema da morosidade processual. Há, simplesmente, processos que duram anos, outros que nunca terminam antes de prescrever o direito. Quem não experimentou tantos anos de espera, não pode fazer uma ideia nem sequer aproximada do que é este fato: não receber resposta do seu pedido. De um lado sofre o jurisdicionado, do outro se habitua o Direito a não existir. É bem compreensível que no direito se têm várias atividades que são feitas de uma maneira relativamente repetitiva. Sendo assim, a Inteligência artificial usa a sua capacidade e habilidade para buscar sempre ganhar tempo e, conseqüentemente, ser eficiente durante a sua prestação de serviços. É necessário falar que esse tema é recheado de diversos aspetos dos mais variados campos da ciência, então, iremos delimitar esse tema em fatos conhecidos e relevantes por meio dessa pesquisa.

(Metodologia) Aborda-se a temática sob uma visão dialética. Pode-se dizer que o uso da Inteligência Artificial no Direito não é hipótese ou especulação, antes uma realidade atual, é porque já existe. Incube-nos fazê-lo mediante a pesquisa científica, com artigos acadêmicos, sites na web, revistas e livros. As relevâncias e controvérsias desta nova tecnologia perceberão com base na estatística e levantamento de dados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outras fontes responsáveis por coleta de informações e divulgações de dados.

(Resultados) Como resultado da pesquisa, provisoriamente, podemos afirmar que a tecnologia promoveu uma mudança no modo de atuar do judiciário. O mundo digital mudou as relações jurídicas. E que são várias as repercussões no Direito em face da tecnologia. As aplicações da Inteligência Artificial ao Direito, cumprimentaram os profissionais, usuários e clientes do setor jurídico de maneira desafiadora, onde todos têm a oportunidade de evoluir.

(Conclusão) Conclui-se que o uso da Inteligência Artificial promoveu uma mudança nas relações jurídicas e que, portanto, faz-se necessário nos adaptarmos a essa nova ferramenta. Ademais, pode-se falar também que é preciso ter cautela com a implementação dessa ferramenta no setor jurídico, uma vez que no momento em que o Estado fornece tais tecnologias, é preciso ter instrumentos para que elas não violem direitos do cidadão.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial. Relevâncias. Direito. Debates.

INTERPRETAÇÃO ACERCA DA RESCISÃO POR FATO DO PRÍNCIPE (ARTIGO 486, CLT) EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autor(es):

Fernando Antônio Melo Rocha Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa consiste em esclarecer a interpretação da rescisão contratual por Fato do Príncipe, disposto no artigo 486 da CLT, em tempos de pandemia proveniente da propagação do vírus SARS-COV-2, especificamente no que diz respeito ao decretos que estabeleciam o fechamento das atividades comerciais não essenciais. Isso posto, o artigo 486 da CLT fundamenta que se um ato motivado por autoridade municipal, estadual ou federal, impossibilitar a continuação temporária ou definitiva do trabalho, caberá a indenização por parte do governo responsável. Nesse sentido, mediante a interpretação jurídica do Fato do Príncipe, os empregadores buscaram o Poder Judiciário para responsabilizar o Estado pelas demissões ocasionadas pelos decretos que paralisaram as atividades comerciais. Diante esse cenário, que surge o seguinte questionamento: ?A administração pública poderá ser penalizada pela Teoria do Fato do Príncipe, nos termos do artigo 486 da CLT, em razão dos decretos que obrigam o fechamento do comércio e das empresas??. A partir deste questionamento, viu-se a necessidade de realizar uma investigação.

(Metodologia) O presente artigo faz uso do método lógico-dedutivo, posto que há pretensão de alcançar uma conclusão sobre o questionamento suscitado. Para isso, utiliza-se de meios como o levantamento bibliográfico da literatura jurídica, principalmente no que diz respeito ao posicionamento doutrinário acerca da interpretação da aplicabilidade ou inaplicabilidade do Fato do Príncipe na pandemia, além disso consta da análise dos dispositivos legais, bem como a pesquisa jurisprudencial atualizada, sobre os processos existentes acerca da temática.

(Resultados) Após a investigação, notou-se que o melhor caminho a ser adotado pelos empregadores para amenizar os prejuízos da pandemia são as dispostas em Lei ou Medidas Provisórias que visam a manutenção do emprego, como a flexibilização do teletrabalho, a antecipação das férias individuais, a concessão das férias coletivas, o aproveitamento e adiantamento de feriados, a flexibilização do banco de horas, suspensão de exigências administrativas, adiamento e parcelamento do FGTS, suspensão temporária do contrato de trabalho e a redução proporcional da jornada e salários dos empregados. Podendo essas medidas serem tomadas, não há que se falar em rescisão contratual, ainda menos em Fato do Príncipe.

(Conclusão) Por todo exposto, conclui-se que claramente não existe qualquer possibilidade da aplicação da Teoria do Fato do Príncipe nos termos do artigo 486 da CLT em tempos de pandemia, tanto pelas decisões dos tribunais, ou pelo posicionamento doutrinário, que se pronunciam pela não incidência da aplicabilidade do instituto em razão da imposição que a Administração Pública se encontra devido ao estado de calamidade pública, cabendo a obrigação de seguir as orientações científicas para conter a propagação do vírus.

Palavras-Chave: Fato do Príncipe. Pandemia. Decreto.

JOVENS DO NOSSO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR E O CASEMI NAZARÉ.

Autor(es):

Maria Eduarda Mandu Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto de pesquisa gira em torno eficácia normativa do processo de ressocialização do menor infrator no Estado do Rio Grande do Norte, bem como a passagem do indivíduo pelo Centro Educacional de Nazaré (CASEMI), e funcionamento como um todo. Utilizando como ponto de partida a problemática ?como ocorre o processo de ressocialização do menor infrator no nosso estado e até que ponto ele é eficaz??

(Metodologia) A pesquisa foi construída com base no método de abordagem hipotético-dedutivo, onde se procura compreender o todo a partir de uma amostragem, sendo essa última o Centro de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade de Nazaré (CASEMI Nazaré). Além disso, foram utilizados métodos históricos, ao se trabalhar com a elaboração do Código de Menores (CM) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, e o estatístico, ao se realizar levantamento dos diversos casos já existentes de jovens que passaram pelo CASEMI Nazaré. Por fim as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, na construção do embasamento científico, e, principalmente, a pesquisa de campo onde foi possível entrevistar Lívia a diretora do CASEMI, alguns funcionários e internos, com a finalidade de alcançar um resultado mais real e significativo para a pesquisa.

(Resultados) Foi possível constatar como resultado que, a convivência familiar, socioeconômica, comunitária e a própria educação, são fatores essenciais na formação da criança e do adolescente. Em consequência desses fatores, a carência deles é forte influenciadora na má formação dos menores, desencadeando prática e a reincidência de atos infracionais. Ao analisar o caso concreto vivenciado pelos jovens infratores no CASEMI Nazaré, foi possível ter uma ampla noção tanto dos jovens como dos funcionários e a estrutura como um todo. Na medida em que fora relatado os descasos para com o Centro de Educação, tornou-se evidente a falta de empenho do Estado com o processo de ressocialização do menor infrator, consequenciando falhas nas medidas socioeducativas.

(Conclusão) A pesquisa trouxe a tona, a triste conclusão de que a situação do menor infrator no rio grande do norte se encontra ao léu, além do verdadeiro descaso por parte das iniciativas públicas, comprovando a falta de interesse em compactuar com simples medidas, como facilitar estágios no próprio estabelecimento, o que poderia engrandecer tanto o currículo do estudante como a vivência daquele jovem que se encontra em ressocialização.

Palavras-Chave: CASEMI. Menor infrator. ECA. Medidas socioeducativas. Núcleo familiar.

JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DAS AÇÕES JUDICIAIS NA ORTOPÉDIA DO RN

Autor(es):

José kleber Azevedo Diniz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em seu art. 196º, a Constituição Federal declara, que a saúde é um direito fundamental de todos e um dever do Estado, desta forma, garantindo o compromisso em garantir a todos os cidadãos o pleno direito a saúde. Para regulamentar o art. 196º da Constituição Federal, em 1990, foi criada a Lei nº 8.080 ? Lei Organica da Saúde, que nada mais, nada menos, criou o Sistema Único de Saúde. No art. 2º e § 1º, ela reitera o dever do Estado em promover a assistência a saúde. Art. 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde prestados pelo Estado, seja por meio da administração direta como pela administração indireta. Desta forma, esse reconhecimento possui duas importantes repercussões na prática: a responsabilidade do poder público de garantir ações que assegurem o acesso pleno da população aos serviços de saúde; bem como a possibilidade da população reivindicar seus direitos de forma judicial. A responsabilidade do poder público em dar acesso a população aos procedimentos ortopédicos estão contidos na Portaria nº 90, de 27 de março de 2009.

(Metodologia) visitas in loco na Central de Demandas Judiciais da Rgulação da Sesap, pesquisa de informações na web, leitura de bibliografias, leitura de artigos, Leis e documentos do Sistema Único de Saúde e do Ministério da Saúde.

(Resultados) Identificar os principais gargalos que ocasionam as principais demandas judiciais oriundas da ortopedia nos últimos dois anos. Verificar como são impactados o (sub) financiamento do SUS. Como são realizados e acompanhados os contratos da Central de Regulação da Sesap e como funciona a regulação do acesso, e não menos importantes a identificação das varas de origem dos processos e suas distribuições, a distribuição do sexo que buscam essa demanda de ortopedia e por idade e por procedimentos cirúrgicos.

(Conclusão) Podemos perceber que as demandas judiciais por procedimentos cirúrgicos ortopédicos está presente em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte, isto mostra que existem falhas desde o processo de habilitação ou na falta de habilitação das unidades, passando pela contratualização das unidades de referência. Apartir de 2019 essa situação dos processos de judicialização da ortopedia tem aumentado em função da Portaria ministerial que proibiu o estado a enviar pacientes infantil para outras unidades da federação, durante esse período passou a existir uma demanda reprimida por procedimentos cirúrgicos ortopédicos, sem ter um horizonte de resolutividade a não ser com o efetivo bloqueio judicial e a realização desses procedimentos na rede privada aqui do Rio Grande do Norte e/ou em outro estado da federação. Essa situação da efetivação dos bloqueios judiciais mostram um aumento dos gastos públicos com saúde, pois tais procedimentos realizados na rede privada elevam o patamar dos gastos em saúde. Tal situação se faz necessário um planejamento conjunto junto a Secretaria Municipal de Saúde do Natal, observando os tipos de procedimentos cirúrgicos bloqueados para fazer parte do contrato em vigor, não menos importante é preciso estabelecer um diálogo permanente quer seja entre as duas instituições.

Palavras-Chave: Judicialização, Sub Financiamento da Saúde, Núcleo de Ortopedia, Regulação, Contratualização, Unidades de Referência

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.

Autor(es):

Arthur Freire Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) entrou em vigor em setembro de 2020, e trouxe com ela diversas determinações a respeito de como devem ser tratados os dados pessoais dos titulares pelos controladores, com a finalidade de proteger as liberdades e direitos fundamentais, trazer segurança jurídica aos atores envolvidos no mundo da coleta, armazenamento e uso de informações pessoais (digitais ou não), e estabelecer regras de proteção de dados e critérios no tratamento dos mesmos. Entretanto, a LGPD não se refere, em nenhum dispositivo expresso, especificamente a respeito da proteção de dados pessoais nas relações trabalhistas. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar a Lei Geral de Proteção de Dados, sob uma perspectiva do Direito do Trabalho, expondo seus impactos nas relações trabalhistas

(Metodologia) O método de abordagem utilizado neste trabalho foi o Hipotético-dedutivo. Como métodos de procedimento, o Histórico e Descritivo foram utilizados neste trabalho. Por fim, as técnicas de pesquisa utilizadas neste trabalho foram a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, e análise de conteúdo.

(Resultados) Após a análise da própria Lei Geral de Proteção de Dados, além de artigos, textos, e outras fontes, chega-se a constatação de que, apesar de a Legislação não referir-se explicitamente, em nenhum dispositivo expresso, a respeito da proteção de dados pessoais nas relações trabalhistas, há uma importante ligação entre o Direito do Trabalho e a LGPD.

(Conclusão) A lei que está sendo analisada impacta diretamente em diversos aspectos da relação entre empregado e empregador (no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais), seja na fase pré-contratual, durante a vigência do contrato de trabalho, e também no período pós-contratual. Esses impactos serão abordados no trabalho, bem como as hipóteses de tratamento de dados, a análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho, as sanções aplicáveis por esta legislação, entre outros tópicos. A pesquisa está em processo de elaboração, portanto, ainda não se chegou a uma conclusão completa a respeito do tema.

Palavras-Chave: Lei Geral de proteção de Dados. Relações Trabalhistas. Tratamento de Dados.

LEI Nº 14.200/2021 E A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE INDUSTRIAL E O DIREITO À SAÚDE.

Autor(es):

Luan Victor Vieira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Nos ordenamentos jurídicos com extenso rol de direitos fundamentais, tal qual o brasileiro, é comum percebermos um avanço da jurisdição constitucional sob os diversos contextos sociais. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar o conflito entre o direito à propriedade industrial e o direito à saúde, presente na atual conjuntura da pandemia do COVID-19, especificamente ao analisar a Lei nº 14.200/2021, a qual possibilita a licença compulsória da patente das vacinas produzidas para a mitigação da pandemia. Nota-se, a priori, que ambos os direitos são considerados jusfundamentais sob a égide da Constituição de 1988 e, portanto, são passíveis de ponderação.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Quanto à metodologia utiliza-se uma pesquisa básica, por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o caso concreto, a doutrina e a legislação vigente. Quanto ao método, emprega-se o dedutivo, além de uma abordagem qualitativa.

(Resultados) (RESULTADOS) O direito à saúde pode ser classificado como positivo (impõe ao Estado uma prestação de serviço) e à luz da Constituição Federal de 1988, Art. 23, II, cuidar da saúde é uma competência comum aos entes da federação. Ademais, o mesmo diploma normativo, em seu artigo 196, enuncia: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.". Disso decorre o acesso à medicamentos para tratamento e prevenção de doenças, como parte da amplitude do conceito de saúde o qual alude a norma fundamental. Não obstante, o Art. 5, XXIX, assegura à autores de inventos industriais, inclui-se aqui vacinas e medicamentos, o monopólio temporário para a sua utilização, e isso impede demais utilizações do objeto inventado pela concorrência, com vistas a fomentar o investimento em pesquisas e, por conseguinte, o avanço tecnológico no país. É importante citar: "a propriedade industrial é ramo da propriedade intelectual que trata dos bens imateriais aplicáveis nas indústrias" (CORRÊA, 2020) e, por ser uma propriedade, está vinculada a desempenhar uma função social. Com o avanço da pandemia, o poder legislativo, ao analisar a colisão entre tais direitos e o disposto na Lei nº 9.279/96, tornou lei a licença compulsória da patente das vacinas contra a COVID-19, por intermédio da Lei nº 14.200/2021. Analisando tal solução, a qual nos impele sopesar os direitos fundamentais em colisão, é válido aplicar o método de ponderação de Alexy. No tocante a adequação, a licença compulsória, ao garantir o direito à saúde e posteriormente, considerando a temporariedade da medida, o do inventor, vê-se ser adequada; Quanto à necessidade, ante a situação da escassez de imunizantes e a possibilidade de maior produção implicada à licença, a Lei é necessária para a melhor realização do direito à saúde; Relativamente a proporcionalidade em sentido estrito, a norma realiza de forma proporcional tanto o direito coletivo à saúde, quanto o individual à propriedade intelectual, na medida em que amplia a produção de vacinas e garante que a licença seja temporária.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Podemos perceber, então, que a licença compulsória corrobora a visão do pensamento de Alexy, pois, ao cotejar os direitos fundamentais em colisão, consegue realizar em maior grau o direito à saúde, sem anular o direito do inventor, devido a temporariedade do instrumento utilizado, preenchendo a necessidade, a adequação e a proporcionalidade em sentido estrito.

Palavras-Chave: Vacinas. Patentes. Direito à Saúde. Propriedade Intelectual.

LGPD ? A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DIANTE DO VICIO DE CONSENTIMENTO E O USO ABUSIVO DOS DADOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO.

Autor(es):

Yasmim Honorato da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, como ficou conhecida a Lei n. 13.709/18, foi inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia, também conhecido como General Data Protection Regulation (GDPR), regulamento (UE) nº 679/2016. Trata-se de um marco regulatório o qual vem trazendo significativas alterações no cotidiano empresarial, regulamentando o tratamento dos dados pessoais, físicos e digitais, não só dos consumidores e clientes, mas também dos funcionários e colaboradores que atuam nas empresas, refletindo diretamente nas relações de emprego. Considerando a atualidade da Lei e que princípios como proteção, segurança e privacidade são questões fundamentais na sociedade contemporânea, a presente pesquisa abordará a LGPD nos moldes do instituto da responsabilidade civil, especialmente para tratar sobre a responsabilidade empresarial diante do vício de consentimento e uso abusivo de dados na relação de emprego.

(Metodologia) O projeto dispõe de pesquisa de natureza básica, com objetivos descritivos, realizado por meio de uma abordagem qualitativa, metodologia dedutiva e procedimento bibliográfico, tendo como foco a legislação e a doutrina.

(Resultados) A pesquisa em questão ainda se encontra em andamento, no entanto já tornou possível verificar alguns pontos. Inicialmente, foi possível verificar que a LGPD prevê a responsabilização de todos os sujeitos encarregados pelo tratamento de dados pessoais, salvo hipóteses específicas de exclusão da responsabilidade, como culpa exclusiva do titular dos dados, as quais podem mitigar o dever de indenizar desses sujeitos. Em segundo plano, a pesquisa verificou que a falha no consentimento pode se dar por problemas na obtenção do dado; inobservância dos limites de tratamento deste; e por violação do direito ao apagamento de tais dados.

(Conclusão) Ao abordar qual a responsabilidade da empresa em casos de vício de consentimento e uso abusivo de dados na relação de emprego, a presente pesquisa teve como base a LGPD e o instituto de responsabilidade civil brasileiro. No decorrer da pesquisa abordou-se o uso abusivo de dados na relação de emprego; dando sequência com a caracterização do vício de consentimento, abordando quem são os agentes de tratamento desses dados, bem como qual a responsabilidade da empresa frente a essa problemática. Em síntese, foi possível concluir que os direitos e garantias atribuídos aos titulares dos dados pessoais, aliado a previsão legal de responsabilização nos casos em que ocorrerem problemas ou violações no tratamento desses dados, fazem com que os agentes responsáveis pelo tratamento devam observar e respeitar integralmente o consentimento dado pelos titulares.

Palavras-Chave: LGPD. Relações de emprego. Responsabilidade empresarial. Vício de consentimento.

MISTANÁSIA E OS RETRATOS DA PANDEMIA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA LUTA PELA VIDA

Autor(es):

Felipe Thaynã Mesquita de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Para compreender a mistanásia à luz da pandemia de covid-19 no Brasil, faz-se necessário conhecer os aspectos sociais e jurídicos que dão origem a tal situação. A mistanásia é uma morte infeliz, ocasionada antes do tempo por motivos externos, seja pela violência, desigualdade, falta de acesso a direitos fundamentais ou políticas públicas. Diante disso, a Pandemia de covid-19 é uma doença nova sem precedentes, que agrava ainda mais a problemática persistente em pleno século XXI, ocasionando milhares de mortes, principalmente pessoas de baixa renda e pobreza, aquelas excluídas socialmente, as quais tiveram que expor-se à doença em busca de alimentos para não morrer de fome, sem acesso a um tratamento de saúde digno conforme garantido na Constituição Federal de 1988.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa com aplicação do método de abordagem indutivo, que visa compreender os aspectos sociais e jurídicos da luta pela vida no Brasil, por meio do procedimento histórico, para demonstrar o contexto atual da problemática com suas origens, a fim de elucidar os fatos geradores da mistanásia em consonância com o surgimento da pandemia de covid-19 e suas consequências, além do auxílio da pesquisa bibliográfica para fundamentar o desenvolvimento conceitual.

(Resultados) De modo geral, é possível destacar preliminarmente, com base nos dados já pesquisados que a mistanásia ainda é uma realidade no Brasil, pessoas hipossuficientes são diretamente afetadas por esse fenômeno que lhes tira a vida antes do tempo, não obstante, é agravado exacerbadamente pela pandemia de covid-19, que afeta com mais potencialidade aqueles que não tem condições econômicas-sociais para manter uma constante higiene de prevenção e acesso a saúde, pela omissão de políticas públicas.

(Conclusão) A mistanásia decorre do desamparo das pessoas necessitadas, as quais não possuem o mínimo existencial para viver dignamente, sem perspectiva de crescimento e desenvolvimento pessoal-profissional. De maneira análoga, o art. 5º da Constituição Federal, assegura que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", além disso o art. 196 da referida Constituição prevê que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos" ocorre que, infelizmente na realidade o Estado, seja em âmbito Federal, Estadual ou Municipal não chega a todas as pessoas que necessitam de sua tutela.

Palavras-Chave: Mistanásia. Pandemia. Brasil. Aspectos. Sociais. Jurídicos

NOVOS TEMPOS, NOVOS DIREITOS - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR FORÇA MAIOR

Autor(es):

Isadora Bezerra Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notório que o encerramento de atividades consideradas não essenciais nos últimos dois anos, foi decorrente do estado de calamidade pública. Diante desse contexto, assim como a alteração substancial na situação econômico-financeira de vários empregadores decorrente dos impactos da pandemia, diversas rescisões de contratos de trabalho vêm sendo vinculadas por meio do instituto da força maior. A partir deste cenário de controvérsias acerca da caracterização e aplicação da força maior, além da ausência de consenso no que diz respeito à possibilidade de justificar eventual rescisão de contrato de trabalho, com fundamento nos arts. 501 e 502 da CLT, o presente estudo terá o principal intuito de apresentar tais mudanças.

(Metodologia) Optou-se neste projeto pela análise de caráter qualitativo para tanto se fez necessária a utilização de pesquisas na internet e na CLT para verificar estudar as recentes mudanças referentes ao tema. Além disso, a pesquisa contou com os ensinamentos das aulas do professor e orientador Marcelo de Barros.

(Resultados) De acordo com o art. 501 da CLT, a força maior é "todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente", sendo assim, é hipótese de extinção contratual ocasionada por fatores tidos como excepcionais, que é superior à da conduta das partes. Visto isso, é necessário ressaltar que a imprevisibilidade do empregador tem o condão de excluir a razão de força maior, nos termos do § 1º do art. 501 da CLT, além de não serem aplicados os reflexos decorrentes do referido instituto aos acontecimentos que não afetem substancialmente a situação econômico-financeira da empresa (art. 501, § 2º). No que se refere à rescisão contratual decorrente de motivo de força maior, a CLT dispõe no seu artigo 502 que, ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, será assegurada a este, quando despedido, uma indenização na forma do supracitado artigo, que será distinta em se tratando de trabalhador estável, não estável e com contrato por prazo determinado.

(Conclusão) Conclui-se então, que no que se refere à redução da indenização rescisória, cabe destacar que o art. 502 da CLT, que trata especificamente da força maior enquanto motivo de rescisão de contrato de trabalho, estabelece um requisito essencial para viabilizar sua aplicação: o motivo de força maior que determine a extinção da empresa. Entretanto, é arriscado interpretar o referido artigo de forma literal, sendo assim, se o motivo de força maior for suficiente para ocasionar a extinção da empresa ou de um de seus setores, poderá ser aplicado o art. 18, § 2º, da Lei Federal no 8.036/90, que determina que, quando ocorrer despedida decorrente de força maior, o empregador deverá depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS importância igual a 20% (vinte por cento) do montante de todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, em oposição aos 40% (quarenta por cento) exigidos para a rescisão sem justa causa. Junto a isso, aviso-prévio indenizado, possui natureza jurídica de uma indenização substitutiva pelo descumprimento da obrigação de concessão do período desse aviso, no qual evita rescisões inesperadas. Tendo em vista que se trata de uma indenização que decorre da rescisão contratual, no caso específico da rescisão de contrato de trabalho motivada por força maior, é o caso de aplicação do sistema indenizatório, segundo o qual a indenização rescisória decorrente de força maior seria reduzida pela metade.

Palavras-Chave: CLT. Covid-19. Força maior. Rescisão de Contrato.

**O ABANDONO DIGITAL DE INCAPAZ, AS IMPLICAÇÕES QUE DELE DECORREM E A EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA QUANTO AO TEMA**

Autor(es):

Bianca Chacon Barbalho Simonetti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o surgimento da internet, a sociedade adaptou-se para a nova realidade tecnológica, incluindo assim, diferentes tipos de pessoas das mais diversas faixas etárias. As crianças, por sua vez, já nasceram introduzidas nesse meio, aprendendo a fazer uso da internet desde os primeiros anos de suas vidas. A realização desta pesquisa visa o estudo de possível abandono digital dessas crianças e adolescentes, como também trabalha a possibilidade de responsabilização parental frente ao mesmo, trazendo quais os impactos e o que leciona a legislação brasileira e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como também a importância da coerência e eficácia desses ordenamentos diante da problemática.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como aplicada e exploratória, isto porque a mesma consiste em voltar o estudo científico para a solução de um problema específico, que é o abandono digital de crianças e adolescentes, como também tem como objetivo explorar tal problemática, tornando-a mais clara, indo assim, em busca de soluções para a mesma. Enquanto procedimento, este trabalho se realizará por meio de observações indiretas, pois não contará com pesquisas de campo, e sim com dados presentes em fontes bibliográficas. Ainda, se utilizará de artigos com análises de especialistas, livros, análises de casos, e dados estatísticos. Outrossim, também será utilizado o método de procedimento histórico, onde existirá um estudo da origem do problema e como o mesmo evoluiu.

(Resultados) A pesquisa presente encontra-se em andamento, porém, diante do estudo realizado e das informações coletadas até aqui, fora visto que as crianças e adolescentes são tidas como personagens vulneráveis no meio tecnológico, por mais que já nasçam inseridas no mesmo. Consoante a isso, os problemas abordados aqui foram sendo desenvolvidos e realizados na medida em que a sociedade passava a ingressar mais ao meio tecnológico. Em consequência, a legislação brasileira, procurou aplicar medidas que garantissem segurança a essas crianças expostas no meio em questão. A Lei do Marco Civil e a proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são exemplos da afirmação anterior.

(Conclusão) Conclui-se que a tecnologia segue evoluindo rapidamente, porém o seu crescente uso aumenta também o percentual de órfãos digitais. Com isso, o trabalho se dirigiu a conceituar o "abandono digital", focando no quadro voltado a crianças e adolescentes e, ainda, explorou também a responsabilidade civil dos responsáveis. Uma vez que se encontram em desenvolvimento, as crianças necessitam de proteção, e, através da pesquisa fora concluído que os ordenamentos buscam trazer essa segurança, amparando-os ainda com princípios presentes no instituto, como a dignidade da pessoa humana e a parentalidade responsável. Totaliza-se que é imprescindível a realização de fiscalização por parte do Estado e dos pais, para que o melhor interesse da criança seja levado até o meio digital também.

Palavras-Chave: Abandono digital. Crianças e adolescentes. Internet.

O CIENTIFICISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DIREITO

Autor(es):

Daniel Lucas Leite de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho consiste em uma investigação do conceito de ciência e suas implicações na doutrina jurídica e na aplicação do próprio direito em si. É sabido por todos que o direito e a justiça devem andar de mãos juntas. Todavia, como associar a justiça com o belo e o justo (que são conceitos metafísicos) com um direito cada vez mais técnico e cientificista? A partir de tal questionamento, viu-se a necessidade de realizar uma investigação.

(Metodologia) A metodologia adotada foi predominantemente qualitativa, dedutiva e bibliográfica. Adotou-se a análise de livros de Aristóteles (como A Metafísica), bem como as aulas do Dr. Jonas Madureira sobre Psicologia e Ciência (disponibilizados no Youtube), e também de comentadores do período clássico, como Giovanni Reale. Ademais, o livro "O que é Filosofia?", de Ortega y Gasset também foi utilizado ? principalmente suas críticas ao cientificismo. Também foi utilizado o livro do Michel Villey: "A formação do pensamento jurídico moderno". Utilizou-se do método comparativo ao relacionar a aplicação do direito no século XXI com a função da filosofia no processo de apreensão da justiça.

(Resultados) Após a investigação, notou-se que durante a maior parte da história o Direito não era tão somente reduzido a uma técnica, a uma mera aplicação da norma. O Direito, sobretudo, estava associado com a busca em primeiro grau da justiça, com o auxílio da Filosofia (enquanto método especulativo). Tal necessidade do direito se enquadrar como uma ciência (em sentido moderno) foi prejudicial para o próprio Direito. Essa visão do direito (enquanto tecnicista) teve surgimento no século XVIII, a partir da Escola de Direito Natural ? sob influência demasiada do pensamento de Descartes e do racionalismo. A partir de tal escola o positivismo ganhou força e se desassociou da metafísica.

(Conclusão) Notou-se que, atualmente, o tecnicismo exacerbado do Direito não permite que esse possa trazer para si um diálogo essencial com o conceito metafísico de justiça, pois para isso acontecer, a especulação filosófica faz-se essencial. Todavia, em uma vontade exacerbada de procurar ser conhecimento enquanto ciência moderna, o Direito abandonou suas raízes. Trocou-se o justo e o injusto tão somente para o legal e o ilegal.

Palavras-Chave: Direito, Ciência, Aristóteles, Platão, Descartes, Escola de Direito Natural, Villey.

O COMPANHEIRO COMO UM HERDEIRO NECESSÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DO ART. 1.845 CC

Autor(es):

Valter Antônio de Castro Domingues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Entende-se por herdeiro necessário aquele que possui direito a parte legítima da herança, conforme consta no art. 1.846 CC, equivalente a 50% da metade dos bens do ?de cujus?. Entretanto, o art. 1.845 do CC traz como herdeiros necessários apenas os cônjuges, descendentes e ascendentes, deixando de fora de sua redação os companheiros. Diante disso, pode-se afirmar categoricamente que, a despeito da redação do art. 1.845 CC, os companheiros podem figurar como herdeiros necessários?

(Metodologia) O método de abordagem utilizado na presente pesquisa é o método hipotético-dedutivo, pois parte de uma hipótese inicial, que o companheiro é sim um herdeiro necessário, mesmo que a redação literal do art. 1.845 CC seja omissa quanto a isso, com base no princípio da igualdade, da dignidade humana e da vedação ao retrocesso. O método do procedimento utilizado será o comparativo, uma vez que será feita uma comparação entre o art. 1.845 CC os princípios da dignidade humana, da igualdade, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso.

(Resultados) Pode-se dizer que o Código Civil traz em sua redação, conforme disposição do art. 1.845 CC, que os herdeiros necessários são apenas três: cônjuges, ascendentes e descendentes, e que, por isso, eles possuem o direito sobre, pelo menos, 50% do patrimônio do ?de cujus?. No entanto, o legislador infraconstitucional foi omissa ao deixar de fora o companheiro, que também deveria constar na redação do dispositivo citado como herdeiro necessário. Isso porque com base no princípio da dignidade humana, da igualdade, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso, descabe dar tratamento inferior ao companheiro em relação ao cônjuge. O STF proferiu decisão no Recurso Extraordinário (RE) n. 878.694, declarando o direito da recorrente a participar da herança de seu companheiro em conformidade com o regime jurídico estabelecido no art. 1.829 do Código Civil. Assim, ainda que o STF não firmou a tese de que o companheiro é sim herdeiro necessário, tal decisão também não afastou tal entendimento, pelo contrário, é possível inferir que o STF entendeu, de forma indireta, que ao companheiro deve ser conferido o mesmo direito à herança que ao cônjuge.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que não é razoável deixar de fora o companheiro da sucessão legítima do ?de cujus?, a despeito da redação literal do art. 1.845 CC, com base na decisão do STF no RE n. 878.694, que indiretamente sugeriu tal tese, e nos princípios da dignidade humana, da igualdade, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso.

Palavras-Chave: Companheiro. Art. 1.845 CC. Herdeiro necessário.

O CONTRATO DE NAMORO, SUA VALIDADE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Heloisa Targino Bezerra Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei de n. 8971 de 1994 regulamentou a união estável no Brasil, exigindo para a sua configuração, convivência superior a cinco anos ou a existência de filhos em comum. No entanto, o advento da lei n 9278 de 1996 acabou revogando parcialmente a lei anterior, retirando os critérios objetivos anteriormente mencionados, passando a admitir a união estável pelo fato de "um homem e uma mulher conviverem de forma pública e duradoura, com o objetivo de constituir família?". Por meio disso, a sociedade passou a ter dúvidas sobre as diferenças entre namoro e união estável, o que fez ganhar enfoque o contrato de namoro, apontado por alguns como uma saída eficaz para deixar claro a intenção das partes nesta forma de relacionamento. Contudo, esse tipo de contrato ainda encontra-se em um cenário inconsistente no ordenamento jurídico brasileiro, sendo assim, o presente trabalho pretende desmembrar a união estável e o namoro, suas características, regulamentações, conceitos e diferenças, para, posteriormente analisar o que é o contrato de namoro, a sua repercussão no nosso ordenamento jurídico e o seu enfoque nas questões patrimoniais.

(Metodologia) O método de abordagem da pesquisa será o dedutivo, levado de uma premissa da observação das leis presentes no código civil e suas interpretações para a prática. Ademais, o método de procedimento e as técnicas de pesquisa serão abordados à conceituação histórica, por meio da exploração bibliográfica e documental, que irão sondar as principais contribuições teóricas, verificando assim as leis, jurisprudências, e as circunstâncias factuais acerca da temática.

(Resultados) A presente pesquisa ainda está em progresso e, a princípio, têm-se como resultado que a união estável é uma relação afeita de convivência pública e duradoura entre duas pessoas, do mesmo sexo ou não, com o objetivo imediato de constituição de família, enquanto o namoro é um relacionamento entre duas pessoas sem caracterizar uma entidade familiar, mas podendo ser um relacionamento público, duradouro, contínuo e até mesmo com expectativa do objetivo de constituição de família, qual seria, um namoro qualificado. Alguns doutrinadores, como Maria Aracy Menezes da Costa, diferenciam o namoro qualificado de uma união estável, pelo fato que no referido namoro, o casal não consta como dependente do outro na previdência social, mantém sua conta bancária e seus próprios endereços residenciais, não tendo o ânimo de formar família e tampouco desejam ter filhos em comum. No entanto, a intenção de constituir família trata-se de um critério subjetivo, não tem uma resposta única, tendo jurisprudências em diversos sentidos, como foram abordadas no trabalho.

(Conclusão) O trabalho ainda não está concluso, mas é possível observar que o contrato de namoro é uma espécie de contrato atípico, podendo ser útil como meio de prova da inexistência da União Estável. No entanto, caso o contrato de namoro exista, mas já estiverem presentes os requisitos da União Estável, ele perde sua validade, tendo em vista que os direitos de personalidade são indisponíveis.

Palavras-Chave: Contrato de namoro. União Estável. Direitos de personalidade.

O DILEMA DO NEGOCIADOR COMO OBSTÁCULO À MEDIAÇÃO DESENVOLVIDA NO CASO SAMARCO

Autor(es):

Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o maior desastre socioambiental do Brasil e o maior do mundo envolvendo mineradoras: o rompimento da barragem de Fundão. Pertencendo a Samarco Mineração S. A., a estrutura colapsada liberou, na bacia do Rio Doce, enorme volume de lama, iniciando um trajeto de 650 km de destruição até o Atlântico, ao afetar 45 municípios, inutilizar inúmeros hectares, comprometer o ecossistema regional e matar 19 pessoas. Em 2016, um acordo da empresa mineradora junto à União e aos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo estabeleceu o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. Do compromisso, originou-se a Função Renova, entidade gestora dos 42 serviços de reparação e compensação, dentre eles, o Programa de Indenização Mediada (PIM) voltado a, através da mediação, determinar os ressarcimentos aos particulares, pelo desabastecimento de água e pelos danos materiais e imateriais sofridos. Nesse quadro, em 2021, após, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais apontar a ineficiência dos programas, esta pesquisa visa apresentar uma análise crítica dos efeitos de um dos principais problemas do campo da negociação, o dilema do negociador, acerca da mediação desenvolvida no PIM, para, a partir do exame, indicar algum possível mecanismo de superação do aludido dilema.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se o método de abordagem dedutivo, com a intenção de apreender as consequências do rompimento de Fundão, os atributos da mediação executada e as repercussões do dilema do negociador. Ademais, empregou-se o método de procedimento histórico, conforme verificou-se a evolução da mediação adotada. Na qualidade de técnica de pesquisa, aplicou-se a pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a livros e a artigos científicos, para alcançar a visão doutrinária, bem como se utilizou a pesquisa documental, com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

(Resultados) Consoante as informações colimadas, apreendeu-se que a Renova, apoiada na premissa de uma pactuação ganha-ganha, implementou, com os atingidos, uma tratativa de soma-zero, gerando, em um primeiro momento, acordos vantajosos para a Fundação, os quais foram sucedidos por transações mutuamente mediocres. As evidências da negociação distributiva estão na exclusão dos vitimados da formação dos instrumentos de reparação, por exemplo, na matriz que categoriza os danos indenizáveis, assim como na dificuldade de comunicação promovida pela Fundação, ao não fornecer informes claros e verídicos referentes aos direitos dos impactados, enquanto demandava deles dados pessoais, sob o pretexto de que eram necessários para a habilitação no PIM, a fim de, na verdade, explorá-los ao negociar. Diante do exposto, as dificuldades narradas decorrem do dilema do negociador que, devido à ingerência da tensão existente entre a criação e a requisição de valor nas negociações, impele as avenças integrativas, orientadas pela negociação por princípios, a converterem-se em mecanismos distributivos, amplificadores do conflito.

(Conclusão) Dessarte o levantamento promovido nesta pesquisa, constatou-se que a mediação executada pela Fundação restringiu-se às sessões de compensação. Tal limitação foi nociva, inclusive à própria mediação, porquanto a Renova angariou vantagens das informações prestadas pelos vitimados, evocadas ao perquirir uma negociação ganha-perde, levando potenciais acordos colaborativos, a pactos bilateralmente insatisfatórios. Nesse enquadramento, para dirimir as implicações do dilema do negociador e propiciar maior participação dos atingidos, aponta-se a possibilidade de reduzir as atribuições da Renova, quanto à elegibilidade do PIM e à comunicação com os atingidos, funções que devem ser exercidas por uma mediação ampliada, favorecendo a negociação ganha-ganha ou, pelo menos, frustrando as convenções reciprocamente desfavoráveis.

Palavras-Chave: Barragem de Fundão. Mediação. Programa de Indenização Mediada. Dilema do Negociador.

**O DISCURSO (IN)CONSTITUCIONAL DA INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
COMO OBJETO DA DIALÉTICA: ESTUDO DO DEVER SER SOB O SER**

Autor(es):

Luiz Lukas Almeida de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO): A presente escrita desenvolve uma dialética a fim de perquirir a constitucionalidade da iniciativa probatória do Juiz no Processo Penal brasileiro através de dois doutrinadores e seus discursos escritos. Além disso, face aos elementos investigados, as premissas construídas são correlacionadas ao texto do acórdão do julgamento (HC.164.493) do Supremo Tribunal Federal. Porquanto, mediante os votos do acórdão, por maioria, a Suprema Corte estabeleceu o entendimento jurisprudencial de duas sentenças: A Iniciativa Probatória do Juiz e o Sistema Processual Penal coerente ao Estado Democrático de Direito da CF/88. Logo, os votos dos respectivos Ministros no julgamento em análise são postos como contraexemplos argumentativos acerca da divergência doutrinária, validando assim, o resultado almejado. Na sequência cronológica da escrita e para ressaltar a importância do tema, primeiramente examina-se os antecedentes da Biografia Parcial do ex-Juiz Sérgio Moro diante do seu exercício funcional processual-penal. Em seguida, delimita-se os objetos da dialética em dois doutrinadores e seus discursos escritos através de 2 conceitos: I) prova; II) iniciativa; e em face de dois dispositivos legais do Código de Processo Penal de 1941: a) Art.155; b) Art.156. Por conseguinte, ao passo que se perquire os discursos, desenvolve-se uma dialética de enfoque Zetético, baseada no estudo da Filosofia dogma-epistemo-lógica-sistemática. Nesse ínterim, o resultado dialético será tido como uma conclusão que será validada através do entendimento estabelecido no STF acerca da iniciativa probatória do Juiz. Por fim, conclui-se a escrita mediante reflexão quanto a conduta parcial do ex-Juiz Sérgio Moro sob a insegurança jurídica causada no Estado Democrático de Direito ao utilizar o Processo Penal como Instrumento Político, a fim subjetivo.

(Metodologia) (METODOLOGIA): Aplicou-se um procedimento delimitador nos discursos doutrinários para transformá-los em objetos suscetíveis da dialética; utilizou-se o Método de Abordagem Dialético para alcançar o Discurso Constitucional; Unificou-se o Método de Procedimento Histórico às Técnicas de pesquisas: Bibliográfica e Documental como estratégia de pesquisa apta à análise dos respectivos argumentos. Construiu-se com prevalência da Teoria Zetética.

(Resultados) (RESULTADOS): Não conclusivo. Até esta etapa, a pesquisa aproxima-se da conclusão de que, a iniciativa probatória do Juiz no processo penal é inconstitucional por ausência de segurança jurídica na imparcialidade subjetiva do julgador.

(Conclusão) (CONCLUSÃO): A escrita visa perquirir a constitucionalidade da iniciativa probatória do Juiz no Processo Penal, a fim de prezar pela segurança jurídica do Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Processo Penal. Juiz. Iniciativa Probatória. Constituição Federal. Filosofia.

O PAPEL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO ACESSO À JUSTIÇA

Autor(es):

Simone Silva Paz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN
Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa teve origem na percepção do crescente debate sobre atuação dos cartórios extrajudiciais na sociedade e, neste contexto, qual seria o papel destes profissionais no acesso à justiça. O aumento frequente da demanda processual no Brasil é tema importante para o poder judiciário que com frequência mensura a produtividade dos serviços prestados e busca alternativas mais eficientes para acesso à justiça. Neste sentido, percebe-se incentivo cada vez maior às soluções extrajudiciais dotadas de segurança jurídica que se apresentam à disposição da sociedade. O estudo preliminar deste tema levou aos seguintes questionamentos: Qual a responsabilidade do tabelião/oficial de registro perante os atos que exerce? Qual a natureza jurídica destes profissionais? Porque gozam de fé pública se serviço é exercido por particular? Como as serventias extrajudiciais possibilitam o acesso à justiça e como isto é fiscalizado pelo Estado? A busca por respostas para esses questionamentos está sendo efetuada através de pesquisa bibliográfica, em livros e trabalhos na área de direito civil e direito notarial e registral, legislação e jurisprudência pertinente ao tema, entre outras fontes, onde busca-se esclarecer a relação destes serviços com a efetiva melhoria do acesso à justiça.

(Metodologia) A técnica de pesquisa é a pesquisa bibliográfica em livros na área do direito civil e do direito notarial e registral, jurisprudência e legislação pertinente ao tema, como a Constituição Federal e a Lei 8.935/94. O método de abordagem é o hipotético-dedutivo partindo de análise de teorias doutrinárias e legislação sobre o assunto. O método de procedimento é o método histórico com análise dos entendimentos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais sobre o assunto ao longo do tempo.

(Resultados) Apesar dos estudos ainda não concluídos por ser recente recorte de tema de trabalho de conclusão de curso, os primeiros resultados direcionam para esclarecimento acerca de uma gama de características peculiares dos titulares de serventias extrajudiciais, que possibilitam segurança jurídica para as partes e promovem acesso à justiça por via não judicial. O fortalecimento destas atividades com o devido controle do Estado pode melhorar consideravelmente o acesso à justiça, especialmente por aqueles de menor poder aquisitivo.

(Conclusão) A garantia de acesso ao poder judiciário é prevista constitucionalmente no título de Direitos e Garantias Fundamentais, através do art. 5º, inciso XXXV. Desta forma, o Estado garante a toda sociedade que não afastará controle jurisdicional sobre lesão ou ameaça a direito. Contudo, ainda é comum o cidadão desconhecer de seus direitos ou deixar de ingressar no judiciário pela expectativa negativa sobre atendimento tempestivo de sua demanda. Sabe-se que a demanda processual no Brasil é muito alta e este alto nível de judicialização dos assuntos, por vezes retarda consideravelmente o acesso à justiça pelo cidadão. Neste contexto, as serventias extrajudiciais ganham importância como auxiliares da justiça ao passo que visam dar publicidade, segurança, autenticidade e eficácia atos jurídicos fora da esfera judicial. A fé pública conferida aos oficiais de registro e notários, assim como suas atribuições de consultoria, trazem aos cidadãos, alternativas de verem resguardados alguns de seus direitos na forma da legislação, sem ingressar no sistema judiciário.

Palavras-Chave: Serviços notariais. Acesso à justiça. Segurança jurídica.

O RACISMO INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS PELA BUSCA DE IGUALDADE NO ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE SAÚDE

Autor(es):

Livia Lorena Silva Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo propõe-se a refletir acerca do Racismo Institucional, focando em como este sistema de desigualdade, que abrange a discriminação em razão da cor da pele, e ocorre dentro da maioria das instituições, afeta principalmente a população negra. Priorizaremos tal parcela da sociedade, haja vista a constatação de forte reflexão do racismo na aplicação das políticas sociais, em particular no segmento relacionado à saúde das populações, substancialmente no atendimento prestado nas unidades públicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Outrossim, é de suma importância percebermos que fatores como a invisibilidade das doenças que são mais prevalentes nos grupos populacionais formados por pessoas negras e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, determina diferenças nos perfis de adoecimento e morte entre brancos e negros. Através de pesquisas bibliográficas, poderemos compreender que o racismo institucional opera de forma a induzir e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas, gerando desigualdade na distribuição de serviços e oportunidades. Por isto, devem ser encontrados meios efetivos para a desconstrução do racismo em todas as vertentes. É essencial a implementação de políticas públicas que provoquem um processo de desracialização, assim como gerar reflexões acadêmicas de como esses mecanismos operam-se na sociedade. Ademais, o presente artigo manterá a temática do Racismo Institucional presente nos sistemas de saúde, dando ênfase ao Sistema Único de Saúde (SUS).

(Metodologia) A presente pesquisa possui cunho exploratório, tendo como método de abordagem o dedutivo, o qual trata-se de um processo de análise de informação que nos leva a uma conclusão. Dessa maneira, usa-se da dedução para encontrar o resultado final. Então, estando intrinsecamente ligado ao tema, o presente trabalho busca explicar e entender a vertente do racismo institucional, e como ele se identifica no campo da saúde. Já o método de procedimento utilizado trata-se do método histórico, e já a técnica de pesquisa utilizada foram as pesquisas explicativa, bibliográfica e documental.

(Resultados) Diante do exposto, o trabalho busca visualizar como se comporta o racismo institucional no sistema de saúde pública. Destarte, os meios efetivos para desconstruí-lo, seriam a implementação de políticas públicas que provoquem um processo de desracialização, assim como, gerar reflexões de como operam esses mecanismos. Na área da saúde, é importante estimular discussões e desenvolver estudos que proporcionam visibilidade às iniquidades e contribuem para entender como as discriminações atuam na saúde da população negra.

(Conclusão) O Sistema Único de Saúde se fundamenta nos princípios éticos de equidade, universalidade e integralidade. Nesse sentido é imprescindível levar conhecimento aos usuários e trabalhadores do SUS da importância das suas diretrizes e dos direitos e deveres de cada um, além da sua responsabilidade na garantia de serviços prestados com qualidade e respeito, independente das características físicas. Apesar dos avanços na política de saúde, o desequilíbrio que coloca os negros em desvantagem com relação aos brancos ainda se mantém. Para minimizar essa disparidade é fundamental uma atuação mais intensa nos movimentos sociais de organismos da sociedade civil para combater o racismo, juntando esforços no sentido de mudar comportamentos e atitudes que excluem indivíduos tão somente pela questão racial.

Palavras-Chave: Racismo institucional. Políticas públicas. Saúde. SUS. Discriminação racial.

O RECONHECIMENTO JURÍDICO DO POLIAMOR, ENQUANTO ENTIDADE FAMILIAR, À LUZ DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.

Autor(es):

Eduardo Andrade Galvincto Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: as relações humano-afetivas atualmente já não são as mesmas anteriormente conhecidas, já que estamos em constante evolução e modificando nossos costumes e formas de nos relacionarmos. Dessa forma, as constantes mudanças de valores que acompanham os relacionamentos afetivos-sexuais exigem, do direito, proteção a bens jurídicos relevantes, ínsitos à instituição família. Em decorrência disso, muito se tem discutido, no Brasil, acerca dos novos modelos de entidade familiar, a exemplo do poliamor, tema que se destaca por sua relevância social. O poliamor são relações interpessoais amorosas, de natureza poligâmica em que se constitui de relações íntimas simultâneas e duradouras com mais de um parceiro(a). Atualmente, no Brasil, a grande maioria das uniões afetivas restam legalmente protegidas; a bem da verdade, todas com base no princípio da monogamia e, por isso, a presente pesquisa responderá o porquê de as famílias poligâmicas não terem o reconhecimento institucional do Estado.

(Metodologia) Metodologia: o trabalho terá como método de abordagem dialético, pois será feito uma análise da dinâmica social quanto a conjuntura familiar e suas modificações ao longo do tempo, além disso, como método de procedimento será adotado o histórico onde analisarei a origem e o percurso histórico das famílias no Brasil e como ela está se desenvolvendo atualmente. Ademais, adotar-se-á o método comparativo, onde busca-se verificar as modificações da concepção de família, bem como, nessa fase será trazida a noção do princípio da afetividade. Por fim, quanto às técnicas de pesquisa, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental, análise de jurisprudência, periódicos e jornais.

(Resultados) Resultados: até o presente momento foi observado, principalmente, os textos "família ou famílias", "poliafetividade" ambos de Maria Berenice Dias. Além disso, analisou-se resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema, principalmente a resolução emitida em 2018 que proíbe os cartórios reconhecerem por documentos oficiais uniões poliafetivas. Ademais, também foi lido o texto "poliamor: direito ou afronta social?", além do livro Teoria Geral do Afeto. Nesse sentido, provisoriamente constata-se que o impedimento jurídico advém do respeito ao princípio da monogamia, a moral e aos bons costumes da sociedade brasileira, entretanto, a falta de reconhecimento não impede que as relações existam, apenas dificulta o acesso a direitos pelos membros da relação, como o direito de herança e previdenciário. Por fim, espera-se traçar novos mecanismos que possibilite entender mais as relações poliamorosas e que consiga demonstrar ao Estado que o princípio da afetividade consagra, por si só, as relações oriundas do poliamor como entidade familiar.

(Conclusão) Conclusão: salienta-se que o presente trabalho encontra-se em pleno desenvolvimento e, por isso, até então entende-se que o princípio da afetividade, instituto já consagrado no direito brasileiro, inclusive reconhecido pelo CNJ, junto ao princípio da dignidade da pessoa humana e da liberdade, são os principais norte para o reconhecimento de novos modelos familiares. Todavia, nenhum deles foram, até então, suficientes para reconhecer as famílias adeptas à poligamia. Assim, conclui-se que, no Brasil, não há esse reconhecimento em respeito ao princípio da monogamia, aos costumes sociais, por vedação expressa do CNJ e em respeito à Decisão do STF de não reconhecer o direito previdenciário às amantes em recente julgado de 2020.

Palavras-Chave: Palavras Chave: poliamor. Reconhecimento jurídico. Família. Princípio da afetividade.

O ROBÔ ?MATUSA?: EXTRAÇÃO DE DADOS RELEVANTES DO PROCESSO PARA, ATRAVÉS DA MACHINE LEARNING, AUXILIAR A ATIVIDADE ADVOCATÍCIA

Autor(es):

Fernando Carlos Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2) acelerou significativas mudanças no cotidiano da advocacia, notadamente quanto ao uso de novas tecnologias, em decorrência das restrições na realização da atividade profissional de forma presencial, além da necessidade de respostas mais rápidas e práticas. O tempo atual, do qual não haverá regresso, exige o investimento em tecnologia da informação, para adoção de estratégias com foco na eficiência, resultados favoráveis e redução do tempo no desenvolvimento de tarefas. Uma das grandes dificuldades da advocacia atual é conciliar o tempo para atendimento ao cliente com o tempo para realização das demandas jurídicas

(Metodologia) Para contribuir com a advocacia, em especial a potiguar, encontra-se em desenvolvimento real um robô, denominado de ?Matusa?, dotado da capacidade de compreensão através da linguística computacional. Trata-se de pesquisa experimental, utilizando linguagem de programação computacional para desenvolvimento de inteligência artificial, que relaciona julgados, de acordo com a demanda do operador, para se obter resultados que determinem um caminho processual de sucesso. Utiliza-se o método experimental para criar um banco de dados de sentenças de acordo com o órgão jurisdicional, que permite, de forma objetiva, a sugestão de parâmetros de sucesso para resolução de litígios. O robô trabalha com informações inseridas por seu operador, extraindo dados das decisões judiciais, permitindo que o advogado conheça a forma de pensar do juiz, obtendo previsibilidade decisória, o que, sem dúvidas, permite uma melhor estratégia do advogado. Enfim, utiliza-se da análise de dados coletados das peças processuais, utilizando de machine learning para entender diferentes resultados, e analisar dentro da linguagem natural quais caminhos o operador deve seguir e realizar devidas orientações.

(Resultados) O sistema ?Matusa? ainda está na fase de testes, mas já é possível observar que ele se mostra próspero, trazendo, à medida que é alimentado, assertivas cada vez mais fiéis, respondendo a linguagem humana (natural), de acordo com o seu usuário (operador), alcançando as necessidades processuais. Através do machine learning, o sistema Matusa passa a constatar e absorver o entendimento de magistrados e colegiados, sendo aperfeiçoado diariamente, já que quanto mais dados forem alimentados no sistema (inputs), maior é a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento do sistema. A utilização do processamento de linguagem natural o possibilita associar e depreender a necessidade do operador dentro da língua portuguesa, trazendo resultados promissores.

(Conclusão) A linguagem humana é equívoca, desarmonizada, ambígua e reversa da linguagem computacional. O grande desafio é fazer a linguagem natural entender o contexto dos dados apresentados, já que, por muitas vezes, depende de um cenário externo para aclarar a compreensão. No campo computacional, a machine learning vem para suprir essa deficiência, trazendo eficácia interpretativa. Quão maior o número de sentenças inseridas dentro do sistema Matusa, maior é o seu aperfeiçoamento, seus resultados tornando-se mais claros e, gradativamente, mais confiáveis. Contudo, vale salientar que o sistema Matusa aprende dentro do campo computacional com tentativa e erro, onde cada vez mais devem ser inseridas informações sobre cada magistrado, melhorando de acordo com as experiências e com sua utilização através do operador. Por meio da programação desenvolvida, o sistema Matusa começará a buscar, de forma automática e independente, aquilo ao qual foi planejado, sendo, portanto, um sistema inteligente e utilizador de duas camadas para trazer resultados jurídicos específicos, alimentando sua inteligência artificial na medida em que decisões judiciais são inseridas.

Palavras-Chave: Robô Matusa, Machine Learning, Linguagem Natural. Processo judicial

ÓRFÃOS DA PANDEMIA: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Isadora Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto trata sobre a responsabilidade jurídica do estado brasileiro em relação aos órfãos gerados pela pandemia da COVID-19. Na pesquisa é buscado compreender a origem dessa situação, para identificar os danos que foram causados, no intuito de elaborar as melhores medidas de políticas públicas para amenizar o problema. Ainda, busca abordar as influências dessa condição na precarização dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no intuito de comprovar a necessidade de novas medidas de proteção.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada deve ser considerada pesquisa explicativa-documental, pois a sua intenção é provar a existência de graves consequências em faces dos órfãos originários da pandemia e também provar a necessidade de ações. No que se trata do seu método de pesquisa, serão utilizados os métodos hipotético-dedutivo e estatístico. Tendo em vista que para a conclusão da pesquisa se faz necessário a criação da conjecturas de existência de um problema, que poderá ser provado através de dados estatísticos e documentos.

(Resultados) Diante do que foi apresentado anteriormente não é possível afirmar que existe um resultado definido sobre qual é a responsabilidade do estado. Contudo, pode se afirmar que a existência dessa responsabilidade, tendo em vista que o estudo inicial mostrou que no último ano mais de 130 mil crianças se tornaram órfãs de pai, mãe ou avós (HILLIS, 2021), e medidas governamentais não foram pensadas para analisar a atual situação que essa crianças vivem, quais são dificuldades para aplicar os direitos dessas crianças e adolescentes, e que medidas poderiam auxiliar na efetivação de tais direitos. Com isso, trazemos o art. 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente que fala do princípio da prioridade absoluta, que significa a efetivação dos direitos dos mesmos acima de todas as outras coisas, mostrando que o Estado Brasileiro não deveria em momento algum durante a crise sanitária ter deixado essas crianças em último plano, e que agora possui o dever de aplicar novas medidas para auxiliar a aplicação da legislação de defesa da Criança e do Adolescente, pois a pesquisa conseguiu visualizar que essas legislações enfrentam diversos obstáculos para sua execução no período atual.

(Conclusão) Por fim, foi possível alcançar apenas uma conclusão parcial, pois a pesquisa ainda se encontra em curso, com previsão de conclusão para novembro de 2021. Contudo, a intenção da mesma é proporcionar uma maior visibilidade para esse grupo que apesar de ser tratado na Carta Magna como um dos pilares da sociedade, vem sendo negligenciado nos últimos tempos, necessitando de um maior cuidado na certificação de seus direitos.

Palavras-Chave: Órfãos. Pandemia. Covid-19. Estatuto da Criança e do Adolescente. Medidas

ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA

Autor(es):

Sérgio Jonas da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Para Pessini (2007), ortotanásia, é uma morte natural sem a interferência artificial em pacientes em estado terminal que não querem continuar com tratamentos terapêuticos, estes inúteis pela gravidade da doença, garantindo a autonomia de escolha respeitando a dignidade humana, no artigo 1º da Constituição Federal, no seu inciso 3º que trata a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil. No Brasil, a ortotanásia está na resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina, autoriza médicos a suspenderem os tratamentos ineficientes em pacientes terminais.

(Metodologia) METODOLOGIA 5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM Método indutivo, compreendendo opiniões de especialistas brasileiros, chegando a uma conclusão geral. 5.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO Método exploratório, compreendendo os cuidados às pessoas cuja doença sem perspectiva de cura e as consequências jurídicas para os médicos que suspendem o tratamento pela vontade do doente.

(Resultados) Pela pesquisa, há soluções passíveis de resolver o problema, que é a primazia da vontade do paciente em detrimento do direito à vida, isso legitima a aplicação da ortotanásia, deve-se priorizar a vontade do paciente, estando de acordo com o princípio da Dignidade Humana, a ortotanásia é a mais digna em comparação as outras existentes no Brasil.

(Conclusão) Em síntese, a ortotanásia, é a mais natural das mortes do ordenamento brasileiro, é uma omissão médica em continuar os tratamentos e medicamentos que prolongariam a vida do paciente terminal e deixar que a situação dele tome seu curso natural, assim, os médicos só irão interromper os tratamentos e medicamentos responsáveis por evitar que tal paciente faleça, se este ou sua família solicitarem. A ortotanásia considera a vontade do paciente com doença terminal, fazendo uma ponderação entre o direito à vida e o princípio da dignidade humana.

Palavras-Chave: Ortotanásia. Morte digna.

OS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PERSPECTIVA DOS AUTORES DA VIOLÊNCIA.

Autor(es):

Giulliana Sheylla Fontes Fidelis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO O Brasil, cheio de belezas naturais, rico em tantos aspectos. Berço de uma cultura plural, cheio de cores, raças, grupos, também é o 5º país no ranking mundial de homicídios de mulheres em um ranking de 83 nações, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que também declarou a Violência Doméstica como um caso de Saúde Pública. Demonstrando interesse no tema, o Ministério Público do Rio Grande do Norte em (ano), na contramão da cultura punitivista que o Poder Judiciário adota e, principalmente, da cultura machista que prevalece, hoje, no nosso país, foi o pioneiro em criar o Grupo Reflexivo de Homens, tratando do problema de uma perspectiva diferente. Grande parte da sociedade civil defende que os homens agressores devem sofrer pena privativa de liberdade, no entanto, na prática, a política repressiva não é a melhor opção quando o objetivo é o combate e diminuição dos casos de violência.

(Metodologia) METODOLOGIA O projeto de pesquisa tem como propósito e finalidade encontrar e apontar as implicações ético-sociológicas da violência doméstica (em quê) que nele vamos abordar, através da combinação dos métodos de abordagem quantitativo e qualitativo, que associam a investigação dos significados das relações humanas com dados estáticos com fim exploratório. Com referência ao método de procedimento, usaremos entrevistas, por meio da técnica de coleta de dados e da pesquisa em campo, que ajudarão na coleta de informações relevantes ao projeto, auxiliando no desenvolvimento da problemática, além da técnica de pesquisa de estudos de casos apresentados através da análise de documentos, no cenário do Grupo de Homens para aperfeiçoar a conclusão sobre a temática.

(Resultados) RESULTADOS O atual projeto de científico encontra-se em estado de pesquisa e aprofundamento da matéria para obter melhores resultados. Não possível apresentar ainda resultados completos.

(Conclusão) CONCLUSÃO O atual projeto de científico se encontra em estado de pesquisa e aprofundamento da matéria não sendo possível por agora já apresentar uma conclusão.

Palavras-Chave: Violência doméstica. Masculinidade. Autores da violência.

OS ASPECTOS JURÍDICOS DA APOSENTADORIA ESPECIAL

Autor(es):

Naara Carla Pessoa Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tacianne Melo da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No seguinte trabalho serão abordados os aspectos jurídicos da aposentadoria especial. O Brasil possui algumas espécies de aposentadoria, dentre elas, a aposentadoria especial. A aposentadoria especial, por sua vez, é o benefício que será concedido para aquele trabalhador que exercer atividades laborais exposto a agentes nocivos, que com o passar do tempo podem vir a causar algum prejuízo a sua saúde ou integridade física (HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito Previdenciário. Barueri-SP: Editora Manoele, 2011. p. 59).

(Metodologia) Para elaborar o trabalho, utiliza-se o Método Indutivo, onde, inicialmente, foram analisados os melhores meios para se pesquisar e apresentar as informações levantadas. Em seguida, partiu-se para uma análise teórica do material disponível para consulta relacionado ao assunto trabalhado, verificando dessa maneira, os aspectos mais relevantes e os mais recentes diretamente ligados ao tema, todos os dados e informações foram levantados mediante pesquisas de referências bibliográficas de textos e artigos na internet, bem como o livro "Direito Previdenciário" de Miguel Horvath Junior. Que será utilizado como principal instrumento de pesquisa. Tal metodologia foi utilizada, pois ela permitiu que se entrasse em contato com o que há de mais atual em termos de publicações referentes ao tema.

(Resultados) É certo que, no Brasil a aposentadoria demorou para ser regulada de maneira bem estruturada e com seus moldes estipulados na lei. O país, para dar início ao sistema que hoje apresenta utilizou de vários modelos já existentes em outros países. A aposentadoria especial, antes da reforma os meios para obtenção do benefício já eram difíceis pelo fato da quantidade de anos a serem cumpridos em uma atividade que podia lhe causar danos à saúde e integridade física e pelo fato da dificuldade da obtenção do benefício não sendo pelas vias judiciais, pois era difícil comprovar as atividades insalubres e o INSS reconhece-las, agora, com a instituição desse novo regime que regulamenta a aposentadoria ficou ainda pior, visto que agora além do segurado ter que cumprir o tempo de contribuição para suas atividades, tem que atingir uma idade mínima como requisito para que consiga ter direito ao benefício.

(Conclusão) Dessa maneira podemos ver que a Emenda Constitucional focou apenas nas melhorias financeiras e visou reduzir custos com a concessão das novas modalidades de benefícios, deixando, portanto, o segurado a deriva de leis que vão em desencontros com os princípios que norteiam a seguridade social, principalmente no que tange ao segurado por atividade especial.

Palavras-Chave: Aposentadoria. Previdência. Aspectos jurídicos

**OS DESAFIOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS ANTE O COVID-19: BREVE ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL
DIANTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Autor(es):

Camilla Cavalcanti : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mariana Rose: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo propõe uma discussão teórica que tem como base a responsabilidade civil diante da alienação parental inspirada nos termos do psiquiatra forense norte-americano Richard Gardner, a respeito dos desafios no Direito das Famílias durante a COVID-19, em consonância a Jacques Lacan que preconiza a "família como primordial no papel de transmissão da cultura nos grupos humanos?". Nessa toada, urge apresentar a historicidade da alienação parental, evidenciando ações preventivas. A partir do resgate de teóricos e matérias do direito, a exemplo do ECA, ressalta-se a discussão desde a construção da família até a sua fragmentação .

(Metodologia) É de suma importância ressaltar a importância da pesquisa científica no meio acadêmico, com o uso de doutrinas na área, com o objetivo de contribuir e aprofundar nosso tema, abordando categoricamente, por meio de pesquisas qualitativas. Sendo assim, de acordo com coleta de informações, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, dando destaque a análise da Lei 13.318 (Lei de Alienação Parental) e seus impactos, diante da realidade atual.

(Resultados) No Brasil, os dados estatísticos sobre a alienação parental são insuficientes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - o Brasil apresenta cerca de 60,8 milhões de crianças e adolescentes. O Datafolha aponta 20 milhões de filhos de casais separados e que 80% sofrem com esse mal. O desequilíbrio emocional é enorme, pois é nítido que algumas famílias não conseguem enxergar o mal que faz para si e para a prole por meio da alienação parental. E que portanto, percebe-se que tal prática é capaz de desenvolver inúmeros traumas nas crianças e adolescentes que irão crescer com a tendência de reproduzirem tais comportamentos com seus filhos.

(Conclusão) Partindo dessa relação dialógica dos desafios enfrentados no Direito das Famílias ante a COVID-19, no cerne da responsabilidade civil diante da alienação parental ver-se interfaces das práticas humanas. Não obstante, a unidade familiar é um elo que se perpetua no tempo, razão pela qual os envolvidos devem zelar pela convivência familiar, a qual é essencial para que as crianças e adolescentes se desenvolvam de forma harmoniosa.

Palavras-Chave: Alienação Parental. Direito Família. Combate. Proteção ao ECA.

OS E-SPORTS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO ATUAL E O ATRASO LEGISLATIVO PÁTRIO

Autor(es):

Nicolas de Souza Falconi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O modelo de negócio que se mostra à nós atualmente tende a ir cada vez mais pro On-line, já o esporte do futuro não tende a ir pro on-line, como já é. Os esportes eletrônicos são os maiores engajadores digitais do século 21, mobilizando milhares de pessoas a competirem online em diversas categorias de jogos e movimentando milhões de Dólares por ano. Os E-sports possuem uma característica peculiar, podendo haver especificidades em cada tipo de jogo, seja ele MOBA, FPS, RTS, visto que cada jogo ou competição é diferente. Mesmo diante dessa lide, diversos países no mundo já reconhecem os cyber atletas como atletas de fato e os E-sports como esporte de fato, porém o Brasil não está nessa lista, demonstrando um atraso legislativo muito grande para com o resto do mundo. Ademais, os cyber-atletas não possuem segurança jurídica para com seu trabalho, usando majoritariamente lei análogas, como por exemplo a Lei Pelé para reger aspectos esportivos e a CLT para com o direito do trabalho, porém nenhuma dessas leis reconhece o esporte eletrônico como esporte de fato, necessitando uma regulação e uma lei específica para servir de norte destas relações jurídicas e contratuais tão específicas. Esse atraso na legislação brasileira acarreta diversos problemas para esse mercado que tanto cresce no mundo com o envolvimento de empresas gigantes, e deve-se tomar muito cuidado com a característica autônoma dos e-sports, o que será explicitado no trabalho.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa teórica sobre o impacto dos E-sports na economia e legislação atual, realizado através da abordagem dos aspectos econômicos do E-sports, utilizando-se como fonte de busca os principais sites relacionados ao esporte. Utiliza-se o método de abordagem Indutivo, já que se busca analisar os dados concretos referentes ao tema abordado, para, a partir desses dados, analisar as perspectivas de avanços econômicos e jurídicos para o setor no Brasil. Como método de procedimento, utiliza-se o estudo de casos, referente a precedentes de outros países e do nosso próprio país além do estatístico, afim de justificar os avanços citados ao decorrer do trabalho.

(Resultados) No atual contexto social em que vivemos, a legalização dos e-sports seria um grande avanço perante o desafio que vivem socialmente os profissionais da área, não só no setor trabalhista, mas também a nível social e jurídico. Dado tal passo, a efetividade da garantia a dignidade dos jogadores e responsáveis pela manutenção e crescimento do setor viria a ser mais facilmente garantida por parte do Estado.

(Conclusão) Assim, defende-se a criação de um sistema de leis que protejam as atividades dos e-sports, não apenas no aspecto trabalhista, quanto no âmbito econômico, no sentido de promover o desenvolvimento de tal segmento no campo do empreendedorismo, visando proporcionar geração de emprego e renda, nesse setor tão promissor, que é o setor do entretenimento, o qual é um dos segmentos que mais cresce no mundo contemporâneo.

Palavras-Chave: Empreendedorismo, Esporte Eletrônico, E-sports, Atletas, Cyber-atletas, jogos, economia, proteção jurídica, segurança jurídica, direito do trabalho, contratos.

OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO

Autor(es):

PEDRO PAULO SANTANA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise deste trabalho visa demonstrar quais foram os impactos trazidos pelo julgamento da ADC 49 na sistemática tributária nacional, entendendo, em primeiro momento, quais são os institutos tributários tocados por esta decisão e como essa interpretação do Supremo Tribunal Federal acerca da autonomia do estabelecimento comercial afetou a praxis da Administração Tributária e da gestão fiscal das empresas. Será explicado quais foram as lacunas abertas por esta decisão na seara tributária, trazendo insegurança jurídica em relação a estorno de créditos, às obrigações acessórias de empresas filiais, a benefícios fiscais já consolidados e, até mesmo, na competência tributária do ente responsável pela arrecadação. Por fim, perceberemos os impactos fáticos que este entendimento da suprema corte trouxe à dinâmica fiscal e mercantil na seara jurídica, alterando paradigmas outrora consolidados e trazendo incertezas no que concerne ao ICMS

(Metodologia) Foi utilizado em todo o momento a comparação entre os liames da sistemática tributária nacional antes e após a publicação da ADC 49, visando demonstrar a insegurança jurídica trazida a institutos jurídicos outrora consolidados, sobretudo no âmbito do ICMS. Ademais, a análise estrutural do sistema tributário sob a luz deste julgado foi a forma de procedimento encontrada para fundamentar o escopo do trabalho. Por fim, é evidente que a pesquisa bibliográfica e a análise estatística carregaram os objetivos almejados durante a pesquisa.

(Resultados) Em vista do status de finalização do trabalho há de se consignar que os resultados ainda carecem de conclusão, podendo, até o momento, ser possível averiguar que as falhas interpretativas da ADC 49 trouxeram substancial insegurança jurídica à sistemática tributária nacional e relativizaram institutos que estavam consolidados, tais como benefícios fiscais, apuração de crédito e escrituração fiscal.

(Conclusão) Conclui que o mover jurídico trazido pela ADC 49, notadamente na sistemática tributária nacional, trouxe consigo uma desintegração aos institutos outrora consolidados, haja vista que a sua fundamentação desconsidera o princípio da proteção à confiança e a segurança jurídica. Tais efeitos representam no mundo dos fatos uma lacuna no modus operandi da administração tributária dos Estados e das empresas, ao passo que relativizou ? e até certo ponto, desconstituiu ? a autonomia dos estabelecimentos em relação a outros de mesma titularidade, trazendo dúvidas acerca da competência tributária para recolher o ICMS. Pôs fim a benefícios fiscais já consolidados, alterando a dinâmica mercantil e fiscal das empresas.

Palavras-Chave: ICMS. ADC 49. Sistemática tributária. impactos na seara jurídica.

OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO

Autor(es):

PEDRO PAULO SANTANA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise deste trabalho visa demonstrar quais foram os impactos trazidos pelo julgamento da ADC 49 na sistemática tributária nacional, entendendo, em primeiro momento, quais são os institutos tributários tocados por esta decisão e como essa interpretação do Supremo Tribunal Federal acerca da autonomia do estabelecimento comercial afetou a praxis da Administração Tributária e da gestão fiscal das empresas. Será explicado quais foram as lacunas abertas por esta decisão na seara tributária, trazendo insegurança jurídica em relação a estorno de créditos, às obrigações acessórias de empresas filiais, a benefícios fiscais já consolidados e, até mesmo, na competência tributária do ente responsável pela arrecadação. Por fim, perceberemos os impactos fáticos que este entendimento da suprema corte trouxe à dinâmica fiscal e mercantil na seara jurídica, alterando paradigmas outrora consolidados e trazendo incertezas no que concerne ao ICMS

(Metodologia) Foi utilizado em todo o momento a comparação entre os liames da sistemática tributária nacional antes e após a publicação da ADC 49, visando demonstrar a insegurança jurídica trazida a institutos jurídicos outrora consolidados, sobretudo no âmbito do ICMS. Ademais, a análise estrutural do sistema tributário sob a luz deste julgado foi a forma de procedimento encontrada para fundamentar o escopo do trabalho. Por fim, é evidente que a pesquisa bibliográfica e a análise estatística carregaram os objetivos almejados durante a pesquisa.

(Resultados) Em vista do status de finalização do trabalho há de se consignar que os resultados ainda carecem de conclusão, podendo, até o momento, ser possível averiguar que as falhas interpretativas da ADC 49 trouxeram substancial insegurança jurídica à sistemática tributária nacional e relativizaram institutos que estavam consolidados, tais como benefícios fiscais, apuração de crédito e escrituração fiscal.

(Conclusão) Conclui que o mover jurídico trazido pela ADC 49, notadamente na sistemática tributária nacional, trouxe consigo uma desintegração aos institutos outrora consolidados, haja vista que a sua fundamentação desconsidera o princípio da proteção à confiança e a segurança jurídica. Tais efeitos representam no mundo dos fatos uma lacuna no modus operandi da administração tributária dos Estados e das empresas, ao passo que relativizou ? e até certo ponto, desconstituiu ? a autonomia dos estabelecimentos em relação a outros de mesma titularidade, trazendo dúvidas acerca da competência tributária para recolher o ICMS. Pôs fim a benefícios fiscais já consolidados, alterando a dinâmica mercantil e fiscal das empresas.

Palavras-Chave: ICMS. ADC 49. Sistemática tributária. impactos na seara jurídica.

OS IMPACTOS DA ADC 49 SOBRE A SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA NACIONAL: REFLEXOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS ACERCA DA RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTABELECIMENTO

Autor(es):

PEDRO PAULO SANTANA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise deste trabalho visa demonstrar quais foram os impactos trazidos pelo julgamento da ADC 49 na sistemática tributária nacional, entendendo, em primeiro momento, quais são os institutos tributários tocados por esta decisão e como essa interpretação do Supremo Tribunal Federal acerca da autonomia do estabelecimento comercial afetou a praxis da Administração Tributária e da gestão fiscal das empresas. Será explicado quais foram as lacunas abertas por esta decisão na seara tributária, trazendo insegurança jurídica em relação a estorno de créditos, às obrigações acessórias de empresas filiais, a benefícios fiscais já consolidados e, até mesmo, na competência tributária do ente responsável pela arrecadação. Por fim, perceberemos os impactos fáticos que este entendimento da suprema corte trouxe à dinâmica fiscal e mercantil na seara jurídica, alterando paradigmas outrora consolidados e trazendo incertezas no que concerne ao ICMS

(Metodologia) Foi utilizado em todo o momento a comparação entre os liames da sistemática tributária nacional antes e após a publicação da ADC 49, visando demonstrar a insegurança jurídica trazida a institutos jurídicos outrora consolidados, sobretudo no âmbito do ICMS. Ademais, a análise estrutural do sistema tributário sob a luz deste julgado foi a forma de procedimento encontrada para fundamentar o escopo do trabalho. Por fim, é evidente que a pesquisa bibliográfica e a análise estatística carregaram os objetivos almejados durante a pesquisa.

(Resultados) Em vista do status de finalização do trabalho há de se consignar que os resultados ainda carecem de conclusão, podendo, até o momento, ser possível averiguar que as falhas interpretativas da ADC 49 trouxeram substancial insegurança jurídica à sistemática tributária nacional e relativizaram institutos que estavam consolidados, tais como benefícios fiscais, apuração de crédito e escrituração fiscal.

(Conclusão) Conclui que o mover jurídico trazido pela ADC 49, notadamente na sistemática tributária nacional, trouxe consigo uma desintegração aos institutos outrora consolidados, haja vista que a sua fundamentação desconsidera o princípio da proteção à confiança e a segurança jurídica. Tais efeitos representam no mundo dos fatos uma lacuna no modus operandi da administração tributária dos Estados e das empresas, ao passo que relativizou ? e até certo ponto, desconstituiu ? a autonomia dos estabelecimentos em relação a outros de mesma titularidade, trazendo dúvidas acerca da competência tributária para recolher o ICMS. Pôs fim a benefícios fiscais já consolidados, alterando a dinâmica mercantil e fiscal das empresas.

Palavras-Chave: ICMS. ADC 49. Sistemática tributária. impactos na seara jurídica.

OS LIMITES JURÍDICOS DA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL VIGENTE REFERENTE AO LIMITE DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Autor(es):

Antonio Eduardo Miranda de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) O papel da imprensa em uma democracia deve ser de um mediador participativo, onde exista a pluralidade de diversas opiniões e ideologias, sendo assim, reconhecendo todas as pluralidades da sociedade, através da pesquisa, fatos e artigos científicos, fazendo assim, o objetivo da entrega em qualidade de informar o leitor e de forma neutra, baseado em fatos reais e científicos. Seria a imprensa sendo como um mediador social, tendo o seu papel fundamental de entregar a informação ao que acontece dentro da sociedade, tendo o seu papel de captar uma narrativa da contemporaneidade com uma autoria, sendo assim, explicar e captar a veracidade dos fatos. Vimos acima qual é o papel da imprensa dentro de um Estado Democrático de Direito e vemos o quanto ela é um meio de extrema importância social, como um mediador social, de pluralidade de ideias e de investigação em relação da vida pública de nossos governantes, porém temos também, como em uma democracia saudável e com embates de diversos direitos, temos dentro da liberdade de imprensa, uma certa limitação até onde esse direito fundamental como a liberdade de imprensa também pode acabar ferindo, outros direitos fundamentais.

(Metodologia) A metodologia escolhida será de forma explicativa, hipotético dedutivo na forma qualitativa, onde o pesquisador estuda fenômenos dentro do cenário natural para assim, entender os significados que as pessoas os conferem. Será construído com base na doutrina jurídica, assim como o tema exige jurisprudências e entendimentos jurídicos baseados em decisões proferidas durante os últimos anos, se batendo na Constituição Federal. Sendo assim, usado também o método histórico, se baseando na história desse direito fundamental em nosso país, mostrando a evolução desse Direito.

(Resultados) Os resultados do estudo desse tema são de forma parciais, mas já se pode observar a evolução e o amadurecimento do Brasil como um país democrático e livre, dentro do qual do Direito a liberdade do surgimento do pensamento crítico, da diversidade de opinar e os debates dentre diversas visões de mundo são respeitadas através da imprensa em nosso país, e também vemos diversos entendimentos dentro do nosso judiciário, relacionado ao direito de resposta, privacidade e inviolabilidade. Sendo assim, conclui-se que está sendo respeitada de forma saudável os entendimentos dentro da nossa CF.

(Conclusão) Vemos que as etapas por meio do qual se surge o papel que a imprensa tem dentro da sociedade é de ter um papel responsável na construção democrática, em busca do debate de uma sociedade brasileira bastante desigual e injusta, sendo então, o papel da imprensa como uma construção e fortificação da democracia, onde tem um papel fundamental em busca da fiscalização das operações do governo e anuncia todos os problemas atuais da sociedade e dentro dos três poderes institucionais, do legislativo, do executivo e do judiciário, sendo muitas vezes o papel da imprensa, de expo um esquema de corrupção do governo, informando a população sobre tal suspeita de ação ilícita dos nossos governantes e poder informar o público quando seus líderes não estão cumprindo suas promessas de campanhas, sendo assim formando e construindo o pensamento crítico, tanto como no executivo, tanto como no legislativo, sendo assim, havendo uma certa limitação até onde esse direito

Palavras-Chave: Democracia, Direito Fundamental, Constituição Federal, Imprensa

OS NOVOS MÉTODOS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O ACESSO DO DIREITO À TODOS NO BRASIL.

Autor(es):

Renata Gusmão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

URSULA BEZERRA E SILVA LIRA: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os métodos de reprodução assistida são técnicas utilizadas para geração da vida de forma artificial voltadas aquelas pessoas que apresentam problemas de fertilidade ou de esterilidade. No Brasil, esses métodos estão sendo cada vez mais procurados pela população por diversos motivos, entre eles pelo direito ao planejamento familiar, o qual tem premissa garantida na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226, § 7º apresenta um princípio fundamentado em um dos principais valores morais inerente à vida, a dignidade da pessoa humana. Porém, esse princípio entra em um conflito ético-jurídico no momento em que carece de legislação específica para garantir e salvaguardar os direitos e processos dentro dos métodos da reprodução humana artificial. Verificando assim, a ausência, impõe-se a necessidade de criação de leis específicas para evitar esse conflito aparente entre o que seria ético e o que seria de direito para que não gerem riscos ao direito de dignidade à vida humana nas práticas laboratoriais de fertilização assistida.

(Metodologia) Os métodos científicos utilizados foram, principalmente, o método de abordagem dedutivo, visando conceitos gerais abordados pela até conceitos específicos, proporcionando um raciocínio a partir de premissas e encaminhando para uma conclusão logicamente correta ao final de toda problemática e apontamentos apresentados na pesquisa. Para mais, a técnica de pesquisa bibliográfica foi explorada, a qual apresentou-se por meio de artigos científicos, monografias e posicionamentos doutrinários, além do próprio documento constitucional e demais legislações correspondentes.

(Resultados) Notou-se que é preciso alcançar e levar a informação sobre os avanços tecnológicos da reprodução humana assistida e o acesso desse direito à todos os cidadãos na esfera pública, esclarecendo suas dúvidas e quebrando também alguns tabus criados pela sociedade devido a falta de legislação específica para reger esse direito além do preceito constitucional existente.

(Conclusão) Conclui-se que após a análise da legislação em correlação com o progresso da ciência e dos avanços no ramo da reprodução humana assistida, que a ideia do presente trabalho se concentra na necessidade de adaptação e criação legislativa diante da problemática apontada, visto que, com as mudanças constantes em sociedade e o avanço nesses métodos devido ao direito do planejamento familiar, tornou-se necessária a discussão, para garantir o acesso desse direito à todos.

Palavras-Chave: Reprodução humana assistida. Lacunas jurídicas. Acesso ao direito.

PANORAMA DO TRABALHO INFANTIL BRASILEIRO

Autor(es):

*Maria Eduarda Alves Figueiroa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Iracema Augusta Carvalho Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Meta 8.7 da Organização das Nações Unidas conclama os Estados membros a instaurar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, a escravidão moderna e o tráfico de seres humanos e garantir a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e uso de crianças como soldados, e, até 2025, cessar o trabalho infantil em todas as formas. Segundo a Organização Internacional do trabalho, embora o trabalho de crianças e adolescentes tenha diminuído 38% na última década, 152 milhões ainda são afetados. A Constituição Federal/88 versa no artigo 227 os direitos humanos das crianças e adolescentes e determina a responsabilidade da família, sociedade e Estado na garantia, defesa e promoção destes direitos. Acerca do trabalho infantil, embora reconhecendo avanços, é importante destacar que há um longo caminho para que crianças e adolescentes brasileiros sejam efetivamente respeitados, uma vez que se trata de problema social complexo e de grande magnitude, predominado nas famílias com baixa renda. Ademais a cultura da exploração, as desigualdades sociais, pobreza e baixa escolaridade são os principais determinantes do trabalho infantil.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Análise comparativa sob a perspectiva histórica do trabalho de crianças e adolescentes brasileiros, contrapostos aos avanços e retrocessos da justiça no combate a esta prática.

(Resultados) (RESULTADOS) Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: em 2016 havia 2,4 milhões de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) em situação de trabalho infantil (6% da população - 1,7 milhão: afazeres domésticos concomitantes ao trabalho e, provavelmente, aos estudos; em 2019, 1,8 milhão de crianças e adolescentes exercia trabalho infantil (4,6% da população). Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/2019 destaca: trabalho infantil - grave violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes com maior concentração entre 14 e 17 anos (1.940 milhão); maioria meninos (66,4%, destes 53,7% entre 16 e 17 anos), negros (66,1%); 706 mil trabalhadores entre 5 e 17 anos nas piores formas de trabalho (45,8% do total de crianças e adolescentes trabalhadores - 65,1% entre 5 a 13 anos; em atividades agrícolas 20,6%); alto índice de trabalho infantil perigoso (41,9% na agricultura); 19,8 milhões (51,8%) entre 5 e 17 em afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas (57,5% meninas, destas 76,9% 16 entre 17 anos; impacto negativo na frequência escolar (dos 96,6% de estudantes ente 5 a 17 anos, 86,1% são trabalhadores (maioria 16 e 17 anos).

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que o trabalho infantil ainda é uma realidade perversa. Entre 2016 e 2019, o contingente de crianças e adolescentes trabalhadores brasileiros caiu (2,1 milhões para 1,8 milhão), com tendência à diminuição do trabalho precoce. Contudo, é muito pequeno para garantir a erradicação de todas as formas de trabalho infantil em 2025, compromisso firmado pelo Brasil a ONU, sendo mais improvável devido ao agravamento da crise socioeconômica no contexto da pandemia da COVID-19, posto que aumentou a pobreza das pessoas em situação de vulnerabilidade, podendo reverter anos de avanço no combate ao trabalho infantil. O fechamento de escolas agravou a situação e milhões de crianças trabalham para contribuir com a renda familiar, além da desestruturação de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, com ausência de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade e redução de recursos financeiros para ações de fiscalização do trabalho, afetando direta e negativamente o combate ao trabalho infantil, evidenciando que recursos insuficientes e violação aos direitos de crianças e adolescentes não tem sido prioridade nas agendas políticas nacionais.

Palavras-Chave: Trabalho Infantil Brasileiro. Combate ao Trabalho Infantil. Direito de Crianças e Adolescentes.

PESSOA JURÍDICA COMO BENEFICIÁRIA DE USUCAPIÃO

Autor(es):

Deyse de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN
Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O usucapião é meio originário de aquisição de propriedade, constituído basicamente com a junção de alguns elementos como: o exercício da posse sobre o bem de maneira justa, pacífica e interrupta durante um determinado lapso temporal ? esse espaço de tempo irá variar de acordo com a modalidade da usucapião, a natureza do bem. De maneira simplificada a pessoa jurídica tem o acesso à usucapião, porém com algumas restrições bastante objetivas.

(Metodologia) Para o presente trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa básica, descritiva e explicativa, bem como, a bibliográfica e doutrinária/legal sobre o tema proposto, buscando-se em tais fontes o embasamento teórico para a fundamentação, na qual foram coletadas informações e dados sobre o tema. Foi utilizado diversos sites com embasamento teórico para o desenvolvimento do presente artigo. A pesquisa foi realizada no período entre agosto e outubro de 2021, para posterior apresentação no CONIC/UNIRN/2021.

(Resultados) Em relação aos resultados, foram analisados aspectos muito importantes para o tema do trabalho, o primeiro sendo a questão da pessoa jurídica que só pode fazer a usucapião móvel na sua modalidade ordinária ou extraordinária, o que significa dizer que para ela não cabia hipóteses de usucapião especial - pelo fato de ter requisito central o exercício da posse com finalidade de moradia e obviamente a pessoa jurídica não mora no imóvel a ser usucapi. Foi analisado também a Lei 5.709 de 1971 que trata exatamente da possibilidade de aquisição de bens imóveis rurais por pessoas estrangeiras tanto físicas quanto jurídicas. Essa lei de aplica à usucapião pelo fato de ser uma forma de aquisição de propriedade de maneira originária. Ao se tratar de imóvel rural tem-se restrições ao capital estrangeiro da pessoa jurídica, limitações espaciais (tamanho e limite da extensão da propriedade rural a ser usucapida), o tempo, percentual de aquisição. Por fim, é notório que existe uma série de restrições que a lei prevê e irá se aplicar na usucapião ao se tratar de imóvel rural.

(Conclusão) Podem requerer a usucapião toda e qualquer pessoa física ou jurídica, desde que ela seja capaz juridicamente, mas somente terão o direito reconhecido aqueles que além de capaz juridicamente preencham os requisitos legais, ou seja, além de ser capaz tem que ter exercido a posse mansa, pacífica e ininterrupta, por um determinado período de tempo (para cada modalidade de usucapião há uma exigência de tempo). Essa pode deve ser com o ?*ánimus domini*?, como se dono fosse. Sendo assim, não pode requerer a usucapião quem recebe o imóvel por locação ou comodato por exemplo, pois não exercem a posse como *ánimus domini*.

Palavras-Chave: Pessoa jurídica, usucapião, possibilidades.

POLÍTICAS CRIMINAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MILÍCIAS

Autor(es):

Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) As políticas criminais de enfrentamento de milícias no Brasil, se tornaram ao longo dos anos ineficientes. Este estudo pretende analisar o tema pela ótica do direito comparado com a legislação americana e italiana de combate às máfias. Será efetuada uma análise da criação de tais leis, bem como o efeito de sua aplicação na realidade concreta. Se atingiram ou não seus objetivos, e quais são as conclusões que se pode inferir dessas. A metodologia utilizada será a revisão de literatura consistente em coletânea de artigos, legislações e jurisprudências sobre o tema, de modo que se possa aferir de modo conclusivo a efetividade das políticas de combate à milícia no Brasil, bem como se as importações de institutos de combate ao crime organizado no exterior são aplicáveis à realidade brasileira.

(Metodologia) A metodologia aqui utilizada trata-se da revisão de literatura consistente em coletânea de artigos, legislações e jurisprudência diversa sobre o tema, coletada com o intuito de embasar o presente trabalho e conferir amparo aos resultados obtidos. Todos os elementos textuais foram coletados com intuito de fornecer subsídios suficientes para uma conclusão condizente com a realidade no tocante à efetividade do combate às milícias e à importação de institutos jurídicos estrangeiros no Brasil.

(Resultados) Sem resultados

(Conclusão) Combater a corrupção e as ordens criminosas exige propostas mais inteligentes que o binômio crime/pena, que identifiquem as formas de organização e financiamento das entidades, que incentivem a deserção e a delação, que facilitem a identificação dos beneficiários finais de suas atividades. É necessário dedicar tempo para repensar o sistema de colaborações premiadas, tornando-o mais seguro, para desenvolver métodos de rastreamento de patrimônio ilícito, para negociar acordos mais eficientes de cooperação internacional, para desenvolver métodos de gerenciamento de informações capazes de identificar o funcionamento das estruturas criminosas.

Palavras-Chave: Palavras-chave: milícia; política de combate; alterações legislativas; crime organizado.

POLÍTICAS CRIMINAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS MILÍCIAS: MÁFIA BRASILEIRA UM DOS MAIORES RISCO A SEGURANÇA PÚBLICA.

Autor(es):

Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) As políticas criminais de enfrentamento de milícias no Brasil, se tornaram ao longo dos anos ineficientes. Este estudo pretende analisar o tema pela ótica do direito comparado com a legislação americana e italiana de combate as máfias. Será efetuada uma análise da criação de tais leis, bem como o efeito de sua aplicação na realidade concreta. Se atingiram ou não seus objetivos, e quais são as conclusões que se pode inferir dessas. A metodologia utilizada será a revisão de literatura consistente em coletânea de artigos, legislações e jurisprudências sobre o tema, de modo que se possa aferir de modo conclusivo a efetividade das políticas de combate à milícia no Brasil, bem como se as importações de institutos de combate ao crime organizado no exterior são aplicáveis à realidade brasileira.

(Proposta do roteiro) As milícias cariocas já controlam 25,5% dos bairros do Rio de Janeiro, em um total de 57,5% do território da cidade? . No Brasil, o surgimento das milícias inicia-se em 1967, durante o governo militar. Com o nascer da polícia militarizada, desencadeou a formação de esquadrões da morte, onde atuavam em comunidades carentes promovendo homicídios, extorsão dos comerciantes, como também moradores da região. Pelo emprego da violência. Tornam-se ao passar dos anos no Rio de Janeiro, verdadeiras empresas do crime organizado, com alto faturamento de dinheiro dentro das comunidades com práticas ilícitas a exemplo temos agiotagem, gato net, portanto constroem uma forte influência política dentro do legislativo, convertendo-se num dos maiores problemáticas na segurança pública da história não estando restrito apenas ao Rio de Janeiro, de maneira a espalhar-se por todo o Brasil.

(Efeitos esperados) Combater a corrupção e as ordens criminosas exige propostas mais inteligentes que o binômio crime/pena, que identifiquem as formas de organização e financiamento das entidades, que incentivem a deserção e a delação, que facilitem a identificação dos beneficiários finais de suas atividades. . É necessário dedicar tempo para repensar o sistema de colaborações premiadas, tornando-o mais seguro, para desenvolver métodos de rastreamento de patrimônio ilícito, para negociar acordos mais eficientes de cooperação internacional, para desenvolver métodos de gestão de informações capazes de identificar o funcionamento das estruturas criminosas.

PROCESSO ELETRÔNICO

Autor(es):

Simone Maria de Oliveira Soares Mello: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
cynthia cavalcanti moura de melo faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2016, trouxe como destaque a força normativa da Constituição Federal. Dentre seus objetivos, ressalta-se a busca pela modernização de determinados institutos, possibilitando um maior rendimento ao processo e a melhor entrega da prestação jurisdicional. Nesse sentido existe a possibilidade do desenvolvimento processual acontecer de forma eletrônica. O Processo Eletrônico é disciplinado tanto pela lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, como pelo Novo CPC.

(Metodologia) Levantamento bibliográfico acerca do tema em foco.

(Resultados) Em seu art. 1º, a lei 11.419/2006 explicita que se admite o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. Segundo a norma, o Processo Eletrônico pode ser aplicado nos ramos civil, penal e trabalhista. Nesse mesmo sentido, o art. 193 do CPC define que os atos processuais podem ser integralmente ou parcialmente digitais, podendo ser produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico. Com o intuito de dar segurança às informações contidas no meio eletrônico, surge a assinatura eletrônica, que deverá ser credenciada previamente no Poder Judiciário. Assim como acontece em qualquer processo, o Processo Eletrônico deve ser guiado levando-se em consideração os Princípios Processuais. O CPC esclarece que esta modalidade deverá respeitar a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, bem como atender aos requisitos de autenticidade, integralidade, temporalidade, não repúdio, conservação e confidencialidade nas situações que tramitem em segredo de justiça. Segundo o CPC, os tribunais deverão divulgar as informações constantes de seu sistema de automação e essa divulgação deverá ser presumida como confiável e verídica. Segundo Neves (2020), esse ponto do Código assegura o caráter oficial das informações prestadas pelos sistemas informatizados dos tribunais. Com a finalidade de viabilizar o acesso aos autos eletrônicos, as unidades do Poder Judiciário deverão manter, de forma gratuita, equipamentos necessários à prática dos autos processuais, à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos. Além disso, o novo CPC é cuidadoso ao determinar que essas unidades do Judiciário deverão assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência.

(Conclusão) Em consonância com as metas traçadas pelo Código de Processo Civil, que visa celeridade e efetividade, está a possibilidade da prática eletrônica dos atos processuais. O Processo Eletrônico tem como vantagem a diminuição dos custos temporal e financeiro, o que facilita o acesso de todos aos atos e termos do processo.

Palavras-Chave: Processo Eletrônico. PJE.

**QUEM DEVE SUPORTAR O ÔNUS PREVIDENCIÁRIO EM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO TARDIO
POR VIA JUDICIAL?**

Autor(es):

Aldenir Gomes Falcão Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) É de conhecimento geral que o Direito Previdenciário e o Direito do Trabalho são ramos autônomos do direito. Contudo, não se pode negar que os mencionados ramos do direito possuem relação bem próxima e que em muitas situações aquilo que acontece e que tem relação a um, tem repercussão imediata no outro, gerando tanto obrigações como direitos. Nesta linha, quando acontece uma relação trabalhista, com a satisfação dos requisitos exigidos pelo direito do trabalho, acontece simultaneamente o fenômeno que conhecemos por filiação ao Regime Geral de Previdência Social ? RGPS, administrado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social- INSS e desta maneira o mesmo fato (vínculo de emprego) é o acontecimento de vida real que repercute gerando direitos e obrigações aos envolvidos, com destaque a obrigatoriedade da vinculação ao RGPS que decorre da atividade remunerada. Pois bem, nas situações de Processo Judicial resolvido por autocomposição entre as partes com conteúdo que reconhece o vínculo trabalhista e assume a responsabilidade de uma parte perante a outra e é homologado pela justiça do trabalho deveria ser suficiente para promover efeitos previdenciários relacionados ao trabalhador, mas a Autarquia Previdenciária, com base em normas administrativas, tem a rotina de não reconhecer tais vínculos provenientes de acordo em ação trabalhista e não reconhece os efeitos da coisa julgada. O trabalho pretende ponderar os argumentos do Instituto e os utilizados pela advocacia, bem como analisar o conteúdo de decisões judiciais que hora decidem a favor do empregado e hora em favor do INSS e deixa o segurado em um limbo a mercê da insegurança jurídica, mesmo sabendo que o direito deveria proteger o hipossuficiente.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Com a realização de análise bibliográfica de doutrina e decisões recentes referentes ao tema.

(Resultados) A pesquisa ainda está sendo realizada e o resultado provisório é de que a Autarquia previdenciária descumpra ordens judiciais oriundas de acordo homologado pela justiça do trabalho, indo de encontro a princípios processuais como economicidade, boa-fé e até mesmo a coisa julgada.

(Conclusão) Diante do exposto, é nítido como o segurado do INSS é prejudicado e a ele é imposta uma verdadeira saga em busca de um direito que lhe é inerente, pois a realidade dos fatos que, nos casos de vínculo empregatício reconhecido e homologado por via judicial, deveria gerar simultaneamente o direito aos benefícios previdenciários que decorrem da atividade exercida pelo empregado. Assim, o papel de garantir segurança em situações de risco social; que é atribuição do INSS; fica fragilizado e gera efeito oposto, efeito de insegurança, colocando o trabalhador em situação social desfavorável e com a subsistência comprometida, podendo implicar em diversos danos ao trabalhador e aos seus respectivos dependentes.

Palavras-Chave: Direito previdenciário, sentença trabalhista, reconhecimento de vínculo.

RACISMO INSTITUCIONAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE EM DEFESA DAS VÍTIMAS DE CRIMES RACIAIS.

Autor(es):

Weslyanne Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) É evidente que vivenciamos a desigualdade racial em toda a sociedade brasileira, em que o racismo é estruturado de diversas formas, por diversas instituições, e comprovados pelos inúmeros dados que apontam que a população negra é a que mais sofre com barreiras em todos os âmbitos da sociedade. Nesse cenário, fundamentado na afirmação de que racismo é crime, o Sistema de Justiça Brasileiro, tem o dever de assegurar os direitos dessa população, devendo aplicar as legislações penais cabíveis, assegurando que práticas de preconceito e desigualdade racial não tenham espaço em nossa sociedade, bem como garantir o acesso à justiça e impelir a impunidade dos agressores. Assim, se fez relevante investigar a forma em que o Poder Judiciário, especialmente o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte responde as questões práticas de crimes raciais com base nas demandas judiciais, a fim de proteger as vítimas, garantindo a criminalização de práticas discriminatórias e contribuir no enfrentamento ao racismo, na efetiva aplicabilidade das legislações penais cabíveis e na promoção da igualdade racial. A partir desta análise, a hipótese levantada por esta pesquisa é que: a partir da análise jurisprudencial do TJRN, o racismo institucional é realidade no sistema jurídico do estado, inviabilizando o acesso à justiça das vítimas de crimes dessa natureza?

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa prática de cunho exploratório voltada para análise da jurisprudência acerca de crimes raciais do TJRN, além da pesquisa bibliográfica e documental. Utilizando o método de abordagem hipotético-dedutivo, buscando identificar a presença do racismo institucionalizado no sistema jurídico do estado. Como método de procedimento, utiliza-se o método histórico, apresentando a trajetória da evolução histórica da legislação penal sobre o racismo.

(Resultados) O sociólogo Wieviorka (2017) ousou em primeira análise definir: "O racismo consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão?". Esse conceito abrange as concepções de Almeida (2020) em sua obra *Racismo Estrutural* trazidas de forma didática a fim de explicar como se manifesta esse fenômeno. A concepção individualista do racismo corresponde a ações individualizadas de grupos e indivíduos racistas, assim como a concepção institucional do racismo correspondente as ações do Estado que conferem a manutenção de práticas discriminatórias e a naturalização das desigualdades através do poder exercido por grupos que detêm o domínio político e econômico da sociedade, já o concepção estrutural entende o racismo como parte da estrutura social que é fruto das relações da sociedade de modo que todas as práticas sociais, positivas ou negativas, serão reproduzidas pelas instituições e por ações individuais.

(Conclusão) Portanto, a partir dessas compreensões, após a análise jurisprudencial do TJRN acerca das demandas judiciais sobre crimes raciais, espera-se comprovar que, a ocorrência do racismo institucional inviabiliza o acesso à justiça às vítimas de crimes dessa natureza e prejudica o combate ao racismo. Diante o exposto, cumpre mencionar que a pesquisa está sendo desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso, portanto ainda não se obtém resultados concludentes.

Palavras-Chave: Racismo Institucional. Sistema de Justiça. Crimes raciais. Acesso à Justiça.

REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS FACE AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: O DIREITO EM PERSPECTIVA SOB O VIÉS DE MEDIDAS ESTRUTURANTES

Autor(es):

Fernando José Quintaneira Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Casos de litígios estruturais têm crescido de forma exponencial no território nacional. Desde ações referentes à mitigação climática (ADPF 708/DF), às demandas envolvendo medidas de melhoramento na campanha contra o COVID-19 em tribos indígenas, como o plano de barreias sanitárias, decidida recentemente pelo Ministro Luís Roberto Barroso (ADPF 709 MC/DF). O problema estrutural é aquele onde uma entidade pública ou privada possui uma estrutura adoentada ? enraizada, e que precisa de uma intervenção para que possa agir de forma a colocar aquela situação de desconformidade continuada no seu estado ideal ? estruturando aquilo que era um problema institucional. A relevância social está no fato de haver uma maior proteção aos direitos individuais, além de um respeito ao contraditório e ao devido processo legal. Já a relevância jurídica se entende na resolução mais efetiva de demandas complexas, uma vez que quando efetivado o planejamento estrutural o problema inicial não voltará mais a ocorrer, já que a decisão estrutural age no centro da ação.

(Metodologia) Através da pesquisa bibliográfica e documental a presente pesquisa tem como escopo dissecar o processo estrutural e descobrir como ele se enquadra dentro da legislação brasileira. Deste modo, a análise parte da aplicação do método de abordagem hipotético-dedutivo, para reconhecer ou não a eficácia e utilização dentro do CPC/15 do processo estrutural e método tipológico no procedimento, uma vez que diversas amostragens serão observadas para encontrar a resposta dos objetivos traçados.

(Resultados) O direito processual civil está em exponencial desenvolvimento e tem sido reformulado constantemente. O salto dado, por exemplo, do Código de Processo Civil de 1973 para o novo Código de Processo Civil de 2015 demonstra que o tecnicismo jurídico muitas vezes é contrário aos ideais do devido processo legal e, com a ascensão do processo dialogado, pautado na expansão do princípio do contraditório e a cooperatividade entre as partes, há a possibilidade da verdadeira busca pela tutela jurisdicional. Nesta perspectiva, encontra-se o crescimento de diversas modalidades de litigar na justiça e dentre elas está o objeto de estudo desta presente pesquisa ? os processos coletivos estruturais. Assim sendo, têm-se feito o estudo constante em diversos casos concretos onde foram aplicadas medidas estruturantes e percebe-se que há, ainda, uma carência legislativa que faça com que seja melhor aplicado esta modalidade processual.

(Conclusão) Os resultados não são conclusivos, contudo, o processo coletivo estrutural, mecanismo de combate ao inconstitucional, pode acabar efetivando e maximizando a tutela jurisdicional no ordenamento jurídico brasileiro, pode ser efetivo e ser regido pelo NCPC, mas de forma provisória. O ideal é que se crie realmente uma legislação própria para que essa modalidade de intervenção judicial, que tem crescido tanto no Brasil, possua uma aplicabilidade mais eficiente e pautada na característica primordial do ramo processual civil atual, que é a democrática.

Palavras-Chave: Processo estrutural. Processo civil. CPC/15. Ativismo Judicial.

RELAÇÃO DAS TEORIAS DO NASCITURO, COM O CASO RAFINHA BASTOS.

Autor(es):

Guilherme Bertoldo Santos Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rubens Henrique Magalhães Drumond: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ellen Carolyne Jorge Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Lisboa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Marinho de Melo Costa Dias: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse artigo, possui como função compararmos as teorias que regem as condições dos nascituros presente no Código Civil, com casos que ocorreram na vida real, porém, antes, é necessário termos em mente as teorias que regem os nascituros. Existem 3 (três), são elas: A teoria natalista, que defende que um nascituro só vai possuir direitos se ele nascer com vida, até então, só existe uma mera expectativa de direitos. A teoria da personalidade condicional, que diz que os nascituros possuem direitos, entretanto, são direitos eventuais, de tal maneira que se o nascituro nascer vivo, ele possui os direitos, caso contrário, os direitos se extinguem. E a teoria concepcionista, que defende que a partir do momento que ocorre a concepção, o nascituro já possui os direitos, e por conseguinte, dispõem de uma personalidade jurídica. E é com base nessa última teoria, que o caso será relacionado, o caso em questão, ocorreu em 2011 quando o humorista Rafinha Bastos fez uma piada com a cantora Wanessa Camargo, que na época estava grávida, afirmando que ??comeria?? ela e o bebê da cantora. No final do caso, o STJ deu causa ganha à Wanessa, pois adotou a teoria concepcionista, logo, o nascituro já possuía direitos.

(Metodologia) Para arcar com os objetivos do trabalho, o método utilizado para a elaboração desse artigo foi a pesquisa bibliográfica, manifestada através da consulta referenciada a textos específicos, especialmente diplomas legais do direito brasileiro e matérias jornalísticas como sustentação do entendimento do caso concreto analisado.

(Resultados) Depreende-se como obtido, enquanto resultados da pesquisa, que havia três vias pelas quais o STJ poderia ter optado para enfim decidir acerca do caso em questão. Destarte, a partir de dois dos caminhos apresentados, seria possível que Wanessa Camargo não chegaria a dispor completamente da indenização final, já que os direitos do nascituro poderiam ser relativizados. De tal modo, a honra ferida, caso houvesse compreensão por meio da teoria natalista ou da personalidade condicional, poderia ser somente a da mãe. Torna-se, portanto, importante salientar que esta pesquisa resultou no entendimento de que o sujeito que ainda seria dado à luz teve apenas seus direitos de personalidade resguardados e efetivos em razão da leitura do STJ, que o viu como alvo de escárnio altamente malicioso. Logo, o autor da piada teve de, por fim, em decisão judicial, pagar à cantora a quantia de 150 mil (cento e cinquenta mil) reais, em 2015. Além disso, como resultado dos esforços desferidos nesta pesquisas, obtém-se como pertinente buscar compreensões jurídicas adequadas que visem a valorizar e proteger as mães e seus nascituros indefesos.

(Conclusão) Diante do exposto, entende-se que a problemática é a garantia dos direitos do nascituro desde a concepção; a fala do humorista Rafinha Bastos se caracterizou como ameaça à mãe e ao filho da mesma, onde mesmo antes do nascimento a criança já estaria sendo vítima de desrespeito e escárnio, podendo desencadear traumas na gestação desestabilizando a saúde emocional da gestante. Com isso, para futuras etapas do trabalho, a pesquisa busca uma melhor resposta tendo em vista uma maior responsabilização penal ao praticante desse tipo de violação, de modo que o mesmo seja condenado por desacato a mãe e o feto.

Palavras-Chave: Nascituro, teoria concepcionista, teoria natalista, STJ, personalidade condicional.

REPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS FACE AO ABUSO DE DIREITO

Autor(es):

Alan Bernardo Moura Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem a ideia central questionar e ter uma análise mais aprofundada da repetibilidade dos alimentos no ramo de Direito, onde no Brasil os alimentos sempre tiveram essas discussões, surgindo dessa, um ramo quase que autônomo do Direito Civil, que hoje conhecemos como Direito de Família devido a alta demanda desse tema, buscando sempre garantir a vida e a sobrevivência de indivíduos que não tem as condições de suprir essas necessidades básicas por si. Portanto cabe aos alimentos proporcionar tudo aquilo que é essencial e necessário para uma vida social básica a uma pessoa que não tem condições próprias de buscar tais necessidades, não possui condições de trabalhar ou até mesmo bens capazes de proporcionar renda suficiente para sua sobrevivência e manter seu próprio sustento. Desta forma, o direito não apregoa os alimentos como simples obrigações, ou seja, o alimentante que venha a pagar de forma indevida esses alimentos, não pode posteriormente pedir o resarcimento, mesmo que esse valor venha a ser excessivo, dito isso, a irrepetibilidade desses alimentos pagos, muitas das vezes trazem um enriquecimento ilícito, havendo então um abuso processual nos atos de má-fé praticados por quem tenha finalidade de agir no curso do processo de alimentos.

(Metodologia) (método de abordagem) indutivo-dedutivo (Método de procedimento) histórico (técnicas de pesquisa) pesquisa descritiva e bibliográfica.

(Resultados) Tratar do consenso quanto aos alimentos que venham a ser proporcionados de forma indevida e que de certa forma prejudica um polo e beneficia outro de forma a buscar um enriquecimento ilícito, contudo apresentar uma visão mais ampla e jurisprudencia do tema nos dias atuais, onde vem trazendo relevancia e favorecimento aos lesados pelo principio da irrepetibilidade dos alimentos.

(Conclusão) O presente trabalho tem como ideia trazer uma abrangência ao seu tema. Repetibilidade dos alimentos trata de um principio jurídico que tem como seu significado a não devolução de valores que vinherem a ser pagos a títulos de alimentos, ou seja, se o alimentante venha a pagar os alimentos, posteriormente o mesmo não poderá constatar que o valor não era devido, não havendo portanto a restituição desse valor já pago. Porém o seguinte tema já vem trazendo entendimentos divergentes e situações em que esse individuo que venha a ser lesado possa entrar com o resarcimento do valor prestado anteriormente, através de que venha a ser comprovada a má-fé por parte do alimentado.

Palavras-Chave: Jurisprudencia. Principio. Alimentos. Direito de Família. Repetibilidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: ASPECTOS BIOÉTICOS E JURÍDICOS

Autor(es):

Ana Clárisse Leal Pinheiro Estrela de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal, consagrou o direito ao planejamento familiar de maneira livre, possibilitando, através das técnicas de reprodução assistida a concretização do projeto parental, almejado por inúmeras pessoas com problemas relacionados a infertilidade. No entanto, apesar deste direito está previsto na CF/88, ainda existe uma carência no nosso ordenamento jurídico de leis ou normas, que regulamentem essas técnicas, gerando assim uma "liberdade" que pode trazer inúmeros danos a sociedade. Este livre direito ao planejamento familiar, deve está fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana, gerando assim, uma parentalidade responsável, para o melhor interesse da criança, do adolescente e do jovem.

(Metodologia) A nossa pesquisa é teórica, de abordagem exploratória e será realizada, através de pesquisa bibliográfica, bem como a utilização de ferramentas de buscas em sites da internet. Tratará de uma revisão crítica, elaborada a partir de material publicado em meio eletrônico e impresso. Inicialmente, realizaremos uma seleção e pré-leitura de artigos, livros e periódicos nacionais e internacionais. Posteriormente, por meio da Biblioteca Virtual da UNIRN, realizaremos um levantamento na base de dados de Artigos e Livros, objetivando um maior embasamento, fazendo-se ainda necessária, a inclusão de referências complementares encontradas, além de sites como o do Ministério da Saúde, dentre outros ligados ao tema.

(Resultados) O desafio que se projeta para o jurista, no campo do desenvolvimento científico, é o de encontrar critérios de responsabilização que reflitam princípios racionais de proteção à pessoa humana, sem o impedimento ao desenvolvimento da pesquisa científica e do progresso. Assim, embora não exista lei específica que trate sobre os métodos de reprodução assistida, as disposições genéricas do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor devem ser aplicadas visando coibir não só as práticas de condutas irregulares e ilícitas dos prestadores de serviço, mas também, evitar o enriquecimento sem causa dos pacientes que, muitas vezes frustrados pelo insucesso da gestação, veem no Poder Judiciário uma alternativa hábil a minimizar o seu "dano".

(Conclusão) A análise da problemática em questão, fará com que seja questionado o avanço da ciência genética, no campo da reprodução humana, levando em conta a apreciação e debate de diferentes profissionais e áreas do conhecimento humano, lembrando que tais procedimentos ligados a reprodução humana assistida atuam sobre a própria vida humana procurando sanar os problemas da infertilidade de pessoas que buscam, através dela, a realização do sonho de ter um filho. O importante é que haja políticas institucionais e regulamentação legal para disciplinar a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e demais procedimentos que envolvam embriões, sendo de extrema importância, em função das altas taxas de abandono, que os critérios de destinação dos mesmos fiquem claramente estabelecidos mediante a realização dos procedimentos.

Palavras-Chave: Ciência. Genética. Dignidade da pessoa humana. Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade civil dos hospitais. Planejamento Familiar. Reprodução Humana Assistida. Responsabilidade Civil. Parentalidade Responsável. Família

RESPONSABILIDADE CIVIL NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: ASPECTOS BIOÉTICOS E JURÍDICOS

Autor(es):

Ana Clarisse Leal Pinheiro Estrela de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal, consagrou o direito ao planejamento familiar de maneira livre, possibilitando, através das técnicas de reprodução assistida a concretização do projeto parental, almejado por inúmeras pessoas com problemas relacionados a infertilidade. No entanto, apesar deste direito está previsto na CF/88, ainda existe uma carência no nosso ordenamento jurídico de leis ou normas, que regulamentem essas técnicas, gerando assim uma "liberdade" que pode trazer inúmeros danos a sociedade. Este livre direito ao planejamento familiar, deve está fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana, gerando assim, uma parentalidade responsável, para o melhor interesse da criança, do adolescente e do jovem.

(Metodologia) A nossa pesquisa é teórica, de abordagem exploratória e será realizada, através de pesquisa bibliográfica, bem como a utilização de ferramentas de buscas em sites da internet. Tratará de uma revisão crítica, elaborada a partir de material publicado em meio eletrônico e impresso. Inicialmente, realizaremos uma seleção e pré-leitura de artigos, livros e periódicos nacionais e internacionais. Posteriormente, por meio da Biblioteca Virtual da UNIRN, realizaremos um levantamento na base de dados de Artigos e Livros, objetivando um maior embasamento, fazendo-se ainda necessária, a inclusão de referências complementares encontradas, além de sites como o do Ministério da Saúde, dentre outros ligados ao tema.

(Resultados) O desafio que se projeta para o jurista, no campo do desenvolvimento científico, é o de encontrar critérios de responsabilização que reflitam princípios racionais de proteção à pessoa humana, sem o impedimento ao desenvolvimento da pesquisa científica e do progresso. Assim, embora não exista lei específica que trate sobre os métodos de reprodução assistida, as disposições genéricas do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor devem ser aplicadas visando coibir não só as práticas de condutas irregulares e ilícitas dos prestadores de serviço, mas também, evitar o enriquecimento sem causa dos pacientes que, muitas vezes frustrados pelo insucesso da gestação, veem no Poder Judiciário uma alternativa hábil a minimizar o seu "dano".

(Conclusão) A análise da problemática em questão, fará com que seja questionado o avanço da ciência genética, no campo da reprodução humana, levando em conta a apreciação e debate de diferentes profissionais e áreas do conhecimento humano, lembrando que tais procedimentos ligados a reprodução humana assistida atuam sobre a própria vida humana procurando sanar os problemas da infertilidade de pessoas que buscam, através dela, a realização do sonho de ter um filho. O importante é que haja políticas institucionais e regulamentação legal para disciplinar a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e demais procedimentos que envolvam embriões, sendo de extrema importância, em função das altas taxas de abandono, que os critérios de destinação dos mesmos fiquem claramente estabelecidos mediante a realização dos procedimentos.

Palavras-Chave: Ciência. Genética. Dignidade da pessoa humana. Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade civil dos hospitais. Planejamento Familiar. Reprodução Humana Assistida. Responsabilidade Civil. Parentalidade Responsável. Família

RESSOCIALIZAR MAIS, PUNIR MENOS: APAC RN COMO MODELO ALTERNATIVO DE EFICÁCIA PARA O FIM DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL.

Autor(es):

Maria Clara Felipe da Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Rio Grande do norte apresentou em 2020 a segunda maior taxa de mortalidade de jovens no Brasil, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), além do 6º (sexto) lugar de Estado com maior índice de criminalidade em todo o Brasil, portanto, é importante e necessário que isso seja evidenciado e debatido para que se alcancem melhorias, tais como o modelo das APAC. Portanto, o impacto do etiquetamento na vida dos egressos após o sistema penitenciário comum se comparado com o modelo APAC, não consegue ser mensurado nos textos; o convívio diário com pessoas que estão aptas a lhe distanciar da vida social, as poucas ou nenhuma oportunidades, as portas que se fecham todos os dias, funcionam como um carimbo.

(Metodologia) O presente trabalho abordou os campos exploratórios com entrevistas e pesquisas documentais, trazendo o campo teórico do sistema prisional, o papel social e a consequência que a junção destes podem acarretar na vida social de todos os indivíduos, segundo teorias somado ao descumprimento da LEP.

(Resultados) No Estado do Rio Grande do Norte, tem-se, o resultado de 100% de ressocialização e não reincidência dos crimes daqueles que fazem parte da metodologia implantada pela APAC, conforme relata a servidora pública estadual e conselheira penitenciária, Guiomar Veras de Oliveira em entrevista. É um método menos punitivo e agressivo a dignidade humana do apenado, além de fornecer um amparo para esse retorno social embasado na teoria do etiquetamento, para que não haja rotulação do antigo detento e sejam causadas grandes consequências.

(Conclusão) A APAC é uma evolução do sistema penitenciário, ainda pouco evidenciada como um projeto revolucionário para a sociedade e não tão-somente para os presos, pois além de ser utilizada como cumprimento de pena, podem facilitar a reeducação e responsabilização, trabalhando a inclusão social e familiar como acontece na unidade de Macau, interior do Rio Grande do Norte, evitando, conseqüentemente, esse etiquetamento. Portanto, evidenciar a necessidade de protocolos de enfrentamento aos descumprimentos das instituições penitenciárias que se instauram e principalmente as alternativas buscadas no Estado, tem forte atuação para uma melhor diminuição dos índices de criminalidade e reincidência.

Palavras-Chave: Apac. Ressocializar. Reincidência. Rio Grande do Norte.

RESTRIÇÃO DA CIRCULAÇÃO DE PESSOAS QUE RECUSARAM A VACINA NO BRASIL. QUAIS OS LIMITES DO ESTADO?

Autor(es):

Diego da Silva Mendonça: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ideia central do texto, é apresentar de forma argumentativa e reflexiva trazendo dados científicos, artigos e estudos acerca do cenário atual frente as medidas de restrições de pessoas que recusam tomar a vacina contra o covid-sars-2 calculando os impactos econômicos, saúde e leitos de UTI, assim será discutido de modo geral quais os limites que o Estado poderá agir mediante o direito individual do cidadão em detrimento da maioria, sob o manto dos direitos individuais, direitos difusos e a saúde. Devido o cenário atual, a sociedade está convivendo com um novo problema que não se restringe apenas em nosso país, mas em todo o mundo. Dessa forma, existe uma pandemia o qual não está unicamente afetando a saúde física das pessoas, mas também o psicológico delas, assim cabe refletirmos quais medidas ponderadas o Estado pode agir no sujeito. Destarte, precisa-se utilizar a melhor maneira, com escopo que não seja utilizado a coercitividade, exemplo disso, revolta da vacina. Visto isso, a análise de todo caso terá respaldos contextuais de quanto é o gasto das vacinas comparando com os leitos de UTI, potencial problemas que a vacina causa nas pessoas, fatores positivos de tomarem a vacina.

(Metodologia) Método de Abordagem: No tocante a está parte, apresenta-se o método dedutivo, o qual partirá de uma premissa geral, são garantidos o direito individual e o direito coletivo tipificados na Constituição Brasileira, para chegar em uma análise o qual estudará caminhos positivos sobre limites e forças que o Estado atuará com escopo de garantir a saúde de todos ou maioria delas. Em relação ao método de procedimento teremos histórico, acompanhando fenômenos semelhantes ao atual, técnicas de pesquisa, bibliográfica e documental.

(Resultados) Paralelo a isso, é possível entender que as medidas o qual está sendo tomado pelo Estado é legítima, assim posto por representantes do povo governador, prefeito e presidente. Ante a isso, a matéria é constitucional e terá meios para legitimar a restrição ou não por meio de dados de pesquisas, pessoas que tomam a vacina e reações, custo que o estado tem com a vacina, custo de UTI. Além disso, uma visão internacional para equiparar as medidas estrangeiras frente ao nosso país e resultados que tem ocorrido

(Conclusão) Portanto, o escopo central é o comportamento do Estado e a legalidade da restrição, visando a saúde de todos e garantia do exercício democrático garantidos constitucionalmente. Contudo, há um cenário do país o qual sofre uma recessão econômica devido as paralisações de lockdown e isolamento social. Diante desse certame, será aplicado medidas que possam restringir pessoas sem afetar o seu convívio afetivo com a sociedade, ou seja, o seu próprio existir dentro da sociedade. Posto isso, o projeto encontra-se em fase desenvolvimento, com isso fica evidente que há uma discussão calorosa a respeito do tema, atual, por isso a importância de tratar essas questões em uma perspectiva plural e cheia de conhecimentos interdisciplinares.

Palavras-Chave: Restrição, liberdade individual e coletiva, saúde, dados

SOB O VÉU DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, A PALAVRA COMO ARMA NO "HATE SPEECH": ENSAIO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Autor(es):

Sergiane Queiroz de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Liberdade de Expressão é Direito Fundamental resguardado no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal, enquanto, por sua vez, o Discurso do Ódio representa a externalidade de conteúdo discriminatório, destinado ao indivíduo ou grupo social, pautada nas características intrínsecas do ofendido, o qual encontra vedação prevista na Lei n.º 7.716 de 1989. Ocorre que, reiteradamente, é notória a confusão interpretativa entre tais conceitos, de modo a promover a ocorrência do último. Desta feita, cumpre-se, então, ao Poder Judiciário, a análise dos litígios relacionados, a fim da averiguação da prática criminosa prejudicial à Dignidade Humana e à Igualdade Jurídica.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, porquanto realizada mediante a utilização da ferramenta de busca nos sítios eletrônicos do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais, no viés de reunir julgados atuais e relevantes acerca desta temática. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, haja vista o elo material existente entre Direito Constitucional, Direito Penal e Direitos Humanos. Ainda, na qualidade de métodos de procedimento, o estudo de casos e o histórico, ao verificar as decisões judiciais envoltas e as motivações históricas das insistentes atitudes segregacionistas.

(Resultados) A crença inconstitucional dos réus atribuída à separação entre sujeitos superiores e inferiores protagoniza o fundamento ao cometimento deste delito. Desse modo, no "Habeas Corpus" n.º 82.424/RS de 2003, precedente judicial indispensável desta área, o Supremo Tribunal Federal equiparou a escrita, edição, divulgação e comercialização de livro antissemita ao crime de racismo, submetido às cláusulas da inafiançabilidade e imprescritibilidade, por intermédio da condenação de Siegfried Ellwanger à pena de reclusão durante o período de um ano e nove meses. Ademais, face aos pleitos dos Tribunais Regionais Federais, formou-se o entendimento predominante do afastamento de teorias de marginalização humana, tal qual a latente na Alemanha Nazista, perdurada de 1933 a 1945, impondo reclusão quando da prática, indução ou incitação à discriminação ou ao preconceito. Percebe-se, assim, a inexistência de direitos absolutos no ordenamento jurídico brasileiro, somada à impossibilidade da utilização de direitos fundamentais como razão para ferir verbalmente o alvo interlocutor.

(Conclusão) Sob a égide do Estado Democrático de Direito, baseado na paridade dos cidadãos, detentores de isonômicos direitos e de necessárias garantias, torna-se condenável a violação da liberdade de expressão, constante no discurso do ódio. Em suma, a nível nacional, embora a Constituição Cidadã represente um marco na conquista humanitária, os indivíduos ainda demonstram resquícios da mentalidade comunitária antepassada, abaixo da suposta proteção normativa, a partir da apresentação cotidiana do racismo e da homofobia, do machismo e da misoginia, do ataque aos indígenas. Faz-se imprescindível, portanto, a punição devida, de acordo com as nuances de cada caso concreto. Por fim, sugere-se, a título de continuação deste estudo, a possível influência da insegurança jurídica sobre o alto índice de crimes resultantes do ódio.

Palavras-Chave: Liberdade de expressão. Discurso do ódio. Dignidade humana. Igualdade jurídica. Relatividade dos direitos fundamentais.

TELETRABALHO: APLICABILIDADE DO DANO EXISTENCIAL FRENTE À INOBSERVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO

Autor(es):

Letícia Celly de Freitas Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda a possibilidade de aplicação do dano existencial frente à inobservância do direito à desconexão dos trabalhadores que estão em regime de teletrabalho. A quarta revolução industrial, baseada na revolução digital, trouxe consigo a sofisticação e a integração das tecnologias digitais já existentes, levando a mudanças de paradigma sem precedentes na economia, nas relações laborais, na sociedade e nos indivíduos, além de possibilitar novas modalidades de emprego. Nesse cenário, surge o instituto do teletrabalho, trazido ao ordenamento jurídico brasileiro através da lei 13.467/17, conhecida como Reforma Trabalhista.

(Metodologia) Utiliza-se método dialético como abordagem na pesquisa, a fim de discutir os impactos causados na sociedade pelo surgimento da quarta revolução industrial ou revolução digital em um mundo de superprodução e hiper conectado; também é utilizada a pesquisa jurisprudencial no âmbito dos Tribunais Superiores do Trabalho, através das buscas por "dano existencial", "direito à desconexão" e "teletrabalho".

(Resultados) Como alguns resultados já observados, tem-se um aumento nos casos de doenças psíquicas advindas do excesso de trabalho. Um despertar maior de graus de competitividades no mercado de trabalho, fazendo com que os empregadores exijam dos seus empregados um nível superior de produtividade em relação aos demais. Essa pressão por excesso de produtividade gera novas coerções na sociedade, uma vez que torna o sujeito escravo do trabalho e da tecnologia, fazendo com que sua ação e identidade se reduzam à esfera do trabalho e da produção.

(Conclusão) Conclui-se que é possível combater o excesso de jornada de trabalho no contrato de teletrabalho, mediante responsabilização civil do empregador, uma vez que verificado o descumprimento do direito à desconexão, que pode gerar os danos nocivos à saúde e às condições existenciais do trabalhador. Sendo, portanto, necessário assegurar os direitos fundamentais do trabalhador, mais precisamente o lazer e a convivência familiar, o que acabam sendo afrontados em face da conexão em períodos que deveriam ser de descanso, bem como o direito à desconexão, garantia fundamental do trabalhador, por se tratar de norma de saúde, higiene e segurança do trabalho, prevista no art. 7º da Constituição Federal. Ainda, verifica-se que é possível a reparação extrapatrimonial, na modalidade de dano existencial nos casos em que esses direitos sejam usurpados por seus empregadores. Por fim, com todo o exposto, vislumbra-se uma evolução a médio e longo prazo de melhores condições no teletrabalho.

Palavras-Chave: Direito do Trabalho. Teletrabalho. Direito à desconexão. Dano Existencial.

TELETRABALHO: ESCRAVIDÃO MODERNA E SEUS DANOS AO EMPREGADO

Autor(es):

Samuel Araújo Potengi: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O teletrabalho atualmente, vem sendo uma das principais formas de trabalho utilizadas pelos empregadores. Trazendo facilidades e novas formas de produção, ele gera benefícios para o empregador e também malefícios para o empregado. A conceituação de teletrabalho nos diz que essa metodologia de trabalho deve ser exercida de forma remota, com uso de tecnologias. Procurando acompanhar essa modernização, surgiu, com a reforma trabalhista, a lei 13.467/17, regulamentando o teletrabalho. Foi implementado nela várias diretrizes, buscando gerar mais segurança e garantias para o funcionário. No entanto, apesar de tantas especificações na lei, o empregado enfrenta diversas dificuldades no dia a dia. Tais dificuldades, geram a escravidão moderna, termo utilizado para se referir as situações em que o empregado acabado abrindo mão de seus direitos fundamentais e garantias, para beneficiar constantemente seu empregador, muitas vezes por pressão psicológica ou por depender daquele trabalho para sobreviver. Alguns dos problemas que podemos achar no teletrabalho é a existência de lesão aos funcionários nas relações sociais, pois, não existe mais o convívio do trabalhador com os demais colegas no ambiente de trabalho físico, mas sim, um trabalho virtual, e com isso, acarreta uma dificuldade para se socializar com os demais empregados e com a própria família. A falta de controle da jornada de trabalho também é um dos principais problemas, pois, para bater metas o trabalhador abre mão do direito à desconexão e acaba trabalhando mais tempo do que deveria. Um dos pontos a ser citado também na pesquisa é a falta de regulamentação para a quantidade de metas que devem ser batidas pelo funcionário.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e bibliográfico, realizada a partir de pesquisas, bem como da utilização de ferramentas de busca em sítios eletrônicos, analisando informações sobre o tema. Existe uma abordagem transdisciplinar, pois, a temática debatida perpassa pelo direito do trabalho e também o direito constitucional. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de caso, onde foi visto que as lacunas da lei do teletrabalho podem gerar danos ao empregado.

(Resultados) (RESULTADOS) A pesquisa feita resultou na verificação de que a escravidão ainda está presente nos ambientes de trabalhos, visto que, mesmo com a modernidade os empregados ainda sofrem com esse mal. Apesar de leis regendo o teletrabalho, é possível achar muitas lacunas que prejudicam o dia a dia dos funcionários.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) O teletrabalho veio para ficar. O uso da tecnologia nas relações trabalhista é algo que será cada vez mais comum. O direito, por sua vez, ainda não se enquadrou totalmente nos problemas vivenciados por esses empregados. As lacunas presentes na lei, fazem com que, ocorra muitos malefícios nessa modalidade de trabalho. Por isso, com essas lacunas e a falta de controle legislativo sobre o empregador, gera-se uma escravidão moderna nesse meio. Mediante tantos problemas oriundos disso, é necessária uma maior modernização da lei, preenchendo os buracos e garantindo ao empregado uma melhor maneira de trabalhar

Palavras-Chave: Palavras-chaves: Teletrabalho. Escravidão moderna. Lei do teletrabalho. Danos ao teletrabalhador. Lacunas na lei do teletrabalho.

TRIBUTAÇÃO DE BENS NA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

Autor(es):

Carlos Alberto Gomes Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A evolução da sociedade e especialmente das relações conjugais, as sociedades conjugais que outra eram únicas, conforme o brocardo "até a morte nos separe", atualmente, essa longevidade das relações não permanece, sendo o divórcio se tornou um fenômeno social "natural". Infelizmente, a dissolução da sociedade é envolvida no litígio, seja pela quebra da afetividade, seja pela busca por vantagens patrimoniais nas sucessões por causa mortis. Isso faz com que se desviem a atenção para a necessidade de entendimento quanto aos efeitos tributários da dissolução sociedade, especialmente quanto a divisão dos bens de forma desproporcional, fato este pouco esclarecido e de pouco conhecimento dos operadores do Direito.

(Metodologia) Para tanto, utiliza-se o método hipotético-dedutivo, pois, parte-se do pressuposto de que essas exigências tributárias deveriam estar em harmonia com o ordenamento jurídico. Partindo dessa hipótese, teremos uma análise quanto a contemporânea liberdade das partes para escolher os regimes de bens presentes no novo código de civil e seus efeitos tributário na dissolução da sociedade.

(Resultados) Constata-se que existem diversos pontos de divergência na tributação dos entes públicos, especialmente nos demonstra surpresa é a normatização federal e o entendimento desconforme com os princípios tributários. Por tais motivos se justifica a análise minuciosa da legislação tributária esclarecendo e demonstrando opções aos operadores do direito eminente civil a visão dos fatos geradores que serão tributados, para que estes atuem junto aos seus clientes para que, de forma lícita, possam propor alternativas para reduzir o custo tributário na partilha de bens decorrente da dissolução da sociedade conjugal.

(Conclusão) Observa-se que se faz necessário a análise das questões tributárias envolvidas na dissolução da união estável, seja por causa mortis, seja por divórcio. Importante institutos devem ser analisados e seu efeitos tributários, e essa análise é benéfica ao contribuinte ao conseguir uma "vantagem" tributária de forma lícita. Alíquotas diversas entre o imposto de transmissão de competência dos Estados e de competência dos municípios, como também as possibilidades de enquadramento em hipóteses de isenção dessas normas locais podem representar importante redução no "custo tributário" da dissolução de uma sociedade conjugal. Importante observar que a mesma situação pode, se não bem entendida, gerar tanto a tributação Estadual, ITCD, como também, esse com alíquota de 15%, do Imposto de Renda sobre ganho de capital. Esquece-se o valor histórico pode ser atualizada e esta atualização antes da partilha de bens pode representar importante aproximação do valor venal e desse modo, reduzindo ou não existindo diferenças no valor do bem que possam representar ganho de capital. Contudo, infelizmente, as dissoluções de uniões são geralmente imbuídas de sentimentos não conflitante que levam ao litígio, e desse modo, as decisões pouco amadurecidas ou adiadas, atitudes essa que geram a maior tributação das transmissões patrimoniais.

Palavras-Chave: Dissolução da Sociedade Conjugal. Efeitos patrimoniais da dissolução. Divergência e bitributação na partição dos bens.

UMA ANÁLISE ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ERRO MÉDICO E SUAS RAMIFICAÇÕES NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Autor(es):

Izabel Andrade Lima Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Partindo de uma breve análise da judicialização da saúde no Brasil, é possível notar um crescimento pela procura ao judiciário acerca de indenizações e reparações devido ao erro médico. Consagrado pelo Código Civil Brasileiro de 2002, em seu artigo 186 e 927, o agente que causou dano a outrem, por ato ilícito, é obrigado a repará-lo. Desta forma, fica evidente a necessidade da responsabilidade civil dos médicos e profissionais da saúde que cometeram erro, seja por negligência, imperícia ou imprudência. Todavia, é essencial estudar as classificações da responsabilidade civil, para concluir a devida reparação do dano causado, examinando os artigos vigentes no código atual e em quais situações são possíveis aplicá-los, em conformidade com a responsabilidade objetiva e subjetiva. Isto posto, é relevante apurar o tipo de relação jurídica entre as partes para assegurar que a justiça seja aplicada de acordo com os ditames legais. Portanto, se a relação médico-paciente for considerada do ramo de direito do consumidor, levanta o questionamento, se o paciente poderia pleitear a inversão do ônus de provar o erro médico causado. Tendo em vista, que está em desvantagem em relação ao conhecimento técnico. Portanto, o artigo pretende analisar se a responsabilidade civil acerca do erro médico está sendo tutelado de forma correta, respeitando os princípios assegurando pela legislação brasileira.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O método empregado foi o dialético como instrumento para análise da responsabilidade civil no Código Civil Brasileiro/2002, e averiguar a devida observância do tema em casos distintos do erro médico. O método histórico foi utilizado para obter a compreensão e investigar os avanços históricos do direito de reparação e as suas ramificações no ordenamento jurídico atual, com auxílio da pesquisa bibliográfica e artigos científicos.

(Resultados) (RESULTADOS) Como expectativa de resultado, é esperado delimitar as diferentes classificações da responsabilidade civil, correlacionando com o erro médico, bem como, obter o posicionamento jurisprudencial acerca do tema, e também definir a natureza contratual entre o médico e paciente, analisando se há a possibilidade da aplicação do código do consumidor. Além disso, observa-se que a conduta culposa ou dolosa é inerente para configurar o erro médico, não podendo ser presumida. Dessa forma, necessita da comprovação que exerceu sua profissão com imprudência, negligência ou imprudência, e assim, responderá de acordo com a responsabilidade civil subjetiva, prevista no art.186 do CC/02.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) A partir da produção do artigo, é possível observar que a evolução da responsabilidade civil, percorreu um grande caminho, desde as primeiras legislações da humanidade, como o Código de Hamurábi, até o texto legal atual presente no Código Civil Brasileiro de 20002. Dessa forma, o artigo não está concluso, todavia, podemos esperar concluir que as diferentes classificações da responsabilidade civil reproduzem reparações específicas a cada caso, seja a responsabilidade do hospital ou do próprio médico.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Erro médico. Jurisprudência.

UMA ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Autor(es):

Ana clara silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

ADRIANA GOMES MEDEIROS DE MACEDO DANTAS: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mulher foi introduzida no mercado de trabalho em um cenário pós guerra, e com a escassez de mão de obra masculina, se viu então na mulher a necessidade de trabalhar, onde regulamente era explorada, trabalhando acima de seus limites e recebendo salários menores além da falta de direitos que as resguardassem, e que por muito tempo foi ignorado, devido a sua imagem de inferioridade ao homem. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os avanços legislativos durante o processo histórico profissional pela mulher, e, se ainda há diferenciação na prática profissional, além de observar como essas mudanças afetam na realidade feminina, ao longo do tempo. Dessa forma, será aplicado o método qualitativo por meio do método hipotético dedutivo, realizando uma análise histórico social que envolvam o tema, baseando-se em legislações constitucionais e infraconstitucionais e se essas mudanças refletem no mercado de trabalho atual.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado será o hipotético dedutivo na forma qualitativa, onde conforme Denzin e Lincoln (2006), o método qualitativo é uma forma de interpretação do mundo, onde o pesquisador estuda fenômenos em seu cenário natural e tenta entender os significados que as pessoas os conferem. Usando desse modo o método hipotético dedutivo, levantando a hipótese de se as mudanças legislativas conquistadas realmente se traduzem no âmbito trabalhista para mulher. Como método de procedimento será usado o método histórico, fazendo uma análise do cenário trabalhista feminino e suas conquistas, com técnicas de pesquisas bibliográficas e documental em sites e artigos, tendo uma visão histórica social e de outros doutrinadores baseados na Constituição.

(Resultados) Os resultados desses estudos são parciais, mas já pode-se observar a evolução da presença feminina no decorrer do percurso histórico, com leis ao nível constitucional, é pertinente identificar fatores que levam a desigualdade no tratamento por gênero, pois ao visto na pesquisa, ainda há mulheres perdendo emprego devido a maternidade, além do efeito da jornada tripla no seu bem estar, tendo efeito conseqüentemente no seu rendimento profissional, causando uma sobrecarga, devido a sua visão atualmente na sociedade de ainda possuir o papel de responsável por afazeres domésticos e familiares, além de ter que contribuir ativamente no mercado de trabalho.

(Conclusão) Ao analisar os objetivos da pesquisa, percebe-se a grande luta feminina para ganhar espaço e respeito na área empregatícia, podendo observar esta dificuldade diretamente na constante desvalorização da mulher pelo símbolo que ela representava e continua representando até os dias atuais, onde se levou anos para poder ter suas garantias protegidas a nível legal com as mudanças nas Constituições e novas leis com proteção a mulher, mas que, apesar das conquistas, ainda pode se ver presente a desigualdade no tratamento entre os sexos, seja indiretamente através da sobrecarga mencionada em função do seu papel social, seja diretamente por meio de diferenças salariais, a escassez de representação feminina em cargos altos, ou até mesmo da mulher que já estava inserida no mercado, sendo vista como uma responsabilidade a mais após a maternidade.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho. Isonomia salarial. Representação feminina.

UMA REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE, DEVIDO MERCANTILIZAÇÃO DA MEDICINA, TRATANDO-SE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO EM TRATAMENTOS E CIRURGIAS ESTÉTICAS REPARADORAS.

Autor(es):

Matheus Salha Maia Cantídio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo busca através de uma breve análise da relação entre a Responsabilidade Civil e o Código de Defesa do Consumidor, revelar como a medicina se distanciou de sua natureza e se tornou uma relação de consumo, assim, podendo responder em que casos o médico pode ser responsabilizado na esfera civil. A medicina está atrelada a relação médico-paciente, podendo esta relação ser considerada a base do direito médico e dessa maneira, tendo como objetivo o paciente e não a doença, essa boa relação é a base para que seja realizado um bom tratamento. O médico e o paciente firmam uma relação de mão dupla onde são necessários que certos princípios e sejam seguidos, ou seja, necessita-se de empatia para que essa relação seja saudável, não reduzindo a relação entre médico e paciente numa mera relação consumerística, visando apenas o lucro, afastando a verdadeira natureza da medicina

(Metodologia) O presente trabalho orienta-se pelo método de pesquisa indutivo, assim como faz uso do procedimento de pesquisa através de um estudo bibliográfico, as técnicas utilizadas são de análise documental, de normas legais e com em pesquisas na internet, usando como principal fonte as pesquisas, trabalhos científicos sobre o assunto, livros, matérias em revistas científicas e vídeos de profissionais que trabalham com o direito médico.

(Resultados) e vídeos de profissionais que trabalham com o direito médico. Como se trata de um projeto de pesquisa em andamento, a questão assume crucial importância na medida que o presente trabalho irá tratar de princípios que os médicos devem seguir para que a relação ocorra. Ao fim, o trabalho irá mostrar a importância de uma boa relação médico-paciente, mostrando os aspectos negativos que devem ser evitados para que o médico possa realizar seu trabalho de maneira correta para que a relação entre médico e paciente não se limite apenas em uma relação de consumo.

(Conclusão) Conclui-se que, a empatia é benéfica, para a relação médico paciente e é uma capacidade que o médico deve usar durante toda a sua carreira, pois desta forma pode garantir uma boa relação evitando que gere prejuízos, ou seja, erros médicos decorrentes dessa péssima relação, já que o paciente principalmente deve se sentir confortável com o seu médico, e que os médicos vivem uma dicotomia acerca da profissão da medicina onde muitos profissionais veem os pacientes como meros clientes.

Palavras-Chave: : Responsabilidade Civil. Empatia, Paciente, Erro médico, Relação Médico paciente.

VAZAMENTO DE IMAGENS ÍNTIMAS NO SÉCULO XXI: AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS QUANTO A EXPOSIÇÃO DE MULHERES AS MARGENS DO DIREITO DA PERSONALIDADE

Autor(es):

Allana Laryssa Targino Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Com o constante avanço das tecnologias na sociedade atual é cada vez mais frequente o vazamento de dados e conteúdo íntimo nas redes. Diante disso é possível perceber diferentes repercussões tanto jurídicas quanto sociais a respeito do vazamento de imagens íntimas de homens e de mulheres. A partir disso percebe-se o quanto é abrangente uma imagem que postamos na internet, todos podem ver curtir e comentar. Diante dessa enorme facilidade que a internet nos traz se torna cada vez mais perigoso para que de má-fé atentem contra integridade moral de alguém. Independentemente de gênero o Código Civil em seu art. 20 e a nossa Constituição Federal resguarda a intimidade e a vida privada em seu Art. 5º, rol de direitos fundamentais, bem como deixa claro a igualdade entre homens e mulheres.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Será usado o método indutivo criado pelos empiristas, sendo uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativa. Parte-se da premissa de que existem inúmeras realidades quanto às repercussões jurídicas e sociais para as vítimas do vazamento de imagens íntimas. Será utilizado o método histórico para contextualizar as etapas até os dias de hoje de como foi a evolução do vazamento de fotos íntimas. Será utilizado o método comparativo com o intuito de comparar diferentes casos, com a finalidade de destacar essas diferenças e chegar a uma conclusão geral quanto ao problema. Do mesmo modo, será usado também o método estatístico, com o intuito de colher dados já consolidados referentes ao tema, bem como colher dados por meio de pesquisas com a população em geral.

(Resultados) (RESULTADOS) No presente momento, foi possível observar que há sim repercussões diferentes para ambos os gêneros. Muitas das mulheres que tem suas fotos vazadas procuram a justiça, mas por vezes acaba não dando em nada. Enquanto do outro lado os homens tem seus egos inflados por elogios feitos nas suas fotos e por isso acabam nem chegando as vias de fato para que o responsável seja punido, pelo fato daquela ação ter lhe retornado elogios.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Se torna cada vez mais frequente os casos de vazamento de fotos íntimas e a rapidez com que esse conteúdo é compartilhado. Entretanto de acordo com a ONG Sarfent, organização que tem um serviço de denúncias online, registrou que em 2014, 81% das pessoas que pediram ajuda eram mulheres. O que mostra que as mulheres sofrem mais com essa situação. Além de que pesquisas feitas sobre casos famosos como de Paolla Oliveira, Paulo Zulu e Leo Stronda mostram a diferença na situação até pela maneira como são redigidas os títulos das manchetes. Enquanto que para elas é possível ver manchetes até mesmo falsas como ?Paolla Oliveira retira queixa contra fotógrafo que divulgou suas fotos íntimas?, bem como pessoas, muitas vezes mulheres culpando a própria pela exposição. Enquanto que para eles as manchetes são ?Nova nude do ator vaza e fãs vão a loucura?. Quando se expõe dessa maneira fica clara a diferença. Sendo assim, torna-se essencial a análise da problemática como um todo para que seja descoberta a causa para tanto.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Direitos da personalidade. Imagens íntimas. Diferença. Repercussão. Vazamento nas redes.

VIOÊNCIA DE GÊNERO ATRELADA À PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

Autor(es):

Maria Eduarda Alves Figueiroa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Iracema Augusta Carvalho Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Pornografia de Vingança, Revenge Porn, trata-se do ato de divulgação de material íntimo sem consentimento, podendo ser em imagem ou vídeo, que será abordado no presente resumo, especificamente, na perspectiva de vítimas do sexo feminino, por seus parceiros ou ex-parceiros como forma de revidar o fim do relacionamento ou algum comportamento que ele queira reprimir. Essa modalidade de vingança está ganhando proporções preocupantes mediante o avanço tecnológico e a facilidade do compartilhamento de materiais nas mídias sociais. Além disso, o art. 218-C do Código Penal, tipifica tal ação, e prevê pena de reclusão de 1 a 5 anos para aquele que divulga por qualquer meio, vídeo e/ou foto de cena de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, com a finalidade de vingança ou humilhação. Ainda assim, a pena pode ser aumentada em até dois terços se o crime é cometido por pessoa que mantém ou tenha mantido relação afetiva com a vítima e a possibilidade de danos morais no âmbito civil. Nesse sentido, embora reconhecendo os avanços na justiça brasileira em se tratando da Pornografia de Vingança, é importante evidenciar que as mulheres são as maiores vítimas dessa modalidade criminosa, revelando um problema social e uma violência de gênero explícita.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Análise comparativa sob a perspectiva histórica do Código Penal Brasileiro contraposto a ordenamentos jurídicos de outros países, analisando o limiar temporal para a criação das leis no Brasil, levando em consideração o comparativo acerca da quantidade de crimes por gênero, evidenciando a violência exorbitante pelas vítimas mulheres.

(Resultados) (RESULTADOS) Dados do "Projeto Vazou", iniciativa do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas (Gecc), concluído em 2018, recebeu 141 depoimentos, dos quais 84% eram de mulheres. A grande parte (81%) informou conhecer quem vazou os arquivos. Esses eram em generalidade do sexo masculino (84%). A maior parte das vítimas (82%) relatou ter possuído relacionamento afetivo com a pessoa responsável pelo vazamento não consentido e cerca de 44% acreditam que o motivo do vazamento foi "vingança". Na delegacia de Repressão a Crimes Eletrônicos, em 2014, foram registradas 1.800 ocorrências de delitos pela internet, 38% a mais do que no ano anterior, em que teve 1.300 ocorrências. Contudo, desses 1.800 boletins, cerca de 360 casos são de pornografia de vingança, o que na época desse levantamento, ainda não era positivado, sendo considerados crimes de cunho sexual.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que a pornografia de vingança é uma realidade perversa e representa uma violência de gênero, tendo em vista que a maior parte das vítimas são mulheres. Ademais, em 2018 foi sancionada a Lei n. 13.718/18 que introduziu no Código Penal o art. 218-C, o qual legisla sobre a prática de divulgação de conteúdo íntimo não consentido. Entretanto, na maioria dos casos registrados na pesquisa do "Projeto Vazou", veiculado pelo Gecc, é revelado que não houve investigação policial em 82% dos casos e nem processo judicial em 86%, ficando o agressor impune. Logo, é evidente que as mulheres ainda têm medo de procurar a justiça e muitas nem sequer sabem que se trata de um crime, haja vista que a lei só passou a vigorar no ano de 2018 e, até antes disso, a justiça não sabia, ao certo, como lidar com esses casos.

Palavras-Chave: Pornografia de Vingança; Mulher; Violência de gênero.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA ? A FALSA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NOS LARES BRASILEIROS

Autor(es):

Walter Nunes da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho aborda sobre a violência doméstica contra a mulher na pandemia e a falsa sensação de segurança nas residências. Assim, buscou-se, a priori, expor a problemática nas vertentes histórica, sociológica e psicológica e, a posteriori, no âmbito jurídico, por meio da comparação entre o Código Civil de 1916 e 2002, além das leis nº 11.340/06, Lei Maria da Penha e 13.104/09, Lei do Feminicídio. Ademais, a Constituição de 1988 equiparou homens e mulheres, as quais passaram a ter mais autonomia e ocupar os mesmos espaços dos homens. Por fim, mediante o relatório Visível e Invisível ? a Vitimização de Mulheres no Brasil, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a amostragem de dados comprobatórios do crescimento da violência doméstica contra a mulher. Diante disso, depreende-se que o contexto histórico-social a qual somos inseridos são fatores colaborativos para a perpetuação dessa problemática.

(Metodologia) Usou-se o método dedutivo, pois as conclusões feitas foram advindas da leitura e análise de artigos científicos, relatórios e da doutrina.

(Resultados) Diante das informações colhidas, compreende-se que a problemática se intensifica e se enraíza na sociedade cada vez mais. Por exemplo, de acordo com o relatório supracitado, nos primeiros meses do isolamento social, organizações internacionais relataram o aumento dos pedidos de ajuda nas linhas de atendimento em detrimento do registro de boletins de ocorrência, devido as medidas de isolamento impostas que impossibilitavam a busca presencial das autoridades, aliada ao fato de passarem mais tempo com seus agressores. Além disso, a diminuição da renda familiar, associado ao aumento dos níveis de estresse e de consumo de álcool são fatores para esse crescimento. Em consonância, 1 a cada 4 mulheres brasileiras acima de 16 anos (24,4%) afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, sendo 6,3% violência física e 18,6% psicológica, 44,9% não fizeram nada, enquanto apenas 11,8% denunciaram em uma delegacia da mulher. Tais dados são reflexo da dificuldade de enxergar a gravidade do assunto, constantemente tratada como um tabu.

(Conclusão) Dessarte, entende-se esse revés como uma hiperendemia, que é a manutenção de valores altos de uma doença social frequente. Assim, é necessário a intervenção Estatal de maneira repressiva e preventiva, uma vez que não se pode permitir que a resolução de conflitos culturais exteriorizados em violência advenha unicamente das partes. Dessa forma, alterações como a do CC/2002 são importantes para combater a desigualdade de gênero, que, em comparação com o CC/1916, traz em seu artigo 1.567 que a competência do poder familiar cabe aos cônjuges. Por fim, é indispensável fazer a denúncia em caso de violência por meio da Delegacia da Mulher, ligar 180 ou 190, além de buscar ajuda psicológica, jurídica e assistencial em centros como CEAM, CREAS e CRAS. Lembre-se, o silêncio mata, denuncie.

Palavras-Chave: Violência doméstica. Mulher. Pandemia. Covid-19

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

Autor(es):

Ana Letícia Batista Alves Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Constituem a violência obstétrica os abusos psicológicos, físicos, simbólicos ou sexuais, assim como as negligências e discriminações que ocorrem na gestação, parto, nascimento e pós parto. Compreende-se que a partir de uma origem advinda do patriarcalismo, a violência de gênero enraizou-se no direito e na sociedade de forma que, passados os anos, tornou-se despercebida, ainda existindo violências praticadas em relação a mulher que não são reconhecidas. Desse modo, é preciso enfatizar a falta de informação acerca dos momentos que devem ser esperados no parto e puerpério, existindo uma vulnerabilidade especial quanto às grávidas que não têm necessariamente um conhecimento prévio acerca das mais básicas temáticas referentes ao processo procriativo e, muito menos, em relação aos seus próprios direitos reprodutivos. Assim, a pesquisa pretende responder à seguinte problemática jurídica: a violência obstétrica quando observada da perspectiva da violência de gênero é uma violação aos direitos fundamentais e reprodutivos femininos?

(Metodologia) A metodologia aplicada para realizar esta pesquisa é composta pelo método de abordagem dedutivo, estudando a aplicação da lei ao caso concreto, expondo as determinações referentes aos direitos fundamentais protecionistas da integridade física e psíquica da mulher gestante nos atos normativos, especialmente na Constituição Federal de 1988. Compõem também a metodologia os métodos de procedimento estatístico, tipológico e funcionalista, de modo que será possível analisar os impactos em números causados pela violência obstétrica, visualizando socialmente os efeitos causados por essa barbárie cometida contra futuras mães. Para tanto, serão utilizadas a pesquisa documental e bibliográfica.

(Resultados) Constatou-se que o quadro vivenciado pelas gestantes decorre da origem patriarcalista do ordenamento jurídico, a qual, em conjunto com a falta de representatividade feminina na produção de medidas protetivas direcionadas para mulheres, gera uma lacuna legislativa nos direitos reprodutivos femininos. Dessa forma, entende-se que conceitualmente a violência obstétrica é a prática de condutas e procedimentos os quais geram prejuízo físico ou psicológico à gestante, parturiente ou puérpera, mas este conceito ainda não foi consolidado pois ainda se encontra em processo de desenvolvimento. Entretanto, apesar de algumas condutas em específico já se mostrarem como constitutivas desse tipo de agressão, não existe uma legislação tratando da violência obstétrica em específico no Brasil, fazendo com que as gestantes do país estejam respaldadas por portarias e leis não específicas, o que tornam restritas às formas de combate à essa violência.

(Conclusão) Diante do exposto, é imprescindível a garantia da humanização do parto e dos profissionais que o conduzem. Há, portanto, uma afronta do Estado ao se mostrar omissos em relação à proteção das gestantes, pois ainda permite, por meio dos seus prepostos, que os direitos de escolha, dignidade, saúde e segurança das mulheres sejam cerceados, ou seja, o Estado se mostra inerte diante dos vários tipos de violências impostas às mulheres grávidas, sendo isto uma manifestação da violência de gênero no Brasil. Isto posto, quando temos violações claras aos preceitos constitucionais torna-se evidente que a assistência humanizada poderia ser alcançada se houvessem transformações significativas no tocante à postura adotada pelos profissionais de saúde, Estado e sociedade, de modo que o reconhecimento legislativo se alinhasse com políticas públicas devidamente produzidas e bem direcionadas pudesse reduzir a quantidade de mulheres vítimas de violência obstétrica.

Palavras-Chave: Violência obstétrica. Violência de Gênero. Direitos reprodutivos. Direitos fundamentais.

?DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS?: UMA ANÁLISE ACERCA DA (NÃO) PRESENÇA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO DENTRO DAS FAVELAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Amanda Luiza Bezerra Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho em questão busca investigar as possíveis violações de direitos que ocorrem - quase que constantemente - nas favelas brasileiras. Em certas situações disfarçadas de operações policiais, que funcionam como uma espécie de vingança, em que direitos como o de ir e vir, a inviolabilidade domiciliar e tantos outros são tolhidos, respaldados na desculpa de que estavam procurando suspeitos, suspeitos esses que aparentemente só se encontram nas favelas. Além disso, nessas operações é comum a disseminação de fake news, informações incompletas sobre a quantidade de feridos e mortos, ocultando da sociedade a realidade. Essa investigação se dará a partir da comparação dos direitos e garantias presentes em nossa Constituição Federal de 1988, assim como em Tratados e Convenções, através de um estudo de caso sobre os direitos violados na Operação da favela do Jacarezinho, que se deu no dia 6 de maio de 2021 em meio a pandemia do COVID 19, em um período de extrema vulnerabilidade social e de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que está vigor desde agosto de 2020, proibindo operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante esse período pandêmico.

(Metodologia) O trabalho será desenvolvido a partir do método de procedimento da análise histórica, ao tratar do Estado Democrático de Direito e ao analisar o surgimento da marginalização das comunidades, o método de abordagem será o dedutivo, partindo de um estudo da lei e como se aplica na prática e como técnicas de pesquisa bibliográficas, por meio de pesquisas na internet, em livros e em outros artigos, documental através da investigação em jornais e matérias jornalísticas e, também, fazendo um estudo de caso dos acontecimentos jurídicos que se deram na operação da favela do Jacarezinho.

(Resultados) Até o presente momento, se tem como resultado a confirmação de que existe uma gritante disparidade entre o legislado e a realidade, entre as garantias e o que se vive na pele sendo morador de uma favela, mas vale salientar que a pesquisa ainda se encontra em andamento.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que, os direitos e garantias dispostos na nossa CF/88 são cerceados para certos grupos sociais, em especial aos moradores das favelas, onde não chega a garantia e efetivação do básico, como saúde, educação e saneamento. Diante disso, pode-se afirmar que é de grande relevância questionar essa problemática e de veemente importância se fazer uma análise de maneira crítica e humanizada acerca das operações policiais dentro das favelas.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Favela do Jacarezinho. Chacina no Jacarezinho. Estado Democrático de Direito. Garantias Fundamentais. Suspensão de operações policiais durante a pandemia de COVID 19..

GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

ANAIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE PNEUS NA COMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO VISANDO A SUSTENTABILIDADE

Autor(es):

*Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): Segundo MORILHA et al.,2007 os pavimentos asfálticos produzidos utilizando borracha reciclada na composição é uma das melhores opções para os pneus descartados e que sem sombra de dúvidas contribui para a preservação do meio ambiente, assim como proporcionar a durabilidade dos pavimentos asfálticos, passando a ser maior que o convencional. A utilização dos pneus envolve um ciclo que compreende a coleta, transporte, trituração e separação de seus componentes (borracha, aço e lona) e posterior reaproveitamento na composição dos pavimentos. A utilização de pneus triturados em obras de pavimentação no Brasil já representa uma excelente oportunidade para reaproveitamento desse material, cidades como a grande São Paulo o estado de Minas Gerais, utilizam-se desse resíduo, que são incorporadas (processo seco) nas misturas asfálticas utilizadas nas atividades de reabilitação e construção de pavimentos. No Brasil infelizmente uma boa parte da destinação dos pneus é inadequada, estes geralmente são armazenados em fundos de quintais, borracharias, ferros-velhos, recauchutadoras ou deixados em terrenos baldios, cursos de água e beiras de estradas. As pilhas de pneus representam risco de incêndios, que são de difícil controle, podem produzir grande quantidade de fumaça tóxica poluente. A utilização dos resíduos de pneus nos pavimentos brasileiros tem como vantagens, a redução da suscetibilidade térmica, maior flexibilidade, maior resistência ao envelhecimento, aumento do ponto de amolecimento, redução da espessura do pavimento asfáltico construído; aumento da vida útil do pavimento; melhor aderência pneu-pavimento proporcionada no uso; redução de 65% á 85% do ruído provocado pelo trafego; redução da aquaplanagem, o que contribui para a redução no número de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias. O asfalto-borracha é uma mistura de ligante asfáltico (cimento asfáltico de petróleo ? CAP), borracha moída de pneus (BMP), onde o teor da borracha varia de 15% a 25% em relação ao peso total da mistura, diluentes e alguns aditivos especiais. A substituição do asfalto convencional promove benefício ambiental e econômico, pois a reutilização de pneus inservíveis na produção de uma nova tecnologia, visa melhorar o desempenho da pavimentação nas rodovias brasileiras, bem como nas ruas das cidades.

(Metodologia) Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como google acadêmico, artigos científicos, aulas, monografias, TCC, Scielo e revistas científicas, foi analisado os de maior relevância para compor os aspectos bibliográficos.

(Resultados) Com a finalização deste trabalho, foi possível notar os benéficos do pavimento de borracha, pois com a utilização dele, é possível dá um fim sustentável ao descarte de pneus, diminuindo assim o impacto ambiental que por eles seriam causados. É valido ressaltar que também esperasse como resultado o de maior esclarecimento sobre a utilização de resíduos de pneus nos pavimentos asfálticos, seus demais benefícios e aplicações, mostrando sua viabilidade e seu conceito sobre sustentabilidade.

(Conclusão) As tecnologias utilizadas nos asfaltos de borracha, proporciona a viabilidade a economia-social, ambiental e qualidade no modal rodoviário. Com a revisão esperamos proporcionar melhor compreensão dos benefícios da utilização desses resíduos nos pavimentos asfálticos, pois uma boa pavimentação proporciona aos usuários um tráfego seguro e confortável, que consequentemente flui melhor. Com isso proporcionar a interpretação clara do nosso foco, que é a sustentabilidade.

Palavras-Chave: pavimento asfáltico, agregados, resíduos de pneus, sustentabilidade.

CONSTRUÇÕES DE CASAS EM STEEL FRAMING: VANTAGENS E DESVANTAGENS

Autor(es):

Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): O Steel Framing é um sistema que utiliza perfis galvanizados formados a frio para a compor elementos estruturais de uma edificação, é um esqueleto estrutural em aço com finalidade de resistir as cargas solicitantes da edificação. Ele está interligado aos demais elementos da obra: fundações, instalações elétricas, hidro- sanitárias e fechamentos. Os perfis de chapas metálicas conformados a frio podem ser chamados de perfis de aço leve, perfis metálicos de chapa dobrada esses perfis são utilizados na composição de painéis estruturais de paredes, vigas de piso, vigas secundárias, treliças, tesouras de telhado. O Steel framing é muito utilizada em países como Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e em países Europeus. Essa tecnologia começou a ser usada no Brasil em meados de 1998, mais especificamente nas edificações de médio e alto padrão e atualmente continua em expansão no nosso país, cidades como Dourados no Mato Grosso do Sul, já se utiliza dessa tecnologia e constrói casas de steel framing e concreto armado. As vantagens desse método são rapidez de execução, cerca de 50% na redução de tempo no canteiro de obras, facilidade de execução das instalações elétricas e hidráulicas; Facilidade na execução das ligações, durabilidade e flexibilidade de projeto, pode ser aplicado em diversos tipos de construções, geram construções mais limpa ambientalmente, estruturas em perfil leve, e precisão dimensional. Já as desvantagens desse processo são: déficit de mão de obra, falta de conhecimento técnico, limitações técnicas por falta de normatização brasileira específica.

(Metodologia) (Metodologia): Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como google acadêmico, artigos científicos, aulas, monografias, tcc, google imagem, Scielo e revistas científicas, foi analisado os principais aspectos e os de maior relevância.

(Resultados) (Resultados): As pesquisas mostraram que o Steel Framing é utilizado em países desenvolvidos e representa uma opção viável e segura e tem crescido significativamente em nosso país. Nós podemos destacar como principal vantagem desse sistema construtivo, a diminuição no tempo de construção em até 50% e geração de obras limpas, porém o preço médio de uma construção em steel framing baseado na tabela CUB/m² é de R\$ 1.100 o m², já a construção em alvenaria é de R\$1.089 dependendo da região brasileira ou seja, em termos de custos, o Steel Framing não apresenta vantagens sobre a alvenaria. A principal desvantagem nesse processo é a falta de mão de obra especializada.

(Conclusão) (Conclusão): Casas construídas de Steel Framing apresentam mais vantagens do que desvantagens, podemos destacar como sua principal vantagem a rapidez de execução e obras mais limpas ambientalmente. A principal desvantagem desse processo é a falta de mão de obra especializada e normatização brasileira.

Palavras-Chave: Steel frame, concreto armado, economia, sistema construtivo.

A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A expansão da construção civil se torna cada vez mais consolidada devido à alta demanda no setor. Inevitavelmente, inúmeros trabalhadores estão expostos a diversos riscos existentes em canteiros de obras. A exposição a agentes insalubres e ergonômicos são marcantes, pois em alguns casos são causadores de danos irreversíveis ao trabalhador. A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório sobre as condições de trabalho nas obras, análise de ruído e exposição ao calor para insalubridade, e do transporte manual de carga, postura e movimentos repetitivos para ergonomia. Posteriormente, analisar os possíveis danos compararam-se os valores limites estabelecidos na Norma Regulamentadora NR-15. A análise do transporte manual de carga, postura e movimento dos trabalhadores.

(Metodologia) Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de Insalubridade e Ergonomia que os trabalhadores estão expostos nos canteiros de obras onde sem a presença de um profissional da segurança do trabalho. Ergonomia ou fatores humanos é definida como a disciplina científica, que estuda as interações entre os seres humanos. A importância dela no setor da construção civil é basicamente diminuir acidentes de trabalhos, melhorar o rendimento do trabalho e a qualidade de vida do trabalhador, tornar o ambiente de trabalho mais confortável e seguro e diminuir gastos com acidentes.

(Resultados) Dentro desse contexto, verifica-se que a adoção de medidas de controle e diminuição de riscos ergonômicos nas obras de construção civil. É preciso que seja avaliado, a necessidade algumas mudanças nas escolhas de materiais podem ser significativas no que se trata de levantamento de peso processos metódicos e quase todos exigem uma postura incorreta e podem causar danos à saúde. Alguns problemas ergonômicos podem ser evitados com uso de equipamentos que auxiliam no transporte de materiais pesados como apoios com rodas que além de auxiliar o transporte da argamassa, evita postura e movimentos incorretos. Ficou evidente que é preciso buscar soluções que amenizem os prejuízos sobre o trabalhador, entre estas podemos citar inovações tecnológicas como novos equipamentos, uma nova organização do trabalho e treinamentos para conscientizar os trabalhadores da necessidade do uso, da prevenção e manutenção dos EPIs.

(Conclusão) Para a prevenção desses acidentes é de suma importância que o empregador disponibilize treinamentos e EPIs adequados aos seus funcionários, conscientizando-os da necessidade do uso, da prevenção e manutenção dos EPIs, além dos riscos ergonômicos inerentes em cada atividade e as consequências à saúde do trabalhador.

Palavras-Chave: Segurança do trabalho, Ergonomia, construção civil.

ANÁLISE DE COBERTURAS EM AÇO E MADEIRA: VANTAGENS E DESVANTAGENS DO USO NA ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):

Gustavo Morgan de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Tereza de Lima Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, as estruturas de aço e madeira, são as mais utilizadas dentre os tipos de estruturas em coberturas. As estruturas de coberturas hoje em dia estão ganhando mais destaques devido seus formatos cada vez mais exuberantes e diversos, que exigem ao máximo da estrutura. Buscando aprofundar e detalhar mais sobre essas estruturas de cobertura em madeira e de aço, o estudo apresenta o embate em demonstrar os dois tipos de estruturas citados, citando suas vantagens e desvantagens. Com isso ressaltando a importância de estudar e tornar acessível essas informações, promovendo futuramente a redução custos e facilitando a escolha entre os tipos de coberturas por parte do usuário.

(Metodologia) O trabalho gira em torno do levantamento bibliográfico, onde o mesmo apresenta as características mecânicas dessas estruturas de madeira e aço, a partir deste estudo, foram identificadas e apresentadas as suas vantagens e desvantagens levando em consideração o comportamento dos materiais citados quando inseridos na construção civil bem como seus custos.

(Resultados) Nesse contexto, observou-se que as estruturas metálicas vêm apresentando melhores vantagens em comparação ao uso tradicional da madeira. Um ponto importante das estruturas de aço em relação as de madeiras é que elas se tornam mais sustentáveis pelo seu reaproveitamento e sua reciclagem mais viáveis e a não necessidade de desmatamento de árvores. Outro fator seria o custo padrão, que indica que apesar das estruturas metálicas necessitarem de uma mão de obra com um custo mais elevado, estas estruturas apresentam a vantagem de tempo de execução mais rápido. Como o aço é vendido por Kg, não apresenta uma variação de preço considerável em relação ao que ocorre bastante com os perfis de madeira que são vendidos com relação ao tipo e qualidade das peças a serem utilizadas, podendo assim tornar seu telhado caríssimo ou mais em conta.

(Conclusão) É notório uma grande viabilidade na utilização dos dois materiais na construção civil, levando em consideração a tomada de decisões relacionada ao tipo de cobertura, que pode ocorrer de forma direta, onde à mesma apresenta fatores concretos, também pode ocorrer de forma subjetiva, onde a estética se destaca como o fator mais relevante. Dessa forma, o estudo serve como base para apresentar aos usuários o conhecimento a respeito das principais vantagens e desvantagens de cada material, permitindo assim, a facilitação de escolha do material que atenda de forma mais completa o consumidor.

Palavras-Chave: Estruturas de aço, Estruturas de madeira, Cobertura, Vantagens e Desvantagens.

ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO NAS DEPENDÊNCIAS DO UNI-RN

Autor(es):

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Guilherme Jales de Lima Souto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Carlos Henrique Lira Cunha: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Sebastião Gomes de Andrade Neto: Docente do UNI-RN
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Alternativas para a geração de energia elétrica tem chamado a atenção, em vista aos altos custos de geração de energia elétrica em nosso país e, principalmente devido a fatores climáticos que estão acarretando uma diminuição dos níveis de precipitação de águas nos leitos dos nossos rios, prejudicando assim a produção de energia elétrica no país que, é totalmente dependente da energia hidroelétrica. Dentre as soluções que se destacam no nosso país para a produção de energia elétrica, estão as produções de energia eólica e a solar. Para uma produção de pequeno porte, que pode abastecer uma residência, o comércio ou um conjunto de apartamentos sem um custo elevado, destacamos a produção de energia fotovoltaica. Para a instalação desse tipo de geração de energia, faz-se necessário uma análise detalhada dos requisitos necessários para sua implantação como: irradiação local, disponibilidade de área e sistema tarifário em que a unidade consumidora está inserida. Algumas dessas análises foram feitas no setor dos laboratórios do UNI-RN para se ter uma estimativa do número de placas a serem utilizadas.

(Metodologia) A partir do dimensionamento detalhado das dependências do UNI-RN com uso do software AutoCad, faz-se o cálculo da demanda de painéis fotovoltaicos a serem utilizados com base nos dados fornecidos pelos fornecedores, e a escolhas dos locais ideais para a instalação dos módulos, considerando os efeitos oriundos da temperatura no rendimento dos painéis.

(Resultados) Foi possível perceber a diferença de custos no consumo de energia elétrica, sua eficiência energética, bem o retorno financeiro a longo prazo, em função do valor investido para sua instalação. Além de ser uma das energias mais sustentáveis do mundo, sendo renovável e limpa, uma vez que não emite poluentes nem utiliza matérias-primas escassas na natureza.

(Conclusão) É possível concluir que a instalação de um sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica é uma excelente oportunidade de investimento que poderá gerar benefícios ao longo prazo. No caso estudado, os painéis devem ser instalados nos telhados, por ser uma área grande e com boa inclinação para o sol, com influência no posicionamento do painel e a quase não ocorrência de sombreamentos, visando o melhor aproveitamento do sistema.

Palavras-Chave: Sistema fotovoltaico, geração de energia, energia solar.

ANÁLISE DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA: LÂMPADAS INCANDESCENTES E FLUORESCENTES VS LED

Autor(es):

Wellingson Farias de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ruy Lucena Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Augusto Pinto Fernandes de Negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN
Sebastião Gomes de Andrade Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa analisar dados da redução do consumo de energia elétrica de uma mesma residência totalmente iluminada por lâmpadas incandescentes, fluorescentes e por LED. A importância disso se deve ao recente anúncio de um aumento de até 50% na bandeira tarifária das companhias de energia elétrica do Brasil. Isso ocorreu devido ao período de secas nas hidrelétricas, bem como o aumento do consumo durante a Pandemia da SARS-COV-2 (pois as pessoas passaram mais tempo em casa para cumprirmos o isolamento social, sendo temporariamente adotado o Home Office como modelo de trabalho substitutivo quando possível). Essa junção de fatores, tornou necessário acionar as termelétricas para a produção de energia, as quais têm um custo de operação maior, bem como foi necessário ainda, importar energia do Uruguai e Argentina.

(Metodologia) Para a análise do consumo, estimou-se o tempo de consumo, em um mês, das lâmpadas em cada cômodo (Delta t), em horas [h], e multiplicou-se pela potência nominal de cada lâmpada (P), em Watts [W] assim foi possível descobrir a energia gasta por cada lâmpada em um mês ($E = P \times \Delta t$), em [Wh], que depois foi convertido para [KWh], dividindo por 1000. De posse do consumo de cada lâmpada, em [KWh], somou-se essas energias (E) de cada lâmpada, para descobrir o quanto de energia, todas as lâmpadas consumiram, em [KWh]. E por fim de posse desse consumo total, multiplicou-se a energia gasta total das lâmpadas, em [KWh] pelo valor da bandeira tarifária [R\$/KWh], [$R\$ = KWh \times R\$/KWh$]. Dessa forma foram calculados o consumo de energia absoluto (E), em [KWh], e o consumo em Reais [R\$] absoluto. Para encontrar o quanto de energia (E) foi economizado em termos absolutos, foi preciso apenas subtrair a energia das lâmpadas LED, das fluorescentes ($E \text{ economizado} = E \text{ fluorescente} - E \text{ LED}$). Para descobrir o quanto de Reais foi economizado, foi feito algo semelhante: ($R\$ \text{ economizado} = R\$ \text{ fluorescente} - R\$ \text{ LED}$). Para descobrir a economia de energia relativa foi utilizada a fórmula: ($E \text{ relativa} = \text{Economizada} / E \text{ fluorescente}$). Algo semelhante foi aplicado para o consumo em reais ($R\$ \text{ relativo} = R\$ \text{ economizado} / R\$ \text{ fluorescentes}$). Todo esse processo foi repetido para as lâmpadas incandescentes. Por fim foi construída uma tabela com todos esses gastos para posterior confecção de um gráfico. Todos esses cálculos, tabelas e gráficos foram feitos utilizando o Excel.

(Resultados) Observou-se uma redução no consumo de energia ao longo de um mês, tanto em termos absolutos, quanto, percentuais. Além disso teve-se uma economia nas trocas de lâmpadas comparando todas elas com uma vida útil de LED (25.000h).

(Conclusão) Portanto, é possível concluir que as lâmpadas LED consomem menos energia que as fluorescentes. Isso se deve ao fato de que as LED são mais eficientes, ou seja, elas dissipam menos energia elétrica em térmica, fenômeno que ocorre devido ao choque da passagem do fluxo dos elétrons pelo fio condutor de eletricidade (Efeito Joule).

Palavras-Chave: Economia de energia. Lâmpadas Fluorescentes. Lâmpadas incandescentes. LED.

ANÁLISE ESTRUTURAL DE PONTE ESTAIADA EM NATAL/RN: PONTE NEWTON NAVARRO

Autor(es):

Adão de Oliveira Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As estruturas estaiadas são extremamente elegantes e esbeltas, verdadeiras obras de arte especiais e marcos arquitetônicos. Conduzindo o enfoque para a realidade proposta nesse estudo, em Natal capital do Rio Grande do Norte, há duas estruturas estaiadas, uma é a Ponte Newton Navarro, que faz a interligação da Zona Sul com a Zona Norte de Natal. Desde a sua inauguração não consta que a Ponte Newton Navarro passou por realizações de inspeções e intervenções relacionadas ao estado de conservação e manutenção.

(Metodologia) É relevante destacar que essa pesquisa se dará por meio da realização uma revisão bibliográfica em trabalhos de conclusão de curso, além de artigos científicos dissertações e teses sobre pontes estaiadas. A escolha por essa temática ocorreu por compreendermos que este estudo poderá beneficiar o município e a região metropolitana de Natal ? RN, do Estado e da população em geral, tendo em vista que tal estudo é de suma importância, pois a Ponte Newton Navarro, é o mais importante acesso rodoviário que interliga a Zona Sul com a Zona Norte da cidade. Sendo assim, seu funcionamento e vida útil devem ser ao máximo preservados, através de identificação e manutenção de patologias, visto que toda uma população depende principalmente desta para sua locomoção diária. Através de ensaios destrutivos e não destrutivos e inspeção visual realizados na ponte Newton Navarro, verificou-se manifestações de diversas patologias em vários elementos da ponte. Foi realizado nos quatro pilares e blocos de coroamento principais da ponte ensaios de Carbonatação, Ph, Cloreto, Fissurômetro, Ultra-som e Esclerometria. Também foi realizado levantamento topográfico para verificar deformações e movimentações nos estais e nos pilares. Através de Inspeção visual, observou-se que vários elementos primários e secundários da ponte estão com avançado processo de corrosão.

(Resultados) ENSAIO RESULTADO TRATAMENTO Carbonatação Indicou Carbonatação Hidrojateamento de água, nos pilares da mesa e superestrutura até altura de 5m, nos blocos de coroamento e pintura de argamassa polimérica Ph Baixo Para proteção do concreto o Ph tem que estar acima de 12, ambiente alcalino. Cloreto Coloração Marrom/branca Íons de cloreto na superfície do concreto. Demostra ação corrosiva nas armaduras, e como tratamento: Hidrojateamento de água, nos pilares da mesa e superestrutura até altura de 5m, nos blocos de coroamento e pintura de argamassa polimérica Fissurômetro Fissuras < 0,4 mm Fissuras passivas menores do que 0,4 mm, estão permitidos por norma. Ultrassom Ondas entre 3500 e 4500 m/s De acordo com a norma NBR 8802, valores classificados com bons Esclerometria FCK (42, 45,46,43) FCK acima ao de projeto 40 FCK, confirmando os resultados de Ultrassom Levantamento topográfico Pilares com inclinação Verificou-se variação de distância nos estais A maior inclinação nos pilares verificada foi 14 cm, em relação a altura valor insignificativo. Verificou-se variação das distâncias dos estais para a distância de projeto, ou seja, houve perda de protensão nos estais. Inspeção Visual Ancoragem dos Estais - Stress corrosion (Corrosão sobre tensão), situação crítica. Tratamento com, hidrojateamento de areia pintura anticorrosiva de zinco, envelopar ancoragem com zinco e concretar gerando uma proteção catódica

(Conclusão) Pelo exposto torna-se imprescindível, a emergência da implantação de um plano de manutenção, que sejam tomadas de imediato as providências e intervenções de recuperação, reforço, manutenção estrutural, nas infra, meso e superestruturas, de acordo com as metodologias citadas acima.

Palavras-Chave: Ponte Newton Navarro, estais, patologia

APLICAÇÃO DA TOPOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Autor(es):

Diego Altmeier Otto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonatas Guedes da Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia é a ciência que estuda a superfície terrestre, contemplando as suas características e formas. Seu estudo se aplica em várias áreas da engenharia civil, sendo responsável pela delimitação da construção que será realizada. O reconhecimento de dados topográficos com alta precisão é imprescindível para que se possa cogitar o anteprojeto e a locação do projeto de uma rodovia. Por meio da realização de um bom levantamento topográfico é possível descobrir valores das distâncias e ângulos horizontais e verticais com exatidão, assim conseguiremos avaliar as imperfeições do terreno aferindo se o terreno é plano ou montanhoso por conseguinte determinar os custos de cortes e aterros. Dessa forma, o fator topográfico é considerado o mais importante a ser levado em consideração na hora de se construir uma estrada.

(Metodologia) Através desse levantamento topográfico, obtemos informações relativas a planimetria, onde será indicada formas, distâncias e ângulos horizontais e, a altimetria, cujo o relevo do terreno será determinado através de sua análise e obtendo uma regularização nas diferenças de nível medidas.

(Resultados) Já os perfis topográficas e curvas de níveis irão definir a altimetria, que irão representar a altimetria do terreno. Para qualquer boa obra ter sua execução impecável, é necessário um bom levantamento topográfico, pois o responsável técnico e o encarregado estarão à frente da sua execução, portanto medidas de planejamento são cruciais nessa fase. Caso seja realizada uma análise superficial ou sem a qualidade necessária para um bom levantamento, ocorrerão alguns problemas, tais como: falhas de nivelamento, prumada ou eixos desencontrados (caso uma obra simultânea esteja sendo executada em lados oposto para serem convergidas em um ponto específico).

(Conclusão) Portanto, Um levantamento detalhado com o máximo de detalhes e informações possíveis junto com uma execução correta é fundamental para a construção de uma obra sem falhas. A importância em utilizar projetos topográficos para garantir um alinhamento, enquadramento, prumada e esquadro na construção civil é crucial.

Palavras-Chave: Estradas, levantamento topografico, importância de um anteprojeto;

APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS NAS PÁS EÓLICAS

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O interesse crescente pela geração de energias renováveis e menos poluentes nos leva a procurar energias presentes nos movimentos da natureza, uma parte importante do projeto de um aerogerador são o dimensionamento e a escolha do material das suas hélices. Isso representa cerca de 20% do custo do projeto e devido a isso procura-se o uso de materiais mais resistentes, rígidos e economicamente viáveis de modo a propiciar uma boa vida útil da estrutura. Com a finalidade de atender a estas propriedades mecânicas do projeto predomina a utilização de materiais compósitos.

(Metodologia) O Presente trabalho realizado, foi feito por meio de estudos de fontes bibliográficas, assim como também na leitura de artigos científicos e monografias, e pelo uso do simulador Ftool. A pesquisa realizada tem foco na realidade dos ventos do Rio Grande do Norte, cujo a viabilidade para instalação deve-se considerar a velocidade do vento a 8m/s a 50m de altura.

(Resultados) Comparando as propriedades das fibras de vidro com as fibras de carbono, pode-se destacar o fato de fibras de carbono apresentarem uma menor massa específica em relação as fibras de vidro. Materiais compósitos de fibra de vidro apresentam uma maior rigidez e tenacidade, fazendo delas estruturas capazes de absorver mais energia de impacto antes de ocorrer uma deformação, além de resistir melhor a corrosão e possuem um menor preço de mercado favorecendo economia na sua aplicação tornando-se um material mais acessível. Por sua vez, as fibras de carbono garantem maiores resistências a tração e tensão na estrutura e devido a sua menor densidade podem favorecer a construção de torres eólicas maiores para uma melhor eficiência energética, seu empecilho é o custo do seu processo de fabricação ser mais elevado, fazendo a construção da peça composta majoritariamente por este material ser inviável economicamente.

(Conclusão) Conclui-se que o material compósito de fibra de carbono apresenta melhores propriedades mecânicas para a estrutura, haja vista possuir menor densidade e melhor resistência. Assim, pode-se reduzir o peso a ser sustentado pela fundação, favorecendo uma maior altura da torre, gerando uma maior produtividade energética, pois quanto maior a altura, maior será a velocidade dos ventos e a área varrida pelo rotor. Porém devido ao seu alto custo de produção, a diferença de preço torna-se um fator mais decisivo na escolha do material. Por isso a maioria dos projetos de aerogeradores tem sido feita com aplicação majoritária de materiais compósitos de fibras de vidro nas hélices. Dessa forma, a utilização das fibras de carbono fica restrito as longarinas para aumentar a resistência a tensão da estrutura da pá, com as fibras de vidro compondo a maior parte da estrutura garantindo uma maior rigidez na seção transversal.

Palavras-Chave: Energia-eólica, Pás-eólicas, fibras-de-carbono.

APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS POLIMÉRICOS REFORÇADOS COM FIBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Gustavo Morgan de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, a aplicação de materiais compósitos poliméricos reforçados com fibras na construção civil vem crescendo a cada dia. São diversas as aplicações de compósitos de fibras e resinas, a fim de reforço ou até mesmo um reparo completo de um elemento estrutural qualquer. Esse crescimento se dá principalmente pelas inúmeras vantagens que esses materiais oferecem, como uma alta resistência e rigidez, atrelada à utilização de reforço com baixa espessura e pouco peso. Buscando detalhar e aprofundar mais sobre esses materiais compósitos, o estudo busca apresentar a utilização, aplicação e tipos desses materiais, mostrando se é viável a ser empregado e reforçando sua disponibilidade no mercado.

(Metodologia) A metodologia aplicada nesse trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, visto que venha a se utilizar de livros e artigos para se obter um maior conhecimento, já obtido através de outros trabalhos e estudos, atrelado a uma pesquisa de campo com profissionais da área que já se utilizam desses materiais compósitos na construção civil.

(Resultados) Os resultados mostram que é cada vez mais comum encontrar formas de manifestações patológicas em estruturas de concreto armado, que se dá principalmente devido à mão de obra desqualificada, profissionais inexperientes, materiais de baixa qualidade, entre outros. A partir disso, acaba-se gerando mais cedo ou mais tarde, uma importante necessidade da recuperação ou reforço da estrutura, a fim de se manter a segurança das pessoas que ali residem. O uso da manta de fibra de carbono associada a uma resina de base polimérica, por exemplo, tem se mostrado muito eficiente, visto que se promove a estanqueidade da estrutura, aplicando-a na superfície crítica da estrutura como se fosse um ?adesivo?, de forma que a resina epóxi sirva como ?cola?, tendo o objetivo de união das fibras que compõem o compósito, e agindo como uma ? ponte? para que as solicitações externas sejam distribuídas para as fibras. O uso desses materiais compósitos para a recuperação e reparo de elementos na construção civil foi extremamente oportuno. Visto que, o material por ter altas razões de rigidez/peso e resistência/peso, ótima resistência a corrosão, baixa expansão térmica, bom comportamento a fadiga, facilidade no transporte e baixo consumo de energia no processo de fabricação, acaba se tornando muito atrativo e normalmente até mais barato do que materiais comumente utilizados, se tornando assim uma boa alternativa a substituir os métodos atuais.

(Conclusão) Como conclusão dessa pesquisa, chegamos ao entendimento que assim como todos outros âmbitos de reforço e recuperação, a construção civil é muito beneficiada com os avanços tecnológicos do uso dos materiais compósitos na aérea, já que o trabalho se torna bem mais prático, com menores custos e com uma otimização de tempo. Com o barateamento e a facilitação da aquisição do insumo, o uso dos materiais compósitos tende a aumentar ainda mais no ambiente profissional, podendo se tornar cada vez mais comum o uso deles dentro da construção civil.

Palavras-Chave: Materiais compósitos, Aplicação, Construção civil.

APLICAÇÃO DE PET VISANDO O AUMENTO DE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE CONCRETO APLICADO EM PAVIMENTAÇÃO

Autor(es):

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de desenvolvimento sustentável é discutido desde a década de 80, esse conceito tem invadido as mais diversas áreas do conhecimento e setores da economia, principalmente na construção civil. A construção civil é uma das principais fontes de economia mundial, sendo responsável por 63% da formação bruta de capital fixo no Brasil. Apesar da sua indiscutível importância para o desenvolvimento do país, a construção civil é apontada como uma das indústrias que mais impactam o meio ambiente. Para mudar esse aspecto à construção civil vem utilizando novos materiais que produzam o menor impacto possível ao meio ambiente e contribuam para o conforto térmico ou a redução do consumo de energia, inúmeros exemplos de novos materiais e tecnologias vem sendo empregados com essa finalidade. Atualmente o conceito de construção sustentável vem sendo aplicado com o objetivo de minimizar os impactos ambientais. Uma das apostas na construção civil são os materiais ecológicos, feitos a partir de resíduos reciclados da obra ou com outros produtos reciclados, como o caso dos blocos feitos de concreto com adição de Politereftalato de Etileno.

(Metodologia) Consiste no estudo sobre aplicação de pet visando o aumento de resistência à tração de concreto aplicado em pavimentação. Foram realizadas pesquisas em materiais bibliográficos e estudos. Para tanto, foram feitas pesquisas em referenciais bibliográficos e estudos de caso, com objetivo de atender todos os pontos levantados.

(Resultados) O concreto apresenta elevada resistência aos esforços de compressão, no entanto, seu desempenho à tração é ruim. Com isso, apresentar e obter conhecimento dos resultados obtidos do composto que terá por finalidade reforçar a resistência a tração do concreto. Por demonstrar bastante elasticidade, resistência térmica e mecânica, o emprego do PET se adapta (teoricamente) muito bem na construção civil, pois mesmo tempo reduz o custo do concreto integrado com fibras se comparado com os outros tipos encontrados no mercado atual, também auxilia na redução dos impactos ambientais ocasionados pelo descarte impróprio.

(Conclusão) A utilização de matérias recicláveis tendem a se tornarem cada vez mais utilizados no dia a dia, visto que o material além de ser acessível e fácil de localizar, pode ser substituído por outros elementos, já que o mesmo tem eficácia. Com isto, pode se dizer que a construção civil pode investir ainda mais no utilizo desses materiais. Reciclar materiais descartáveis são fundamentais, não só pela redução de custos, mas por ajudar a preservar e manter o meio ambiente mais limpo. Ademais, o asfalto ecológico é mais resistente, durável e pode ter custo menor do que pavimento comum.

Palavras-Chave: Aplicação de pet; Resistência; Tração

CARACTERÍSTICAS PATOLÓGICAS DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS SUBMETIDAS AO RECALQUE

Autor(es):

Gustavo Morgan de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Tereza de Lima Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em quaisquer construções as fundações são elementos estruturais muito importante, cujo objetivo é transmitir as cargas da estrutura ao solo. São classificadas em dois grupos: fundações superficiais e fundações profundas, o primeiro transmite seus esforços por sua base, já o segundo transmite as cargas pela superfície lateral e a superfície de ponta. Em um projeto estrutural as estruturas de concreto devem apresentar qualidade em três requisitos: capacidade resistente, desempenho em serviço e durabilidade. Desta forma, é necessário conhecer o solo que servirá de apoio a infraestrutura garantido a segurança da edificação, além de dimensionar os elementos de fundações adequadamente conforme os requisitos normativos, tais como, o fator água/cimento, cobrimento das armaduras, entre outros. As causas mais comuns para o surgimento de fissuras, trincas e rachaduras em edificações são os recalque diferencial que proporciona um rebaixamento de uma edificação devido a deformação do solo.

(Metodologia) Foi realizado uma revisão bibliográfica em artigos científico, monografias e TCCs sobre o determinado assunto para um melhor entendimento sobre a durabilidade e funcionalidade das estruturas e a origem das manifestações patológicas e seu comportamento nas fundações superficiais.

(Resultados) É possível verificar que em qualquer tipo de fundação os deslocamentos verticais (recalques) ocorrem devido à deformação do solo oriundo da solicitação do carregamento maior do que a prevista em projetos, decorrente de obras de ampliação ou de mudança de uso, erros nas investigações do subsolo, ausência de compactação do solo, existência de vazamento de água para o solo, e existência de raízes de árvores ocorrendo recalques principalmente nas fundações superficiais. Consequentemente, as patologias das fundações corrompem todo o sistema construtivo, surgindo problemas que podem ser observados em alvenarias, vigas, pilares, lajes e pisos, tais como, fissuras, trincas e rachaduras de acordo com sua espessura. Para o estudo do recalque, é utilizado a equação geral, na qual apresenta os tipos de recalques de acordo com a análise do solo, desde deformações até mesmo as tensões que atuam naquele solo. São realizados procedimentos de reforço estrutural para garantir estabilidade e o aumento na vida útil da edificação, existindo várias soluções a ser adotadas, dependendo do diagnóstico alcançado e julgamento dos profissionais envolvidos no problema, sendo as principais para os recalques diferenciais o permeation grouting, estaca mega e macaqueamento da estrutura.

(Conclusão) Ao dimensionar uma estrutura, deve-se verificar que, além dos critérios de segurança à ruptura, os critérios de deformações limites devem ser também satisfatórios para o comportamento adequado das estruturas de fundações, com medições das fissuras através do fissurômetro. O método tradicional para o monitoramento dessas estruturas é o nivelamento geométrico, o qual determina as altitudes, controle de recalque dessas fundações, normalmente efetuada pelo processo topográfico, utilizando a estação total, de forma que, seja possível efetuar a medição da diferença de nível entre os dois pontos estudados. A importância da identificação dos problemas patológicos de uma fundação é fundamental para o desempenho, durabilidade e segurança de uma edificação. A presença de profissionais competentes e habilitados em cada etapa construtiva é essencial para garantir o conhecimento necessário para a elaboração de projetos e/ou execução, principalmente nas fundações superficiais.

Palavras-Chave: Fundações Superficiais. Durabilidade. Recalque Diferencial.

COMO A FALTA DE CHUVAS AFETA NAS CONTAS DE ENERGIA NO BRASIL

Autor(es):

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Victor Augusto Araujo Seabra de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Guilherme Jales de Lima Souto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Aldo da Fonseca Tinoco Filho : Docente do UNI-RN
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, 90% da geração de energia é produzida nas hidrelétricas. Logo, a água é fundamental e sem ela criará uma crise energética, como está acontecendo hoje em dia em cidades do sul e sudeste, graças às queimadas florestais dos últimos anos, a quantidade de chuva que abastece os reservatórios é insuficiente. Diante disso, as companhias de energia criaram as bandeiras tarifárias que determinam a taxa adicional cobrada por quilowatt-hora.

(Metodologia) A análise será embasada em artigos acadêmicos, pesquisas e notícias publicadas por veículos de comunicação, empresas com atuação no mercado de geração e comercialização de energia elétrica e principalmente a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para auxiliar no desenvolvimento deste trabalho.

(Resultados) Após as pesquisas entende-se, que as hidrelétricas são dependentes da força proporcionada pela vazão de água do rio e dos desníveis no meio do curso, podendo ser naturais, artificiais como barragens ou desvio de um rio. A água passa por tubos que são interligados com turbinas e com a força da água faz com que elas girem, cada turbina tem um gerador que forma uma unidade geradora que transforma a energia vinda das pás das turbinas em energia elétrica. Existem dois tipos de hidrelétricas sendo elas: ? Fio d'água: Ela usa reservatórios menores, comparado ao próximo, por isso reduz a estrutura da barragem e os alagamentos. O gerador de energia é a própria correnteza do rio e esse método preserva as áreas de entorno do reservatório e a proteção do meio ambiente. Entretanto, é dependente das chuvas e em períodos longos de seca podem ficar sem energia. ? Com reservatório de acumulação: Essa usina é aquela em que a vazão dos rios permite que se guarde parte da água junto (a montante) às barragens e dependendo de sua capacidade se fala de regulação sazonal ou anual. A determinação do consumo de energia elétrica é feita a partir da potência elétrica dos aparelhos ligados à tomada e do tempo de uso deles. Podemos calcular a energia consumida através do produto da potência elétrica do aparelho pelo tempo de uso. Algumas formas de evitar uma crise hídrica seria o uso de água subterrânea para o abastecimento de cidades para que não ocorra uma diferença gritante no gasto das contas de energia no Brasil, no qual, o quilowatt-hora interfere diretamente nessa conta. As bandeiras tarifárias são o sistema que sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, desde 2015. As cores delas indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. Valores em reais de cada bandeira para cada 100 quilowatt-hora (2021): ?Bandeira Verde: 0 ?Bandeira Amarela: 1,874 ?Bandeira Vermelha 1: 3,971 ?Bandeira Vermelha 2: 9,492 ?Bandeira Preta: 14,90 A bandeira preta (escassez hídrica) é a mais nova criada devido à falta de chuvas nas barragens.

(Conclusão) Levando em consideração esses aspectos apresentados, é possível decretar que a falta de chuva traz consigo um grande impacto na geração de energia do país, interferindo significativamente no custo do brasileiro. As hidrelétricas, como foram apresentadas, são de suma importância para geração de energia para o Brasil, e como a falta de chuva prejudica intensamente a economia. Portanto, é possível afirmar, que energias eólica e solar são as melhores maneiras de evitar tudo isso que está acontecendo sem prejudicar o meio ambiente.

Palavras-Chave: Hidrelétrica, água, energia e chuva

COMPARATIVO ENTRE LAJES DE CONCRETO ARMADO E SUAS VANTAGENS EM UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR

Autor(es):

Filipe Iglesias Freire Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As lajes são denominadas elementos planos geralmente horizontais, responsáveis pela distribuição de cargas atuantes sobre a estrutura e distribuí-las uniformemente para as vigas, que transmitem para os pilares, e por fim para os elementos de fundação. Nesta pesquisa acadêmica será abordado um comparativo entre 3 métodos construtivos do objeto estrutural lajes: maciça, nervurada treliçada e nervurada moldada in loco. Para isso será discutido o método construtivo de cada uma delas, situações em que melhor se aplicam e suas vantagens e desvantagens.

(Metodologia) O estudo se deu pela análise baseada em literaturas digitais, artigos publicados em periódicos, notas de aulas sobre os tipos de laje explorados no artigo.

(Resultados) Laje maciça consiste no tipo de laje na qual toda a espessura é formada por concreto, com a presença de armaduras longitudinais de flexão, apoiadas em vigas e pilares. O principal exemplo é a maciça, elas variam de 7 a 15 cm de espessura e são principalmente utilizadas em edifícios de múltiplos pavimentos em decorrência seu elevado custo de execução, seu método construtivo se dá pela montagem prévia dos escoramentos, formas, instalações elétricas e hidráulicas e por fim a concretagem. A principal vantagem do método se dá pela capacidade de vencer grandes vãos sem a presença de vigas e pilares. Laje treliçada de lajotas cerâmicas são as mais difundidas em território nacional, visto a facilidade de execução do sistema estrutural. O método executivo é formado por vigotas treliçadas e elementos de preenchimento de material cerâmico, podendo ser também em EPS. O sistema serve de forma para uma capa de concreto moldado in loco com apenas uma armadura de grelha para combater os esforços de retração do concreto, evitando trincas e fissuras. O método construtivo se dá pelo escoramento, aplicação de contra flecha, montagem das vigotas, aplicação da nervura de travamento, armadura de ferragem negativa e por fim a concretagem. Laje nervurada moldada in loco com cubetas consiste numa estrutura de concreto armado de pequenas vigas por toda a área com os mesmos espaçamentos entre as cubetas, esse tipo de laje é composto pela formação de vigas T em uma ou duas direções, é o modelo comumente utilizado tanto para residências, quanto para edifícios de múltiplos pavimentos. O método construtivo se dá pelo apoio das cubetas e escoramento adequado delas, montagem das armaduras sobre as vigotas, posicionamento das formas e por fim a concretagem.

(Conclusão) A princípio devemos considerar o objetivo a atingir com a execução do projeto, levar em consideração o tipo de uso da estrutura. Neste trabalho iremos fazer o comparativo para a utilização em uma residência unifamiliar. Dentre os modelos citados acima foi possível observar que as lajes nervuradas treliçadas se destacam quanto ao menor custo e tempo de execução, devido a menor utilização de formas, redução do volume de concreto a ser utilizado. O estudo de caso realizado por Vitor Gonçalves Araújo e Michael Vinicius Martins Caldeira no trabalho Estudo Comparativo da viabilidade econômica entre laje maciça e laje treliçada embasa a tese de que em torno temos em torno de 28% de economia dos insumos por andar construído. O que terá um impacto grandioso no montante final visto o âmbito econômico global da obra principalmente pelo volume de insumos economizados.

Palavras-Chave: Concreto Armado, Lajes, Técnica Construtiva.

CRISE HÍDRICA E A DEPENDÊNCIA DAS HIDRELÉTRICAS PARA A GERAÇÃO ENERGÉTICA BRASILEIRA

Autor(es):

Ruy Lucena Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Aldo da Fonseca Tinoco Filho : Docente do UNI-RN

(Introdução) A crise hídrica é uma problemática que acompanha o Brasil há muitos anos. A falta de água, porém, além das consequências diretas que a sua escassez ocasiona, também impacta diretamente na geração e oferta de energia elétrica, uma vez que a matriz energética brasileira ainda é pouco diversificada e concentra a maior parte da sua produção nas hidrelétricas. Como alternativa ao racionamento e para evitar os "apagões", foi sugerido pelo Ministério de Minas e Energia, na atual crise hídrica, a importação de energia da Argentina e Uruguai, bem como a utilização de termelétrica e dos parques eólicos para minimizar esse cenário.

(Metodologia) Para essa pesquisa foi feito um estudo de revisão bibliográfica e foram consultados artigos científicos e sites de busca como Google Acadêmico. A análise também contou com consultas a revistas e jornais de grande circulação como Veja e CNN.

(Resultados) Através da análise, foram comprovados os benefícios da diversificação da matriz energética, principalmente quando se trata de momentos de escassez da fonte principal. A despeito das termelétricas liberarem gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global, acarretando um aumento das contas de energia, o que denota que não podemos ficar a depender de uma só fonte de energia. A diversificação ainda traz alguns outros benefícios como a Independência política - evitando que o país dependa de outro país para suprir a maior parte de suas necessidades energéticas, evitando que o mesmo se exponha à intimidação e manipulação por parte de quem está fornecendo. Assim como o Crescimento econômico - uma vez que ao ter várias fontes de energia a probabilidade de uma interrupção no fornecimento diminui significativamente e assim se desenvolve uma segurança energética contínua, que fornece um clima fértil para o empreendedorismo, e também evitando grandes flutuações nas taxas cobradas e emprego de bandeiras amarelas e vermelhas, por exemplo. Como também a Proteção ambiental - pois o desenvolvimento de recursos renováveis como as energias solar e eólica diminuem a ameaça de escassez de energia. Recursos renováveis emitem pouco ou nenhum poluente e têm um mínimo impacto no meio ambiente. Investimentos em energia renovável também promovem inovação e aumento de empregos.

(Conclusão) Portanto, é possível concluir que os países devem pesquisar cada mais fontes de matrizes energéticas diversificadas, de modo que, o acesso a essas energias limpas e renováveis ajuda a diminuir os impactos ambientais, consequentemente ajuda na preservação do meio ambiente. No Brasil, como ainda se depende muito das hidrelétricas, deveria-se fazer, enquanto essa problemática macro da diversificação não é resolvida, um trabalho de conscientização de gestão da demanda com o objetivo de redução do consumo de água, onde o consumo humano é de apenas 8% da água no Brasil, as indústrias usam 22% e principalmente no agronegócio, que utilizam 70%. Dessa forma, a gestão da demanda versus oferta no uso da água, com uma diversificação das fontes de energia para que se tenha um planejamento de médio a longo prazo, garantindo para o futuro que o país venha a ter muito menos problemas nos eventos extremos com relação ao períodos de seca e minimizando as preocupações com os temidos apagões que são realidade hoje no Brasil.

Palavras-Chave: Água. Hidrelétrica. Crise. Matriz energética. Energias renováveis

DANOS NAS ESTRUTURAS DE MADEIRA OCASIONADOS POR CUPINS

Autor(es):

Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): As estruturas de madeira apresentam uma grande importância e tem grande destaque na nossa arquitetura. A madeira é um material de construção muito utilizado na construção civil, ela é um polímero natural que apresenta resistência e grande durabilidade estrutural. No entanto a madeira esta susceptível a degradação por vários agentes biológicos e que representam grande risco estrutural. Os cupins ou térmitas são insetos eusociais da ordem Isoptera, com cerca de 2.800 espécies catalogadas no mundo, e representam apenas 10% das patologias das madeiras essa ação de insetos xilófagos. No Brasil, as principais famílias encontradas são: Kalotermitidae, Termopsidae, Rhinotermitidae, Termitidae e Serritermitidae, entre as quais apenas Kalotermitidae, Rhinotermitidae e Termitidae são economicamente importantes e são sem sombra de dúvidas um dos agentes mais severos e destruidores da madeira, sendo os de solo, ou subterrâneos os que apresentam maior risco as nossas estruturas, os do gênero *Nasutitermes* são verdadeiros invasores do meio urbano, atacam os imóveis e outros objetos construídos em madeira como portas, janelas e principalmente as madeiras empregadas na construção Neste contexto torna-se periodicamente necessário uma avaliação sobre as manifestações patológicas que possam estar afetando as estruturas de madeira, em especial a presença ou não de cupins nas estruturas para posteriores intervenções, reabilitações, reforços ou substituições, a fim de garantir a segurança destas estruturas diante das eventuais condições de uso. Para detecção dos cupins nas estruturas de madeira usa-se os ensaios de sondagem acústica, ultrassom e umidade. Para prevenção do aparecimentos dos cupins utiliza-se o verniz e tintas impermeabilizantes, porém quando o dano já está avançado e existe perda de sessão deve-se fazer o reforço estrutural, utiliza-se a reposição de uma nova madeira colada com epóxi ou furando e anexada a sessão antiga danificada.

(Metodologia) (Metodologia): Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como google acadêmico, artigos científicos, aulas, monografias, TCC, google imagem, Scielo e revistas científicas, foi analisado os de maior relevância para compor os aspectos bibliográficos.

(Resultados) (Resultados): As estruturas de madeira são extremamente importantes na construção civil e apresentam uma grande importância arquitetônica portando as grandes estruturas devem receber inspeção periódica para que seja verificado se existe ou não a presença dos cupins. Os danos ocasionados por cupins subterrâneos e de madeira seca, trazem enormes prejuízos, pois, de maneira geral, são percebidos quando já causaram grande comprometimento estrutural e os custos para o controle curativo ou até recuperação são muito elevados.

(Conclusão) (Conclusão)As estruturas de madeira são extremamente importantes na construção civil e apresentam uma grande importância arquitetônica portando as grandes estruturas devem receber inspeção periódica para que seja verificado se existe ou não a presença dos cupins. Os danos ocasionados por cupins subterrâneos e de madeira seca, trazem enormes prejuízos, pois, de maneira geral, são percebidos quando já causaram grande comprometimento estrutural e os custos para o controle curativo ou até recuperação são muito elevados. Portanto Para detecção dos cupins nas estruturas de madeira usa-se os ensaios de sondagem acústica, ultrassom e umidade. Para prevenção do aparecimentos dos cupins utiliza-se o verniz e tintas impermeabilizantes, porém quando o dano já está avançado e existe perda de sessão deve-se fazer o reforço estrutural.

Palavras-Chave: térmitas, madeira, estruturas, patologias.

ELEMENTOS DE CONTRAVENTAMENTO EM ESTRUTURAS DE MADEIRA E AÇO: TIPOS E FUNCIONAMENTO

Autor(es):

Filipe Iglesias Freire Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Estruturas de contraventamento são denominadas elementos complementares às estruturas principais, que tem a finalidade de reduzir ou impedir deslocamentos horizontais, aumentar a rigidez espacial da estrutura e principalmente combater esforços decorrentes das ações do vento. Para isto serão apresentados os dispositivos que apresentam tal função, suas aplicações bem como seu comportamento mecânico/estrutural

(Metodologia) A pesquisa foi realizada através da análise baseada em trabalhos de conclusão de curso, artigos publicados em periódicos, teses e dissertações, além da norma de Projeto de estruturas em aço e de estruturas mistas de aço e concreto NBR 8800:2008, norma de estruturas de madeira NBR 7190:1997.

(Resultados) Para construções em estruturas metálicas, iremos abordar o contraventamento através de barras travamentos entre os pilares e vigas no sentido das diagonais, estas funcionam como vigas, os adicionais na estrutura principal tem a função de fornecer estabilidade para o meio. Para isto iremos considerar uma edificação de múltiplos andares. O sistema de contraventamento comumente utilizado são os que preenchem as diagonais, seja simples ou dupla do trecho a ser contemplado com o travamento das barras. Notoriamente as estruturas reagem sobre a técnica empregada, a eficiência do aumento da rigidez afim de combater os esforços laterais se mostra bastante eficaz. As construções apresentam estruturas mais rijas visto a resistência adquirida para esforços acidentais empregados diretamente na estrutura. Já para modelo de estrutura em madeira o exemplo de funcionamento em estruturas de madeira se dá por três tipos principais de atuação dos esforços solicitantes, estruturas submetidas a esforços de tração, compressão e flexão. Para cada uma dessas teremos contraventamentos específicos afim de combater os esforços acidentais causados na estrutura. Nas estruturas de cobertura submetidas a tração observamos o exemplo de cabos flexíveis tracionados entre as tesouras que lhe dão o travamento entre os vãos de cobertura, já nas peças comprimidas contamos com o artifício do acréscimo de articulações fixas estabelecidos em pontos equidistantes no comprimento da peça. Já em peças fletidas os travamentos serão nos banzos ou vigas, afim de impedir a rotação das suas extremidades em decorrência dos esforços de compressão na estrutura fletida.

(Conclusão) Pode-se concluir que as estruturas de contraventamento contribuem para uma maior estabilidade global da estrutura tendo em vista o princípio de que: segundo Kimura 2007, quanto mais rígida for a estrutura, menor será seu deslocamento horizontal, ou ainda, quanto maior os efeitos de segunda ordem na estrutura, maior sua instabilidade. É necessário levar em consideração as ações acidentais com o objetivo da estrutura não se aproximar dos seus estados limites de serviço, devem ser dimensionadas para resistir os esforços solicitantes acidentais, estes geralmente ocasionados pela ação do vento, estes mecanismos que contribuem para a distribuição de cargas entre os membros estruturais. Aumentando a rigidez se contribui para a estabilidade da estrutura pois estaremos analisando peças menos esbeltas, ou seja a estrutura estará a favor da segurança, são técnicas desenvolvidas e estudadas por projetistas para melhorar a estabilidade global dos edifícios.

Palavras-Chave: Contraventamento, estruturas de madeira, estruturas metálicas.

ESTUDO DE CASO - PROJETO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE COBERTURA EM MADEIRA

Autor(es):

Erick Alves Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe de Oliveira Martins: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Yasmin Claudina Silva Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Engenheiros Rodoviários, responsáveis pela formação de estradas, tendem a procurar, e necessitar, de inovações tecnológicas que facilitem e agilizem o processo de implementação de novas vias. Com o passar dos anos a utilização desse tipo de tecnologia vem crescendo ao redor do mundo. Quando tratamos de drones, utilizamos os mesmos, para leitura visual que auxilia e melhora todas as etapas da obra, começando pelo planejamento inicial. Em denotação, A Aerofotogrametria é, para Tommaselli (2009, p.2) ?uma subdivisão da Fotogrametria, na qual as fotografias do terreno são tomadas por uma câmara de precisão montada em uma aeronave?, essa técnica já usada a muitos anos vem sendo aprimorada ainda mais desde a última década.

(Metodologia) A metodologia aplicada nesse trabalho consiste na pesquisa bibliográfica em livros e artigos, além de uma pesquisa com profissionais da área de topografia em geral e engenheiros rodoviários, se possível, que já utilizam Drones em seu ambiente de trabalho, para se entender como esse instrumento influenciou a logística de trabalho deles.

(Resultados) Os resultados apresentam dados que mostram que o uso de drones para a captação de dados e mapeamento de rodovias é extremamente benéfico, já que o equipamento mesmo tendo um valor considerável, ainda é mais barato que determinados equipamentos de topografia, reduz o tempo de serviço, reduz o valor em manutenção e tem a capacidade de ser manuseado em diferentes ambientes, e também exige uma curva de aprendizagem bem menor do que os demais aparelhos do ramo topográfico. Assim, se torna um bom candidato a substituir os métodos atuais de reconhecimento de terrenos por vista aérea.

(Conclusão) Como conclusão dessa pesquisa, chegamos ao entendimento, que para obras em rodovias e estradas, seja manutenção ou construção, a Aerofotogrametria agrega com os avanços tecnológicos e o uso dos drones na aérea é um exemplo disso. Dispositivos que tornam o trabalho mais prático, mais barato e com otimização de tempo. Com o barateamento dos custos de produção desse equipamento, o uso de Drones tende a aumentar no ambiente profissional, podendo se tornar um padrão a ser adotado pelas empresas que realizam levantamentos topográficos. Já que a busca por inovação e modernização é fundamental para a manutenção da relevância de qualquer profissional ou empresa.

Palavras-Chave: Aerofotogrametria, Drone, Estradas.

ESTUDO DE CASO - PROJETO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE COBERTURA EM MADEIRA

Autor(es):

Erick Alves Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe de Oliveira Martins: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Diego Altmeier Otto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Yasmin Claudina Silva Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O complexo universitário do UNI-RN está localizado em uma propriedade centenária que faz parte da história da cidade de Natal. Durante todos esses anos de existência, a infraestrutura utilizada pela instituição vem sofrendo mudanças e atualizações de acordo com as necessidades dos usuários. Por se tratar de um complexo horizontalizado, os estudantes e funcionários da instituição, contam com um sistema vasto de corredores planos e coberturas para transitar entre os blocos sem muito desgaste, sejam esses, devido aos raios solares ou por esforço físico causado por rampas e escadarias, ressaltamos que o complexo é totalmente acessível para deficientes físicos. Em razão disso, percebeu-se a necessidade de uma adição à essa infraestrutura para auxiliar no conforto de quem precisa se deslocar entre algumas áreas como a de estacionamento, blocos de aulas teóricas e blocos de aulas práticas e de esportes, importante ressaltar que o estacionamento corta os dois ambientes de estudo. O fluxo de pessoas nesse trecho é alto por se tratar de uma região próxima aos "blocos Terra", que possuem uma grande concentração de estudantes.

(Metodologia) Com as dimensões do espaço de interesse adquiridas com o uso de trena laser de precisão, a estrutura foi elaborada de acordo com a NBR-7190, para projetos de estrutura em madeira, e a fundação dimensionada de acordo com a NBR-06122/96, para projetos e execução de fundações, já a parte de representação gráfica da estrutura foi feita no software AutoCAD e o estudo de esforços realizada no software Ftool, levando em conta os materiais e a geometria da cobertura para diminuir os esforços críticos e viabilizar a execução pelo viés econômico.

(Resultados) Após a análise estrutural pode-se verificar que os esforços críticos apresentam resultados satisfatórios, servindo de argumentos válidos para reforçar a escolha dos materiais, provando a viabilidade de execução do projeto tanto pelo lado estático da estrutura quando pela questão de custos, sustentabilidade e logística no caso de uma possível execução.

(Conclusão) Como conclusão dessa pesquisa, chegamos ao entendimento que a análise dos esforços críticos da estrutura apresenta um resultado satisfatório, barato e sustentável, argumentos esses que contribuem para a viabilidade de uma possível execução do projeto, se provando ser uma proposta adequada para solucionar a problemática apresentada.

Palavras-Chave: Madeira; Cobertura; Análise; Estrutural.

ESTUDO DE CASO: COMPARATIVO DE CUSTOS ENTRE ESTRUTURAS DE AÇO E CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO MULTIFAMILIAR

Autor(es):

Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Orçamentos, de modo geral, estão presentes nas rotinas administrativas de empresas dos diversos ramos da economia. A fim de verificar a viabilidade financeira dos negócios e realizar seu controle de custos, pequenos e grandes empresários prezam pela realização de orçamentos eficientes e precisos. No ramo da construção civil não é diferente, construtoras, incorporadoras e profissionais autônomos dedicam-se a elaborar orçamentos cada vez mais detalhados para garantir que a execução de obras se mantenha dentro dos valores de venda estabelecidos, atingindo a margem de lucro almejada e garantindo a competitividade de mercado. Na atualidade as construções precisam combinar qualidade, preço e prazo de entrega. Com base nessas condições de consumo, a busca por agilidade nas obras, é um fator importante, e está ligada a uma das etapas mais extensas de uma obra, a estrutura, pois deve ser esperado o tempo de cura do concreto e desforma. Diferente de outros países, no Brasil, 80 % das obras é executada pelo sistema estrutural de concreto armado. Esse sistema é utilizado em obras multifamiliares, infraestrutura, e outros segmentos da construção civil, possuindo vantagens e desvantagens, como todo sistema construtivo. Pode-se dizer que o concreto armado é o sistema construtivo padrão no Brasil, durante o passar dos anos vários foram os aprimoramentos. Contudo, as estruturas de aço começaram a ganhar seu espaço entre as obras civis. Possibilitando, menor tempo de execução, em relação ao concreto armado, entre outras vantagens.

(Metodologia) Através da Revisão Bibliográfica e ao consultar os dados projetuais dessa edificação padrão, torna-se evidente que o projeto estrutural atua como etapa incisiva da obra onde o modelo a ser escolhido influencia diretamente nos custos e no cronograma da obra. O método de pesquisa utilizado foi o indutivo, explorando os dados coletados, delineados por meio de documentos e experimentos de cálculo. A coleta de dados é fundamentada na utilização de resultados de softwares, planilhas e tabelas, obtendo, desse modo, os valores quantitativos, podendo assim formular composições de mão de obra e material.

(Resultados) Mediante os resultados verificados, se tornará possível demonstrar o quantitativo dos sistemas, no qual espera-se que o sistema de aço obtenha menor custo em relação ao sistema estrutural de concreto armado, no orçamento final da edificação residencial. Constata-se essa, que será desenvolvida com a elaboração de planilhas orçamentárias e elementos gráficos, que auxiliarão na realização de estudos comparativos de custo dos projetos com o orçamento da obra.

(Conclusão) Conclui-se, deste modo, por meio do estudo realizado, que a concepção estrutural adotada no ato do projeto apresenta grande impacto financeiro na execução de obras, podendo elevar os custos e causar prejuízos ou economias a empresa responsável e aos profissionais envolvidos pela execução.

Palavras-Chave: Estruturas de Concreto Armado. Estruturas de Aço. Quantitativo. Custo.

GESTÃO DE EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Adão de Oliveira Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil no Brasil, tem um grande impacto para o produto interno bruto (PIB), porém, apesar da importância do setor verifica-se que ele tem baixa produtividade, qualidade e enorme desperdício comparado com outras indústrias. Alguns teóricos atribuem tais deficiências à não utilização de metodologias de gestão e não utilização de ferramentas de TI.

(Metodologia) Esta pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica em trabalhos de conclusão de curso, além de artigos científicos dissertações sobre esta temática.

(Resultados) Na literatura, as principais causas dos problemas na construção civil se devem a falhas de gestão. Outras causas são problemas relacionados às pessoas, tecnologias e dados envolvidos no projeto, que resultam em atrasos nas obras. Um dos problemas relacionados a gestão na construção civil refere-se falta de implantação ou a mal elaboração do cronograma físico-financeiro, onde não há uma equidade quando são levados em conta os gastos, o escopo e o prazo definido, os quais deveriam garantir uma alta qualidade do projeto executado. Autores atribuem os problemas de atrasos em obras bem como projetos concluídos com orçamento acima do estimado às questões internas da empresa relativas à qualificação de pessoas, metodologias, sistemas de gestão e planejamento nas obras. Foram identificados 4 maiores problemas da indústria da construção civil. A primeira diz respeito às pessoas, descrita a partir da ausência da qualificação de pessoas e da falta de integração das equipes. O segundo: de estrutura organizacional, onde há uma estrutura inadequada, fragmentada e excessivamente funcional. Em seguida, caracteriza-se o problema de tecnologia da informação, onde há o uso inadequado ou falta de uso de sistemas de TI na gestão da construção civil, e o apoio na integração. Por fim, a metodologia de gestão é o 4º maior problema da indústria da construção civil, o qual é caracterizado pela deficiente metodologia de gestão e planejamento das obras. Além das deficiências na integração do cronograma com o custo e dificuldades nos processos de medição. O guia PMBOK tem sido uma ferramenta eficiente na gestão, auxiliando na solução destes eventuais problemas. Agregando um conjunto de conhecimento de gestão já consagrado por práticas de mercado, que facilitam o gerenciamento de projeto, pelos engenheiros e gestores das etapas, durante o desenvolvimento do projeto. Agregado a isso e a um dos principais problemas da indústria da construção civil, que é o método de gestão utilizado, surge alternativa de metodologia para complementar aos processos já consolidados, que é a metodologia enxuta, onde tem se mostrado uma ferramenta eficiente principalmente no que se diz respeito na redução dos desperdícios na construção civil, portanto o Last Planner System utiliza o conceito de gestão enxuta de produção por meio da organização das tarefas para a indústria da construção civil, de acordo com LSP o fluxo de trabalho tem se desdobrado em três planos principais: plano de longo, médio e curto prazo. O sistema LPS permite um bom planejamento e visualização da execução do trabalho, adiciona a localização e os recursos de acordo com o fluxo de trabalho.

(Conclusão) A indústria da construção tem um forte impacto na economia, entretanto problemas de gestão comprometem o desempenho das empresas da construção civil. Portanto podemos destacar falhas de planejamento, informações incompletas sobre custos, falhas no controle de execução, falta de treinamento, falta de maturidade de gestão de projetos e ausência de um software integrado de gestão, como fatores relevantes que comprometem o prazo e o custo dos projetos de construção civil.

Palavras-Chave: Gestão, Orçamento, Construção Civil.

IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Autor(es):

Maria Tereza de Lima Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) As estradas são vitais para o crescimento e desenvolvimento da economia de uma sociedade, entretanto, seus impactos ambientais causados pelas mesmas, tem sido considerados por diversos autores um dos principais fatores responsáveis pela perda de biodiversidade no mundo. A crescente preocupação com os problemas ambientais é notória, uma vez que, há a percepção da escassez de recursos naturais e que, influencia não apenas as organizações, que tem contribuído sistematicamente para essa grandes redução dos impactos ambientais de seus processos, mas toda a sociedade em si, estão mais dispostos a fiscalizar e observar as decisões que podem ser tomadas, isso ocorre bastante pelo fato do acesso à tecnologia, a qual pode-se estar em diversos lugares ao mesmo tempo, desde que esteja conectado.

(Metodologia) O trabalho gira em torno do levantamento bibliográfico de diversos autores, cuja temática envolve o estudo de construção de estradas, entre eles, seus impactos gerados desde o seu planejamento até sua operação, onde as forma de mitigação dos impactos negativos e novas tecnologias e estudos em benefício da melhoria na engenharia, construção e operação das rodovias no brasil e no mundo, apresentam destaques

(Resultados) Podemos sempre levar em conta, que as estradas apresentam questões de forma que podemos sempre levas em consideração tornar um levantamento mais sucinto. Durante a construção de uma rodovia, é bastante comum encontrar desmatamento, compactação do solo, taludeamento e durante a pavimentação da via, ocorre o depósito de derivados de petróleo para que o asfalto seja confeccionado, e esse pode ser um grande problema, visto que, esses materiais são altamente perigosos e quando carregados para corpos d'água tem alto nível de degradação da vida aquática. Em algumas regiões, com a finalidades de reduzir custos com transporte e tempo, alguns materiais são adquiridos na própria região. Outro fator que contribui para esses impactos ambientais, são os efeitos sonoros elevados, o aumentos da quantidades de maquinas, devido às movimentações naquela região pode acarretar a fuga de animais silvestres devidos as movimentações de máquinas pesadas e também o uso dos explosivos

(Conclusão) O trabalho teve como foco principal, apresentar os grandes impactos ambientais e seus desafios na construção dessas rodovias, que além de serem oriundos da falta de planejamento e manutenção de algumas vias, em geral no Brasil, também são resultados da inexperiência de funcionários e do sistema de controle, que erraram ou não deram atenção necessária aos pontos mais importantes. Umas das soluções encontradas é que com recursos limitados, ainda assim, poderiam cobrir com vegetação os taludes da via e por consequência impediria problemas, a construção de acesso à fauna também poderia impedir acidentes e mortalidades de animais. A falta de legislações mais rígidas abrem precedentes para o aumento de falhas nos projetos. Apesar de não ser possível executar sem gerar impactos, o que se busca é aumentar os impactos positivos e diminuir os negativos ao máximo para que a obra seja no mínimo viável em todas as esferas.

Palavras-Chave: Construção, Rodovias, Impactos Ambientais, Operações.

INFLUÊNCIA DO POLIETILENO TEREFALATO (PET) NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DA ARGAMASSA

Autor(es):

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Victor Augusto Araujo Seabra de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Guilherme Jales de Lima Souto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O PET, abreviatura para Polietileno Tereftalato, é um material muito utilizado, aproximadamente 570 mil toneladas de garrafas foram consumidas no Brasil, em 2019. Por ser um material não biodegradável, é necessário que seja reciclado adequadamente. Entretanto, milhares de embalagens PET são descartadas inadequadamente, em córregos, terrenos, etc. Com intuito de preservar o meio ambiente, sustentabilizando o PET e ajudando comunidades de baixa renda, a substituição da areia por PET na argamassa, diminui o custo da obra e ajuda o meio ambiente.

(Metodologia) Foram feitos, um ensaio de cunho preliminar de um corpo de prova da argamassa sem aditivo, teste utilizando 8 corpos de prova (cps) já substituindo uma porcentagem da areia por pet, sendo 4 com 25% e os outros com 75% do PET. Foram retirados os pesos seco e saturado de cada, para no final ter a taxa de absorção, e estão postos no tanque e após 28 dias foram feitos os testes da prensa para descobrir a resistência à compressão. Para o custo benefício, foi feita uma simulação em relação aos cps sem e com o PET (84g e 56g), foram utilizados os seguintes resultados: No primeiro caso, foram utilizados 1 Kg de cimento, 3 Kg de areia fina e 700 mL de água, já no segundo, foram utilizados 6 Kg de cimento, 18 Kg de areia fina, que será subtraída em quantidade de PET, e 4,2 L de água.

(Resultados) Os resultados foram inesperados, o que foi estimado era o inverso, os cps com 75% de PET resistiram mais à compressão e em relação ao de 25%, isso aconteceu devido ao tamanho dos fragmentos, os de 75% são menores que o de 25% do polímero, por isso não aderiram bem à argamassa. A partir disso, é evidente que o tamanho do PET interferiu bastante nos resultados de compressão e absorção como mostram os resultados a seguir: A média da força de compressão dos cps com 75% e 25% foram, respectivamente: 7,20 e 5,41 tonelada-força e; a média de absorção foram: 1,76% e 1,55%. Em relação ao seu custo benefício, foi realizado uma comparação entre os cps, o custo sem o pet resultou em: R \$16,55. Os custos com 56g e 84g de PET foram de, R\$16,53, e R\$16,53 respectivamente.

(Conclusão) Diante disso entende-se, que o Polietileno Tereftalato (PET) é um material totalmente sustentável e barato, e como a engenharia é um ramo que necessita de inovações para economizar o máximo possível, mas sem perder a eficiência, a partir disso, surge a ideia de pôr um pouco polímero como agregado, trará uma economia relativamente significativa na construção civil. E a partir dos resultados foram possível extrair, que ao adicionar PET, a argamassa perde um pouco a eficiência, pelo material ser de difícil aderência a massa e de absorver água quando colocado em excesso, entretanto se feito da maneira correta, colocando uma quantidade específica e em pequenos fragmentos à argamassa, pode chegar em resultados melhores. Com a adição de PET acaba interferindo no seu custo, na utilização do PET ocorre a redução do custo, em virtude da substituição da quantidade de areia, por mais que seja pequena a diferença, para pessoas de baixa renda é uma opção viável.

Palavras-Chave: Argamassa; PET; economia; custo; sustentabilidade.

MELHORIA DE SOLO SILTOSO COM ADIÇÃO DE BRITA GRANÍTICA VISANDO O EMPREGO DE UM REVESTIMENTO PRIMÁRIO EM UMA ESTRADA VICINAL DE UM PARQUE EÓLICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Filipe Iglesias Freire Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da importância da malha viária nacional e da necessidade de tráfego de qualidade, a conservação de estradas torna-se algo imprescindível. Em contrapartida, condições precárias encontradas em diversos trechos vicinais das áreas de construção dos parques eólicos dificultam o transporte de peças e equipamentos, por se tratarem de cargas especiais, devido o tamanho das torres e pás dos aerogeradores. Com isso, entre os fatores necessários na logística, as estradas vicinais necessitam investimentos e adaptações, de forma a proporcionar maior qualidade a tais vias. Levando em consideração ao melhoramento de um solo, a estabilização se apresenta como uma das alternativas mais viáveis, podendo ser mecânica, granulométrica ou química, através da incorporação de materiais como cal, cimento e aditivos. Em contrapartida, a solução mais usual é a substituição do material presente no local, o que pode se tornar bastante oneroso, não deixando de ressaltar o grande impacto ambiental causado por este método. Logo, a estabilização do solo siltoso com o agregado graúdo, brita granítica do tipo 1, se torna mais vantajoso economicamente e menos danoso ao meio ambiente.

(Metodologia) Nesse contexto, o presente trabalho avaliou a viabilidade técnica de misturas de solo siltoso com brita granítica, como forma de estabilização mecânica a ser aplicada em um revestimento de uma estrada vicinal de acesso a um parque eólico no estado do Rio Grande do Norte, localizado no município de Jandaíra. Para isso, foram executados os ensaios de geotecnia aplicados à pavimentação para caracterização dos materiais adotados, onde, para o silte também realizou-se o ensaio de adensamento. Para avaliação do desempenho funcional das misturas, as quais foram compostas por 15%, 30% e 50% de brita granítica em relação à massa total da mistura, realizaram-se ensaios mecânicos de compactação e Índice de Suporte Califórnia (CBR).

(Resultados) Os resultados obtidos indicam a viabilidade e o potencial de aplicação das misturas de solo siltoso e brita granítica propostas, uma vez que culminou na produção de solos estabilizados, com potencial de aplicação em obras de pavimentação, de forma que às mesmas constituem uma solução alternativa satisfatória do ponto de vista técnico-econômico.

(Conclusão) De modo geral, foi notório que o acréscimo de brita ao solo estudado proporcionou uma melhor estabilização da mistura, promovendo um aumento de capacidade de carga, tendo em vista a melhor distribuição granulométrica. Contudo, verificou-se que, quanto aos resultados dos ensaios de CBR, embora não estejam adequadas para as camadas portantes de base e sub-base de pavimento convencional rodoviário, atendem as exigências técnicas por se tratar de uma estrada vicinal, onde os mesmos apresentam valores satisfatórios quanto a sua utilização como reforço de subleito estradal. Quanto ao ponto de vista econômico, é necessário destacar a quantidade de brita granítica do tipo 1 utilizada na estabilização do solo oriundo de um acesso a um parque eólico, uma vez que esta detém um valor econômico agregado e relativamente alto. Logo, dispendo de sua aplicação na estrada vicinal em estudo, aconselha-se, como forma de assegurar a manutenção da via, o monitoramento de desgaste e perda de capacidade de suporte, devido a exposição às intempéries e contato direto com o tráfego, assim, permitindo o conforto na trafegabilidade dos usuários do acesso ao parque eólico em questão.

Palavras-Chave: Solo-Brita. Estradas Vicinais. Estabilização. Melhoria de Solo.

NORMAS REGULAMENTADORAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cautela sempre foi importante no dia a dia da atividade laborativa, porém, não se pode exigir apenas do trabalhador que exerça suas atividades de maneira cuidadosa, recaindo sobre a empregadora a maior responsabilidade quanto à manutenção de um meio saudável de trabalho. Para isso, é necessário que a empresa esteja em dia com seus programas de saúde e medicina ocupacional, bem como de prevenção de riscos laborativos, não podendo, sob nenhuma hipótese, transferir ao trabalhador os riscos de sua atividade profissional, afinal, caso queira auferir lucros deve proteger seus funcionários. Assim, torna-se necessário o acompanhamento diuturno do profissional da área de segurança do trabalho para que as Normas Regulamentadoras sejam observadas à risca, evitando condutas inseguras do trabalhador que possam acarretar danos a sua integridade física e psíquica. Logo, é dentro desse contexto que o legislador edita as chamadas Normas Regulamentadoras, comumente conhecidas como "NRs". As NRs se constituem em um conjunto de regras e ditames que disciplinam a matéria atinente à segurança e medicina do trabalho, de observância obrigatória pelas empresas, sejam privadas ou públicas, bem como os órgãos do governo que porventura tenham pessoas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ao todo, somam 36 Normas Regulamentadoras definidas pelo Ministério do Trabalho, e grande parte delas refere-se a atividades a fim de garantir a segurança e a saúde do trabalhador, e também preservar e proteger o meio ambiente.

(Metodologia) Nessa perspectiva, a presente pesquisa baseia-se à luz de uma abordagem teórica baseada nas literaturas, artigos e órgãos fiscais competentes do trabalho, que contemplam um meio ambiente indispensável para o exercício de uma atividade produtiva eficiente, garantindo a todos uma atmosfera ecologicamente equilibrada, o qual encontra proteção constitucional.

(Resultados) Mediante os resultados verificados, em que se observou através da Revisão Bibliográfica visa-se constatar que as empresas da construção civil precisam estar atentas à segurança do colaborador e fornecer treinamento para que eles saibam como agir no dia a dia de trabalho. Além de tudo, é importante que elas fiscalizem para ver se todos os colaboradores estão aplicando o que foi aprendido com o treinamento para que eles não se ponham em perigo.

(Conclusão) Conclui-se pela ótica preventiva que propor estratégias mitigadoras de combate aos acidentes é mais fácil do que tratar os danos físicos à saúde do trabalhador. Afinal, por conta de um simples descuido ele pode ficar seriamente ferido. Então, conferir se as Normas Regulamentadoras para a construção civil estão sendo atendidas pela empresa, trabalhadores e demais profissionais envolvidos torna-se fundamental.

Palavras-Chave: Normas Regulamentadoras. Construção Civil. Prevenção de Riscos.

O MECANISMO DE DETERIORIZAÇÃO DO CONCRETO: CARBONATAÇÃO

Autor(es):

Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): Segundo POLITO, 2006 desde os primórdios da utilização do concreto nas estruturas, ele sempre veio resistindo as sobrecargas e ações externas do meio ambiente, com isso sempre foi necessário periódicas avaliações afim de preservar as estruturas e livrá-las das diversas manifestações patológicas no concreto. Dentre as principais patologias que podem atingir o concreto, temos a carbonatação, que é uma reação que ocorre em concretos expostos ao ambiente natural onde algumas condições como: temperatura, umidade e concentração de (CO_2) que influenciam na velocidade do processo. Esse processo químico ocorre porque o dióxido de carbono (CO_2) penetra nos poros do concreto, dissolvido na umidade que está contida na estrutura e com isso forma o ácido carbônico (H_2CO_3), esse ácido reage com os componentes do cimento e resulta em água e carbonato de cálcio ($CaCO_3$). O composto que reage rapidamente com o ácido carbônico (H_2CO_3) é o hidróxido de cálcio ($Ca(OH)_2$). Esse por sua vez não destrói o concreto, porém durante a sua formação consome os álcalis da pasta de cimento e reduz o seu pH, tornando o concreto menos resistente e frágil. O concreto possui meio alcalino entre 12,6 e 13,5; este pH pode baixar para próximo de 8,5 quando o processo de carbonatação é iniciado, o que acarreta na despassivação do aço ou seja corrosão das armaduras, podendo até mesmo provocar um colapso de toda a estrutura de concreto. A composição química do cimento tem influência significativa, fatores como o tipo de cimento, a relação água/cimento e as adições minerais podem acelerar ou retardar o processo. O ensaio de carbonatação consiste na visualização da alteração do pH do concreto de cobrimento, o que é possível pela aspersão de um indicador de pH, geralmente usa-se a Fenolftaleína nas concentrações de 1 g da fenolftaleína em 50 ml de álcool etílico e diluição desta mistura em água destilada até completar 100 ml. Para o ensaio, o concreto de cobrimento é removido e, após a limpeza da área, feita a aspersão ou injeção da solução após um tempo verifica-se que a região não carbonatada assume cor entre rosa a vermelho-carmim, de pH entre 8,3 e 9,5, ou somente vermelho carmim, de pH superior a 9,5, mas se não adquirir coloração alguma, está sob efeito da carbonatação. Como sabemos, o aço carbono pode sofrer despassivação e portanto deve ser feito uma realcalinização, que pode ser descrita como o processo inverso da carbonatação ou seja realcalinização é um tratamento que visa reverter a diminuição do pH em função da carbonatação e este processo é feito através da absorção e difusão de soluções alcalinas de carbonato de sódio, hidróxido de potássio, através da ação capilar e de forças hidráulicas.

(Metodologia) (Metodologia): Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como google acadêmico, artigos científicos, aulas, monografias, tcc, google imagem, Scielo e revistas científicas, foi analisado os principais aspectos e os de maior relevância

(Resultados) (Resultados): De acordo com as bibliografias pesquisadas a carbonatação representa um grande risco para as estruturas de concreto armado, uma vez que esse processo gera corrosão das armaduras e danifica as estruturas podendo leva-las ao colapso. Caso ocorra perda de seção nas armaduras, deve ser feito a recuperação ou reforço estrutural.

(Conclusão) (Conclusão): A corrosão das armaduras é um dos principais efeitos da carbonatação que ocorre quando os produtos alcalinos da hidratação do cimento, entram em contato com meios aquosos no interior do concreto.

Palavras-Chave: carbonatação, fenolftaleína, patologias, concreto.

PATOLOGIAS DECORRENTE DE VERGAS E CONTRAVERGAS

Autor(es):

Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na construção civil, a incidência de deformidades tem se tornado cada vez mais comum em obras de habitação popular, onde a fiscalização pouco se aplica. As anomalias se originam, nas fases de planejamento, projeto, fabricação de materiais e componentes, execução ou uso, sendo que a ocorrência pode estar relacionada ao nível de controle realizado em cada uma dessas fases. Desse modo, este artigo tem ênfase nas manifestações patológicas provenientes da má empregabilidade das vergas e contravergas e até mesma da falta delas. As vergas e contravergas segundo a NBR 15812-1/2010 são vigas alojadas sobre e abaixo das aberturas portas e janelas com função exclusiva de transmitir as cargas para as paredes adjacentes da abertura.

(Metodologia) Para o desenvolvimento deste trabalho foi baseado em análise teórica, e pesquisa bibliográfica e em trabalhos de conclusão, sobre manifestações patológicas decorrente da ineficiência do uso de vergas e contravergas. A falta de vergas e contravergas, ou a utilização ineficiente, contribui para o surgimento de fissuras nos revestimentos, as vergas e contravergas devem neutralizar as tensões de cisalhamento nas extremidades das portas e janelas. Uma das falhas construtivas que tem se verificado nas edificações é a utilização de contra-vergas com dimensionamento inapropriado para a abertura a qual é aplicada, ou seja, o transpasse não atende o mínimo exigido pela NBR. Deste modo a distribuição de cargas para a base não é feita com a mesma eficiência, permitindo assim o surgimento de fissuras verticais. Vergas (sobre a abertura) e contravergas (sob a abertura) são vigas de concreto que servem como reforços estruturais nas aberturas em paredes de alvenaria e auxiliam na distribuição de tensões e cargas nos vãos da edificação, impedindo que esses esforços atuem nas esquadrias. Reduzindo desta forma, o risco de fissuras. As vergas e contravergas podem ser moldadas no lugar da abertura com o uso de blocos canaletas, que substituem as formas de madeira. Assim também, podem ser feitas por uma peça pré-moldada de concreto. Quando moldadas no lugar, geralmente são em construções pequenas. Contudo, as pré-moldadas são usadas em grandes obras, onde normalmente os vãos são submetidos a tensões um pouco mais elevadas.

(Resultados) As patologias podem ter sua origem por falha humana na fase de projeto, na fase de execução ou na fase de utilização. Na maioria dos casos, as patologias são detectadas pelos próprios usuários da edificação. Os principais erros são provenientes da falta de detalhamento necessário. Assim, o estudo dos problemas que se manifestam nas edificações quando identificados em sua fase de origem, contribui para que, em obras futuras, sejam tomadas medidas preventivas que evitaria o surgimento das manifestações patológicas e prejuízo financeiro em sua correção.

(Conclusão) A importância desses elementos se deve principalmente ao fato de alvenaria ser suscetível a esforços de cisalhamento. Esses esforços se intensificam especificamente nos cantos da esquadria, resultando nas fissuras. No entanto é possível impedir o surgimento dessa patologia com o uso da verga e da contraverga, pois elas complementam segurança estrutural da obra.

Palavras-Chave: Vergas e Contravergas, Manifestações Patológicas, Elemento Estrutural.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DESPREPARO DOS GESTORES PÚBLICOS

Autor(es):

Adão de Oliveira Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestrutura, abastecimento de água, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais urbanas. No Brasil é comum a incidência de casos relacionados à diarreia, dengue, Zika e Chikungunya, e outras doenças as quais alguns autores atribuem a ausência de planejamento e investimento em serviços básicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos.

(Metodologia) Esta pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica em trabalhos de conclusão de curso, além de artigos científicos temática. Analisando as regiões do Brasil a partir dos dados encontrados pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) realizado em 2019, identificou-se na região Nordeste uma situação preocupante, uma vez que essa região apresenta apenas 28,3% de atendimento da rede de esgoto entre a população. Como mecanismos de contornar esse problema e propiciar que as ações de saneamento básico sejam implementadas, exalta-se a importância de uma gestão municipal de qualidade, em que os órgãos e entidades do setor público devem ser os primeiros a se comprometerem com iniciativas de implementação do sistema de gestão ambiental a fim de engajar os demais, de forma a garantir continuidade e eficiência de suas ações. De acordo com a Lei nº 11.445/2007 foi estabelecido o primeiro prazo para consolidação dos Planos Municipais de Saneamento Básico em dezembro de 2013. Entretanto, esse prazo vem sendo prorrogado e, em sua última atualização foi definido o prazo para 31 de dezembro de 2022. Através desta pesquisa verificou-se que apenas 30% dos municípios brasileiros tenham elaborado o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), mesmo diante de uma política de saúde pública tão importante observa-se um desinteresse e despreparo e até mesmo um desconhecimento por parte dos gestores públicos em relação ao PMSB e sua elaboração, tal plano é importante porque a sua existência será condição para o acesso da cidade a recursos federais na área de saneamento. Tendo em vista as dificuldades dos municípios enfrentadas ao longo do processo de elaboração do PMSB, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) estabeleceu, inicialmente em 2015, algumas parcerias com o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte - COPIRN e um projeto com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) através de um Termo de Execução Descentralizada (TED) para capacitar e fornecer apoio técnico às prefeituras de 86 municípios do Rio Grande do Norte, com população até 50 mil habitantes, para que estas tenham suporte para elaborar a minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico. Entretanto os municípios tem outra opção como auxílio na elaboração do PMSB, a contratação de empresas terceirizadas por meio de licitação, de forma técnica elaborarem os planos.

(Resultados) Os resultados alcançados com esta pesquisa foram que os Gestores públicos precisam de uma assessoria pública ou privada para elaboração dos PMSB.

(Conclusão) Os municípios representados pelos seus gestores, tem se mostrado através do baixo percentual de cidades com os planos realizados e concluídos, a falta de competência e conhecimento técnico para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Entretanto a assistência técnica que a UFRN, COPIRN e as empresas privadas tem se mostrado extremamente importante no auxílio aos municípios na Elaboração dos planos no Rio Grande do Norte.

Palavras-Chave: PMSB, GESTORES, SANEAMENTO BÁSICO

PONTES ESTAIADAS: VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS TABULEIROS DE CONCRETO, AÇO E MISTO AÇO CONCRETO.

Autor(es):

Adão de Oliveira Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As estruturas estaiadas são extremamente esbeltas, verdadeiras obras de arte especiais e marcos arquitetônicos, formadas por tabuleiro (laje e vigas), cabos, torres, blocos de coroamento, pilares e estacas. As cargas dinâmicas provenientes dos automóveis para os tabuleiros, são transmitidas para os pilares, que por sua vez transmitem para os blocos de coroamento e em seguidas essas cargas são transmitidas as estacas e por fim tais cargas são transmitidas ao solo. Em um projeto de uma ponte estaiada procede-se um pré-dimensionamento de todos os elementos da estrutura. Nesta fase é fundamental um bom conhecimento por parte do projetista do comportamento global da estrutura e da influência de cada elemento neste comportamento. Existem três momentos críticos da execução de estruturas estaiadas, o controle da resistência do concreto, o tracionamento dos estais e, finalmente, o controle das flechas do tabuleiro. O tabuleiro pode ser executado de diferentes maneiras, sempre buscando a forma que gere mais eficiência e menor custo. Cada maneira com suas vantagens e desvantagens, sendo elas: tabuleiro de concreto, tabuleiro de aço e tabuleiro de aço e concreto

(Metodologia) É relevante destacar que essa pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica em trabalhos de conclusão de curso, além de artigos científicos dissertações e teses sobre esta temática.

(Resultados) . A metodologia de concreto protendido trouxe inúmeras vantagens construtivas permitindo o maior aproveitamento da resistência do concreto à compressão, podendo utilizar tabuleiros mais esbeltos, com menor volume de concreto e, conseqüentemente, mais econômicos. Porém, a execução in loco necessita de uma grande quantidade de equipamentos, exigindo uma complexa e dispendiosa logística. Os tabuleiros de aço são mais leves do que os tabuleiros de concreto. Com essa diferença de peso os tabuleiros metálicos têm uma redução no peso total da estrutura e conseqüentemente uma redução nas dimensões dos estais, pilares e fundações. Devido a redução do peso da ponte, a estrutura se torna mais susceptível as oscilações. No Brasil o preço de execução de pontes estaiadas com tabuleiro de aço é muito elevado. Outro fator que deve ser levado em consideração é o custo de manutenção ser também elevado e periódico. Em relação as desvantagens podemos citar, que por ser mais leve o tabuleiro de aço as forças aerodinâmicas terão maiores influências sobre a estrutura como também um maior custo de manutenção. Nos tabuleiros mistos de aço e concreto, podem-se obter inúmeras vantagens sendo algumas delas; redução do peso devido a utilização de perfis metálico, facilidade nos transportes e instalação dos perfis metálicos, durabilidade da laje de concreto, rapidez na execução. As desvantagens desses tipos de estruturas é que exigem uma maior coordenação com especialidades diferentes e do domínio de algumas tecnologias e sistemas construtivos.

(Conclusão) Logo, concluímos que a escolha do tabuleiro será realizada pelo projetista de acordo com análise das vantagens e desvantagens de cada modelo de tabuleiro. Como exposto acima, em decorrência das vantagens do tabuleiro de concreto protendido, no Brasil, essa é a metodologia mais usual.

Palavras-Chave: Tabuleiro, concreto, aço, ponte estaiada.

SEGURANÇA E SAÚDE TRABALHADOR

Autor(es):

Adão de Oliveira Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Antônio Pierre do Rêgo Leite: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção Civil é a uma área com capacidade bem expressiva na economia do país, possui a capacidade de elevar a taxa de emprego e de renda, assim como o desenvolvimento social, como também é uma área que demonstra altos índices de acidentes de trabalho, de acordo com esta pesquisa verificou-se no ano de 2018, ocorreram 623.786 acidentes, sendo 2.022 notificações de acidentes de trabalho com óbitos.

(Metodologia) É relevante destacar que essa pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica em trabalhos de conclusão de curso, além de artigos científicos dissertações e teses sobre esta temática. Destaca-se que a atividade produtiva pode deixar o trabalhador exposto a agentes que, sem o monitoramento e controle deles, podem causar doenças irreversíveis e até mesmo a morte. Isso implica a adoção de medidas de prevenção de riscos e monitoramento de problemas detectados para evitar a ocorrência de doenças ou o agravamento da situação. A educação sanitária também é uma medida eficaz de prevenção, dentre outras medidas que poderão ser adotadas pela organização, a fim de garantir a saúde do trabalhador. Nesta perspectiva, o estudo mostra que os envolvidos nas atividades da construção civil em muitos casos recebem treinamentos sobre uso adequado dos EPIs e orientações sobre os riscos de sua função. Entretanto ainda é grande o número de trabalhadores da construção civil que resistem ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI). Daí, a grande necessidade de se investigar o tema para conhecer o grau de urgência das organizações dessa área em aplicarem recursos, investirem em treinamento, equipamentos e métodos de trabalho para incutir em seu pessoal o espírito prevencionista, um recurso simples, mas que produz resultados satisfatórios que as empresas negligenciam são os Diálogos diário de Segurança (DDS). Quanto aos colaboradores, observa-se uma grande resistência com o uso de Equipamentos de segurança Individual (EPI) e os equipamentos de Segurança coletiva (ESC, argumentam que nunca sofreram acidentes, que são cuidadosos, não havendo a necessidade de usar os equipamentos de proteção individual que são fornecidos pelo empreendimento, assim como, alguns equipamentos de proteção coletiva. Fato este, comum na construção civil em geral, motivado pela baixa escolaridade da maior parte dos colaboradores e falta de fiscalização efetiva por um responsável da SST. E a consequência desta negligência, é refletida no índice de acidentes do setor, justificando o fato de ser tão expressivo.

(Resultados) Os resultados obtidos mostraram que o trabalhador precisa ser conscientizado da importância dos EPI, para sua própria segurança.

(Conclusão) A presente pesquisa, sugere que existem muitos fatores que levam o trabalhador a não utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Segurança Coletiva (ESC), dentre esses fatores citaremos alguns; esqueci, é desconfortável, esse equipamento não protege, a autoconfiança. Portanto se faz necessário gerar uma consciência e um espírito prevencionista nos trabalhadores através de palestras e cursos

Palavras-Chave: Construção civil, EPI, ESC.

USO DE PET PARA CONFEÇÃO DE ARGAMASSA SUSTENTÁVEL

Autor(es):

Wellingson Farias de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ruy Lucena Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Augusto Pinto Fernandes de Negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO): Este trabalho tem como finalidade a confecção de uma argamassa sustentável, cuja composição dispensa uma parcela da quantidade de areia fina adotada e a substitui por PET (Polietileno Tereftalato, comumente utilizado em garrafas). O estudo tem como intuito beneficiar moradores do bairro de Mãe Luiza, comunidade carente da cidade de Natal/RN, com a reutilização da matéria prima. Desta forma, barateando a produção, tornando-a acessível, e trazendo também benefícios para o meio ambiente, agregando utilidade ao material e consequentemente diminuindo a quantidade de descartes indevidos do mesmo.

(Metodologia) (METODOLOGIA): Foram feitos quatro corpos de prova cilíndricos 10x20, sendo dois utilizando a fórmula convencional da fabricação de argamassa: cimento, areia fina e água os componentes; e outros dois substituindo 2 % da areia no traço pelo PET: cimento (1kg), areia fina (2,943kg), PET (0,057kg), e água (700ml). Depois da cura, que durou 28 dias, os quatro corpos de prova foram submetidos a um ensaio de tração/compressão, aderência e absorção de água.

(Resultados) (RESULTADOS): Espera-se a partir do experimento que a argamassa sustentável apresente uma resistência superior à argamassa tradicional no intervalo de substituição de 10% a 30% da proporção de areia utilizada na fórmula convencional pelo PET. Além disso, há um custo inferior ao tradicional e benefícios ao meio ambiente. Foi observada também, uma economia percentual com a utilização do PET, substituindo 2% da areia que seria empregada no traço convencional.

(Conclusão) (CONCLUSÃO): A escolha da substituição parcial da areia pelo Polietileno Tereftalato na produção da argamassa ecológica foi assertiva pelos motivos econômicos, sociais e ambientais supracitados, mas principalmente pelo fato desse polímero em específico possuir alta resistência mecânica a tração, química, ao fogo, menor densidade e capacidade isolante. Essas propriedades são primordiais em um material escolhido para a finalidade em questão: reparos no reboco de residências. Foi encontrado ainda o intervalo de 10% a 30% de substituição da areia por PET na argamassa sustentável em comparação a quantidade utilizada na argamassa convencional para que seja observado um aumento na resistência.

Palavras-Chave: (PALAVRAS-CHAVE): Economia. Sustentabilidade. Aderência.

USO DE TELHA CERÂMICA E SUAS PROPRIEDADES

Autor(es):

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto tem como objetivo realizar um estudo a respeito de materiais direcionados a construção civil ? telhas, coberturas, calhas coletoras e cisternas. Será detalhado informações sobre telha cerâmica e cobertura de madeira para fixação. A utilização da telha cerâmica fabricação, em tão grande número, por tão longo tempo, deve-se a suas características de grande qualidade funcional e estética. Ela confere um bom conforto térmico às residências, permitindo que o ambiente não aqueça demais ou esfrie em demasia. Em conjunto para reutilização da água, uma boa solução é uso de calhas coletoras para mover a água obtida pela chuva para tratamento e seja armazenada em cisterna e ser utilizada para diversas opções entre elas, jardim, água de descarga e etc.

(Metodologia) Além de pesquisas realizadas em materiais bibliográficos, foram realizados estudos e ensaios de compressão no laboratório. Contém dados referente a resistência do material; reaproveitamento de água; redução de custos. Além da projeção com o utilizo do material. Para tanto, foram feitas pesquisas em referenciais bibliográficos e estudos de caso, com objetivo de atender todos os pontos levantados.

(Resultados) - Conhecimento dos ensaios de compressão. Os corpos de prova são submetidos a uma força axial para dentro, distribuída de modo uniforme em toda a seção transversal do corpo de prova. Para determinar a resistência do material, é necessário fazer o ensaio de resistência a compressão. Após a efetivação do ensaio, é calculado tensão, deformação e o módulo de elasticidade: Tensão: $T=F/S$ Onde: T é a tensão da compressão; F a força de compressão; S a área da seção do corpo. Dividindo a força de compressão pela área do corpo teremos a tensão da compressão. Deformação: $E=(L_0-L_f)/L_0 \times 100\%$ Onde: E é a deformação; L_0-L_f a variação do comprimento do corpo; L_0 o comprimento inicial do corpo. Para obter a deformação, subtrai o comprimento inicial pelo comprimento final, obtendo a variação do comprimento, o resultado é dividido pelo comprimento inicial do corpo e multiplicado por 100 para termos o resultado em porcentagem. $E=T/e$ Dividindo a tensão (T) pela deformação (e) onde: E é o módulo de elasticidade; T a tensão; e a deformação. - Compreensão do cálculo de inclinação, utilizando a formula de acordo com o telhado ? cerâmico. - Consciência visando o reaproveitamento de água de chuva usando sistema Minicisterna, onde o seu uso pode ser bem abrangente além de uma redução de custo com água e também uma ajuda ao planeta em reutilizar a água. - Entendimento sobre boiler, qual o sistema de aquecimento solar aquece a água, por meio das placas solares que captam o calor do sol. Em seguida, a água passa pelos tubos do sistema e chegam até o reservatório térmico. Assim, ocorrendo uma redução do gasto da energia elétrica devido ao controle de temperatura.

(Conclusão) O uso do telhado de cerâmicas é constantemente usado, visto que o seu material é bastante resistente e durável. Portanto, para que haja o uso correto do material, é necessário obter informações do mesmo, do seu início de formação até aos ensaios realizados no laboratório, relatando o índice de resistência, qualidade, durabilidade, acústica e entre outros. Por fim, ter em mãos o planejamento e assim poder finalizar o projeto. - RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS Resistência das telhas referente ao telhado - ELETROTÉCNICA Placas solares - HIDROLOGIA Reutilização das águas -PRINCÍPIOS DA CIÊNCIA E DOS MATERIAIS Material e formação das telhas

Palavras-Chave: Telhado; Cerâmica; Resistência

APLICAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS NAS PÁS EÓLICAS

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O interesse crescente pela geração de energias renováveis e menos poluentes nos leva a procurar energias presentes nos movimentos da natureza, uma parte importante do projeto de um aerogerador são o dimensionamento e a escolha do material das suas hélices. Isso representa cerca de 20% do custo do projeto e devido a isso procura-se o uso de materiais mais resistentes, rígidos e economicamente viáveis de modo a propiciar uma boa vida útil da estrutura. Com a finalidade de atender a estas propriedades mecânicas do projeto predomina a utilização de materiais compósitos.

(Metodologia) O Presente trabalho realizado, foi feito por meio de estudos de fontes bibliográficas, assim como também na leitura de artigos científicos e monografias, e pelo uso do simulador Ftool. A pesquisa realizada tem foco na realidade dos ventos do Rio Grande do Norte, cujo a viabilidade para instalação deve-se considerar a velocidade do vento a 8m/s a 50m de altura.

(Resultados) Comparando as propriedades das fibras de vidro com as fibras de carbono, pode-se destacar o fato de fibras de carbono apresentarem uma menor massa específica em relação as fibras de vidro. Materiais compósitos de fibra de vidro apresentam uma maior rigidez e tenacidade, fazendo delas estruturas capazes de absorver mais energia de impacto antes de ocorrer uma deformação, além de resistir melhor a corrosão e possuem um menor preço de mercado favorecendo economia na sua aplicação tornando-se um material mais acessível. Por sua vez, as fibras de carbono garantem maiores resistências a tração e tensão na estrutura e devido a sua menor densidade podem favorecer a construção de torres eólicas maiores para uma melhor eficiência energética, seu empecilho é o custo do seu processo de fabricação ser mais elevado, fazendo a construção da peça composta majoritariamente por este material ser inviável economicamente.

(Conclusão) Conclui-se que o material compósito de fibra de carbono apresenta melhores propriedades mecânicas para a estrutura, haja vista possuir menor densidade e melhor resistência. Assim, pode-se reduzir o peso a ser sustentado pela fundação, favorecendo uma maior altura da torre, gerando uma maior produtividade energética, pois quanto maior a altura, maior será a velocidade dos ventos e a área varrida pelo rotor. Porém devido ao seu alto custo de produção, a diferença de preço torna-se um fator mais decisivo na escolha do material. Por isso a maioria dos projetos de aerogeradores tem sido feita com aplicação majoritária de materiais compósitos de fibras de vidro nas hélices. Dessa forma, a utilização das fibras de carbono fica restrito as longarinas para aumentar a resistência a tensão da estrutura da pá, com as fibras de vidro compondo a maior parte da estrutura garantindo uma maior rigidez na seção transversal.

Palavras-Chave: Energia-eólica, Pás-eólicas, fibras-de-carbono.

PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

ANAIIS

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXI

CONIC **21**
ANOS

DE 28 A 30 DE OUTUBRO



2021

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**CIDADES SENSÍVEIS A ÁGUA: DESENHO URBANO ASSOCIADO AO CICLO HIDROLÓGICO
NA PRODUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS**

Autor(es):

Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Aldo da Fonseca Tinoco Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão eficiente das águas na escala municipal é uma necessidade premente, tendo em vista as graves implicações relacionadas ao crescimento da demanda de água para o exercício das mais diversas atividades, à dependência crescente das cidades das fontes hídricas, decorrentes de tomada de decisões no meio urbano não sustentáveis. Paralelamente a esta questão, o processo de ocupação do solo, muitas vezes desarticulado do gerenciamento dos recursos hídricos, o aumento da impermeabilização do solo acarreta inúmeros prejuízos aos ambientes natural e urbano, podendo gerar, entre outros impactos, sobrecarga das infraestruturas, deficiência no acesso aos serviços e inundações. As consequências do acelerado processo de urbanização para os recursos hídricos não se atêm aos limites das cidades, pois os sistemas urbanos não são sistemas isolados, dependendo e impactando no uso da água além de seus limites jurisdicionais, ou seja, em toda a bacia hidrográfica na qual eles estão inseridos.

(Metodologia) Através da revisão bibliográfica, ao consultar teses, dissertações, livros, anais de congressos, artigos/periódicos de universidades de instituições locais e nacionais e via internet ao consultar as plataformas como Google Acadêmico, SCOPUS, periódicos CAPES, etc. Pretende-se recolher as principais abordagens associadas aos objetivos específicos, sintetizando um marco de análise técnica (Levantamento/Caracterização das cidades estudadas, Recomendação de uma aplicação metodológica - Kenway et al. (2011) e Proposição de Diretrizes) relacionada ao desenho urbano associado ao ciclo hidrológico na produção de cidades sustentáveis, em especial Natal, Macaíba e São Gonçalo do Amarante/RN.

(Resultados) Resultou-se na criação de um documento técnico de referência sobre a relação da forma urbana e o ciclo da água, ao apresentar alternativas de medidas sustentáveis relacionadas ao planejamento urbano incorporadas à gestão dos recursos hídricos, demonstrando assim, a conectividade e interdependência dos recursos de água urbana e uso/ocupação do solo, além da necessidade de gestão integrada. Visa-se, ainda, apresentar uma aplicação metodológica para o desenvolvimento de indicadores de desempenho hidrológico para a área de estudo e propor diretrizes que visam o aumento da sensibilidade urbana aos recursos hídricos.

(Conclusão) Constatou-se a importância de melhorar as conexões entre a produção do espaço urbano e a preservação dos recursos hídricos. Como visto, não são evidenciadas quaisquer ações referentes a garantias de melhoria no uso da água urbana no processo de ocupação territorial, o que transcende uma ausência de integração ou de preocupação com a questão hídrica urbana, se configurando como um hábito histórico socialmente construído. Contudo, existe uma necessidade urgente de ruptura desta convenção com vistas a garantias de uma maior resiliência urbana em relação à água, devendo, portanto, estabelecer que os planos diretores dialoguem entre si, particularmente no que diz respeito ao sistema de saneamento, considerando a dimensão territorial que extrapola os limites municipais, compatibilizando os instrumentos de planejamento em escala regional, com a adoção de parâmetros urbanísticos adequados com os condicionantes do sistema de saneamento buscando resultados sustentáveis para a qualidade ambiental municipal.

Palavras-Chave: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Planejamento Urbano. Alteração do Ciclo Hidrológico Urbano. Low Impact Development (LID). Water Sensitive Urban Design (WSUD). Indicadores de Desempenho Hidrológico.